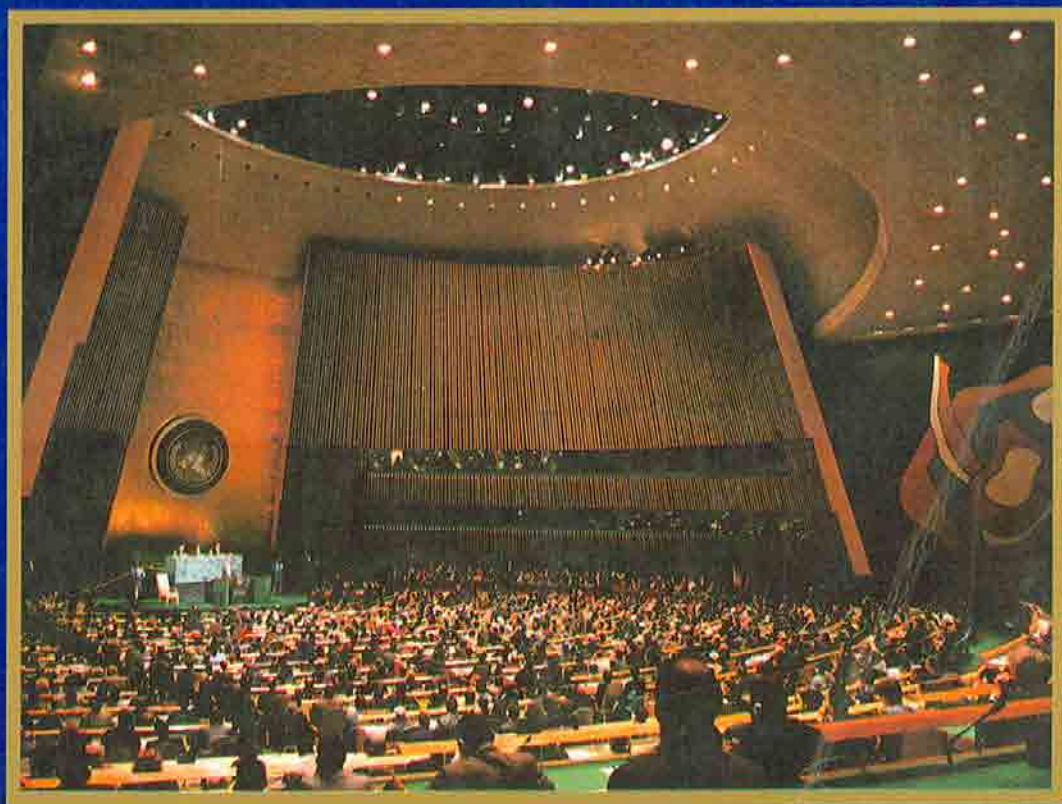


A Palavra do Brasil nas Nações Unidas

1946 - 1995



Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores

Neste seu trabalho de levar ao público a palavra do Brasil nas Nações Unidas, a Fundação Alexandre de Gusmão contou com a valiosa colaboração do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que elaborou a introdução do livro, bem como os comentários que situam cada discurso no contexto histórico nacional e internacional da época em que foi pronunciado.

Luiz Felipe de Seixas Corrêa nasceu no Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1945. É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Cândido Mendes - RJ, tendo ingressado na carreira diplomática como Terceiro Secretário em 3 de março de 1967. Desempenhou diversas funções no Brasil e no exterior. Promovido a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 17 de dezembro de 1987, foi sucessivamente Embaixador no México, Secretário-Geral das Relações Exteriores e Embaixador em Madri, função que ocupa atualmente. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e autor de diversos trabalhos na área de História Diplomática do Brasil e Relações Internacionais.



Associação-se as comemorações do Cinquentenário da Organização das Nações Unidas, a Fundação Alexandre de Gusmão, com esta publicação, apresenta ao leitor uma visão histórica da diplomacia e da política externa brasileira nos discursos pronunciados pelos Chefes das Delegações do Brasil às Sessões Ordinárias da Assembléia Geral.

Fundada em 1945, ao fim da II Guerra Mundial, por delegados de 51 países, reunidos na cidade de São Francisco, a Organização das Nações Unidas é atualmente integrada por 188 países e tem a sua sede em Nova York. Os idiomas oficiais são o árabe, o chinês, o inglês, o francês, o russo e o espanhol. Os Órgãos principais da ONU são a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela e a Corte Internacional de Justiça.

A Assembléia Geral é o principal corpo deliberativo. Reúne todos os países-membros, cada um com direito a um voto. Suas sessões regulares são convocadas anualmente, na terceira terça-feira de setembro, mas sessões extraordinárias são realizadas quando necessário.

O Conselho de Segurança tem quinze membros, sendo que cinco permanentes (China, França, EUA, Rússia e Reino Unido) e dez eleitos pela Assembléia Geral, em base regional, com mandatos de dois anos.

**A Palavra do Brasil nas
Nações Unidas**

1946 - 1995



A Palavra do Brasil nas Nações Unidas

1946 - 1995



1995

Tricentenário do nascimento de
Alexandre de Gusmão
Sesquicentenário do nascimento do
Barão do Rio Branco
Cinquentenário da Carta das Nações Unidas

Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)

Presidente

João Clemente Baena Soares

Diretora de Administração Geral

Irene Pessôa de Lima Câmara

Coordenadoras da Publicação

Leila Maria Brum

Ana Maria Medeiros Simas de Azevedo Silveira

Ficha Catalográfica

**A Palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946 - 1995 / Fundação
Alexandre de Gusmão. - [Brasília]: FUNAG, 1995.**

596 p.

**1. Nações Unidas. Assembléia Geral. 2. Brasil - Relações
Exteriores. I. Fundação Alexandre de Gusmão.**

CDU: 341.123

Sumário

Apresentação	
- Ministro Luiz Felipe Lampreia	11
Introdução	
- Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa	13
1946.	21
I Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
I Parte - Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas	25
II Parte - Embaixador Pedro Leão Velloso Netto	29
1947.	33
II Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Embaixador João Carlos Muniz	37
1948.	43
III Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro Raul Fernandes	45
1949.	49
IV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Embaixador Cyro de Freitas-Valle	51
1950.	57
V Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Embaixador Cyro de Freitas-Valle	59
1951.	63
VI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Embaixador Mário de Pimentel Brandão	65
1952.	71
VII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro João Neves da Foutoura	73
1953.	79
VIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Embaixador Mário de Pimentel Brandão	81
1954.	85
IX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Embaixador Ernesto Leme	87

1955.	95
X Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Embaixador Cyro de Freitas-Valle	97
1956.	101
XI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Embaixador Cyro de Freitas-Valle	103
1957.	107
XII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Embaixador Oswaldo Aranha	109
1958.	113
XIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro Francisco Negrão de Lima	115
1959.	119
XIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Embaixador Augusto Frederico Schmidt	121
1960.	129
XV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro Horácio Lafer	131
1961.	137
XVI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro Affonso Arinos de Mello Franco	141
1962.	147
XVII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro Affonso Arinos de Mello Franco	149
1963.	157
XVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro João Augusto de Araújo Castro	161
1964.	181
XIX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro Vasco Leitão da Cunha	185
1965.	193
XX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro Vasco Leitão da Cunha	195

1966.	205
	XXI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Juracy Magalhães	207
1967.	215
	XXII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro José de Magalhães Pinto	219
1968.	225
	XXIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro José de Magalhães Pinto	227
1969.	233
	XXIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro José de Magalhães Pinto	235
1970.	245
	XXV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Mário Gibson Barboza	249
1971.	259
	XXVI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Mário Gibson Barboza	261
1972.	271
	XXVII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Mário Gibson Barboza	275
1973.	285
	XXVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Mário Gibson Barboza	289
1974.	299
	XXIX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira	301
1975.	311
	XXX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira	313
1976.	321
	XXXI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira	323

1977.	331
	XXXII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira	333
1978.	343
	XXXIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira	345
1979.	351
	XXXIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro	353
1980.	363
	XXXV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro	367
1981.	379
	XXXVI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro	383
1982.	393
	XXXVII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo	397
1983.	409
	XXXVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro	411
1984.	421
	XXXIX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro	423
1985.	433
	XL Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Presidente José Sarney	437
1986.	453
	XLI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Roberto de Abreu Sodré	457
1987.	471
	XLII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
	- Ministro Roberto de Abreu Sodré	473

1988.	481
XLIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro Roberto de Abreu Sodré	483
1989.	491
XLIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Presidente José Sarney	495
1990.	507
XLV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Presidente Fernando Collor de Mello	509
1991.	521
XLVI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Presidente Fernando Collor de Mello	525
1992.	537
XLVII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro Celso Lafer	541
1993.	555
XLVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro Celso Amorim	559
1994.	569
XLIX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro Celso Amorim	571
1995.	581
L Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU	
- Ministro Luiz Felipe Lampreia	585

Apresentação

Um compêndio valioso

Luiz Felipe Lampreia

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Esta edição dos pronunciamentos dos Chefes de Delegações brasileiras às sessões de abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas ao longo dos últimos 50 anos constitui mais uma contribuição da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) ao conhecimento da história e da doutrina diplomáticas do Brasil.

Ao mesmo tempo em que assinala para nós, do Itamaraty, a comemoração do cinquentenário da fundação das Nações Unidas, o presente esforço editorial coloca à disposição do público interessado na política externa brasileira um valioso compêndio de textos fundamentais da nossa diplomacia. Nesses textos, encontra-se a síntese por excelência da visão de mundo e dos projetos da diplomacia brasileira, atualizada a cada ano, à medida em que evoluíam as relações internacionais e à medida em que evoluía a nossa própria concepção do nosso país e do mundo.

Compilada pela FUNAG, a coletânea está apresentada pelo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, diplomata de grande experiência e reconhecida sensibilidade política, que foi também responsável pelos textos que situam cada discurso em seus contextos interno e internacional. A obra passa, assim, a constituir uma fonte autorizada de referência histórica e doutrinária. Ao longo dos cinquenta e dois discursos aqui compilados, encontram-se expostos os grandes temas que marcaram a história mais recente das relações internacionais e que por isso mesmo concentram a atenção do Governo brasileiro no cenário internacional ao longo deste meio século de pós-Guerra. Neles encontram-se também as grandes contribuições brasileiras ao debate que as Nações Unidas promoveram ao longo de sua existência, transformando qualitativamente o direito e a normatividade internacionais. O desenvolvimento, o desarmamento, a segurança econômica coletiva, o hiato normativo entre a Carta e a evolução das relações internacionais, o conceito mais moderno de "desenvolvimento sustentável" e outros avanços políticos que receberam uma notável contribuição brasileira encontram-se aqui perfeitamente refletidos e analisados segundo a ótica diplomática do momento em que se fizeram os discursos. Ênfases, avaliações, intuições e sensibilidades da política externa brasileira revelam-se com particular acuidade nos discursos de abertura da Assembléia Geral.

Ao mesmo tempo, a leitura destes discursos vai revelando ao leitor, passo a passo, um grande e bem-sucedido esforço de aprendizado realizado pela diplomacia brasileira nestes últimos cinquenta anos: o aprendizado do multilateralismo. Verdadeira escola de diplomacia moderna, marca distintiva por excelência das relações internacionais contemporâneas, as Nações Unidas serviram ao mesmo tempo de arena política e de foro de aperfeiçoamento da convivência internacional, traços que os países forçosamente tiveram de internalizar em suas políticas externas.

Documento político por excelência, registro e memória da política defendida e implementada por um Governo, o discurso nas Nações Unidas, paradigma do discurso diplomático refletido e cuidadosamente elaborado, ganha, com a perspectiva contextual em que é colocado nesta coletânea, a sua verdadeira dimensão histórica, ao mesmo tempo em que revela as linhas de coerência da diplomacia brasileira.

Por tudo isso, esta coletânea apresenta-se como uma iniciativa oportuna e valiosa, que ajudará a todos a compreender melhor um período da nossa história diplomática que simbolicamente se reinaugura com as comemorações do cinquentenário das Nações Unidas, às quais o Governo brasileiro e particularmente o Itamaraty têm o agrado de se somar com esta edição.

Introdução

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Em outubro de 1995, a Organização das Nações Unidas (ONU) comemora 50 anos de existência. Necessidade e esperança, razão e ilusão, realidade e utopia, sob qualquer ponto de vista, as Nações Unidas constituem, desde a sua fundação em 1945, o ponto de referência central do processo de relações internacionais. Para a ONU confluem as pressões e contra-pressões próprias de um sistema internacional descentralizado e tendencialmente anárquico; nela se articulam as coalizões de interesses e se expressam as configurações de poder que movem o processo decisório internacional; e dela emanam determinações de diversa natureza destinadas a introduzir na ordem internacional elementos de normatividade e de cooperação.

As Nações Unidas são um sistema de instituições que, com base na Carta de São Francisco, constrói gradativamente o *corpus* jurídico regulador da vida internacional. São ao mesmo tempo um fim e um processo. É impossível hoje em dia conceber o mundo sem a Organização das Nações Unidas. Pode-se criticar este ou aquele aspecto de sua operação, apontar este ou aquele fracasso, neste ou naquele campo de atuação. Mas é forçoso reconhecer a sabedoria de sua concepção original, os méritos dos resultados que alcançou em sua operação e, sobretudo, a sua capacidade de se renovar mediante a incorporação permanente de novos temas, de novos conceitos e de crescentes áreas de atuação. Ao cabo deste meio século de existência, a ONU se tornou, tanto quanto os Estados-membros que a integram, um elemento matricial da ordem internacional.

A diplomacia brasileira é parte original desse que se tornou o grande projeto coletivo da sociedade internacional no Século XX. Membro fundador da Organização, o Brasil sempre atribuiu à ONU um papel central na formulação e na execução de sua política externa. A qualidade de Estado-membro ativo e plenamente participante da ONU tornou-se parte indissociável da personalidade internacional do Brasil.

Ao se comemorar o cinquentenário da Organização, portanto, nenhuma iniciativa poderia ser mais apropriada do que recuperar as palavras do Brasil na Assembléia Geral. Com a publicação de seus discursos no Debate Geral, a diplomacia brasileira exalta a Organização, ao mesmo tempo que se reencontra com o seu próprio trajeto. Ao fazê-lo, constrói um monumento diplomático que consagra exemplarmente a política externa do Brasil, sem dúvida, um dos mais valiosos patrimônios morais da sociedade brasileira.

Nas páginas que se seguem, o leitor encontrará todos os discursos pronunciados pelos Chefes das Delegações do Brasil às 50 Sessões ordinárias realizadas pela Assembleia Geral da ONU, de 1946 a 1995. Os discursos acham-se reproduzidos na íntegra. Dos textos que não se encontraram em português foi providenciada a devida tradução, já que, até a década dos setenta, era costume que os discursos fossem pronunciados numa das línguas oficiais, quase sempre o inglês.

Cada discurso está precedido de uma breve introdução. Nela se expõem as principais variáveis internas e externas que condicionaram o momento histórico em que o texto foi produzido, chamando-se atenção para os elementos distintivos do discurso e analisando-se sua inserção no fluxo de formulação e enunciação da política externa brasileira. Mediante esta contextualização, o que se pretende é dar ao leitor algumas chaves para que possa acompanhar e formar o seu próprio juízo sobre a política externa brasileira contemporânea.

Desde a IV Assembleia Geral, o Brasil tem sido o primeiro país a ocupar a tribuna do Debate Geral. Acredita-se que essa prática se iniciou em 1949, em função do clima de confrontação que então se observava, com vistas a evitar que fosse concedida a primazia seja aos EUA, seja à URSS. A partir de então, a cada ano, antes de abrir as inscrições para o Debate Geral, o Secretário-Geral da ONU dirige nota à Missão do Brasil em Nova York em que indaga se, de acordo com a praxe, o Chefe da delegação brasileira desejará ser o primeiro orador. A resposta invariavelmente afirmativa à consulta do Secretário-Geral assegura a vigência de uma tradição que honra e distingue o Brasil.

Essa circunstância sedimentou na diplomacia brasileira uma valoração elevada da importância dos discursos de “abertura” do Debate Geral, que foram, na realidade, durante muitos anos o principal veículo de que dispunha a diplomacia brasileira para se fazer ouvir internacionalmente. Contrariamente à grande maioria das delegações que intervêm no Debate Geral, mais preocupadas com questões tópicas, os Chefes de Delegação do Brasil, por serem os primeiros a falar, costumam apresentar discursos abrangentes, em que a avaliação da situação internacional figura como pano de fundo para a enunciação da visão brasileira do mundo e para a apreciação das principais questões internacionais.

Alguns discursos são mais explícitos, outros algumas vezes reticentes; alguns revelam-se inovadores, outros conservadores; alguns mais acadêmicos, outros mais

orientados para o plano da operação diplomática. Tomados em seu conjunto, estes textos constituem uma espécie de livro de horas, um breviário da política externa brasileira. Através de seu estudo, torna-se possível discernir os diferentes períodos que caracterizaram a atuação diplomática do Brasil, as diferentes ênfases que assinalaram os diferentes períodos, os constrangimentos internos e externos que prevaleceram circunstancialmente e, bem assim, identificar os elementos de permanência e continuidade que se manifestam na projeção externa do Brasil.

Além de amplo, o material revela-se valioso do ponto de vista de sua qualidade documental. O discurso brasileiro é linear, objetivo e fidedigno. Não se observam ambivalências entre as políticas enunciadas e as linhas de ação diplomática implementadas.

Em política externa, discurso e ação na verdade se complementam e se sobrepõem. Frequentemente o discurso é a ação e a ação é o discurso. No caso de um país como o Brasil, cuja capacidade de se expressar na esfera internacional por meios de poder é limitada, o discurso diplomático passa a ser o meio por excelência de definição de políticas, de mobilização de coalizões de interesses, de transação, de busca de equilíbrios.

Um grande líder político dizia ter ouvido ao longo de sua vida parlamentar muitos discursos que o haviam feito mudar de opinião a respeito das questões em debate. Nenhum discurso, no entanto, jamais havia mudado o seu voto. É possível que o discurso da diplomacia brasileira em Nova York nestes cinquenta anos não tenha sido capaz de mudar os votos de outras delegações. Mas seguramente terá sido fundamental para disseminar na comunidade internacional a imagem de um país que se distingue pela seriedade, pelo sentido de responsabilidade e pela alta qualidade da representação externa de seus interesses.

Para que se possa apreciar adequadamente a evolução da política externa brasileira à luz dos textos recolhidos no presente volume, convém recordar em linhas muito gerais as etapas historicamente percorridas pelo país no cenário internacional e, em particular, os antecedentes da participação do Brasil no processo multilateral.

Como instrumento de defesa e promoção dos interesses fundamentais do Estado no plano da convivência internacional, a política externa do Brasil pode ser apreciada

em três grandes momentos. O momento inicial se estende por três séculos. Abre-se nas negociações entre Portugal e Castela que culminaram com o Tratado de Tordesilhas de 1594, afirma-se no Século XVIII com os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) e culmina com a transplantação da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Nesta longa fase, o vetor fundamental da projeção externa do território que gradualmente evoluiria para a formação do Estado do Brasil foi a “delimitação do espaço nacional”. A fase seguinte corresponde ao período monárquico, embora na verdade se estenda até Rio Branco. É o momento em que a sociedade brasileira, já plenamente estruturada em um Estado, busca a “consolidação do espaço nacional”, mediante a sua ocupação efetiva, a sua defesa, sobretudo na vertente platina, e a definitiva configuração das fronteiras territoriais. É o terceiro momento, que se prolonga até os dias de hoje, pode ser caracterizado como o do “desenvolvimento do espaço nacional”, ou seja, a utilização da relação externa como fator de arregimentação de recursos, de negociação de coalizões e de neutralização de obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A participação do Brasil nos foros multilaterais internacionais é fruto deste terceiro e atual momento da política externa. Inaugura-se no princípio do século, após a proclamação da República, com a busca de uma parceria com a potência emergente de então, os EUA. Até Rio Branco, a política externa brasileira movia-se em função de dois objetivos complementares decorrentes do imperativo de consolidar o espaço nacional: administrar a preeminência britânica e preservar a integridade da fronteira sul ameaçada ocasionalmente, ora pelo Paraguai, ora pelo Uruguai e permanentemente pela Confederação Argentina. Não obstante as suas convicções monárquicas e a sua formação européia, Rio Branco percebeu os riscos de marginalização a que o Brasil estava submetido no contexto internacional eurocêntrico e anteviu o deslocamento dos centros de poder que se efetuariam em direção à América do Norte.

Desde Rio Branco, a política externa brasileira passou a procurar simultânea ou sucessivamente a “aliança” com os EUA e a ampliação da inserção internacional do Brasil como fatores de desenvolvimento econômico e social do país. Os períodos de maior alinhamento com os EUA coincidem com fases da vida nacional em que as correlações de forças internas permitiram a implantação de modelos políticos que privilegiavam a obtenção, através da “aliança” norte-americana, dos recursos e da cooperação necessária para sustentar o processo de desenvolvimento econômico do país. Inversamente, os períodos de atenuação da “aliança” coincidem com a vigência de propostas alternativas mais diversificadas, não exclusivamente predicadas na expectativa da cooperação norte-americana. Nas últimas décadas, à luz das transformações ocorridas no Brasil e no mundo, os discursos brasileiros na ONU revelam como a “aliança” deixou de apresentar um valor referencial unívoco. Não é mais, como no passado, o padrão de sinal positivo ou negativo de mobilização da

diplomacia brasileira, cujos horizontes alargados passaram a visualizar na estratégia do universalismo a forma adequada de promover a inserção competitiva do Brasil no mundo.

No plano multilateral, o primeiro momento que assinala a internacionalização da projeção externa do Brasil é a II Conferência de Paz da Haia em 1907. Na Haia, a diplomacia brasileira faria a sua estréia nos foros internacionais com um discurso afirmativo e reivindicatório em que se propunha desempenhar, como país intermediário, um papel na elaboração das normas que deveriam reger os grandes temas internacionais de então: mitigação das leis e costumes da guerra, codificação do direito da neutralidade, reforma da Corte de Arbitragem e estipulação da arbitragem compulsória. Da participação do Brasil na Conferência da Haia sob a liderança de Ruy Barbosa derivam pelo menos dois dos principais paradigmas seguidos desde então pela diplomacia brasileira: o paradigma da singularidade do Brasil e o paradigma do respeito ao Direito Internacional. É perceptível nas formulações de Ruy Barbosa a preocupação em singularizar o Brasil no contexto internacional como um país que não se sente confortável com tipificações apriorísticas e que rejeita enquadramentos em grupos ou movimentos. Vem igualmente da Haia a pretensão do Brasil de atuar no concerto das nações não com o peso de suas armas ou com eventuais ambições de potência, mas com a força de suas razões e a ascendência do seu Direito. Segundo expressaria significativamente Ruy Barbosa ao analisar os resultados da Conferência, a presença internacional brasileira se construiria “de trabalho, de instrução, de energia, de fê, de aliança entre a tradição e o progresso, de amor à lei e ao direito, de aversão à imoralidade e à desordem”.

A participação na Conferência da Haia ensejou a formulação das bases ideológicas para a posterior decisão brasileira de aderir à causa aliada na I Guerra Mundial e, em seguida ao término do conflito, de participar da Conferência de Versalhes, onde o Brasil foi oficialmente classificado, para fins de reparações, como “potência de interesses limitados”.

Os paradigmas da Haia foram essencialmente os mesmos que orientaram a participação do Brasil na Liga das Nações e que influíram na decisão de abandonar a Organização em 1926, quando a pretensão brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho foi baldada pela indicação da Alemanha. Ao se retirar, por razões de princípio, de uma Organização que pouco depois desapareceria sob a violência desatada pela própria Alemanha, o Brasil sentiu-se reforçado nas convicções de sua singularidade e de seu apego à ordem e à moralidade internacional.

E foi movido por estas convicções que, tendo participado da II Guerra no teatro europeu, o Brasil se juntou ao núcleo original de países que fundaram a Organização das Nações Unidas. Os vetores essenciais de política permaneciam os

mesmos: reforçar a “aliança” com os EUA e ampliar a inserção internacional do país com vistas ao seu pleno desenvolvimento. Também se mantinham os paradigmas da Haia, apesar da decepção causada pela não inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança devido à oposição da URSS, à ambivalência do apoio norte-americano e a determinação da França de manter um *status* de Grande Potência. A esse propósito, o Chefe da Delegação do Brasil à Conferência de São Francisco, Ministro Pedro Leão Velloso, observa em seu Relatório que não descurou de sondar a possibilidade de obter para o Brasil tratamento idêntico ao que havia sido acordado à França, em consonância com o que tinha sido acertado com os demais quatro membros permanentes do futuro Conselho (EUA, Grã-Bretanha, URSS e China) na reunião preparatória de Dumbarton Oaks. Mas, verificando que as Grandes Potências “não se mostravam dispostas, por prudência, a permitir que em São Francisco fosse reaberta a discussão em torno do aumento do número de lugares permanentes no Conselho de Segurança”, Leão Velloso achou melhor abster-se, segundo expõe no Relatório, registrando apenas, em carta ao Secretário de Estado dos EUA a “decepção que poderia causar à opinião pública a exclusão do Brasil”.

Em São Francisco, ficariam plasmados pela atuação da Delegação do Brasil pelo menos três grandes temas que se inscreveriam, da mesma forma que os paradigmas da Haia, como elementos constantes do discurso brasileiro na ONU: as questões geminadas do veto e do funcionamento do Conselho de Segurança, a reforma da Carta e o desenvolvimento econômico e social. Quanto ao veto, a posição brasileira foi originalmente ambígua. Leão Velloso recorda em seu Relatório que a Delegação do Brasil manifestou formalmente durante o debate da questão em São Francisco que “o Brasil seria, por princípio, contrário à outorga do veto... (e que), portanto, apoiaria as emendas que restringissem o seu uso mas, para dar mais uma prova do desejo de auxiliar o bom êxito da Conferência, no caso de nenhuma emenda ser adotada e o seu voto ser necessário para formar maioria, a Delegação estaria pronta a votar em favor do texto original, isto é, do veto”. Quanto à reforma da Carta, a delegação do Brasil chegou a propor uma emenda que previa a reunião de uma Assembléia Geral revisora a cada cinco anos. Ao final, contentou-se com a fórmula constante da Carta que deriva de uma proposta norte-americana e que se revelou utilizável apenas para o aumento dos membros não permanentes do Conselho de Segurança e do ECOSOC. Leão Velloso vincula no seu relatório o tema do veto com o da reforma da Carta ao assinalar que o Brasil aceitou o primeiro por não poder agir de outra forma: “se o tivéssemos feito, de certo não poderíamos assinar o Estatuto da nova Organização Mundial e teríamos de ficar à margem da comunidade das Nações. Nossos esforços (...) foram no sentido de atenuar a rigidez do veto com a revisão (da Carta)”. No que se refere ao tema do desenvolvimento econômico e social - elemento que viria gradualmente a se transformar na constante mais vigorosa do discurso brasileiro na ONU - é notável a antevisão revelada em São Francisco. Registra-se no Relatório a determinação da Delegação do Brasil de bater-se por dar

ao ECOSOC “um caráter mais dinâmico, a fim de impedir que a (sua) preocupação especial fosse a manutenção de um *status quo* econômico para os países de economia já mais desenvolvida ou para a reconstrução econômica das nações devastadas pela Guerra”. Acham-se sintetizadas nessa formulação as bases do que viria a se constituir na diplomacia econômica multilateral do Brasil.

Tal como reproduzidos nas páginas adiante, os discursos brasileiros nas 50 Assembléias Gerais que se seguiram à conferência fundacional de São Francisco refletem com fidelidade o percurso trilhado pela diplomacia brasileira nos últimos cinquenta anos. Demonstram que, não obstante ocasionais mudanças de ênfase ou de orientação, a diplomacia brasileira buscou invariavelmente servir como instrumento para a preservação dos valores éticos da paz e do respeito ao Direito Internacional, assim como para a inserção competitiva do país no cenário internacional.

Os discursos deixam entrever algumas das principais dicotomias que caracterizam o processo de formulação de política externa no Brasil: nacionalismo e internacionalismo; realismo e idealismo; pragmatismo e utopia; reivindicação e invenção; ocidentalismo e tereciromundismo; universalismo e particularismo; fatalismo e esperança; subjetivismo e objetivismo; democracia e autoritarismo; continuidade e mudança; e assim por diante.

Essas dicotomias refletem as ambivalências das múltiplas e muitas vezes contraditórias dimensões do Brasil. Mas não obscurecem jamais a escala de valores éticos mediante a qual a diplomacia brasileira se propõe a apreciar os fatos e distinguir o real do irreal, a ilusão da realidade. Nestas cinco décadas de política multilateral no foro das Nações Unidas, a diplomacia brasileira projetou sempre uma visão valorativa do mundo. A qualidade ética do discurso brasileiro se manifesta em formulações permanentemente voltadas para a realização no plano internacional dos objetivos de liberdade e igualdade inerentes à condição humana.

A utopia brasileira, tal como emerge da leitura destes textos é a utopia da justiça universal. Uma utopia que tem os olhos postos no porvir. Irrealizada. Irredenta. A utopia de um país singular que busca encontrar-se consigo mesmo, ao mesmo tempo que procura construir o seu lugar na História.

Os discursos reunidos neste livro representam, portanto, uma homenagem ao passado e uma oferta ao futuro. Honram a tradição diplomática brasileira e obrigam as gerações vindouras.

O término da II Guerra Mundial desencadeia importantes transformações no quadro político-institucional brasileiro. Rompida a censura à imprensa, sucedem-se os manifestos de intelectuais e artistas em favor da restauração da ordem democrática e da convocação de eleições. Fundam-se os Partidos que dominariam a política brasileira até 1964: de um lado, a União Democrática Nacional (UDN), que seria veículo das tendências anti-varguistas; e, de outro, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), congregando as forças conservadoras e trabalhistas ligadas ao sistema Vargas. Em outubro, o Presidente Getúlio Vargas é deposto pelos Chefes Militares e, em novembro, o candidato do PSD, General Eurico Gaspar Dutra elege-se Presidente da República. Empossado em janeiro de 1946, o Presidente Dutra empreende a normalização institucional do Brasil após os 15 anos de excepcionalidade que se haviam iniciado com a Revolução de 1930. Em setembro, é promulgada a nova constituição, de orientação liberal, que restabelece o princípio da separação de Poderes e as eleições diretas em todo o país.

As transformações em curso no Brasil obedeciam à lógica de um quadro internacional que se caracterizava pela afirmação dos valores democráticos ocidentais vitoriosos na luta contra o totalitarismo nazi-fascista. A aliança ainda vigente entre as Grandes Potências ocidentais e a União Soviética permitia que a dependência estratégica do Brasil em relação aos EUA, se contrapusessem tendências em favor da aproximação com a URSS. Com a derrocada do Estado-Novo, a anistia de 1945 e o novo Código Eleitoral, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) emergiria da Guerra como fator relevante no cenário político nacional. Àquela altura, o PCB era o único Partido Comunista da América Latina responsável por uma tentativa revolucionária pela força, a chamada "intentiona" de 1935, que tantos e tão intensos ressentimentos

havia deixado nos meios militares.

As relações Brasil-URSS nunca haviam existido formalmente. O Brasil não reconheceria até então o regime que emergiu da Revolução de 1917. Ao se aproximar o fim da guerra, essa situação se alteraria. Interessado em obter beneplácito soviético para as suas pretensões nos arranjos multilaterais que viriam a conformar a ordem internacional pós-conflito, o Governo brasileiro, mediante notas trocadas em Washington sob os auspícios dos EUA, reconheceria o Governo soviético em abril de 1945.

O domínio bipolar do mundo já se prenunciava. As relações entre os EUA e a URSS, anteriormente periféricas a um cenário que tinha na Europa os seus principais vetores de poder, passariam a se constituir no fenômeno central das relações internacionais. A partir do final da Guerra até a derrocada da URSS, a história das relações internacionais seria a crônica da interação entre as duas superpotências, sua permanente obsessão por segurança e sua competição por influência ideológica, política e econômica nas demais áreas.

Esse quadro levaria os EUA a logo procurar reforçar suas alianças estratégicas. Bilateralmente associado ao sistema de defesa dos EUA, o Brasil mais adiante, em 1947, com o Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR) incorporou-se igualmente ao sistema de segurança coletiva regional.

No Brasil, a aliança com os EUA gerava expectativas positivas. Acreditava-se na iminência de um influxo de recursos norte-americanos para impulsionar o desenvolvimento do país. Essas expectativas positivas não chegariam a se atenuar mesmo com a decepção surgida nas negociações finais da Carta da ONU quando, apesar de anteriores insinuações e algumas promessas de apoio por parte de autoridades norte-americanas, a pretensão brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU viu-se frustrada pela indicação da França.

Influenciado pelas transformações em curso no mundo,

o panorama político-institucional brasileiro se revelava complexo. À relativa simplicidade do modelo getulista sucedia-se um processo institucional que se ressentia da inexistência de modelos (a “República Velha” não servia obviamente como padrão de referência), e que se achava limitado pela falta de coesão social do país. Dividido internamente, o Brasil se dividiria também externamente em torno da confrontação soviético-americana, com a qual o debate político nacional passaria a interagir ideologicamente. 1946 é o ano em que o líder comunista Luiz Carlos Prestes declara publicamente que ficaria com a União Soviética em caso de guerra entre esta e o Brasil. Meses depois sucede o episódio em que o líder da UDN, Octávio Mangabeira, beija as mãos do General Eisenhower, em visita ao Rio de Janeiro.

Não é de estranhar, pois, que os primeiros pronunciamentos do Brasil na Assembléia Geral tenham sido cautelosos.

A Primeira Assembléia Geral foi composta de duas partes. A primeira, de caráter inaugural, realizou-se em Londres. O discurso da delegação do Brasil, pronunciado pelo Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas reveste-se de acentuado conteúdo moralista e até certo ponto místico. Propõe-se a configuração de uma comunidade intelectual de nações e a formação de uma “única casa espiritual” para eliminar “a guerra, a doença e a necessidade”, expressões que se usavam para designar o que mais adiante viria a ser conhecido como segurança internacional e desenvolvimento econômico e social. É de notar a referência à inevitabilidade da difusão da “ciência cósmica” então liberada, como prenunciadora dos problemas que viriam a ser criados com a proliferação nuclear.

A segunda parte da Primeira Assembléia Geral transcorreu em Nova York. Ao intervir no Debate Geral, o Embaixador Pedro Leão Velloso Netto revela expectativas benevolentes em torno dos ideais da Organização e não deixa de desvendar nas entrelinhas algum ressentimento pelo fato de o *status* do Brasil não ter sido elevado, apesar do esforço de participação na Guerra. Ainda estavam vivas as seqüelas do episódio da retirada do Brasil da Liga das Nações ao não

serem atendidas as pretensões brasileiras de um assento permanente no Conselho. Passando ao largo dos problemas que dividiam o Brasil e das grandes questões ideológicas que ensombreciam o cenário internacional, Leão Velloso projeta a imagem de um país amadurecido, guiado pela ética e preparado para atuar com responsabilidades crescentes no plano externo. Admitindo, porém, que a paz, não obstante toda a construção jurídica da Carta de São Francisco, repousava efetivamente nas Grandes Potências, o Representante do Brasil manifesta-se disposto a aceitar o instituto do veto como maneira pragmática de “obter resultados”. Enfatizando os objetivos de segurança da Organização, Leão Velloso identifica na constituição do *Staff Committee* do Conselho de Segurança a principal característica que diferenciaria positivamente a Carta de São Francisco do Pacto da Liga das Nações. E, renunciando uma linha que viria a se constituir em vertente essencial da política externa brasileira, refere-se à importância que o Brasil desde então atribuía ao trabalho do Conselho Econômico e Social.

I Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1946

Primeira Parte

Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas ¹

Em nome do povo brasileiro e de seu Governo, gostaria, em primeiro lugar, de expressar o quanto meu país é grato a esta augusta Assembléia pelo sincero voto de confiança que lhe foi dado quando de sua eleição para o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Deste modo desejas registrar vossa simpatia por nossas tradições pacíficas e por nossa contribuição nos sacrifícios incorridos na luta pela liberdade e dignidade humana.

A República dos Estados Unidos do Brasil nunca cessou de trabalhar pela paz e tem a satisfação de ter sido a primeira nação a introduzir em sua Constituição uma cláusula que prescreve arbitragem compulsória para todos os conflitos internacionais. Sua história diplomática foi sempre escrita sob a clara luz do dia e exibe uma sucessão de tratados e acordos selados com o espírito do entendimento e da solidariedade. Recorreu às armas apenas para colocá-las a serviço da causa geral envolvendo povos cuja independência e integridade territorial estavam ameaçadas. Seu sangue foi misturado ao dos Aliados, seus recursos foram postos à disposição de todos, e seu único desejo foi o de servir à causa da paz internacional e da segurança coletiva.

É devido à força desses méritos e em nome de nossos soldados que deram suas vidas pela vitória comum que nos posicionamos ao vosso lado para trabalhar pela reconstrução, dever de todos nós. Tendo em vista esta finalidade, não pouparemos esforços e nem haverá dificuldade que nos faça recuar. A tarefa a ser cumprida é por demais fina e nobre para que sejam admitidos pensamentos impuros ou preocupações menores. Assumimos sinceramente todas as obrigações que nossa posição nas Nações Unidas possa implicar.

O problema que se coloca agora diante dos povos que tenham passado pelo teste de terríveis catástrofes é o de substituir o interesse próprio, excludente dos

¹ Luiz Martins de Souza Dantas, nascido no Rio de Janeiro, em 17 de fevereiro de 1876. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo. Adido de Legação em 2/3/1897. Embaixador em 1/11/19. Duas vezes Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, no período de 1913 a 1917. Serviu como Delegado do Brasil junto à Liga das Nações, em Genebra, em 1924 e 1926. † Paris, em abril de 1954.

direitos de terceiros, por uma avaliação de deveres mútuos. Segundo a admirável frase de São Paulo, somos todos membros uns dos outros. Portanto, esforços coletivos deveriam ser coordenados para que se preserve e aperfeiçoe a sociedade humana considerada como uma unidade indivisível da qual as diversas nações são necessariamente órgãos constituintes. Se preciso for, para a obtenção desta unidade, cada nação deve aprender a subordinar sua soberania ao interesse prevalecente da humanidade como um todo; e se, dentre as Nações Unidas, há algumas mais poderosas que outras, tal superioridade deve servir apenas para produzir maior devoção à causa comum.

Somos chamados a construir uma organização muito promissora, mas não nos esqueçamos, ao iniciarmos este grande trabalho, da lição vinda do passado. Nenhuma força estritamente temporal pode ter a expectativa de pôr um termo às disputas internacionais. Antes que as armas se calem para sempre, o coração do homem deve ser desarmado; deve ser drenado de todos os preconceitos quanto a raça, nacionalidade e religião; deve ser purgado dos pecados da ambição e do orgulho; devendo ser preenchido, em lugar disso, de esperança e sentimento fraterno. Deve-se crigar um sistema de moralidade internacional, extraído de todo o tipo de força espiritual, e deverá ser esta a moralidade orientadora dos tratados e acordos políticos do mundo de amanhã.

Mais do que nunca, uma comunidade intelectual torna-se urgentemente necessária para a constituição de uma verdadeira assembleia de nações. Cuidemos para que ela seja construída sem interferência política e que se fundamente tanto nos grandes movimentos religiosos que brotaram dos ensinamentos de Cristo, Maomé, Buda e Confúcio, quanto na contribuição laica de poetas, filósofos e cientistas de todos os países. Sem o apoio de uma opinião pública bem informada e livre, qualquer tentativa de uma organização internacional provar-se-ia ilusória, principalmente no presente momento, em que as forças materiais liberadas pelo gênio humano já ameaçam alcançá-lo. O homem se prepara para manejar uma energia cósmica, e se não for treinado corretamente para isso, poderá ser tragado por ela. Ainda por algum tempo, as armas secretas provenientes desta energia poderão permanecer ocultas. Mas seria leviano pensar que se trata de uma solução definitiva: descobertas científicas não são privilégio de um único povo ou grupo. Assim que, dados os primeiros passos, seja alcançado um determinado estágio, estas descobertas irão surgir simultaneamente em várias mentes. A história tem provado isso reiteradas vezes.

Desviados os perigos que a liberação da energia atômica traz para as relações internacionais, não resta alternativa senão o desenvolvimento da fraternidade humana por todos os meios intelectuais e morais a nossa disposição. A Carta das Nações Unidas aponta claramente o caminho a ser tomado ao posicionar o Conselho

Econômico e Social lado a lado com o Conselho de Segurança. Contanto que aquele honre seus compromissos, é de se esperar que este jamais terá de intervir. Tenho esperança ardente de que continuará sendo, como tem sido, um escudo que ninguém ousará atacar.

A máxima segundo a qual o perturbador da paz está sempre errado é a que deve guiar as Nações Unidas. Quem quer que procure interromper a paz, semear discórdia entre nações, ou promover uma guerra de nervos, será doravante subjugado pela inabalável determinação de todos os que têm sofrido as amarguras da guerra e que resolveram nunca mais admitir que semelhante catástrofe ocorra.

Em termos políticos, há cinquenta e um países diferentes representados nesta Assembléia; poder-se-á dizer que nosso trabalho obteve êxito se, ao partirmos, nossos países formarem uma única casa espiritual. Deste modo, o homem terá feito a sua maior conquista, e poderemos nos reunir em um esforço comum na eliminação dos três grandes castigos que no momento nos dividem e oprimem: a guerra, a doença e a necessidade.

Um único pensamento deve inspirar nossas ações no sentido de se estabelecer a Organização das Nações Unidas em bases inabaláveis e eu espero que seja o expresso na seguinte máxima: *Communis humanitatis causa*.

Muito obrigado.

Londres, em 10 de janeiro de 1946.

Segunda Parte

Embaixador Pedro Leão Velloso ²

Primeiramente, gostaria de expressar à cidade de Nova York, da parte da delegação brasileira, nossa sincera gratidão pela sua gentil hospitalidade durante o período da Assembléia Geral.

A Organização das Nações Unidas viu a luz do dia pela primeira vez em solo dos Estados Unidos; sua criação foi inspirada pelo grande Presidente Roosevelt, assistido por seu eminente Secretário de Estado, o Honorável Cordell Hull. O plano delineado em Dumbarton Oaks foi aprovado em São Francisco pelos Estados que formam a Organização das Nações Unidas. Eles compuseram uma Carta destinada a governar doravante suas relações mútuas. Esses fatos têm uma significação que não nos pode escapar e que eu, como filho deste continente, fico feliz em ressaltar.

América, terra da liberdade, habitada por povos que não têm os preconceitos acumulados em outros continentes durante séculos de conflitos intermináveis, berço da maior das democracias, oferece à Organização das Nações Unidas uma oportunidade sem precedentes para que floresça e efetue sua grande missão política, econômica, social e cultural.

O Brasil, em sua dupla qualidade de membro da comunidade de nações e de Estado integrante deste hemisfério, orgulha-se em ter contribuído para a criação da Carta das Nações Unidas. Seu passado, sua tradição pacífica, seu amor pela ordem, seu respeito pelo direito e seus sentimentos democráticos o prepararam para receber com entusiasmo a idéia da organização de uma sociedade internacional para a preservação da justiça e do respeito a tratados e outras fontes de direito dos povos.

É por isso que o meu país tem dado sincero apoio à iniciativa das grandes potências. Participou não somente da Conferência de São Francisco, como também do trabalho preliminar à primeira parte da Primeira Sessão da Assembléia Geral, em agosto de 1945.

A Organização das Nações Unidas tem apenas poucos meses de

² **Pedro Leão Velloso Netto**, nascido em Pindamonhangaba, SP, em 13 de janeiro de 1887. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Segundo Secretário em 1910. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1934. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 1/11/45 a 31/1/46. † Nova York, em janeiro de 1947.

funcionamento. E o fato de que o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social e outros órgãos tenham se reunido regularmente desde janeiro deste ano não significa que não estejam ainda em processo de organização, tendo número incompleto de funcionários, orçamento experimental, sede permanente ainda indefinida, *et cetera*.

Acrescente-se a este quadro as condições de pós-guerra em diversas partes do mundo, resultantes do atraso na composição e assinatura de tratados de paz.

Em suma, nossa existência se resume a um período muito curto de tempo, durante o qual temos estado diligentemente comprometidos em nos organizarmos em um mundo que ainda espera um retorno à normalidade. Seria inteiramente prematuro, nas atuais circunstâncias, tentar avaliar que papel a Organização das Nações Unidas tem desempenhado até o presente momento.

Desejo expressar a imensa fé que o meu país deposita na causa das Nações Unidas. Após os anos dolorosos que acabamos de atravessar, não podemos conceber o mundo que ora se configura, sem levarmos em conta o modelo proposto pelas Nações Unidas em benefício da humanidade, a saber, a garantia da preservação da ordem e da segurança internacional em um sistema político e legal que assegure, tanto ao vencedor quanto ao vencido, respeito por suas vidas, seus direitos e suas liberdades.

Como podeis ver, eu vos falo com meus olhos fixos na Carta. Ela representa a segunda tentativa, em vinte e cinco anos, de dar aos povos um estatuto que lhes possibilite viver em sociedade em um mundo pacífico e civilizado.

Um esforço foi feito em Dumbarton Oaks e posteriormente em São Francisco no sentido de se aperfeiçoar a Convenção da Liga das Nações pela introdução, na Carta das Nações Unidas, de provisões mais realistas que as contidas no instrumento cujo insucesso foi marcado pela invasão da Manchúria. Dentre as provisões que ressaltam as diferenças entre a Convenção e a Carta, a mais importante é a que estabelece um Comitê de Pessoal para ajudar o Conselho de Segurança em caso de ameaça à paz, ofensa à paz, ou de agressão.

A Organização das Nações Unidas foi, contudo, estabelecida tendo por base um princípio de longo alcance. Este princípio, ao qual os criadores de nossa Organização atribuíram a maior importância, tanto antes quanto durante a Conferência de São Francisco, tomou forma no Artigo 27 da Carta. A visão deles foi a de que a unanimidade entre os membros permanentes do Conselho de Segurança, ou seja, entre as grandes potências, é essencial para que a Organização das Nações Unidas sobreviva e cumpra a sua tarefa; sem isso, ela desapareceria.

Se considerado à luz do princípio da igualdade de todos os Estados perante a lei, o Artigo 27 foi um preço muito alto pago por pequenos e médios países pela obtenção da Carta. Tal cláusula do nosso estatuto é mais conhecida como a concessão do direito de veto aos membros permanentes do Conselho de Segurança.

O Brasil, embora seja em tese contrário ao veto, aceitou-o dentro de espírito construtivo, em nome da obtenção de resultados práticos. Pensamos que, enquanto todos os Estados são iguais perante a lei em termos teóricos, suas responsabilidades concernentes à preservação da paz são diretamente proporcionais aos seus meios de ação e, por conseguinte, variam muito. Por esta razão, decidimos que era necessário confiar nas grandes potências.

É óbvio, contudo, que esta confiança depositada com o mesmo espírito pela maioria dos Membros da Organização das Nações Unidas nas grandes potências obriga-as, enquanto beneficiárias, a honrá-la. Obterão êxito, primeiramente, trabalhando juntas para a reorganização do mundo. Todos compreendemos que a tarefa não é fácil. Mas estamos igualmente convencidos de que, por mais difíceis que possam ser os obstáculos, não resultarão intransponíveis, quando confrontados com a boa vontade e o desejo sincero por parte das grandes potências de alcançar todos os objetivos para os quais nos subscrevemos desde a Carta do Atlântico.

Hoje os povos de todo o mundo têm uma suprema aspiração. Após os terríveis sofrimentos da última guerra, eles desejam ordem e paz. Estão ansiosos por duas coisas: querem um retorno à ordem e esperam que ela seja duradoura. Não irão tolerar a idéia de que toda geração terá de suportar horrores cada vez mais terríveis, resultantes da solução ilusória de problemas mediante a guerra. Sem dúvida, a paz está nas mãos das grandes potências; mas o mundo nunca aceitará a idéia de que os conflitos de interesse das mesmas possam justificar o sacrifício do bem-estar da humanidade.

Voltemo-nos ao Preâmbulo de nossa Carta, que dispõe estarmos “determinados a poupar as gerações seguintes das aflições da guerra, que duas vezes durante a nossa existência trouxe indizível pesar para a humanidade”. As nações têm, freqüentemente, uma missão histórica a cumprir no mundo; nada pode impedi-las de alcançar seu destino. Porém, nos dias de hoje, tentar efetuá-lo fora da estrutura das Nações Unidas, à qual pertencem, seria loucura ou mesmo um crime.

Uma árdua tarefa nos aguarda. Nos reunimos aqui, em primeiro lugar, para finalizar os trabalhos iniciados em Londres no início do ano. Desde então, muitos temas adicionais têm sido apresentados para estudo. Temos à frente uma agenda extremamente cheia. Ademais, estamos nos reunindo após um considerável atraso resultante de duplo adiamento.

Todos os assuntos que nos aguardam são, naturalmente, muito importantes; todos merecem de nós a mesma atenção, seja qual for sua natureza. Contudo, no atual estágio alcançado pela Organização das Nações Unidas, não hesito em afirmar que alguns temas sejam de interesse predominante. Tais temas são, em primeiro lugar, os ligados à sua organização; em segundo lugar, os que nos foram submetidos para exame por parte de órgãos como o Conselho Econômico e Social, *et cetera*. Neles devemos concentrar nossos esforços se quisermos que o trabalho das Nações Unidas alcance os mais completos resultados e se desejarmos que a Organização das Nações Unidas, afinal emergente da fase preparatória que aliás já durou bastante, exerça o papel para o qual foi criada.

Foi com tal propósito que a delegação brasileira veio participar da segunda parte desta Primeira Sessão da Assembléia Geral que atualmente se reúne em Nova York. O Brasil, deste modo, continua a agir com a mesma atitude objetiva e construtiva que adotou em São Francisco, cujo propósito essencial é a formação e o desenvolvimento das Nações Unidas no mundo. Esta Assembléia Geral pode contar com o nosso mais sincero apoio para desempenharmos o trabalho que assumimos no mais curto período de tempo possível.

Muito obrigado.

Nova York, em 23 de outubro de 1946.

1947

Em fevereiro de 1947, produzem-se nas relações internacionais os acontecimentos iniciais do período que viria a ser conhecido como da “Guerra Fria”. Pressionada por severas dificuldades internas, a Grã-Bretanha manifesta não estar mais em condições de prestar auxílio econômico e militar à Grécia e à Turquia, dois países que, segundo os arranjos do fim da Guerra, haviam sido incorporados à sua esfera de influência. Ante a possibilidade de que o poder soviético passasse a se estender àqueles dois países vitais para as rotas estratégicas do Mediterrâneo, os EUA assumem a sua defesa. Ao submeter seus planos ao Congresso, o Presidente Truman expõe a doutrina que ficaria associada ao seu nome e manifesta a determinação dos EUA de ajudar os “povos livres” que resistiam a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas. Em junho, os EUA instrumentam economicamente a política de defesa da Europa com o anúncio do Plano Marshall. No mês seguinte, aparece na revista “*Foreign Affairs*” o artigo em que, sob o pseudônimo de Senhor X, George Kennan, diplomata norte-americano especialista em União Soviética, defende a necessidade da contenção da URSS mediante a aplicação sistemática de contra-força por parte dos EUA em qualquer parte do mundo, teoria que ficaria conhecida como do *containment* e que viria a dominar o pensamento estratégico norte-americano na fase inicial do pós-guerra.

A URSS responde ao *containment* mediante a criação do COMINFORM (*Communist Information Bureau*), destinado a coordenar a atuação do movimento comunista internacional. Afirma-se, ao mesmo tempo, sem prejuízo da rejeição do COMINFORM pela Iugoslávia de Tito, o domínio soviético sobre a Europa Oriental com a instalação de governos comunistas na Hungria (junho de 1947) e na Tchecoslováquia (fevereiro de 1948).

A Europa Ocidental, por sua vez, mobiliza-se para

enfrentar as novas realidades de Poder. França, Inglaterra, Bélgica, Holanda e Luxemburgo formam a “União Ocidental”, embrião da aliança que viria, em 1949, em resposta ao Bloqueio de Berlim, a se transformar na OTAN.

O Brasil mantinha-se à margem dos acontecimentos. No período inicial da guerra fria, os países latino-americanos observavam de longe os acontecimentos que se passavam sobretudo na Europa e na Ásia. O momento, porém, era propício à reafirmação de lealdades fundamentais e os EUA empenhar-se-iam em solidificar sua preeminência no Hemisfério.

1947 é o ano que assinala o início de uma fase de alinhamento do Brasil com os EUA. Na expectativa de que a aliança com os EUA criasse as condições necessárias para o desenvolvimento do país, a exemplo do que ocorreria na Europa Ocidental e no Japão, a diplomacia brasileira passa a praticar política de bloco. A pretexto de um incidente com diplomata da Embaixada em Moscou, as relações diplomáticas Brasil-URSS são rompidas. Na ONU, a delegação do Brasil toma invariavelmente partido dos EUA nas votações de questões vinculadas à polaridade Leste-Oeste. Na Conferência do Rio de Janeiro para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, em que se aprovou o Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR), a diplomacia brasileira apóia ativamente as postulações norte-americanas sobre a defesa da região.

No discurso que pronunciou perante a Segunda Assembléia Geral, o Embaixador João Carlos Muniz revela certa preocupação com as divisões entre as Grandes Potências. Faz, em consequência, a apologia da Assembléia Geral como representante da consciência da Humanidade e órgão plenamente capaz de exercer poderes semelhantes aos do Conselho de Segurança em matérias que afetem a paz e a segurança. Embora não citada nominalmente, a URSS é responsabilizada como fator de irracionalidade e de inviabilização das Nações Unidas pelo constante recurso ao veto.

Do discurso do Embaixador Muniz desprende-se a

visão do mundo de uma diplomacia que, se dando conta da importância secundária a que tinha sido relegado o país nos arranjos do pós-guerra, refugia-se em formulações de cunho idealista ou mesmo utópico. A Humanidade, afirma o Representante do Brasil, estaria passando por um período verdadeiramente existencial, de tensão e de confusão de valores. Reconciliar liberdade e segurança do indivíduo seria o caminho de salvação para o homem isolado e aterrorizado diante das ameaças do momento. Entre o totalitarismo e as perspectivas de progresso e bem estar abertas pelo desenvolvimento científico, o Brasil se manifesta preparado para contribuir com as idéias liberais e democráticas em que se baseava a sua vida nacional. A conciliação, diria Muniz, evocando a política do Gabinete chefiado pelo Marquês de Paraná no II Reinado, é o traço essencial do povo brasileiro: nossa participação na esfera internacional visa à conciliação de idéias opostas com vistas a promover o progresso mediante a persuasão.

O idealismo do discurso, no entanto, é compensado por observações de notável pertinência e acuidade. São relevantes nesse particular a menção à “extrema interdependência de pessoas postas em contato pela multiplicidade dos meios de comunicação”; e, bem assim, a avaliação pioneira de que a Carta continha defeitos que poderiam ser corrigidos por revisão ou pela adoção de práticas consensuais.

II Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1947

Embaixador João Carlos Muniz ¹

A presente Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas dá um tom de esperança e incentivo a estes momentos angustiantes que vivemos atualmente. A razão disso é que a Assembléia Geral representa a consciência do mundo e suas decisões são a personificação dessa consciência no esforço de resolver os problemas que dizem respeito a todos os povos. Sem uma profunda reflexão sobre esses problemas, nunca poderemos chegar a soluções orgânicas capazes de harmonizar interesses nacionais e promover o bem-estar geral. Daí a importância da Assembléia Geral, que deve ser considerada o órgão central das Nações Unidas, e ao qual todas as outras agências estão relacionadas.

Enquanto os outros órgãos tratam de aspectos fragmentários dos problemas, a Assembléia Geral observa e fiscaliza de modo que todas as suas agências possam funcionar corretamente. Ela é o único órgão no sistema do qual participam todos os Estados-membros integrantes. É o grande foro ao qual são trazidas todas as questões que interessam à comunidade internacional. Por este motivo, a Carta não coloca limites à sua competência; ao contrário, ela a define nos termos mais amplos possíveis para que todos os temas que afetam as relações internacionais sejam incluídos em sua jurisdição.

Para que a Organização das Nações Unidas possa alcançar o seu propósito, é essencial que a opinião pública mundial seja formada com um perfeito entendimento de seus objetivos e as condições necessárias para a consecução dos mesmos; a opinião pública deve apoiar suas ações e impor o respeito à Organização. Sem o apoio da opinião pública mundial, as Nações Unidas nunca poderão tornar-se uma realidade. A Assembléia Geral, com seus meios para disseminar idéias, é o órgão que está primordialmente equipado para criar uma opinião pública global.

Em um mundo caracterizado pela extrema interdependência de pessoas postas em contato pela multiplicidade dos meios de comunicação, tanto na esfera material

¹ João Carlos Muniz, nascido em Cuiabá, MS, em 21 de março de 1893. Bacharel em Ciências e Letras e em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro. Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade de Nova York. Chanceler em Nova York, em 1918. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1939. † Rio de Janeiro, em 1960.

quanto na das idéias, a ausência de um foro como esta Assembléia só poderia levar a confusão e a conflitos resultantes da falta de um instrumento de conciliação e de síntese pela livre discussão e para decisões tomadas em comum. Na medida em que a Assembléia Geral exercer a função salutar de formar uma opinião pública, muitos dos problemas que agora nos afligem desaparecerão e darão lugar a áreas de entendimento entre nações, intensificando portanto a colaboração internacional.

A Segunda Sessão da Assembléia Geral reúne-se em um momento que é verdadeiramente “existencial”; um momento de fortes contradições que afetam os destinos dos povos; um tempo de tensão e confusão de valores, como os que sempre precedem a emergência de um novo período na história. Todas as civilizações passaram por épocas idênticas antes de adquirirem formas superiores de consciência. Poderia ser dito que o espírito, em sua busca de ascensão, recorre à negociação e à oposição, como um propulsor na direção de sua meta mais elevada.

A desesperança não é, portanto, admissível, pois é precisamente em períodos de dúvida e tensão, como o presente, que o homem revela as imensas potencialidades de seu espírito ao ultrapassar obstáculos aparentemente intransponíveis e adquire uma concepção mais ampla da liberdade.

Se, por um lado, o nosso mundo é tragicamente obscurecido por antagonismos e contradições, seus vastos horizontes, por outro, oferecem amplas perspectivas de progresso e melhora. A atual geração utiliza métodos técnicos extremamente avançados; a aplicação desses métodos pode criar um nível de vida elevado em todas as regiões do mundo e eliminar a miséria e a pobreza. Esse progresso técnico já nos permite visualizar o advento de uma nova humanidade, altamente civilizada como somos, mas formando um só corpo dotado de uma consciência mais ampla e mais receptiva à realização de todas as metas da raça humana. Para que essa aspiração seja gradualmente alcançada, é necessário apenas que antagonismos existentes sejam conciliados. Se a Organização das Nações Unidas lograr êxito no cumprimento dessa tarefa, o momento decisivo mais perigoso de nossos tempos terá sido ultrapassado e poderemos olhar para o futuro com a segurança do viajante que alcançou o topo de um árduo caminho montanhoso e vislumbra finalmente a extensão ilimitada de uma planície radiosa.

Não preciso dizer mais nada para enfatizar a importância desta Segunda Sessão da Assembléia Geral. Nossos debates e as decisões que tomarmos devem ser de uma natureza que nos leve a uma ampla conciliação de antagonismos existentes ou, ao menos, à preparação do terreno para tal conciliação.

A delegação brasileira, cuja composição é verdadeiramente representativa das forças democráticas de nosso país, está determinada a fazer uso de todos os

seus esforços para trazer aos trabalhos desta Segunda Sessão da Assembléia Geral a contribuição das idéias liberais e democráticas nas quais se baseia a nossa vida nacional. A conciliação é a característica essencial do povo brasileiro; isso pode ser explicado pelo desenvolvimento histórico e geográfico do país. O histórico de nossa participação na vida internacional é precisamente um histórico de conciliação de idéias e influências opostas com o propósito de promover o progresso nas relações internacionais através da persuasão. É por isso que o Brasil, em sua história, sempre foi um dos mais ardentes defensores da arbitragem e outros meios de solução pacífica de controvérsias.

A cooperação internacional pressupõe não somente a existência de um instrumento adequado para mobilizar as diversas formas de atividade coletiva, mas também um mínimo de acordo entre as diversas nações sobre questões fundamentais, como a natureza das relações internacionais e das relações entre o indivíduo e a comunidade. Em outras palavras, a cooperação é condicionada por um determinado grau de unidade espiritual entre as nações. Quando falta essa unidade e as divergências de opinião a respeito de questões fundamentais são acentuadas, até mesmo ao ponto de parecerem irreconciliáveis, o trabalho cooperativo se torna precário, se não impossível. Esta é, essencialmente, a situação atual. A luta ideológica ainda não foi amenizada pela conciliação e ainda não foi encontrado um meio termo que possa promover um acordo e uma ação comum em todas as áreas dos empreendimentos humanos. Sob essas condições, todos os esforços para a cooperação são invalidados, por mais perfeito que seja o instrumento que visa a esse propósito.

A Organização das Nações Unidas é um instrumento propiciado por nações soberanas que voluntariamente aceitam certas restrições à sua liberdade de ação, em vista das vantagens decorrentes da cooperação. Como um instrumento de cooperação voluntária, a Carta incontestavelmente revela certos defeitos que podem ser corrigidos, seja por revisão, seja pela adoção de certas práticas sobre as quais os Estados possam chegar a um acordo.

O processo de votação, que requer unanimidade dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança para a tomada de decisões a respeito de questões de substância, constitui, sem dúvida alguma, um sério obstáculo à solução pacífica de controvérsias e torna impossível qualquer ação destinada a garantir a segurança, quando uma grande potência, ou mesmo um Estado que tenha o apoio de uma grande potência, opuser-se a ela.

O veto, diga-se de passagem, não foi contemplado inicialmente como um elemento negativo para permitir a qualquer das grandes potências se opor a decisões do Conselho de Segurança. Foi projetado mais como um fator positivo e como elemento de equilíbrio para garantir a solidariedade entre as grandes potências, que

arcam com as maiores responsabilidades para a manutenção da paz. Acreditou-se, em Ialta, que a regra de unanimidade, criteriosamente aplicada a decisões importantes tomadas pelas grandes potências, serviria para manter a solidariedade entre as mesmas para que a paz mundial pudesse ser garantida. No entanto, essa solidariedade entre as grandes potências não se materializou e, como resultado das divergências entre as mesmas, o veto foi transformado em um instrumento negativo que está frustrando todos os esforços do Conselho de Segurança em direção à paz. Ele tem sido empregado indiscriminadamente como um meio de frustrar métodos de resolução pacífica e impedir a admissão de novos membros à Organização.

Por esses motivos, somos a favor da adoção de meios práticos que levem à disciplina no uso do veto.

A Organização das Nações Unidas certamente não é um mecanismo perfeito. Ela contém falhas que devem eventualmente ser corrigidas para assegurar uma maior eficiência. Não devemos esquecer, no entanto, que, por mais perfeita que ela se torne, ela ainda permanecerá sendo um mecanismo que só pode ser usado com eficácia se as nações continuarem a fazer um esforço sincero para tirar proveito de todos os seus serviços. Apesar de suas falhas, a Organização das Nações Unidas é um instrumento admirável para a cooperação entre os povos. Mas a vontade de usá-la corretamente está dividida e a ação torna-se impossível.

O que acaba de ser dito significa, portanto, que o veto é mais um efeito que uma causa. É o reflexo do profundo antagonismo que divide o mundo no que diz respeito à concepção de vida e à civilização e até mesmo ao próprio destino do homem. Até que este antagonismo seja resolvido - e isso só pode se dar através da aceitação de uma fórmula suficientemente ampla que concilie as duas concepções contraditórias de forma a restabelecer a confiança e a colaboração - não poderemos confiar muito em meras mudanças no mecanismo.

Entre os defeitos da Carta aos quais me referi, um dos mais óbvios foi a não-aceitação, em São Francisco, do princípio de jurisdição obrigatória pela Corte Internacional de Justiça nos diversos tipos de controvérsia, incluídos no Artigo 36 do Estatuto. Esse princípio satisfazia as exigências da consciência jurídica universal; isto foi comprovado pela aceitação por vários Estados da cláusula opcional. Se o recurso obrigatório à Corte tivesse sido incluído na Carta, teríamos hoje em nossas mãos um poderoso instrumento para a promoção da solução pacífica de controvérsias. A ausência de tal cláusula relegou à Corte Internacional de Justiça um papel secundário quando, na verdade, ela deveria ter se tornado um dos órgãos mais importantes da Organização.

A Carta contém um potencial inexplorado na área de segurança. O Artigo 10

autoriza a Assembléia a discutir quaisquer questões ou assuntos dentro do alcance da Carta ou relacionados aos poderes ou funções de quaisquer órgãos previstos na Carta, assim como fazer recomendações a respeito de qualquer assunto, exceto como previsto no Artigo 12.

Os termos amplos nos quais os poderes da Assembléia são definidos não deixam dúvidas quanto à sua competência em questões de solução pacífica de controvérsias, mesmo apesar das definições precisas introduzidas pelos Artigos 11 e 35 que expressamente estabelecem a competência da Assembléia Geral para considerar princípios gerais de cooperação na manutenção da paz e segurança internacional, e considerar especificamente qualquer situação ou disputa.

Pode-se, portanto, afirmar que, em questões de solução pacífica de controvérsias, a Assembléia Geral tem o mesmo poder que o Conselho de Segurança: em ambos os casos, o poder de fazer recomendações. A supremacia do Conselho de Segurança nesta questão reside somente nas cláusulas do Artigo 12, que proibem a Assembléia de fazer recomendações em uma disputa ou situação a respeito da qual o Conselho de Segurança esteja exercendo as funções que lhe atribui a Carta. O poder da Assembléia de trazer qualquer questão à atenção do Conselho de Segurança e, inversamente, o poder do Conselho de referir qualquer assunto à Assembléia Geral para recomendação, e o fato de que os Estados membros podem submeter qualquer disputa ou situação à consideração da Assembléia Geral, com a única exceção prescrita pelo Artigo 12, demonstra claramente que a Carta deposita na Assembléia uma importante função em questões de segurança, superada apenas por aquela atribuída ao Conselho de Segurança. É vantajoso, portanto, que essa função da Assembléia Geral seja exercida plenamente, completando assim a ação do Conselho.

Se é verdade, por um lado, que a Assembléia está impedida de entrar no plano de ação reservado ao Conselho, também é verdade, por outro lado, que ela representa, até mais que o Conselho, o poder da opinião pública mundial, e que suas recomendações contêm um prestígio indubitável. Devemos portanto mobilizar essa força moral que representa a vontade de cinquenta e cinco nações reunidas nesta Assembléia, com vistas a tornar eficiente os propósitos da Carta, de assegurar a paz e a segurança como condições primordiais para o desenvolvimento da cooperação internacional.

As normas estabelecidas para a Assembléia Geral pela Conferência de São Francisco foram ainda mais judiciosas que aquelas que governam o Conselho de Segurança. Enquanto as últimas contêm concessões exageradas à força das grandes potências, dando preponderância à política de poder, as da Assembléia Geral representam em sua totalidade a vitória da persuasão sobre a força. A Assembléia é

o órgão essencialmente democrático das Nações Unidas; em suas decisões a norma democrática de maioria é respeitada. Sua ação está destinada a crescer em importância já que a persuasão, e não a força, é o único elemento capaz de organizar o mundo.

Devemos admitir, portanto, que a Organização das Nações Unidas não conseguiu atingir o objetivo principal para o qual ela foi criada: assegurar a segurança e a paz. Os resultados nesta área são quase nulos. A força armada internacional, que deveria ser a peça chave do sistema de segurança, ainda não foi organizada, nem tampouco se chegou a um acordo entre as superpotências para fazer do desarmamento uma realidade. Uma trágica insegurança pesa sobre o mundo e é traduzida em diversas formas de medo, tornando a colaboração em outras áreas impossível.

O tratado de assistência recíproca, recentemente concluído no Rio de Janeiro entre países do continente americano, representa o único ponto otimista no esforço estéril de organizar a segurança. Esse tratado é baseado nos princípios da Carta que favorecem a defesa regional coletiva legítima como um complemento à segurança coletiva geral.

No entanto, a atual crise não é uma crise somente da Organização das Nações Unidas, mas uma crise mundial. É uma crise da consciência humana, que se encontra dividida e incapaz de ascender a um plano mais elevado onde suas contradições internas possam ser conciliadas. É também uma crise de liberdade. A história tem mostrado que todas as vezes em que o homem conseguiu ultrapassar as contingências de seus fardos passados, atingindo a liberdade, ele se sentiu sozinho e perdido, e sua primeira reação sempre foi de temor em relação a sua conquista.

Enquanto o progresso técnico e científico abriu novos horizontes para a liberdade do homem, a própria amplidão da perspectiva instila um sentido de isolamento e medo em seu coração. Mas o medo é afastado e superado com o tempo pelo esforço humano de conciliar a liberdade com a segurança do indivíduo. Neste esforço está a sua salvação.

Muito obrigado.

Nova York, em 16 de setembro de 1947.

Uma sucessão de acontecimentos na Europa faria com que a Guerra Fria entrasse em acelerada impulsão. O BENELUX, a união aduaneira entre a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo passa a vigorar em janeiro. A reforma monetária na Alemanha ocupada pelas Potências ocidentais torna possível o início da recuperação econômica do país e a constituição da OECE (Organização Européia de Cooperação Econômica) organiza eficientemente a administração dos recursos do Plano Marshall. Em junho, o bloqueio soviético a Berlim gera uma resposta decidida por parte dos Aliados ocidentais. A anterior capital da Alemanha torna-se a trincheira avançada da guerra fria. Após a tomada do Poder na Tchecoslováquia, os partidos comunistas ganham terreno na Bulgária. A prisão e condenação do Cardeal Mindszenty na Hungria desata forte reação anti-comunista da Igreja Católica. A morte de Ghandi acelera o processo que conduziria à independência da Índia. E a proclamação do Estado de Israel, seguida da invasão da Palestina pelos exércitos árabes, dá início ao prolongado conflito no Oriente Médio.

Poucos reflexos desse quadro internacional em ebulição observam-se, porém, no Brasil. A breve prosperidade herdada da guerra e a relativa estabilidade do Governo Dutra criam na sociedade brasileira uma sedutora sensação de tranqüilidade, contrastante com a tensão reinante nas áreas onde então se enfrentavam os interesses das Grandes Potências. Alguns sintomas da confrontação ideológica, no entanto, não deixariam de se fazer sentir na vida política e institucional brasileira: a mesa da Câmara dos Deputados declara cassados os mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro.

No plano regional, a diplomacia brasileira se orienta por uma linha de apoio às políticas norte-americanas e assim

atua na Conferência de Bogotá, que aprovou a Carta da Organização de Estados Americanos (OEA).

Talvez como reação a um certo sentimento de exclusão, já que os acontecimentos internacionais continuavam a atribuir ao Brasil um papel periférico, a diplomacia brasileira se expressa em formulações principistas e moralistas. Prevalece uma atitude de cautela. A militância parlamentar das delegações do Brasil revela-se de baixa intensidade, alguns pontos abaixo do nível da retórica dos discursos. O Chanceler Raul Fernandes expõe no discurso pronunciado na Terceira Assembléia Geral, realizada em Paris, a visão de uma diplomacia que percebia a realidade internacional cada vez mais distante das expectativas de preeminência que o Brasil alimentara por sua participação na Guerra. Reitera a adesão do Brasil aos elevados propósitos da Organização, ao mesmo tempo em que critica a continuada discórdia entre as Grandes Potências. Quanto aos itens da agenda, a delegação do Brasil, diria o Ministro, deles se ocuparia em seu momento, em função dos relatórios pertinentes, com base nos princípios tradicionais de “moderação, equidade e justiça”. Não se furta, no entanto, a aplaudir a inclusão do tema dos direitos humanos como merecedor de proteção internacional.

No discurso de 1948, observa-se a primeira utilização do tema dos direitos humanos como instrumento de condenação à URSS. Raul Fernandes inaugura uma prática que seria seguida em quase todos os discursos até 1955, quando o texto dos Pactos negociados na III Comissão passaria a ser considerado inaceitável para o Brasil.

III Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1948

Ministro Raul Fernandes ¹

Senhor Presidente, Senhores Delegados, Senhoras e Senhores,

As Nações Unidas se reúnem pela terceira vez em Assembléia Regular para deliberar sobre as questões concernentes à paz, à segurança e ao bem-estar dos povos.

Em nome do Brasil, eu lhes dirijo minhas cordiais saudações. Dentre elas, saúdo particularmente a França, que com tanta cortesia nos acolhe e à qual os brasileiros são ligados pelos laços de uma amizade inquebrantável, como também por uma cultura que toma de empréstimo os melhores aspectos do espírito universal francês.

A presente Assembléia não é e não deve ser uma *clearing house* onde as disputas internacionais são liquidadas para compensação, nem um tribunal competente para prolatar sentenças; ao invés disso, ela é um fórum onde cada um, frente a opinião mundial, pode pleitear em causa própria, e onde todos devem incessantemente defender a causa de justiça, equidade e liberdade, ou um conselho familiar com poder de fazer recomendações.

A contribuição do Brasil para o cumprimento dessa tarefa constitui-se em sua fidelidade aos ideais e princípios incorporados na Carta das Nações Unidas. O Brasil accitou prontamente tais ideais e princípios junto com as responsabilidades decorrentes deles, já que sempre fez deles sua linha mestra de conduta nas relações internacionais. A história é testemunha de que, mesmo nos tempos mais difíceis e perigosos, o Brasil manteve-se à altura das obrigações impostas por tal regra.

Nisto está presente uma fé ativa na lei e na justiça e não uma mera atitude

¹ Raul Fernandes, nascido em Valença, RJ, em 24 de outubro de 1877. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo. Deputado Federal em 1909. Delegado do Brasil à Conferência Internacional da Paz, em Versalhes, e à Assembléia da Liga das Nações, de 1920 a 1925, sendo designado, pelo Conselho da Liga, para integrar a Corte Internacional de Justiça. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 12/12/46 a 1/2/51 e de 26/8/54 a 12/11/55. † Rio de Janeiro, em janeiro de 1968.

mental. A prova disso está no fato de que nós nos alinhamos às Potências que, a nosso ver, lutavam pela liberdade nas duas grandes guerras deste século, e ao fim destas, colaboramos, sem reservas, na tentativa das potências vitoriosas de organizar uma comunidade internacional que assegurasse a paz e o bem-estar humano. Eis o espírito de nossa colaboração, outrora no seio da Liga das Nações, agora como Membro das Nações Unidas.

No limiar do quarto ano de vida da Organização, a delegação brasileira presta tributo ao trabalho realizado na área social, e ao sucesso alcançado com as definições parciais ou totais de certos conflitos, conforme registrado no relatório anual do Secretário-Geral. Ao mesmo tempo, contudo, somos obrigados a constatar que, fundada sobre o princípio do poder e concedendo preeminência a certos Estados em troca de suas promessas de garantir a segurança, a Organização das Nações Unidas tem, até o presente, fracassado em cumprir tal obrigação devido ao contínuo desentendimento entre esses Estados privilegiados.

Segundo a opinião da delegação brasileira, a Assembléia deve fazer de tudo a seu alcance para erradicar as causas de tal dissensão, ou ao menos para não agravá-la, tomando decisões que, correndo o risco de serem inoperantes, poderiam até causar o retrocesso das Nações Unidas rumo ao seu objetivo de universalidade.

Não obstante, é certo que o poder que a Assembléia possui para aplacar as atuais divergências é muito limitado, já que está, principalmente, na impossibilidade de se atingir a paz com a Alemanha. Se esse assunto não pode ser evocado pelas Nações Unidas, será que deve permanecer como competência exclusiva das grandes potências, enquanto estas admitem sua incapacidade para traçar as cláusulas de um tratado aceitável?

É com preocupação que os outros beligerantes vêem esse acordo de paz ser adiado indefinidamente em grande detrimento da Europa, do mundo e da própria Alemanha, e com prejuízo dos direitos que eles obtiveram na vitória comum e de seu interesse no restabelecimento de relações normais com a Alemanha.

Ademais, e sobretudo, existe aí uma grande ameaça à paz mundial, uma negligência de promessas solenes, uma negação flagrante dos princípios em que está baseada a nova ordem instituída pela Carta de São Francisco. Já é chegada a hora de os governos responsáveis mudarem seus métodos para transpor os obstáculos recorrendo a mediadores sábios e não a árbitros inexistentes.

Abstenho-me de prejulgar quaisquer das questões constantes da agenda. A delegação do Brasil decidirá sobre elas à luz dos relatórios elaborados pelos comitês encarregados de estudá-los. Limito-me a dizer que nossa delegação, julgando esses

problemas de acordo com as tradições de nosso país - isto é, com moderação, eqüidade e justiça,- colaborará lealmente, em toda a extensão de seu poder, para que a Assembléia permaneça fiel ao seu grande dever e às esperanças da humanidade.

Por último, quero saudar a inclusão dos direitos fundamentais do homem na categoria dos que merecerem proteção internacional. É uma proposta progressista e que muito honrará nossa geração. O Secretário de Estado Marshall, em seu grande e generoso discurso de outro dia, nos falava sobre o calvário das liberdades individuais em certas regiões de um mundo que se diz civilizado, e ressaltou que entre os Membros das Nações Unidas que sinceramente se esforçam para viver de acordo com a Carta estarão, de fato, os Estados que desejam manter e proteger a dignidade e a integridade do indivíduo.

Que esses votos possam se realizar!

Paris, em 21 de setembro de 1948.

Com a explosão da primeira bomba atômica soviética em 14 de julho, a hipótese do holocausto nuclear agrava o quadro da confrontação ideológica. Nas sociedades ocidentais, a ameaça comunista adquire dimensão de terror. Com a vitória das forças comunistas chinesas sob Mao-Tse-Tung e a proclamação da República Popular da China, os Partidos Comunistas passam a controlar grandes extensões territoriais no mundo. Já a constituição dos dois Estados alemães no mês de maio dera novos e significativos contornos à geo-estratégia europeia, cristalizando uma divisão que perduraria por mais de quatro décadas. Contrapondo-se à OECE, o COMECON surge como elemento organizador da cooperação na Europa do Leste sob a tutela soviética. O quadro internacional se enrijece. Acreditava-se que uma nova conflagração estivesse iminente.

Em contraste, os acontecimentos no Brasil seguiam curso até certo ponto remansoso. Alguns sinais de crise econômica, porém, faziam-se notar. A baixa das reservas internacionais de ouro desvenda as debilidades da política econômica e alimenta a inflação. Em maio, o Presidente Dutra visita os EUA em busca de créditos e investimentos. No plano político, ressurgem os antagonismos que haviam assinalado o fim do Estado Novo. Getúlio Vargas é lançado candidato à sucessão pelo PTB da Paraíba, provocando reações por parte da UDN e o lançamento da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes.

A expectativa da parceria com os EUA sofre um severo golpe com a conclusão dos trabalhos de uma Comissão Mista bilateral, o chamado Relatório Abbink, que exclui a possibilidade de cooperação a nível governamental, como era desejo do Governo brasileiro, acentuando sobretudo a necessidade do desenvolvimento equilibrado dos recursos do Brasil através da iniciativa privada.

No seu discurso perante a Quarta Assembléia Geral

reunida em Flushing Meadows, na sede provisória da ONU em Nova York, o Embaixador Cyro de Freitas-Valle principia por retomar a questão do veto e revela que o Brasil, com base na confiança que depositava nas cinco Grandes Potências, tinha sido o primeiro dos cinqüenta Estados Membros das Nações Unidas a votar favoravelmente pela inclusão do instituto na Carta. O Embaixador Freitas-Valle mantém a linha do discurso pronunciado na Assembléia anterior pelo Ministro Raul Fernandes. Fala na “pureza” do idealismo do Brasil e, sempre evitando pronunciar-se sobre os temas concretos da agenda internacional, concentra-se numa análise da viabilidade dos propósitos das Nações Unidas e numa crítica ao crescimento exagerado da Organização, à qual estariam sendo atribuídas responsabilidades desprovidas de meios materiais de execução. É notável a análise das razões que haviam conduzido às políticas antagônicas em matéria de segurança coletiva pelas grandes potências. E certamente audaciosa terá parecido em 1949 a comparação da ONU com a Liga das Nações. Nas entrelinhas da afirmação do representante do Brasil de que uma das principais causas da ruína da Liga havia sido a “penosa obrigação” de fazer cumprir o Tratado de Versalhes já se pressente um tema que viria a se tornar constante na retórica brasileira: a reforma da Carta.

Outra postulação então exposta por Freitas-Valle viria igualmente a se constituir em elemento obrigatório dos discursos brasileiros na ONU. Ao defender a necessidade de “um programa de assistência técnica para o desenvolvimento econômico”, a diplomacia brasileira começa, já em 1949, a estabelecer as bases de sua atuação multilateral no plano econômico-comercial.

O discurso de 1949 é valioso igualmente pelo profissionalismo com que se refere aos temas organizacionais das Nações Unidas e pela qualidade de suas análises. Freitas-Valle aborda pela primeira vez a questão da emergência de povos coloniais para a vida independente, que qualifica de uma “grande revolução política”. De maneira cautelosa, mas firme, condena determinadas práticas das potências coloniais como capazes de deturpar o processo de expressão política autônoma dos territórios administrados pela ONU.

IV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1949

Embaixador Cyro de Freitas-Valle ¹

Senhor Presidente,

A participação do Brasil na Conferência de São Francisco foi marcada por um espírito de esperançosa confiança, tanto que, apesar de sua anterior oposição à instituição do veto, o Brasil foi o primeiro dos cinquenta Estados lá representados a votar pela inclusão do veto na Carta, o que mostrou a confiança do Brasil na capacidade das cinco Grandes Potências de usarem o veto sabiamente.

Em Londres, a cooperação sincera dos representantes do Brasil foi dirigida para a tarefa do estabelecimento das Nações Unidas através da implementação da Carta. O Brasil deu sincero apoio à decisão de localizar-se a sede da Organização em Nova York. Sua eleição como membro inicial do Conselho de Segurança foi garantida pela quase unanimidade dos votos; um de seus representantes foi duas vezes Presidente da Assembléia Geral e atualmente é membro do Conselho Econômico e Social. Por generosa decisão da Assembléia Geral, eu próprio fui escolhido para ser um dos Vice-Presidentes da Quarta Sessão. Por que razão, então, o Brasil teria motivo para reclamar da Organização das Nações Unidas?

Senhor Presidente,

É a pureza do seu idealismo que impele o Brasil a criticar as Nações Unidas. No entanto, a sua total ausência de preconceito constitui inegável evidência da fé que deposita no futuro da Organização. É chegado o tempo de resgatar o espírito de São Francisco.

A Liga das Nações foi um mero instrumento de conciliação. As Nações Unidas constituem uma poderosa liga política para a preservação da tranquilidade e para a defesa da paz - a paz prometida por Deus aos homens dotados daquela boa vontade que a muitos parece faltar nos tempos atuais. É tão inútil procurar determinar a

¹ **Cyro de Freitas-Valle**, nascido em São Paulo, em 16 de agosto de 1896. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo Secretário em 1918. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1938. Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, de 4/5/49 a 20/6/49. † Rio de Janeiro, em 1969.

responsabilidade para isso quanto necessário reconhecer o fato.

Pode-se indagar se não foi pela própria falha da Organização das Nações Unidas que ela deixou de fazer maior progresso. Eu, particularmente, não penso assim, pois na minha opinião as circunstâncias foram cruéis para com os protagonistas da paz. Não posso negar contudo que, como partes da Organização, poucos membros das Nações Unidas mostraram o despreendimento de interesses de vaidades necessário a que os povos se associem sem preconceitos. Cada Estado ou, mais precisamente, cada Governo deu mais atenção a sua própria subsistência do que ao progresso das Nações Unidas. Mesmo que a triste verdade seja a de que certos membros estejam usando as Nações Unidas, ao invés de servi-la, ainda assim pode-se argumentar, sem entrar em sutilezas, que a utilização em causa própria dos serviços de uma instituição é sinal de crença em seu valor.

O Sr. Trygve Lie, Secretário-Geral das Nações Unidas, em diversas ocasiões, explicou francamente as razões do lento progresso da Organização das Nações Unidas, colocando toda a responsabilidade nos ombros dos que não cooperavam. Não seria talvez mais justo falar de falta de confiança mútua ao invés de procurar dividir a culpa?

A Organização das Nações Unidas não poderia ter proclamado que os povos estavam se unindo com a determinação de “salvar as futuras gerações do flagelo da guerra” se tal determinação não houvesse de fato existido. É esse pensamento que me leva a relembrar o espírito que reinou em São Francisco, tão mais amplo do que aquele que se manifestou nos econtros subseqüentes em Londres. Todo membro deve ter a coragem de admitir tal fato e retornar ao espírito original para que alcancemos um verdadeiro progresso.

É evidente que assim agindo a Organização não se deixará desencorajar por aqueles que a criticam pela demora em alcançar os objetivos para os quais foi criada. Que sacrifício de princípios significaria para alguns membros, nos casos em que o veto foi invocado, pensar de boa fé num sistema de equilíbrio e garantias?

Há exatamente três anos e oito meses realizou a Assembléia Geral das Nações Unidas a sua primeira reunião em Londres, ainda sob o impacto do espírito de São Francisco, visando a armar o arcabouço estrutural cujo esboço fora lá delineado. Viviam todos em ansiosa expectativa de alcançar o objetivo que havia sido então traçado. Não poderia a Organização, desde o início, ter sido plenamente capaz de fazer o que dela se esperava quando confrontada com os problemas resultantes da guerra - problemas que os vencedores infelizmente foram incapazes de resolver?

Além disso, a formação da Organização das Nações Unidas ocorreu no ápice

de uma das periódicas crises mundiais, e foi exatamente durante tais períodos que os Governos e povos evoluíram e adaptaram-se às circunstâncias, enquanto o idealismo declinava. Uma das causas da falta de um perfeito ajuste no âmago da Organização reside exatamente nessa evolução de atitudes e no comportamento internacional desde a Conferência de São Francisco. Conquanto seja admitido que a política internacional não deveria ser submetida a mudanças violentas, não é menos verdadeiro ser extremamente difícil manter o equilíbrio numa estrutura cujas fundações tenham sido assentadas sob os auspícios de um grupo de países que, desde o princípio do trabalho, perdeu a capacidade de compreensão mútua e começou a trilhar caminhos antagônicos no campo da segurança coletiva. O penoso mandato-obrigação de executar o Tratado de Versailles foi uma das principais causas da queda da Liga das Nações.

O que está errado, portanto, não é a Organização das Nações Unidas, mas o mundo em si. Uma prova disso está no fato de que, enquanto o Conselho de Segurança conduz suas intermináveis rodadas de reuniões, a Corte Internacional de Justiça fez muito pouco, não por falha de seus membros, mas porque nenhuma causa lhe foi apresentada, uma vez que as pessoas aparentemente não mais acreditam no domínio do espírito sobre a força. As nações estão, de fato, temerosas do uso da força em si, conforme se evidenciou quando o Conselho de Segurança mostrou-se incapaz de exercer suas altas funções na preservação da paz. O mundo pode de fato lamentar os conflitos no seio do Conselho de Segurança, assim como a falta de apelações junto à Corte Internacional de Justiça.

Uma tentativa no sentido de encobrir deficiências comuns, não apenas no sistema, mas decorrentes de circunstâncias pouco auspiciosas, foi a de colocar ênfase indevida em atividades que podem ser explicadas, porém nem sempre justificadas. O objetivo, aparentemente, é solucionar problemas concretos, freqüentemente de natureza material, enquanto se perde de vista os fundamentais; curar o corpo esquecendo-se da alma. O corpo da Organização cresce a uma velocidade alarmante, com um desenvolvimento descontrolado de órgãos e funções. Praticamente todo problema internacional que surge é entregue diretamente à Organização das Nações Unidas, ou a uma de suas agências, sem qualquer tentativa de se descobrir antecipadamente se a Organização está ou não equipada para enfrentar a questão ou solucioná-la. O resultado disso é a criação quase que automática de instituições e comissões para solucionar problemas diariamente submetidos à Organização como novos. O problema não é resolvido, mas um aparato internacional para estudá-lo é imediatamente criado, o que apenas o torna mais complicado e de solução mais difícil.

O número de reuniões realizadas em consequência da crescente tendência de se estabelecer nova engrenagem internacional é inacreditável: durante os anos de

1947, 1948 e 1949, os diversos organismos das Nações Unidas realizaram respectivamente 3.504, 4.092 e 3.683 reuniões, sendo que 3.850 já estão planejadas para o próximo ano.

O Brasil considera tal procedimento não apenas mal orientado, mas, sobretudo, nocivo à imagem das Nações Unidas. Eu não estou aqui para acusar, menos ainda para denunciar o que deveria ser de conhecimento de todos. No entanto, constato que alguns membros podem estar alheios às circunstâncias, já que nem todos podem comparecer às inúmeras reuniões, enquanto que os que a elas comparecem freqüentemente deixam de ser adequadamente representados.

O propósito de todos os membros - pois em São Francisco e em Londres o pensamento de todos esteve centrado nas Nações Unidas do futuro - foi o de reunir as diversas instituições internacionais sob a égide do que poderia ser chamado de o Novo Super-Estado, não para complicar, mas para simplificar a vida internacional. Os resultados nesse sentido podem talvez demonstrar que o procedimento foi errático. É melhor admitir tal fato e tentar remediar a situação.

Por outro lado, é preciso reconhecer que muitos dos esforços feitos não foram em vão. No campo econômico, por exemplo, a organização de amplo programa de assistência técnica para o desenvolvimento econômico - cujo modelo baseado na bem intencionada proposta do Presidente Truman - constitui tarefa importante e construtiva. Somente com a organização de planos para assistência técnica em larga escala é que o Conselho Econômico e Social atingirá a maioria.

No campo do progresso social, importantes empreendimentos podem ser registrados. É gratificante lembrar a Resolução 217 (III) da Assembléia Geral, adotada em 10 de dezembro de 1948, proclamando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seguida pela Convenção sobre Direitos Humanos e medidas de implementação, e pela codificação do Direito Internacional. A Convenção sobre Prevenção e Penalidade do Crime de Genocídio, aprovada pela Assembléia em sua Resolução 260 (III), em 9 de dezembro de 1948, representa igualmente um passo em direção à maturidade da consciência jurídica e ao acordo sobre a questão internacional da responsabilidade penal.

Conquanto ainda não tenha tido qualquer participação direta nas atividades do Conselho de Tutela, a delegação do Brasil as segue com muita atenção e interesse. O advento de povos coloniais à independência constitui, sem dúvida, revolução política da maior importância. É de esperar que esse processo transcorra de maneira acelerada e seja facilitado pelas atividades do Conselho de Tutela, sobre o qual pesa imensa responsabilidade em sua função de representar a consciência internacional de povos ainda privados de expressão política autônoma. Não deixa de ser com

alguma preocupação, contudo, que o governo brasileiro constata uma certa tendência da parte de potências metropolitanas administradoras de territórios não-autônomos de utilizarem uniões administrativas, quer com o propósito de reduzirem a área de supervisão internacional, ou ainda - o que é mais alarmante -, como estágio preparatório para absorção política. Felizmente, é dever do Conselho de Tutela manter-se alerta sobre o problema e coibir tais tendências.

A organização administrativa das Nações Unidas, conquanto prejudicada pela falta de melhor distribuição geográfica na composição do Secretariado, já se faz notar pela qualidade superior de seus serviços e pela regularidade com que suas crescentes e difíceis tarefas vêm sendo desempenhadas. A conclusão, em 1950, da construção da nova sede deverá liberar a Organização dos inconvenientes e da perda de tempo a que está sujeita para a realização de reuniões fora de Nova York, com conseqüente redução em termos de eficiência e pesados gastos orçamentários.

Ao concluir, expresso a minha sincera esperança de que na presente Sessão se faça rápido progresso e que a inspiração de instinto político e de grandeza de espírito possa contribuir para solucionar alguns dos problemas que estão causando tantos dissabores, particularmente, os das antigas colônias italianas cujo destino depende da sabedoria e do espírito de justiça das decisões a serem deliberadas pelas Nações Unidas.

Reafirmo a confiança do Brasil nas Nações Unidas, e acrescento que a delegação brasileira apenas assinalou algumas das deficiências da Organização, porque o desejo do Brasil é o de vê-las corrigidas para a melhoria da vida internacional e o bem-estar da raça humana.

Muito obrigado.

Nova York, em 20 de setembro de 1949.

1950

A guerra fria fica institucionalizada com a aprovação dada pelo Presidente Truman ao memorando do Conselho de Segurança Nacional dos EUA conhecido como “NSC 68”. Ao estabelecer seus objetivos e programas em matéria de segurança nacional, o Governo norte-americano descarta a possibilidade de convivência pacífica com a URSS, à qual atribui intenção de dominar o mundo pelos métodos da guerra fria. A importância singular desse documento para o curso das relações internacionais deriva dessa percepção antagônica e da atribuição à URSS do objetivo de destruir não apenas os EUA, mas toda a civilização. Para enfrentar uma ameaça definida tão peremptoriamente, os EUA sentiam-se compelidos a mobilizar, arregimentar e organizar os recursos do mundo inteiro. Uma derrota das instituições democráticas em qualquer lugar do mundo, estabelecia a doutrina presidencial, passa a ser vista como uma derrota em todos os lugares do mundo. Estavam criadas as condições políticas e os fundamentos institucionais para a globalização da ação externa dos EUA.

Com a invasão da Coreia do Sul, em junho de 1950, pelas tropas do Norte, as circunstâncias internacionais não tardam a testar a política norte-americana. Era preciso responder ao que se percebia como uma deliberada agressão de inspiração soviética. A intervenção na península coreana assinala nova etapa na confrontação com a URSS, ao revelar a determinação dos EUA de empregar poderio militar em regiões distantes de suas fronteiras territoriais e européias.

Nesse contexto antagônico, a diplomacia dos EUA revelar-se-ia capaz de arregimentar as Nações Unidas em defesa de seus postulados de segurança. Manobra parlamentar facilitada pela ausência fortuita da URSS do Conselho de Segurança permite aos EUA, mediante a Resolução *Uniting for Peace*, legitimar a intervenção na Coreia através da

Assembléia Geral, foro em que graças ao alinhamento da Europa Ocidental e da América Latina, detinha maioria de votos.

As conseqüências do conflito coreano não deixaram de se fazer sentir na política externa do Brasil. Resistiria o Governo às pressões para enviar tropas à península, mas, em contrapartida, sentir-se-ia compelido a tomar parte ativa na confrontação parlamentar em Flushing Meadows.

Novamente incumbido de pronunciar o discurso do Brasil no Debate Geral, o Embaixador Cyro de Freitas-Valle utiliza na Quinta Assembléia Geral retórica francamente anti-soviética. Faz um discurso de tomada de posição. Enquanto a URSS é nominalmente citada como tendo despertado a condenação do mundo todo por sua atitude, os EUA são elogiados por sua determinação de assumir ônus da luta na Coréia. As referências ao tema dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, por sua vez, enquadram-se na mesma perspectiva anti-soviética.

Sem prejuízo do alinhamento expresso nas formulações combativas do discurso, Freitas-Valle não deixa, por outra parte, de ceder ao gosto pela retórica da utopia. Qualifica a paz como uma questão de honestidade e compara a reconciliação de divergências entre os membros da ONU com a fusão harmoniosa de notas diversas e imutáveis em uma melodia. E propõe uma mudança completa na mentalidade prevalecente no Conselho de Segurança.

Pronunciado às vésperas da eleição que conduziria Getúlio Vargas à presidência constitucional do Brasil, com base numa plataforma nacionalista, o discurso de Freitas-Valle enfatiza particularmente o tema do desenvolvimento. Atribui os problemas da ONU ao subdesenvolvimento de grande parte dos Estados-membros. E reclama medidas mais abrangentes e positivas para assegurar o que, naqueles tempos iniciais de multilateralismo, era qualificado de "assistência econômica e financeira" ou "assistência mútua".

V Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1950

Embaixador Cyro de Freitas-Valle ¹

Por ser o primeiro representante a ter a honra de falar à Quinta Sessão da Assembléia Geral, peço que se faça um tributo à memória de um dos fundadores das Nações Unidas, o Marechal Jan Christian Smuts, que faleceu na semana passada. Ao fazê-lo, tenho certeza que traduzo os pensamentos de todos nós. O Marechal Smuts foi um bravo soldado e foi justamente por ter lutado em muitas guerras que ele se tornou um dos líderes mais entusiastas do movimento pela paz mundial.

A Assembléia Geral das Nações Unidas não é um palco. No entanto, ao nos reunirmos aqui, os olhos do mundo se voltam para nós como se estivéssemos em um palco; e isso se deve ao fato de todos acreditarmos que esta Organização tem a capacidade de ajudar o mundo a viver. Ainda é a esperança da paz que nos une, como personagens em um drama, ao grande público atento.

Tal esperança vem para tomar o lugar que pertencia, e deveria ainda pertencer, à confiança. Havia confiança em São Francisco quando, ao pronunciar o voto do Brasil sobre a regra do veto, foi-me possível dizer:

“Um passo tão construtivo é tomado como uma demonstração da nossa crença na boa fé com a qual as quatro Potências patrocinadoras buscam o exercício do direito de veto como uma necessidade imprescindível para a manutenção da paz e como uma demonstração da nossa confiança que elas farão uso prudente do referido direito.”

Nenhum de nós, hoje, reiteraria essas palavras, pois a verdade é - e todos a sabemos - que houve abuso do direito do veto.

Se, só para demonstrar, quiséssemos substanciar essa asserção pela exposição de um simples fato, não precisaríamos fazer mais do que perguntar por que a nobre nação italiana ainda não obteve a permissão para sentar-se entre nós, de acordo com o que foi solenemente estipulado na Conferência de Paris. Não é verdade que foi

¹ **Cyro de Freitas-Valle**, nascido em São Paulo, em 16 de agosto de 1896. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo Secretário em 1918. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1938. Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, de 4/5/49 a 20/6/49. † Rio de Janeiro, em 1969.

dada a garantia à nova Itália de que ela viria trabalhar conosco, em condições iguais, uma vez que o acordo de paz que assinou com seus antigos inimigos fosse ratificado? Não vimos, e não estamos vendo ainda, como uma consequência do veto, decisões fundamentais que afetam a Itália sendo tomadas sem que haja uma plena participação da mesma?

Por outro lado, como foi dito deste mesmo púlpito um ano atrás, quem quer que faça mal uso intencional deste foro demonstra assim uma crença implícita no mesmo. É evidente que a União Soviética não estaria suscitando a crescente condenação por parte do mundo todo a respeito de sua atitude negativa, se ela não estivesse inspirada em alguma meta construtiva. Que a União Soviética possa, um dia, decidir expor os motivos por trás dessa atitude inexplicada, limpando assim o caminho para um entendimento com aqueles que depositaram confiança em sua lealdade quando a mesma se uniu a nós no trabalho pela paz. Não está expresso no Artigo Primeiro de nossa Carta que um dos propósitos da Organização das Nações Unidas é ser “um centro para harmonizar as ações das Nações”? Um homem tem motivos para suspeitar que está errado quando ele tem certeza que está certo em um momento no qual todos os outros pensam de maneira diferente.

Os eventos na Coreia do Sul, suscitados pela agressão lançada pelo norte, motivou ação imediata e efetiva por parte do Conselho de Segurança. No entanto, esses eventos também demonstraram - e parece não haver mais nenhuma dúvida a esse respeito - que é necessário equipar melhor a nossa Organização, tendo sempre em vista o estabelecimento de uma força internacional e a criação de um sistema para a mobilização imediata de todos os recursos comuns. Os Estados-membros não deixaram de demonstrar solidariedade para com as Nações Unidas. Porém, quase todo o fardo da luta recaiu sobre uma Nação, cuja ação em defesa da democracia exige o respeito de todo homem livre. Alguns se somam a ela nesse esforço. Muitos outros ainda não foram capazes de transformar suas boas intenções em verdadeira ajuda material.

Essa deficiência por parte de muitos - uma deficiência que não é culpa dos mesmos - provém em parte do subdesenvolvimento econômico. A idéia generosa de ajudar essas Nações a ajudarem a si mesmas para que, para o bem de todos, elas possam produzir e consumir mais, nunca poderá ser considerada por demais ambiciosa. Esse problema é de tal magnitude que medidas mais compreensivas e positivas ainda se fazem necessárias.

Além disso, nunca será demais enfatizar que, devido à falta de um programa adequado para assistência econômica e financeira, muitos Estados-membros ainda não estão em posição de render às Nações Unidas toda a cooperação que gostariam. O problema que confronta esses Estados é a simples questão de desenvolver suas

forças físicas para que as possam oferecer para a defesa da Organização.

A assistência mútua entre os Estados-membros é a peça chave da nossa grande aliança. Na introdução do excelente relatório no qual demonstra o quanto foi atingido pelas Nações Unidas durante o seu mandato, o Sr. Trygve Lie dirige nossa atenção ao Artigo 103 da Carta, que corretamente determina que as obrigações assumidas pelos Estados-membros na Carta prevalecerão sobre quaisquer outras obrigações internacionais.

Por outro lado, *horresco referens*, ainda não concebemos um instrumento prático para compelir os Estados a respeitar ou restaurar, quando violados de alguma forma, os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua e religião. No entanto, tão dominante era o desejo em São Francisco de assegurar definitivamente tais direitos que a promessa está enunciada seis vezes na Carta. E aqueles que, como o meu caro amigo, Sir Gladwyn Jebb, foram membros da Comissão de Coordenação em São Francisco, recordar-se-ão que a mesma promessa aparecia o dobro das vezes nos esboços votados pelas doze comissões.

É impossível continuar sem fazer referência aos procedimentos do Conselho de Segurança. Quando normalmente executadas, suas atividades são uma indicação de que tudo o mais na Organização está funcionando normalmente. Se, pelo contrário, essa fonte principal fica obstruída, todo o resto - até as agências especializadas - estarão em vias de ter problemas. O menor desses predicamentos - ainda que sério - é uma resultante atmosfera de desconfiança, e por vezes acrimônia, entre pessoas que deveriam trabalhar com uma mente sempre aberta à cooperação ilimitada.

Já foi sugerido que a maneira de lidar com a situação seria aumentar as funções e reforçar os poderes da Assembléia Geral, em detrimento do Conselho de Segurança. Mas o Conselho é um órgão primeiramente responsável pela manutenção da paz, e seria impossível encurtar seus poderes sem incorrer em risco. O que é verdadeiramente indispensável é chegar a uma mudança completa na mentalidade que tem prevalecido no Conselho de Segurança. Devemos pensar no que o Conselho deve e pode fazer e não nos concentrarmos simplesmente nos aspectos técnicos de suas regras de procedimento, que são destinadas a garantir a busca honesta da verdade mas que têm, mesmo assim, sido usadas para bloquear o funcionamento das Nações Unidas. Os homens que participam do Conselho e os governos que eles representam devem provar-se à altura de suas missões e, assim, restaurar a confiança universal no Conselho de Segurança. O mundo precisa dessa confiança.

Essa crítica severa, mas construtiva, não se aplica à Assembléia Geral ou à sua Comissão Interina, comumente conhecida como a "Pequena Assembléia", que o

Brasil teve a honra de presidir este ano. No entanto, mesmo nesses órgãos, os procedimentos são freqüentemente inadequados e incompletos, e isso pode estar fundamentado na atmosfera à qual nos referimos.

O governo brasileiro aguarda com enorme interesse o relatório sobre as medidas a serem tomadas para evitar a proliferação de nossas agências e reuniões, cujo número, como foi verificado durante a Quarta Sessão, tem crescido em ritmo alarmante.

Esta Quinta Sessão da Assembléia Geral, proclamada pelo presidente da Quarta Sessão, General Romulo, como a mais histórica de todas, está, nas palavras de um dos meus colegas, impregnada de destino. Sejam todos merecedores desta oportunidade, que nos apresenta um dilema: ou continuamos nos arrastando, destruindo assim a esperança ainda depositada nas Nações Unidas, ou então, com nossos olhos voltados para o Criador e nossos corações elevados no esforço resolutivo de poupar a humanidade da devastação de uma nova guerra, voltamos a um nível que nunca deveríamos ter abandonado.

A paz é uma questão de honestidade. O que foi dito há vinte anos atrás ainda é verdade atualmente, mais do que nunca. Sejam honestos uns com os outros. Sejam, cada um de nós, honestos com os seus compatriotas que, sem exceção, detestam a guerra e a violência. Sejam honestos com os homens e mulheres das gerações vindouras, cuja única herança deixada por nós serão problemas complicados, quando é o nosso claro dever, em reconhecimento à luta pela democracia em que seus pais tanto se empenharam, pavimentar seu caminho para um destino de felicidade.

Todos falamos sinceramente, aqui, de paz e desarmamento, direitos humanos e educação, segurança e liberdade. Mas prendêmo-nos - e por que não admiti-lo? - a pontos de vista rígidos, e é por isso que não alcançamos o entendimento que é a própria razão da nossa associação. Notas musicais são também diversas e imutáveis, mas de sua fusão harmoniosa surgem as mais inspiradas melodias. Por que não, corajosamente, buscar reduzir nossas diferenças e reconciliar nossas opiniões divergentes?

A Quinta Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas se confronta com uma escolha muito dramática: a luz ou a escuridão.

Muito obrigado.

Nova York, em 19 de setembro de 1950.

1951

Ao assumir o seu mandato constitucional, o Presidente Getúlio Vargas encontra o Brasil sensivelmente transformado. O incipiente processo de industrialização e urbanização tornara mais complexas e diversificadas as relações de forças internas. As questões ligadas ao desenvolvimento principiariam a assumir preponderância na agenda social e política. Coerente com as suas plataformas, Vargas incorpora o ideário do nacionalismo econômico. Suas políticas são percebidas como estatizantes e hostis ao capital estrangeiro. O debate em torno da criação da PETROBRÁS divide o país. O apoio prestado pelo Partido Comunista à política nacionalista gera inquietação nas Forças Armadas. Estas continuavam a identificar na aliança com os EUA a garantia de segurança interna e externa do país. 1951 é o ano em que os EUA dão início à formação de sua rede de acordos militares no Hemisfério. Iniciam-se as negociações que culminariam, em 1952, na assinatura do Acordo Militar Brasil-EUA.

Na esfera internacional, o ano foi relativamente tranqüilo. Churchill regressa ao poder em Londres. A Europa dá um passo decisivo em direção à integração, ao se constituir a Comunidade do Carvão e do Aço. Preocupados com a segurança do Pacífico, os EUA se comprometem com a recuperação do Japão. Em diversas áreas, produzem-se acontecimentos que, mais adiante, evoluiriam num contexto de confrontação ideológica: o Irã de Mossadegh nacionaliza o petróleo e a China impõe a sua preeminência sobre o Tibete.

O discurso do Brasil na Sexta Assembléia Geral, pronunciado pelo Embaixador Mário de Pimentel Brandão mantém-se predominantemente no plano das formulações genéricas. O incerto panorama interno não ensejava definições muito ousadas no plano externo. Não faltam, porém, palavras de aplauso às intervenções da ONU na Coréia e na Grécia. A retórica revela-se grandiloqüente, reflexo indireto, talvez,

da falta de participação do país no encaminhamento das grandes questões que ameaçavam a estabilidade internacional. A circunstância de que a Assembléia se realizava em Paris motiva o representante brasileiro a proferir louvações à capital francesa e a renovar a lealdade do Brasil, numa expressiva seqüência de associações, ao Cristianismo, ao império do Direito e à cultura do Mediterrâneo. O Embaixador Pimentel Brandão faz neste discurso uma sugestiva profissão de fé no mundo latino e lamenta, em alusão à Espanha e à Itália, a ausência de certas grandes nações latinas até então excluídas da ONU.

Pela primeira vez nos discursos pronunciados pelos Chefes de Delegação do Brasil na Assembléia Geral ficam evidentes as ambivalências da posição brasileira em matéria de descolonização. O Embaixador Pimentel Brandão, por um lado, afirma a simpatia do Brasil diante das legítimas aspirações nacionais dos povos e recorda passagem da mensagem ao Congresso em que o Presidente Vargas qualificara o colonialismo como intolerável na vida internacional. Mas, por outro lado, expressa dúvidas quanto à implementação prática do processo, pedindo prudência e tranqüilidade aos países que buscavam sua independência para não afetar as estruturas de segurança internacional. A ambivalência do discurso brasileiro em matéria de descolonização era fruto de um processo de formulação de política orientado fundamentalmente pela confrontação ideológica. Pouco pesavam os interesses históricos, culturais e estratégicos diferenciados que o país tinha no espaço atlântico ocidental.

VI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1951

Embaixador Mário de Pimentel Brandão¹

Deste púlpito em que eu tenho hoje a honra de ser o primeiro a subir, saúdo Paris em todo o seu esplendor. *Fluctuat nec mergitur*. Igualmente, nossa fé e confiança na paz, na liberdade e no direito nunca soçobrarão.

Como o poeta antigo, imbuído de admiração e gratidão, exclamo: “Oh luz divina, olhos áureos do dia!” E no brilho do sagrado fulgor que saudou o nascimento de Lutécia há dois mil anos, ofereço à França, que nos acolhe com todo o seu charme imponente e incomparável, um tributo de solene e cordial homenagem. Em nome de todos os povos cujos idiomas ressoam, mesmo longinquamente, a língua do Lácio, eu renovo o juramento de eterna lealdade ao Cristianismo, ao império da lei e à cultura do Mar Mediterrâneo.

A tradição da filosofia do direito e dos princípios básicos que emanam daquela grande fonte original foi proclamada e adotada pelos povos, que lhe conferiram a forma da Carta das Nações Unidas de São Francisco. É nela que encontraremos permanente fonte de inspiração para nossos trabalhos durante a Sexta Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, trabalhos estes envolvendo temas da maior importância para a paz e segurança internacionais.

Percebe-se claramente o relevo da Sexta Assembléia devido à diversidade de tópicos que nela serão abordados. Não importando o assunto em debate, quer se trate do problema vital da preservação da paz e segurança mundiais, ou de pormenores sobre cooperação econômica e técnica entre Estados-membros, a Assembléia emerge novamente como organismo quintessencial das Nações Unidas. Encerrando as mais variadas correntes de pensamento, analisando e discutindo a gama total de problemas da sociedade internacional, ela assume o caráter de um fórum internacional em que todos os membros da Organização são representados em igualdade de direitos.

A existência de um Conselho de Segurança, órgão especificamente encarregado

¹ **Mário de Pimentel Brandão**, nascido no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1889. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro. Adido à Secretaria, em 1912. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1934. Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, de 6/11/52 a 22/11/52 e de 19/6/53 a 1/7/53. † Rio de Janeiro, em 1956.

de lidar com os temas relacionados aos fins últimos das Nações Unidas, de modo algum detrai a suprema autoridade da Assembléia. É a Assembléia, em razão de sua estrutura, a responsável pelo efetivo trabalho na Organização e pela realização de seus escopos. E os vários obstáculos com os quais o Conselho tem-se deparado ao tentar atingir integralmente seus altos objetivos justificam a adoção pela Assembléia, em sua última Sessão, da Resolução 377, a qual procura assegurar que as grandes potências trabalharão em conjunto dentro de um espírito de entendimento mútuo; e que qualquer deficiência que possa resultar de fracasso por parte do Conselho seja sanada.

Com relação a isto, permitam-me recordar que a Quarta Reunião de Consulta a Ministros de Relações Exteriores realizada em Washington no início deste ano foi totalmente ao encontro do espírito de tal Resolução, intitulada *Uniting for Peace*, ao recomendar que todos os membros da Organização de Estados Americanos devessem adaptar seus recursos e seus sistemas defensivos às atuais exigências da segurança internacional, sem, contudo, prejudicar os interesses legítimos de suas defesas internas.

Tem-se nisto um exemplo concreto de participação efetiva por parte de um organismo regional no empenho das Nações Unidas de completar sua tarefa pela paz internacional. É desnecessário que eu me detenha sobre a importância da atividade de tais organismos no âmbito do sistema instituído pela Carta. O valor das organizações regionais como agentes da propagação das Nações Unidas e do desenvolvimento e aplicação de seus princípios cresce constantemente. Os benefícios delas obtidos são inegáveis uma vez que se reconheça que, quer por sua existência, quer por suas atividades, jamais detrairão a universalidade sobre a qual recai a esperança de vitória final para as Nações Unidas.

De modo a que enfrente a presente crise nas relações internacionais e obtenha sucesso, nossa Organização deve se esforçar com renovado vigor para que sua esfera de atuação seja alargada e seu domínio territorial seja acrescido de todas as nações que desejam fielmente colaborar para esta nobre tarefa. É lamentável que nós ainda não possamos ouvir neste recinto a voz de certas nações, particularmente a de grandes povos latinos, cuja assistência poderia ser deveras valiosa, não só para as Nações Unidas como também para o grande contingente humano residente dentro dos limites de suas fronteiras.

O Brasil recentemente participou do primeiro Congresso da União Latina. Trata-se de um movimento pelo reforço progressivo do trabalho pacífico e construtivo das Nações Unidas de interligação de vinte e seis países, americanos e europeus, que tenham origem latina. O movimento, cujo primeiro Congresso foi realizado no

Rio de Janeiro, obtve conclusões que representam a reafirmação de princípios básicos da civilização ocidental.

Tendo em vista sua competência e composição, a universalidade é a condição vital para o sucesso das Nações Unidas. Lucraremos muito pouco com a contínua proliferação de agências especializadas e comitês *ad hoc* a não ser que nossos trabalhos sejam dirigidos dentro de um espírito de lealdade, de cooperação sem reservas da parte de todos os povos do mundo. Como afirmou com muita propriedade o Sr. Trygve Lie, Secretário Geral das Nações Unidas, nem paredes nem cortinas impedirão que povos pertençam às Nações Unidas ou que as Nações Unidas pertençam aos povos.

Atualmente, é quase um truísmo afirmar que as dificuldades colossais com as quais estão lidando determinadas comunidades têm caráter político e não técnico. Para a delegação brasileira, é triste pensar que o intelecto humano, que tem se aplicado com tanto sucesso no desembaraçar dos mais árduos mistérios da ciência, encontra-se freqüentemente perplexo e frustrado quanto à obtenção de resultados práticos, devido à falta de entendimento entre certos governos, estimulada por fanatismo ideológico ou atitude de equivocada firmeza. A crescente interdependência, de fato a virtual coincidência, das políticas estatais interna e externa tem obtido o resultado verdadeiramente paradoxal de ser ameaça à causa da paz mundial. Uma época que se considera iluminada depara-se com a terrível realidade de multidões escravizadas em sombria servidão moral e espiritual, um terreno fértil para a propagação de doutrinas tanto anti-democráticas quanto contrárias aos interesses da paz.

Os problemas emergentes das reivindicações nacionalistas de certos grupos são delicados e de difícil resolução. Enquanto o Brasil, conforme suas tradições políticas, simpatiza profundamente com as legítimas aspirações nacionalistas dos povos, não deixa de ter sempre estado na vanguarda dos que advogam soluções pacíficas e conciliatórias para todos os conflitos da vida internacional. O Presidente Vargas, em sua mensagem ao Congresso Brasileiro este ano, declarou que todo colonialismo deve ser visto como sobrevivência indesejável na vida internacional de hoje. Na atual conjuntura, é de importância premente que povos aspirantes de liberdade total se empenhem em agir com a prudência e a calma exigidas pela necessidade de salvaguardar a estrutura de segurança construída tão lenta e dolorosamente e que oferece a melhor garantia para a realização de seus anseios.

É portanto vital procurar-se acordos compensatórios mediante negociação amistosa. Trazer diante da Organização das Nações Unidas uma disputa sem antes serem exauridos todos os outros meios de solução pacífica é contrariar o sentido da Carta e trazer-lhe dano considerável. Em um momento em que são submetidas às

Nações Unidas questões que pesam sobre o mundo, não é demais reafirmar a necessidade vital de confiança mútua e de fé em nossa Organização, em seus objetos e aspirações.

Faz-se mister que as resoluções e recomendações, tanto da Assembléia Geral quanto do Conselho de Segurança, sejam respeitadas por todos os Estados-membros e que as decisões da Corte Internacional de Justiça sejam mantidas por todos os governos. O Brasil sente-se particularmente bem qualificado a apoiar tais projetos já que o espírito de conciliação e paz, tantas vezes confirmado por seu desenvolvimento histórico e por sua conduta no âmbito da comunidade das nações, faz parte da sua tradição legal e do temperamento de seu povo. Pois o verdadeiro espírito democrático fundamenta-se sobre uma justa harmonia entre interesses coletivos e individuais.

Defendendo, sob a autoridade da Carta, soluções pacíficas para os problemas que ameaçam o mundo, a delegação brasileira não tem a menor intenção de restringir a liberdade, afastar os direitos, ou ignorar as aspirações de alguns povos em favor de outros, sejam eles grandes ou pequenos. Procura apenas estabelecer uma balança equitativa de interesses ao dar a medida de satisfação para cada grupo e ao garantir a todos as condições mínimas de vida que lhes permitirão exercer os direitos assim adquiridos.

Olhando em retrospecto o trabalho empreendido pela Organização das Nações Unidas desde a sua criação, sinto que podemos afirmar que já rendeu muitos resultados positivos. Como exemplo destes resultados, é com grande satisfação que a delegação brasileira, por ocasião da abertura da Sexta Sessão da Assembléia Geral, aponta para a feliz intervenção das Nações Unidas na Grécia e na Coreia.

Aqueles que são céticos quanto a atividade da Organização até o presente momento tendem a um tratamento simplista das questões e a uma análise indevidamente superficial dos princípios sobre os quais se baseiam as Nações Unidas. É realmente encorajador recapitular tudo o que tem sido planejado e atingido durante estes seis anos de trabalho. Estabelecemos normas e técnicas para o avanço econômico e social do homem como ser predominantemente político. Reafirmamos os direitos fundamentais do homem enunciados na convenção preliminar que iremos discutir e que consiste em uma das mais ambiciosas tentativas de ação criativa legal e social já empreendida por uma organização internacional. A Organização das Nações Unidas é uma instituição criada pelo homem para o homem e tal aspecto fundamental exprime de uma só vez toda a sua força e toda a sua fraqueza. Suas vicissitudes, seus recuos e suas hesitações são as vicissitudes, recuos e hesitações do homem moderno, perplexo ante uma enorme quantidade de problemas, cansado de guerra e no entanto esperançoso como nunca na paz, não obstante os aspectos mais sombrios

da existência contemporânea. A fidelidade com a qual as Nações Unidas tem refletido e interpretado a situação na qual se encontra o homem é sobretudo prova eloqüente de que é um instrumento vital do progresso político-social e do desenvolvimento.

A experiência de ação conjunta na Coréia, sobre bases que teriam sido consideradas altamente improváveis e até impossíveis alguns anos atrás, tem demonstrado até que grau os povos do mundo estão imbuídos com os ideais da Carta nos dias de hoje. A percepção do fato de que a paz é indivisível e de que uma agressão contra qualquer Estado consiste não somente em violação da paz mundial como em um ato dirigido contra a comunidade de nações livres levou ao estabelecimento de certos padrões internacionais de conduta e à cristalização de certos princípios que complementarão o sistema de segurança coletiva da Carta na medida em que refletem sistemas políticos e sociais do mundo contemporâneo. É por esta razão que a delegação brasileira está particularmente interessada na análise cuidadosa que faremos do relatório feito pelo Comitê de Medidas Coletivas (A/1891). O trabalho preliminar desempenhado por quatorze delegações que se reuniram durante sete meses na sede da ONU nos fornece fundamentos para uma discussão sobre o reforço dos princípios da segurança coletiva. Conforme já se manifestou o Brasil naquele Comitê, o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva não é o fim último das Nações Unidas. Pelo contrário, nós o abordamos como uma contingência surgida da continua precariedade da paz nas relações internacionais, e como uma admissão da possibilidade de novos atos de agressão.

Os resultados até aqui obtidos são um passo no caminho para a paz, mas não significam que tenhamos atingido os objetivos finais que pusemos a nossa frente. Estamos nos esforçando por tornar a segurança coletiva o mais universal possível. Mas mais avançados estaríamos se nos fosse concedido agora um rápido olhar sobre uma época em que pudéssemos considerar um sistema de segurança internacional genuinamente universal como algo de todo incompatível com um estágio de desenvolvimento político em que os princípios que formulamos hoje seriam vistos como concepções inadequadas e obsoletas de homens ainda obcecados pelo temor da agressão e da guerra.

Vivemos em uma época de profundas mudanças sociais e políticas; nossa tarefa não consiste em nos opormos a elas ou em protelá-las. Nossa Organização, na forma em que a planejamos, recebeu de todas as nações a tarefa de atribuir substância, estrutura e contorno a estas novas aspirações, de criar um vínculo entre as realizações do passado e as promessas do futuro, entre pensamento e ação, entre idéias que nos inspiram e objetivos por nós estabelecidos dentro do espírito da Carta e com consciência de nossas responsabilidades em um estágio especialmente crítico da história da humanidade.

Eu endosso a esperança, expressada por um dos mais proeminentes líderes do pensamento brasileiro e membro de nossa delegação, de que as tempestades da alma possam apoderar-se desta Assembléia.

Muito obrigado.

Paris, em 6 de novembro de 1951.

A partir de 1952, operar-se-ia significativa inflexão nos pronunciamentos brasileiros. O alinhamento com os EUA parecia não haver rendido os frutos esperados. Surgiriam então nos discursos brasileiros na ONU formulações favoráveis à implantação de mecanismos multilaterais mais eficazes para a promoção do desenvolvimento econômico, por oposição ao bilateralismo assistencialista característico do período anterior. Sem abandonar a expectativa da aliança norte-americana, a diplomacia brasileira passaria a qualificá-la.

O panorama externo não sofre alterações fundamentais, a não ser a vitória no Egito do golpe de estado anti-monárquico e nacionalista liderado pelo Coronel Gamal Abdel Nasser, que, mais adiante, introduziria elementos críticos na dinâmica do conflito do Oriente Médio.

Refletindo a natureza das preocupações que dominavam o panorama do país, o Chanceler João Neves da Fontoura expressaria na Assembléia de 1952 a importância que a diplomacia brasileira atribuía às divisões econômicas que marcavam o mundo. Sem abandonar totalmente a retórica da confrontação, o discurso brasileiro ensaia na Assembléia de 1952 os primeiros passos da diplomacia econômica que viria a se consolidar no período Kubitschek. O diagnóstico de João Neves era singelo e preciso. Uns poucos Estados haviam industrializado completamente as suas economias. Enquanto isso, o mundo estava-se dividindo entre uma comunidade próspera de países ricos e um vasto proletariado internacional. A minoria, prossegue o Ministro na lógica de uma avaliação que teria importantes conseqüências para a evolução da política externa do Brasil, enriquece, ao passo que a maioria empobrece. Sem dúvida ousadas para um país latino-americano no ano da guerra fria de 1952, estas formulações contêm os elementos de raciocínio que levariam

o Brasil gradualmente a se afastar da dinâmica da confrontação ideológica Leste-Oeste para se transformar num dos principais agentes da diplomacia econômica multilateral Norte-Sul.

A mudança de ênfase era justificada pela situação interna. O Brasil experimentava sérias dificuldades econômicas, com a intensificação do processo inflacionário e o aumento do custo de vida. Os planos de redução do déficit na balança de pagamentos e de contenção da inflação não encontravam apoio em Washington. Com a mudança de governo nos EUA, a administração republicana de Eisenhower interrompe as práticas implantadas por Roosevelt e seguidas por Truman, favoráveis a medidas especiais de assistência econômica internacional. De acordo com a ortodoxia republicana, competia à iniciativa privada o papel de agente de cooperação internacional. Aos Governos interessados em investimentos norte-americanos cabia criar, mediante a liberalização e a abertura de suas economias, as condições adequadas.

Prevalecia no Brasil, porém, a visão de que o Estado tinha um papel essencial na promoção do desenvolvimento. Datam de 1952 a lei de restrições à remessa de lucros e à repatriação de capitais, a constituição do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a implantação do Instituto Brasileiro do Café (IBC). O diálogo Brasil-EUA passaria a encontrar dificuldades crescentes, às quais não faltaria o estímulo dos setores empresariais internos ligados aos interesses norte-americanos, que adicionaria elementos de crispação ao já conturbado quadro político nacional.

VII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1952

Ministro João Neves da Fontoura ¹

Senhor Presidente,

Antes de expressar a opinião de meu país no debate geral, gostaria de, em nome do Governo do Brasil, homenagear sinceramente o Senhor Trygve Lie, que ontem (392ª Reunião) informou-nos sobre sua intenção de resignar do seu posto como Secretário-Geral das Nações Unidas. Embora eu reconheça as razões e considerações que levaram o Senhor Lie a tomar tal decisão, com a única intensão de facilitar o trabalho das Nações Unidas de obtenção da paz, não posso compartilhar de seu ponto de vista e arrisco-me a expressar a esperança de que sua decisão não seja irrevogável.

A paz continua a ser o objetivo básico das Nações Unidas. Certamente que a Organização não foi estabelecida para perpetuar o mundo de 1945, com seus grupos fixos de vitoriosos e vencidos, nem para se arrastar interminavelmente nos ajustes dos ódios, destruição e rivalidades da última guerra. Mais do que nenhuma outra organização política, as Nações Unidas não podem se manter estáticas. Como uma criação do homem, têm que seguir o curso dos eventos, tentando sempre descobrir métodos que devem sempre variar, calculados para oferecer melhores condições de vida para a comunidade internacional.

Esta Assembléia é uma manifestação do reconhecimento irrestrito do princípio de democracia, pois, livre de coerção ou restrição, ela considera problemas de interesse comum - não apenas aqueles envolvendo uma ameaça à paz, mas também aqueles relacionados ao método de manutenção da paz. Isso, acreditamos, pode ser descrito como a técnica da paz. Os representantes dos governos aqui reunidos podem expressar livremente as suas diferenças de opinião, diferenças que são inevitáveis porque o direito à discordância e a liberdade de exercer este direito são as bases primeiras da democracia. Regimes totalitários são baseados na força, intimidação e silêncio; só a democracia é revigorada pelo conflito de idéias. Mesmo quando as circunstâncias

¹ João Neves da Fontoura, nascido em Cachoeira, RS, em 16 de novembro de 1887. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Embaixador, por nomeação, em 19/5/43. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 31/1/46 a 24/7/46 e de 1/2/51 a 19/6/53. † Rio de Janeiro, em março de 1963.

da vida contemporânea justificam a interferência do Estado nos negócios econômicos para dirigir a produção, a distribuição da riqueza e o consumo, as diferentes escolas de opinião devem sempre sobreviver, desde que as liberdades civis, políticas e espirituais estejam protegidas. Nós, de nossa parte, consideramos que a controvérsia é não apenas natural, mas necessária e salutar. A unanimidade quase sempre implica a dominação absoluta e desenfreada de uma opinião sobre todas as outras, e o seu efeito sobre esse corpo coletivo seria a frustração por meio da atrofia funcional.

Seria, contudo, uma crítica injusta salientar apenas o aspecto negativo de nossas discordâncias, sem nos referirmos ao valioso trabalho já realizado pelas Nações Unidas; por exemplo, a sua função como um lugar de contato permanente entre todos os Estados, onde grandes e pequenas diferenças são gradualmente contornadas por meio da discussão e onde há um esforço para evitar a perpetuação daqueles mal entendidos que os historiadores corretamente detectam como a origem de todas as guerras. É verdade que os esforços das Nações Unidas nem sempre produziram resultados positivos. Em todos os grandes movimentos históricos, contudo, há sempre um estágio de evolução dialética no correr da qual a síntese prevalece sobre tese e antítese, que os contemporâneos não conseguem temporariamente distinguir.

O Brasil está entre os países que têm grande confiança nas Nações Unidas, nos seus objetivos e seus métodos. Não pode ser negado que por meio das Nações Unidas o mundo tornou-se consciente das conseqüências políticas da desigualdade econômica entre os povos, e compreendeu que a perspectiva da paz está ligada com a melhoria constante das condições que trazem o bem-estar geral que todos os povos deveriam poder dividir sem sofrer os riscos e atrasos de uma longa evolução. Além disso, as Nações Unidas estão contribuindo decisivamente para a criação de uma consciência internacional sobre os direitos humanos, e elevou todos os assuntos pertinentes à dignidade e ao respeito humano pelas liberdades individuais à categoria de objetivos internacionais supremos. Somente com tal espírito de internacionalismo, baseado nos princípios da tradição cristã e humanista que é o fundamento primordial da civilização contemporânea, será possível, com o livre consentimento dos Estados, se proceder às mudanças legais necessárias, para que o respeito à soberania encontre o seu complemento natural no reconhecimento dos direitos humanos e nas salvaguardas apropriadas da segurança e da paz.

Contudo, as Nações Unidas não atingirão seu vigor total até que incluam entre seus Membros todas as nações que apoiem genuína e sinceramente seus princípios básicos. Afinal de contas, o propósito das Nações Unidas não é somente manter a paz entre seus Estados-membros, mas principalmente estabelecer a paz em uma base universal. Por isso todos os Estados que preenchem esses princípios fundamentais deveriam ser imediatamente admitidos como Membros. Esta é a posição

de meu Governo. Ele sempre defendeu essa posição, e sente muito que o Conselho de Segurança não seja capaz de recomendar que a Assembléia Geral admita alguns Estados como Membros, muitos dos quais, no correr de suas longas histórias, ajudaram a enriquecer os mais altos valores de nossa civilização. Além de estarem ausentes de nosso meio, alguns desses países encontram-se no momento sujeitos a regimes especiais contrários ao interesse da paz. Refiro-me particularmente à Áustria, cujo povo infeliz foi umas das primeiras vítimas da escravatura nazista. A restauração da total soberania daquele país está sendo retardada e impedida em flagrante desrespeito aos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas. O meu Governo, fiel à tradição de justiça e concórdia do povo brasileiro, clama fortemente a todas as nações, e particularmente àquelas potências diretamente responsáveis, que devolvam àquela nobre nação, situada na encruzilhada espiritual onde o Leste encontra-se com o Oeste, o seu lugar independente no mundo moderno.

Se podemos agora dizer que existe um estado de equilíbrio nas forças militares que assegura a paz, embora precário, esta situação existe sem dúvida devido ao Comitê de Medidas Coletivas e à sua declaração do princípio que, ao tomarem medidas militares para restaurar a paz, as Nações Unidas não estão cometendo um ato de guerra, mas engajando-se em uma operação policial contra o crime em defesa da lei.

Problemas de tal magnitude necessitam de constante vigilância das Nações Unidas, e particularmente da Assembléia Geral, se desejamos evitar que a diversidade destrua o mundo unido que aspiramos construir. Tenho em mente os problemas e as reivindicações de algumas comunidades que ainda não são soberanas. De acordo com as suas tradições, o povo brasileiro simpatiza verdadeiramente com as legítimas aspirações desses povos, e faz um apelo às partes diretamente envolvidas que reconciliem seus interesses divergentes por meio do reconhecimento dos direitos recíprocos, num espírito de sincera cooperação, excluindo qualquer circunstância e conflito que possam apenas ferir ambos os lados e por em perigo a paz mundial.

Estou convencido, contudo, de que nossos maiores problemas são os econômicos, e que o que precisamos aqui é de uma política dinâmica, capaz de satisfazer as necessidades que surgem em muitos países como o resultado de seu crescimento. É bastante conhecido que os Estados-membros das chamadas áreas subdesenvolvidas estão sofrendo os efeitos de uma crise que influencia todos os aspectos de sua vida cotidiana. Incapazes de obter o equipamento necessário não apenas para satisfazer o crescimento das necessidades de suas indústrias, mas também para repor os equipamentos gastos com o uso constante, incapazes de renovar as ferramentas essenciais à sua expansão econômica, privados até mesmo de seus clientes tradicionais devido à escassez de moeda para a compra dos bens de consumo produzidos pelos países subdesenvolvidos, estes países confrontam-se com um

problema que, complexo em si mesmo, é ainda mais agravado pelo esgotamento progressivo das reservas de moeda que tinham conseguido acumular a custo de um esforço tremendo. É, portanto, uma questão de necessidade imperativa para eles restaurar a sua prosperidade - na verdade, garantir pelo menos um padrão razoável de vida. Esses países encontram-se ao mesmo tempo em meio a uma crise de crescimento e uma crise de empobrecimento. Eis porque aqueles que detêm o poder de guiar a reconstrução da economia e do mercado mundiais devem antes de mais nada classificar e avaliar os problemas econômicos não apenas em termos de prioridades mas também de urgência.

Infelizmente, existindo poucos Estados que industrializaram completamente as suas economias, o mundo está em meio a um processo de ser dividido em um grupo de Estados ricos e um outro grupo, muito maior, de Estados pobres. Enquanto a minoria acumula riquezas, a maioria empobrece. Os Estados da segunda categoria estão em posição de “*coloni*”; ou, para aplicar internacionalmente uma classificação usada em negócios nacionais, podemos dizer que hoje temos um pequeno número de comunidades prósperas *vis-à-vis* um vasto proletariado internacional. Os Estados das chamadas áreas subdesenvolvidas estão procurando emergir do estágio de economia primitiva baseada na agricultura e na criação de gado. Estão procurando desesperadamente se beneficiar dos recursos da técnica moderna, e estão se esforçando por lucrar com a experiência das nações que estão mais avançadas no caminho do progresso industrial. As Nações Unidas têm também que devotar mais atenção ao problema resultante do fato de que todos os bens e todos os recursos estão concentrados nas mãos de certos Estados, enquanto outros Estados, por falta de meios e oportunidades, estão a caminho de uma terrível pobreza, porque eles não possuem o capital e o equipamento técnico adequado para explorar os seus recursos agrícolas e minerais.

Se as Nações Unidas visam estabelecer os princípios da dignidade da pessoa humana como parte integral da ordem legal internacional, têm que tirar vantagem do poder do homem como criador de trabalho e de riqueza. No interesse da solidariedade internacional, planos para aumentar os padrões de vida nas áreas subdesenvolvidas, que constituem a maior parte do mundo, têm que ser levados a efeito sem demora. Chegou a hora de considerar cuidadosamente este problema muito sério, com a intenção definida e não ambígua de entendê-lo e solucioná-lo. Passos imediatos têm que ser dados para se traçar um amplo programa de ação que beneficie os países subdesenvolvidos e aqueles que ainda não chegaram nem a um nível econômico que assegure a mera subsistência. A menos que se aja logo, esses países continuarão não somente a não ter os meios com que resistir às repercussões domésticas das crises econômicas em outros países, como também não terão a oportunidade de acumular as reservas de bens, trabalho e moeda estrangeira necessárias para assegurar uma prosperidade contínua.

Esta é a ampla política, vasta no seu campo de ação, ilimitada na sua visão e continuidade, que todo o tipo de consideração requer das Nações Unidas. Em uma análise final, apenas tal política poderá injetar nova força nas instituições democráticas em todo o mundo, contra-atacar o ressentimento dos Estados cujo progresso tem sido retardado e colocar as próprias Nações Unidas em bases firmes.

É claro que esta tarefa é um desafio para as forças construtivas do mundo. Seria vão tentar fechar nossos olhos para os problemas dramáticos de hoje em dia; é melhor colocá-los às claras e corajosamente procurar soluções para eles. O reconhecimento da existência de tais problemas é um passo inicial para solucioná-los; não se deixar intimidar por eles já é em si um grau de progresso. Durante os últimos sete anos, o mundo que existia no dia seguinte à guerra já foi deixado para trás. Outras mudanças advirão com o correr dos eventos. Nossas chances, contudo, de guiar essas mudanças pelos caminhos da ordem mundial, paz e prosperidade dependem não apenas da vontade do homem, mas também da bondade de Deus.

Nova York, em 14 de outubro de 1952.

Ao deixar à URSS a iniciativa das decisões fundamentais quanto aos elementos tempo, local e método das ações, a doutrina do *containment*, tomada ao pé da letra, deixara os EUA em papel até certo ponto passivo. Em consequência, Eisenhower e Dulles introduzem o conceito da “retaliação maciça”, segundo o qual a reação norte-americana a qualquer evento produzido pela URSS ou a ela favorável perderia a característica da proporcionalidade. Os EUA, que haviam explodido a primeira bomba de hidrogênio no ano anterior e cuja opinião pública havia-se mobilizado em torno do perigo da infiltração comunista com o processo e a execução do casal Rosenberg, reservavam-se doravante a opção de reagir aos eventos favoráveis à URSS no grande tabuleiro mundial em lugares de sua própria escolha e empregando os meios julgados adequados, não necessariamente proporcionais aos utilizados na ação original.

Paralelamente, anuncia-se a disposição norte-americana de não mais apenas “conter” a expansão comunista no mundo, mas sim de efetivamente combatê-la e “liberar” os países que haviam sido controlados por Governos comunistas. Mais propriamente de efeito retórico do que de aplicação prática, essa política, conhecida como de *roll-back*, assumiu certa valoração significativa no contexto da confrontação bipolar, ao infundir nas lideranças soviéticas a percepção da determinação ofensiva dos EUA. Com a morte de Stalin, o cessar-fogo na Coreia e o início do processo de implantação da liderança de Nikita Krushev, as interações americano-soviéticas não sofreriam, porém, alterações significativas na prática. Foi pouco expressiva a reação ocidental ao esmagamento por tropas soviéticas de uma revolta sindical ocorrida na República Democrática Alemã.

O discurso do Brasil na ONU reflete tanto as incertezas do panorama internacional, quanto as ambigüidades do

quadro político e econômico interno. Permanece a retórica ocidentalista. Ao se dirigir à Oitava Assembléia Geral, o Embaixador Mário de Pimentel Brandão louva a ONU pela funcionalidade alcançada à luz da dominação exercida pelos EUA sobre as maiorias da Assembléia Geral. A URSS, por sua vez, devido a seus repetidos vetos, é responsabilizada pela falta de efetividade do Conselho de Segurança.

Ênfase crescente adquirem as questões econômicas. A sanção da lei que criou a PETROBRÁS revelara a determinação do Governo de manter o controle do Estado sobre riquezas e atividades econômicas consideradas fundamentais. Desapontada quanto aos programas de assistência bilateral dos EUA, a diplomacia brasileira passaria efetivamente a propugnar medidas de caráter multilateral. Formula-se em 1953 o conceito da “segurança econômica coletiva”, em nome do qual reclamam-se mecanismos capazes de atenuar os efeitos negativos observados nos países subdesenvolvidos em função das desigualdades internacionais de crescimento econômico.

O discurso contém ademais menções a dois temas que viriam posteriormente a se transformar em constantes dos pronunciamentos brasileiros: a reforma da Carta, que havia sido esboçada em termos muito genéricos em 1947, e a “redução de armamentos”.

O tema da descolonização, na realidade, continuava a encerrar dificuldades para o discurso do Brasil. A veemência com que se reclamam medidas de apoio ao desenvolvimento contrasta com formulações genéricas em favor da conciliação entre o espírito nacionalista das jovens nações e a assim chamada ordem colonial.

VIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1953

Embaixador Mario de Pimentel Brandão ¹

Senhora Presidenta,

Antes de começar meu discurso, gostaria de dizer o quanto meu Governo, minha delegação e eu mesmo ficamos felizes com a eleição da Senhora Pandit para a Presidência da Oitava Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Nossa satisfação origina-se de duas fontes: primeiro pelo fato de que, como chefe da delegação da Índia, ela representa um país querido de todos os brasileiros e que tem sido um trabalhador incansável pela causa da liberdade e da paz; e, segundo, porque a Presidenta desta Assembléia é uma senhora ilustre cujo talento pessoal não fica atrás de sua experiência política.

Eu gostaria de acrescentar uma palavra de congratulação ao Senhor Hammarskjold, Secretário-Geral de nossa Organização. As suas qualificações pessoais, que já ficamos conhecendo durante o curto período desde a sua eleição, são uma garantia de que os assuntos concernentes às Nações Unidas serão bem tratados, como também de que será criado um clima melhor para o entendimento entre as grandes Potências.

Ano após ano, as Nações Unidas têm aumentado seu campo de ação. Imperativos políticos, econômicos, culturais e jurídicos, em resumo, todas as forças livres da vida internacional, estão transformando a Assembléia Geral das Nações Unidas em um verdadeiro fórum mundial. Nesta sala são expressas as opiniões de todos os grupos geográficos, assim como de todas as ideologias políticas e todos os anseios pela melhoria das condições econômicas e sociais da raça humana, pelo fortalecimento da harmonia mundial e pela observância dos princípios de lei universalmente proclamados.

No entanto, com o aumento desse campo de ação, estamos nos defrontando com o crescimento de um ceticismo. Aqueles que encontram defeitos nos resultados

¹ **Mário de Pimentel Brandão**, nascido no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1889. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro. Adido à Secretaria, em 1912. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1934. Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, de 6/11/52 a 22/11/52 e de 19/6/53 a 1/7/53. † Rio de Janeiro, em 1956.

práticos da ação das Nações Unidas afirmam que muito mais poderia ter sido conseguido; que o mundo ainda está dividido em dois blocos antagônicos, que alguns grandes problemas foram tocados apenas superficialmente, e que hesitações e a alternância entre progressos e retrocessos têm sido muito prejudiciais a alguns esforços da Organização, que ofereceram, no começo, possibilidades promissoras. Eu não nego que até certo ponto essas críticas poderiam ter um fundamento. Deveríamos, contudo, salientar que a Organização, devido ao próprio fato de que nasceu de um profundo caos político, é prejudicada por certas imperfeições e falhas inevitáveis. Essas imperfeições e falhas são conseqüências das angústias do período imediatamente posterior a guerra. Uma das maiores autoridades jurídica e diplomática de meu país, o Senhor Raúl Fernandes, antigo Ministro das Relações Exteriores, disse certa vez que hoje em dia é dado ao mundo apenas uma “moratória de paz”.

O perigo a ser evitado é que este crescente ceticismo quanto à ação das Nações Unidas tenha sucesso em contaminar mentes que até agora têm sido inspiradas por um realismo construtivo.

Em verdade mesmo - e esta é minha crença profunda - é agora fato consumado que a opinião pública mundial repousa sua confiança nas Nações Unidas. Se fôssemos fazer um breve balanço das atividades e sucessos das Nações Unidas, ficaria imediatamente claro que suas conquistas já são consideráveis. Eu gostaria de acrescentar que, se ainda não se conseguiu mais, a responsabilidade não deveria ser atribuída totalmente à Organização; é principalmente resultado de correntes e contracorrentes políticas, que exerceram grande influência nas soluções dos problemas considerados.

Na minha opinião, é necessário que mais cedo ou mais tarde nós prossigamos, na ordem prescrita, com a revisão da Carta, para que a Organização se encontre em melhor posição para chegar ao máximo de seus objetivos e, portanto, eliminar as críticas que foram levantadas contra ela. Esta revisão deveria ser feita de maneira objetiva e imparcial, tirando-se vantagem da experiência adquirida nos últimos anos. Se de fato a Carta das Nações Unidas contém defeitos e imperfeições, e se todos nós estamos cientes de sua existência, por que não lidar com esse problema e tentar encontrar um remédio para ele. A Carta não é apenas um documento político e jurídico que serve como guia e um código de disciplina; a Carta é na verdade a expressão de um tipo de plebiscito político, jurídico e moral, que expressa os desejos de nosso mundo.

Os povos de nossa época, aqueles das grandes, pequenas ou médias Potências, anseiam por lei e justiça, tanto no campo nacional quanto no internacional. A guerra tem se tornado cada vez mais assassina e destrutiva, ameaçando a própria existência da sociedade humana. É provavelmente esse instinto de auto-preservação na espécie

humana que inspirou a criação deste órgão político. Esta vontade instintiva de viver é, na verdade, uma força irresistível que não pode ser ignorada por ninguém. A prova disto é que, até mesmo aqueles que expressam as críticas mais violentas sobre a eficiência de nossa Organização, são contudo os mais ansiosos por mantê-la viva.

Se o governo de uma grande Potência, tal como a União Soviética, critica as ações da Organização e repetidamente expressa seu descontentamento com a maneira pela qual as Nações Unidas lidaram com os problemas, pareceria natural - e eu diria ainda - lógico, esperar que este governo fosse, na teoria ou na prática, a favor da revisão da Carta. Será que eu poderia ter a esperança de que a União Soviética se unirá eventualmente àqueles que seriamente consideram a possibilidade de levar adiante a revisão da Carta das Nações Unidas para fazer dela uma melhor ferramenta nos campos político e jurídico?

Como representante de uma nação amante da paz, honestamente devotada às regras jurídicas e aos princípios morais que deveriam guiar a sociedade internacional, eu gostaria de reforçar que nosso principal desejo é que o trabalho das Nações Unidas cresça ano após ano para permitir uma melhor proteção aos direitos humanos sagrados e ao respeito mútuo entre as nações, e para estreitar os laços entre todos os povos.

A divisão do mundo em dois blocos ideologicamente opostos e os antagonismos culturais, econômicos e políticos que resultaram dessa separação não foram fortes o suficiente para minar as fundações da Organização. Pelo contrário, essa divisão infeliz agiu como um verdadeiro catalizador. Na verdade aumentou o poder de resistência das Nações Unidas.

Na verdade não somos criadores, mas intérpretes das profundas aspirações da raça humana. É nossa missão resgatar as principais correntes da opinião pública mundial, que procura a melhoria das condições econômicas, sociais e morais do indivíduo e o aperfeiçoamento da comunidade internacional. O atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o eminente Professor, Dr. Vicente Rao, que representou o Brasil na Assembléia Geral de 1950, já enfatizou a predominância da ordem jurídica sobre assuntos transitórios que surgem como resultado do desejo de certas Potências de se expandirem.

Solicita-se que a atual Sessão da Assembléia Geral considere as sérias questões políticas e econômicas em cujas soluções encontra-se a segurança de uma paz mundial duradoura. Entre esses problemas, eu gostaria de me referir à redução de armamentos, ajuda econômica a países subdesenvolvidos, assistência técnica, direitos humanos e a resolução do conflito entre o espírito nacionalista das nações jovens e a chamada ordem colonial.

É absolutamente necessário que as Nações Unidas devam o máximo de tempo e atenção aos gigantescos problemas econômicos que perturbam vastas regiões da maioria dos países subdesenvolvidos. É até mesmo aconselhável mencionar que a segurança coletiva de natureza econômica deveria coexistir com a idéia clássica de segurança coletiva nos domínios políticos e jurídicos. Embora já esteja delineado na Carta, este conceito merece ser totalmente explorado, permitindo assim uma solução prática designada a permitir que países subdesenvolvidos lidem com as pressões resultantes da falta de equilíbrio nos níveis econômicos e a taxa de crescimento econômico das diferentes nações.

Neste campo particular, o trabalho das Nações Unidas não pode deixar de trazer resultados imediatos. Os países subdesenvolvidos esperam com ansiedade um crescimento mais rápido de sua renda per capita por meio de uma produtividade crescente, tanto em amplitude como em profundidade.

É importante que, graças aos seus excelentes especialistas e órgãos executivos, as Nações Unidas e suas agências especializadas irão gradativa e incansavelmente não apenas continuar com as atividades de assistência técnica, mas também estabelecer esquemas de cooperação internacional para o financiamento do desenvolvimento econômico. Essa política não pode deixar de ser implementada, e servirá de base para as fundações de uma ordem econômica mundial mais firme.

É a esperança profunda de meu país que a paz prevaleça na Coreia. Será que é preciso que eu diga que a paz é na verdade o objetivo principal das Nações Unidas? A lição trágica aprendida na Coreia não terá sido em vão. Não nos deixemos esmorecer no nobre esforço pela paz e pela intensificação de relações pacíficas e frutíferas entre todas as nações do mundo.

Muito obrigado.

Nova York, em 15 de setembro de 1953.

1954

A deterioração da situação interna no Brasil se acelera dramaticamente em 1954. Grupos das Forças Armadas e setores civis de oposição denunciavam infiltração comunista no Governo Vargas. A política do ABC, como ficou conhecida a proposta de entendimento Brasil-Argentina-Chile, é apontada como instrumento de orientação esquerdista destinado a conter a influência dos EUA no Hemisfério. O debate interno no Brasil permanecia subordinado à lógica do conflito Leste-Oeste.

Seria a partir dos acontecimentos produzidos em 1954, que agosto passaria a figurar na crônica política brasileira como o mês aziago. Envolto, nas suas próprias palavras, num “mar de lama”, o Presidente Vargas se suicida em 24 de agosto, deixando em sua carta-testamento uma profissão de fé nacionalista que influenciaria decisivamente o curso das políticas interna e externa do Brasil. O nacionalismo da carta-testamento de Vargas seria responsável, inclusive, por uma certa associação que passou a ser feita no inconsciente popular brasileiro entre o suicídio do Presidente e as pressões norte-americanas contrárias à PETROBRÁS e ao intervencionismo do Estado na economia.

O quadro internacional era tenso. Começa em 1954 a luta armada pela independência da Argélia; os franceses, derrotados em Dien-Bien-Phu, são expulsos da Indochina; a República Federal Alemã elimina os entraves constitucionais que impediam o seu rearmamento; e os EUA derrubam o governo nacionalista de Jacobo Arbenz na Guatemala.

A tensão do quadro internacional somada à instabilidade do quadro interno brasileiro que se seguiu ao suicídio de Vargas determinam prudência nos pronunciamentos do país na ONU. Em seu discurso, o Embaixador Ernesto Leme não deixa de responsabilizar

nominalmente a URSS pela paralisação do Conselho de Segurança e pela falta de progressos em matéria de desarmamento. Critica a tendência das Grandes Potências de conduzir negociações fora do contexto multilateral da ONU. Nas entrelinhas das críticas à URSS pelo uso repetido do veto é possível discernir a insatisfação latente do Brasil por sua não inclusão como membro permanente do Conselho. A partir da Assembléia de 1953, quando o tema foi suscitado pela primeira vez no discurso do Embaixador Pimentel Brandão, a reforma da Carta apareceria nos pronunciamentos brasileiros sempre vinculada explicita ou implicitamente à questão dos procedimentos e da composição do Conselho de Segurança.

Àquela altura, o discurso brasileiro continha ainda vigorosas afirmações em favor dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Em contrapartida, a descolonização continuava a ser minimizada e vista, de maneira paternalista, como questão de cooperação franca e construtiva ligada à preparação dos povos dependentes para o autogoverno ou a independência, processo que o Embaixador Leme denomina sugestivamente de “a tarefa da civilização”.

IX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1954

Embaixador Ernesto Leme ¹

Senhor Presidente,

A Nona Sessão da Assembléia Geral tem realmente uma tarefa árdua pela frente. Mas sejamos otimistas; a Assembléia cumprirá o seu dever apesar de todas as atuais dificuldades.

Como já mencionei no Conselho de Segurança, estamos a caminho da paz geral. Um armistício foi assinado na Coréia, um cessar-fogo foi concluído na Indochina, a paz voltou à Guatemala e, pela primeira vez em um período muito longo, não há uma guerra assolando nosso planeta.

É verdade que ainda há várias questões a serem solucionadas. Neste momento, representantes das grandes Potências, reunindo-se em Londres, procuram caminhos e meios para estabelecer uma cooperação estreita que assegurará calma e felicidade à Europa. Além disso, em seu discurso de ontem (Reunião 484), o Senhor Vyshinsky afirmou que a União Soviética está determinada a, juntamente com todos nós, tentar chegar a um acordo na questão das armas atômicas e desarmamento geral que criaria a base de uma convenção que incluiria também o controle internacional proposto pelas Potências Ocidentais no plano que submeteram ao Sub-Comitê da Comissão de Desarmamento e à própria Comissão. A Agenda desta Sessão inclui também um item intitulado “Cooperação Internacional para o Desenvolvimento dos Usos Pacíficos da Energia Atômica” (item 67), proposto pela Delegação dos Estados Unidos, que será submetido ao Primeiro Comitê para apreciação.

Não temos, portanto, motivos para pessimismo. Mas temos que nos lembrar que a liberdade, como a paz, exige uma vigilância constante. As Nações Unidas ainda estão longe de ser aquele esplêndido edifício com que os seus fundadores sonharam. Sob os auspícios desta Organização, que foi designada para ser utilizada a serviço da paz, estamos procurando alcançar um ideal político, embora ainda não

¹ Ernesto de Moraes Leme, nascido em Bragança Paulista, SP, em 30 de dezembro de 1896. Bacharel e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Reitor da USP em 1951. Presidente da Academia Paulista de Letras entre 1971 e 1974. Delegado Permanente do Brasil nas Nações Unidas, na categoria de Embaixador (1954-1955). † em 1986.

o tenhamos conseguido. As negociações internacionais, cujos objetivos são precisamente aqueles que podem ser encontrados na Carta, estão, na verdade, sendo conduzidas fora de nossa Organização. Teria sido em vão, contudo, esperar que a perfeição fosse atingida em menos de dez anos.

A experiência que adquirimos desde a Conferência de São Francisco e os resultados que os esforços das Nações Unidas obtiveram na manutenção da paz e no desenvolvimento econômico e cultural, contudo, dão-nos forças para confiar no trabalho que já fizemos e no trabalho que ainda esperamos executar. A necessidade de se criar as Nações Unidas, expressa pela primeira vez na Declaração de Moscou de 1943, foi consagrada em Dumbarton Oaks e, com a assinatura da Carta, a Organização tornou-se uma realidade.

A Assembleia Geral é o órgão supremo das Nações Unidas. Os poderes investidos nela são prova de sua importância. Lado a lado com a Assembleia Geral, ao Conselho de Segurança foi delegado um papel executivo, e a Carta lhe designou a responsabilidade grandiosa de “manutenção da paz e segurança internacionais”. Ao cumprir o seu dever, o Conselho de Segurança vai agir “de acordo com os Objetivos e Princípios das Nações Unidas”. Um princípio básico da Carta é descrito no Artigo Segundo, Parágrafo 1, que reconhece a “igualdade soberana de todos os seus Membros”. Este é o princípio que foi defendido pelo Senhor Ruy Barbosa, o representante brasileiro na Segunda Conferência de Paz em 1907. Esta igualdade legal de todos os Membros das Nações Unidas conflita, no entanto, com o Artigo 27, Parágrafo 3, da Carta, no qual os Membros permanentes do Conselho de Segurança possuem o direito de exercer o veto em todas as questões importantes. Isso, como disse o Senhor Basdevant, é um direito concedido a certos Estados de usar um voto negativo para impedir o Conselho de Segurança de tomar uma decisão; é, de fato, o poder de impedir as Nações Unidas de tomarem as decisões mais importantes.

Na Conferência de São Francisco, a Delegação Brasileira aceitou o princípio do veto. Era necessário delinear a Carta e assegurar a sua adoção, o que não seria possível se este princípio não tivesse sido reconhecido. O Presidente da Delegação Brasileira na Quinta Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas explicou claramente nossa atitude a esse respeito (Reunião 279): depositamos toda a nossa confiança nas grandes Potências a quem foi dado este privilégio, pois estávamos convencidos de que não iriam abusar dele.

A experiência que adquirimos desde as primeiras reuniões do Conselho de Segurança agora nos convenceu, contudo, que este Conselho nunca poderá cumprir suas obrigações satisfatoriamente enquanto um de seus Membros permanentes puder

do homem é, ao nosso ver, uma condição necessária para a coexistência pacífica não apenas de indivíduos, mas também de nações. Nossa posição neste campo é fundamentada mais em um conceito moral do que político. A violação das liberdades e direitos fundamentais, onde quer que ocorra, constitui um ataque e uma ameaça à integridade e dignidade de cada um de nós como indivíduo. Também ameaça os

anular os esforços dos outros Membros para manter a paz e a segurança. Os sessenta vetos que a União Soviética já exerceu contra decisões do Conselho mostram claramente que o assunto terá que ser bem estudado quando a Carta for revista em 1955. Precisamos começar o nosso trabalho agora. Se ainda não é possível abolir o direito ao veto, será sem dúvida necessário regulá-lo, reservando sua aplicação para casos excepcionais.

O Brasil é membro de uma organização regional que dá valor às nações de nosso hemisfério. A Organização dos Estados Americanos encaixa-se na estrutura das Nações Unidas, mas as suas origens são mais antigas, e sua história remonta, na verdade, a épocas anteriores - mais de um século - à adoção da Carta em São Francisco. O Tratado do Rio de Janeiro finalmente completou os laços de solidariedade que une os povos de nosso continente.

Quando a minha delegação propôs ao Conselho de Segurança que a questão da Guatemala deveria ser submetida à organização regional, não quis dar a entender que o Conselho de Segurança não poderia lidar com o assunto. Era obviamente necessário, contudo, aguardar os resultados da investigação e as medidas decididas pela organização regional antes de pedir às Nações Unidas que encontrassem uma solução final para este problema. Nós ainda achamos que as organizações regionais podem fazer com que a ação das Nações Unidas seja mais efetiva e aumentar o prestígio da Carta.

Nossas obrigações para com os povos de nosso continente não nos podem fazer esquecer dos deveres que todos os Estados têm para com os povos de todo o mundo. Os laços são mais estreitos e mais íntimos entre países vizinhos, mas somente a solidariedade entre todas as nações pode trazer felicidade para a humanidade como um todo.

A delegação brasileira está convencida de que o progresso político e o bem-estar social dos povos dependem fundamentalmente do desenvolvimento de seus recursos potenciais. Como o provam experiências recentes, não conseguimos realmente alcançar este objetivo, dentro da estrutura do Estado moderno, sem uma grande participação de todos os Membros da comunidade das nações. O destino do homem quis que o fator econômico seja a constante pela qual o pensamento político é governado - poderíamos dizer até preponderantemente governado. A consequência natural é que o bem-estar e a segurança do indivíduo e das comunidades estão condenados a sentir consideravelmente as repercussões dos defeitos no sistema econômico. De fato, não será possível estabelecer e manter a paz a menos que se tenha o cuidado de formular os princípios sobre os quais a paz se estabelecerá, de fornecer às economias dos países subdesenvolvidos o dinamismo que lhes propiciará beneficiarem-se no futuro do vigor e do espírito empreendedor de nossos tempos.

Hoje somos chamados a estudar programas de trabalho relacionados com o financiamento de desenvolvimento econômico, assistência técnica, reforma agrária e o estabelecimento de uma reserva mundial de alimentos. A minha delegação está preparada para contribuir com esses estudos na crença de que todos os esforços que são coordenados aqui poderão nos levar, senão a resultados concretos, pelo menos à firme esperança - até mesmo a certeza - de que o trabalho da Nona Sessão da Assembléia Geral trará realmente uma contribuição válida para a solução desses problemas.

Não há dúvidas de que a questão do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos terá um papel preponderante no trabalho do Segundo Comitê. Isto é, na verdade, um problema que atrasa aquela estabilidade social e econômica da vida internacional que, no espírito da Carta, é uma condição para a paz. Os itens da agenda relacionados à questão econômica mostram que estamos tentando libertar os povos representados nas Nações Unidas da ansiedade que pesa sobre os seus Governos nas suas tentativas de criar o bem-estar social. É essencial que tenhamos sucesso nesta tarefa, se queremos evitar que a humanidade perca a fé na sua própria capacidade criativa.

Temos certeza, portanto, que devemos ser capazes de nos dedicar, sem jamais dar lugar ao desalento, a fixar as fundações de uma cooperação internacional que nos guie em futuro próximo, uma vez que tenhamos colocado em funcionamento o mecanismo através do qual será possível integrar as características e os diferentes tipos de desenvolvimento econômico nacional e regional àquele alto nível de civilização concebido pelas Nações Unidas. Esse instrumento tem que ser suficientemente bem concebido para poder ser aplicado suavemente, sem perturbar o equilíbrio da economia mundial, na tarefa de manter a paz, uma tarefa cujo objetivo será sempre a melhoria espiritual e moral da humanidade.

Em se tratando das questões sociais, culturais e humanitárias, e mais particularmente da redação dos pactos sobre Direitos Humanos, o meu país tem dado, e continuará a dar, o seu apoio e sua cooperação ao trabalho do Terceiro Comitê que, embora possa parecer vago e idealista, é de valor inquestionável para o alcance gradual dos objetivos das Nações Unidas.

Eu gostaria de mencionar em particular as questões concernentes à liberdade de informações, aos refugiados e à existência não justificada de trabalho escravo, que está tomando imensas proporções em muitas partes do mundo.

A preocupação que sentimos a respeito dessas questões está na tradição - na verdade, vou até mais longe ao afirmar que é a essência - de nossa cultura democrática, latina e cristã. O respeito pela dignidade humana e pelas liberdades fundamentais

do homem é, ao nosso ver, uma condição necessária para a coexistência pacífica não apenas de indivíduos, mas também de nações. Nossa posição neste campo é fundamentada mais em um conceito moral do que político. A violação das liberdades e direitos fundamentais, onde quer que ocorra, constitui um ataque e uma ameaça à integridade e dignidade de cada um de nós como indivíduo. Também ameaça os fundamentos dos direitos e liberdades em cada um de nossos países.

As Nações Unidas também terão que considerar os problemas complexos relacionados às provisões dos Capítulos 11 e 12 da Carta que fundou a nossa Organização. Não acho que seja necessário eu reforçar mais a importância que meu Governo atribui ao papel que esta Organização é chamada a representar no campo colonial. Pela Carta, todos os Membros das Nações Unidas concordaram juntos com a aplicação dos princípios e a realização dos objetivos atribuídos às Potências administradoras pelas provisões concernentes aos Territórios que não são Auto-Governantes. Ao cumprir esta tarefa, portanto, devemos dar a nossa cooperação franca e leal aos Estados-membros que assumiram a responsabilidade perante a comunidade internacional pelo desenvolvimento político, econômico e social dos povos que ainda não atingiram um auto-governo total.

Esta cooperação pode, algumas vezes, tomar a forma de críticas bastante severas quanto à política praticada em certos campos pelas administrações coloniais. Não se deve, contudo, achar, que este exame consciente dos problemas tem qualquer outra intenção a não ser aquela construtiva de cooperação franca na execução da "tarefa da civilização", cujo objetivo primordial é a preparação dos povos dependentes para o auto-governo ou a independência.

Neste campo, a crítica honesta é um símbolo de nossa confiança nas Potências administradoras. Se algumas vezes deixamos de concordar com elas na interpretação de princípios, sinceramente acreditamos que a colaboração entre as Potências administradoras e as não-administradoras é sempre possível nas Nações Unidas. Esta troca de idéias será sempre útil, se as questões forem consideradas pelos seus méritos e se nossas atitudes para com os outros não for determinada por nenhum fator externo ao objetivo que todos estamos procurando alcançar, isto é, o bem-estar dos povos dependentes.

Em vista da importância das atribuições da Carta ao Secretariado, a delegação brasileira sempre se preocupou particularmente com os problemas de sua organização e funcionamento. Embora acreditemos que o Secretário-Geral seja responsável principalmente por lidar com tais questões, jamais negamos a ele nosso apoio e cooperação nas suas tentativas de elevar ao mais alto nível de eficiência a máquina administrativa pela qual os objetivos políticos, econômicos e sociais das Nações Unidas serão alcançados. Nesta Sessão, como na última, estamos prontos a examinar

com espírito construtivo as propostas administrativas e orçamentárias do Secretário-Geral, e em particular o seu plano para a reorganização do Secretariado e do seu trabalho, e a dar a ele os meios necessários para promover mais mudanças, para que o Secretariado possa tornar-se um instrumento efetivo e econômico a serviço das Nações Unidas.

A respeito das questões legais, a posição brasileira em diversas conferências internacionais já revelou nosso modo de pensar. Os juristas brasileiros têm há muito se preocupado com a questão da codificação da lei internacional, como pode se ver pelos trabalhos do Senhor José Higino e pelo “Código Provisório da Lei Pública Internacional”, do Senhor Epitácio da Silva Pessôa. Contudo, devemos encarar os fatos internacionais. Os representantes do Brasil irão, por conseguinte, propor medidas que levem em conta aqueles fatos e, portanto, são regras bem longe de ideais: regras que provavelmente serão aceitas pela maioria dos Estados. Problemas políticos, econômicos e sociais não são os mesmos em toda parte. Precisamos encontrar uma fórmula que os cubra a todos. É melhor nos confinarmos a remédios modestos do que escolher outros que possam estar mais perto do ideal, mas que poderiam não ser aceitos no geral.

Juntamente com os Estados Unidos e outros países, o Brasil submeteu à Assembléia Geral as questões da plataforma continental e o desenvolvimento econômico do direito de pesca, ambas de importância primordial. Se não pudermos completar nossos exames sobre essas questões nesta Sessão, deveremos sem dúvida poder fazer algum progresso, para que possamos submeter projetos os mais satisfatórios possíveis à Décima Sessão da Assembléia Geral.

Mais dois problemas muito delicados também foram submetidos ao Sexto Comitê: o que define a agressão e o estabelecimento da jurisdição criminal internacional. Como vamos encontrar uma fórmula conveniente para o primeiro? *Omnis definitio periculosa est*. Será possível sobrepujar as dificuldades técnicas e institucionais para se estabelecer o segundo? Acharmos que não.

A atitude do Brasil sobre o assunto da discriminação racial continua a mesma. É para nós uma obrigação pela nossa Constituição. Deveremos sempre fazer tudo o que estiver em nosso poder, dentro das limitações da Carta, para evitar qualquer tipo de discriminação no que concerne ao respeito das liberdades fundamentais de todos, “sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”.

No Primeiro Comitê deveremos ter que examinar o relatório da Comissão de Desarmamento (DC/55) referente à “regulamentação, limitação e redução balanceada de todas as forças armadas e todos os armamentos”. O problema foi considerado em todos os seus aspectos na Comissão de Desarmamento. Também lá expressei o

ponto de vista do meu Governo. Mas não se chegou a nenhum resultado positivo. É uma lástima que não se possa chegar a um acordo que diz respeito não somente à França ou ao Reino Unido, ou ao Canadá, ou à China, ou aos Estados Unidos, ou à União Soviética, mas a toda a raça humana. Todos os Estados compreendem que de algum modo tem-se que chegar a um acordo, para que todo o mundo tenha o direito a viver livre do medo e para que a raça humana possa alcançar a paz e a felicidade.

As Nações Unidas ouviram atentamente o apelo do Presidente Eisenhower durante seu histórico discurso do dia 8 de dezembro último (Reunião 470). A Comissão de Desarmamento trabalhou incessantemente para chegar a um acordo sobre a proibição da fabricação e uso de armas atômicas e de hidrogênio e a redução das forças armadas e dos armamentos convencionais, em proporção a ser determinada. Poderia ter tido sucesso não fossem as questões sobre método levantadas. A União Soviética recusou-se a aquiescer ao programa de controle internacional estabelecido na proposta franco-britânica de 11 de junho de 1954 e então o relatório da Comissão à Assembléia Geral simplesmente passa a questão de um órgão para outro.

No seu discurso por ocasião do debate geral de ontem (Reunião 484), o Senhor Vyshinsky anunciou à Assembléia, da parte de seu Governo, que estava preparado para participar de um acordo sobre desarmamento, envolvendo a criação de um órgão de controle internacional responsável por supervisionar o cumprimento das regras de qualquer convenção que venha a ser adotada. Estamos encantados em ouvir isto. Minha delegação estudará com interesse a proposta apresentada pelo representante da União Soviética, com toda boa-fé e na crença de que é sincera.

Foi a Rússia que, em 1899, reuniu as Potências para a primeira Conferência de Paz. A idéia única de redução de armamentos era a base de seu programa original. Naquela época, o mundo não tinha sido ainda exposto à ameaça das armas nucleares. Não acreditamos que a União Soviética vá querer ser menos pacífica do que o Governo do Czar. Um único gesto de sua parte poderá iluminar o seu lugar na história ou prejudicar o seu futuro, juntamente com o de toda a raça humana.

Eu os convoco a banir, com salvaguardas mútuas, as quais espero que possam ser providas, tanto a produção quanto o uso de armas atômicas e de hidrogênio. Vamos estudar o uso da energia atômica para objetivos pacíficos; procuremos descobrir nesta força natural todas as ricas possibilidades para o bem-estar humano que possam se encontrar nela.

O Brasil tem se preocupado com este problema já há alguns anos. Um progresso considerável se fez nas faculdades e laboratórios de nossas universidades, e o Conselho Nacional de Pesquisa tem encorajado os trabalhos científicos de todas as formas possíveis. Nosso país trará ao órgão internacional a ser estabelecido a

contribuição de seus recursos naturais e seus trabalhos.

Os resultados obtidos pela ciência no uso da energia atômica para objetivos pacíficos já são bastante impressionantes. Os cientistas de todas as nações devem unir seus esforços numa tarefa que salvaguardará o futuro do universo. A energia atômica como instrumento de destruição precisa ser execrada, mas o seu aparecimento como instrumento de paz, daquela paz que é a aspiração máxima da humanidade, da qual o Evangelho fala quando abençoa o trabalho dos pacificadores, precisa ser ovacionado.

A Delegação brasileira participa dos trabalhos desta Sessão da Assembléia Geral na esperança de que possamos este ano alcançar um progresso considerável no objetivo a que nos propusemos. Acabada a Sessão, esperamos que os povos de todas as nações possam ver em nossos esforços a garantia do amor que temos para com eles e a contribuição de nossa experiência para a causa da civilização e da paz.

Nova York, em 21 de setembro de 1954.

1955

Os acontecimentos que se sucederam à morte do Presidente Vargas poriam à prova a resistência das instituições democráticas no Brasil. O ano transcorreu em clima emocional. Em outubro, a eleição de Juscelino Kubitschek, tendo João Goulart como companheiro de chapa, reacende os antagonismos originários do período Vargas e dividem as Forças Armadas. Um golpe de estado preventivo dado pelo Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, e a implantação do Estado de Sítio permitiriam ao Presidente interino Nereu Ramos transmitir o poder ao Presidente-eleito. Na qualidade de Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Nereu Ramos havia sido empossado na Presidência após a deposição do Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz que, por sua vez, assumira ante alegado impedimento de saúde do Vice-Presidente Café Filho.

O país atravessava uma situação política precária. Em consequência, a diplomacia brasileira evita qualquer aproximação com a URSS e os países socialistas, procurando paralelamente recuperar níveis mais altos de confiança e cooperação com os EUA. Aproveitando-se da conjuntura relativamente tranqüila no Hemisfério nos anos precedentes à emergência de Fidel Castro, o Brasil tenta aproximar-se dos EUA. Estes, no entanto, preocupados com um panorama global em que a URSS começava a ser ameaçadoramente percebida como capaz de alcançar os EUA na corrida armamentista, pouca ou nenhuma atenção davam na América Latina a questões que não se expressassem em termos ideológicos ou de crise aguda.

A partir de 1955, retoma-se no quadro das relações entre os EUA e a URSS a prática, iniciada durante a guerra e interrompida por 10 anos, das reuniões de cúpula. Após fazer explodir a sua primeira bomba de hidrogênio e constituir o Pacto de Varsóvia, a URSS começa a admitir progressos

nas conversações sobre controle de armamentos. Um acordo de paz entre a Áustria e a URSS permite a desocupação daquele país. Tornava-se mais perigoso e mais complexo o panorama internacional. A Conferência de Bandung reúne países asiáticos e africanos e exige uma aceleração do processo de descolonização. Convinha criar mecanismos mais eficazes de comunicação entre as Grandes Potências: em julho de 1955, reúnem-se em Genebra os assim chamados “Quatro Grandes”: EUA, URSS, França e Grã-Bretanha. No fim do ano, Krushev e Bulganin visitam o sul da Ásia e a URSS lança vigorosa ofensiva diplomática dirigida a incrementar o comércio e a cooperação com os países do Terceiro Mundo. Eram passos concretos do processo que levaria a URSS a desembaraçar-se da política continentalista herdada da Rússia para se projetar no mundo como uma superpotência.

Pronunciado poucos dias antes das eleições de 3 de outubro, o discurso do Chefe da Delegação do Brasil à Décima Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, Embaixador Cyro de Freitas-Valle, mantém-se predominantemente no plano conceitual. Revela uma visão do mundo rica em categorias analíticas, exibindo, ao mesmo tempo, acentuado valor profissional. Trata-se de discurso breve, em que voltam a ficar patentes as ambivalências brasileiras em relação à “assim chamada questão colonial”, ao se propugnar por um tempo adequado para que as instituições dos países colonizados amadureçam e se desenvolvam plenamente, evitando-se ações prematuras. E em que já se observam reticências em relação aos Pactos de Direitos Humanos, cuja transformação em declarações radicais ou idealistas deveria, segundo a diplomacia brasileira de então, ser evitada a todo custo.

X Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1955

Embaixador Cyro de Freitas-Valle ¹

Senhor Presidente,

Permita-me apresentar desta tribuna minhas saudações respeitosas ao meu amigo, Presidente da Assembléia Geral, ilustre estadista do Chile, país que acabo de deixar e pelo qual tenho enorme admiração.

O Brasil sempre se dirigiu à Assembléia Geral das Nações Unidas com fé e franqueza. Uma vez mais estamos juntos nesta Assembléia, desta vez em um momento em que novos horizontes parecem estar despontando ante nossos olhos e toda a humanidade deseja se ver livre da ameaça lúgubre que assombra seu caminho. As celebrações do aniversário de São Francisco, onde as discordâncias enfraqueceram-se, foram seguidas pela conferência das 4-Potências *at the summit* em Genebra, onde as virtudes da franqueza foram enfatizadas. Agora, como resultado deste encontro tão bem-vindo, o Secretário-de-Estado dos Estados Unidos da América e os Ministros do Exterior da França, Reino Unido e União Soviética irão em breve unir seus esforços para enfrentar com coragem e determinação os problemas que ainda os mantêm afastados. A paz não pode ser conseguida a *coup de miracles*, como disse o Senhor Spaak, com a sua usual perspicácia. Se, contudo, as respostas aos problemas a serem examinados em Genebra não forem suficientes para trazer à luz o milagre da paz, elas vão pelo menos restaurar a confiança do mundo no futuro.

É verdade que os Membros mais antigos das Nações Unidas não podem esquecer que muitas dificuldades têm sido solucionadas com sucesso dentro da estrutura da Organização. Basta recordar o notável recorde do Conselho de Segurança em Londres, onde em um único mês muitos assuntos de suma importância foram resolvidos. Basta ter em mente as situações críticas resolvidas com firmeza e sabedoria pela Assembléia Geral, particularmente nos anos de 1947, 1949, 1950 e 1951. E estou mencionando apenas alguns exemplos. Portanto, não seria fora de hora deplorar o fato de que muita coisa tem sido feita à revelia de nossa Organização nos últimos

¹ Cyro de Freitas-Valle, nascido em São Paulo, em 16 de agosto de 1896. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo Secretário em 1918. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1938. Ministro do Estado das Relações Exteriores, interino, de 4/5/49 a 20/6/49. † Rio de Janeiro, em 1969.

anos. Contudo, damos boas-vindas ao que foi conseguido com sucesso fora desta Casa, e ansiamos por mais.

A Conferência sobre os Usos Pacíficos da Energia Atômica, convocada como consequência da importante iniciativa tomada diante da Assembléia Geral pelo Presidente dos Estados Unidos da América (Reunião 470), nos proporciona a mais recente prova da recompensa ganha por se fazer amplos usos de nossa Organização. Aquela Conferência tornou bastante claros não somente os benefícios que a humanidade terá com o poder atômico, mas também a ameaça apocalíptica que paira sobre a humanidade se a força do átomo for desviada para a destruição. Vimos cientistas de 70 países - alguns deles intimamente ligados à fabricação de armas atômicas - trabalhando lado a lado, aberta e livremente trocando informações relevantes sobre os benefícios que podem advir ao mundo por meio desta incrível descoberta. Isto é bastante confortador e tem um toque de cavalheirismo raras vezes visto nas relações internacionais de nossa era.

Mas dez anos atrás, as esperanças ardentes de homens e mulheres - emergindo dos horrores da guerra - estavam voltadas para as Nações Unidas. Que Deus Todo Poderoso permita que esta nossa Organização consiga prosseguir sem barreiras na sua tentativa de assegurar uma paz justa e duradoura.

Estou inclinado a acreditar que o mundo nunca recuperará o seu equilíbrio a menos que a segurança da Europa esteja assegurada. O que nos leva inevitavelmente ao problema da unificação da Alemanha. Não é apenas uma questão de dar ao povo alemão - cujas qualidades todos reconhecemos - o que é seu de direito. Temos também que dar à Alemanha a sua parte total na responsabilidade de manter a paz. A continuidade da atual divisão da Alemanha só pode ser prejudicial à tão desejada estabilidade política e econômica da Europa. Esta situação infeliz também deverá manter viva uma perigosa fonte potencial de agitação. Acreditamos que a unificação daquela nação, associada a um programa de desarmamento mundial de grande alcance englobando as grandes Potências, desencorajaria qualquer espírito agressivo que ainda possa existir na Alemanha.

Agora que a tensão nos negócios internacionais está em declínio, podemos discernir mais claramente as controvérsias que assolam as relações entre povos e nações. Refiro-me à chamada questão colonial. Quase todas as nações americanas conseguiram a sua independência por meio da insurreição, e até hoje têm orgulho das suas valentes lutas e feitos de guerra. É mais do que natural, portanto, que simpatizem com aqueles que clamam pela sua independência. Este sentimento, contudo, vem do coração e não deve nublar a mente. Deixem-me lembrar, Senhores, as palavras de Napoleão: "*Le coeur d'un homme d'Etat doit être dans sa tête*".

Então parece que o papel das Nações Unidas é o de evitar ações prematuras que, uma vez adotadas, possam um dia causar um arrependimento profundo. A independência real é o fruto do crescimento natural de instituições políticas, fundamentada em uma estrutura econômica e política estável. Deixem os povos amadurecerem e suas instituições se desenvolverem totalmente. Aí então a independência será uma bênção; de outro modo, será apenas uma perigosa ilusão.

A maturidade política dos países representados na Conferência de Bandung foi enfatizada pelo próprio fato de que, enquanto apresentavam firmemente a sua opinião em muitos assuntos polêmicos, levavam em conta as realidades da situação internacional e os problemas que a necessidade da coexistência cria para cada nação.

No Extremo Oriente, nos é gratificante mencionar que os esforços do Secretário-Geral para a liberação dos aviadores das Nações Unidas tão arbitrariamente detidos pelo Governo de Peiping tiveram sucesso. Enviamos toda a nossa gratidão ao Senhor Hammarskjold. As Nações Unidas têm a sorte de possuir como seu principal funcionário um político cuja grande competência só é ultrapassada por sua modéstia.

Não conheço outro problema mais vital para as Nações Unidas do que a admissão de novos Membros. O impasse, que poderia já ter sido há muito resolvido, priva a Organização daquela universalidade que deveria ser uma de suas características, se o Artigo Quarto da Carta fosse devidamente observado. Se se pudesse fazer prevalecer o novo espírito de compreensão e concessões mútuas entre todos os Membros do Conselho de Segurança, acredito que muitos Estados seriam recomendados à Assembléia Geral para sua admissão às Nações Unidas.

A delegação do Brasil sugeriu em São Francisco, em 1945, que a Carta das Nações Unidas deveria ser revista automaticamente a cada cinco anos, sem o direito a veto. Embora não tendo sido adotada na época, nossa proposta foi de uma certa forma coberta pelo Artigo 109, que direcionava a Assembléia Geral a considerar, em dez anos, a necessidade de convocar uma Conferência com a finalidade de revisar a Carta. Parece, contudo, que o cenário internacional de hoje não dá muitas esperanças de que se conseguiria apoio suficiente para o texto resultante desta revisão para assegurar a sua aprovação. Isto se aplica não apenas à sua adoção em termos de votos, como também ao processo mais lento da ratificação. Sendo este o caso, enquanto reconhecemos a necessidade de se revisar a Carta, seria mais inteligente, na opinião da delegação brasileira, tomar agora uma decisão em favor da convocação daquela conferência, deixando para a próxima Sessão da Assembléia Geral a tarefa de marcar uma data para ela. Ao nosso ver isso possibilitaria aos Estados-membros, então guiados por um espírito mais forte de harmonia, rever lucrativamente aquelas disposições da Carta que, à luz da experiência, provaram ser insatisfatórias.

No campo dos direitos humanos, o Brasil não teve a oportunidade de participar mais ativamente do projeto dos pactos propostos, uma vez que não estava representado nos grupos que executaram essa tarefa. Meu Governo gostaria, contudo, de chamar a atenção para o fato de que qualquer transformação de tais pactos em declarações radicais e fantasiosamente idealistas deveria ser evitada. Está bastante claro que os próprios Estados que tradicionalmente sempre preservaram estes mesmos direitos fundamentais serão impedidos de assinar declarações deste tipo.

Antes de finalizar meus comentários, gostaria de chamar a atenção da Assembléia Geral para a necessidade de um maior esforço para corrigir a tremenda disparidade dos níveis econômicos entre as várias regiões do mundo. Isto é, em verdade, um dos propósitos essenciais de nossa Organização. Não podemos exigir, é claro, que todos os países sejam igualmente ricos. Mas países como o meu, cuja maior fonte de renda vem da produção de produtos básicos, são afetados não apenas por flutuações de oferta e demanda, como também pela crescente produção de bens similares nos territórios coloniais, onde a produção aumentou parcialmente em virtude da ajuda financeira prestada com a finalidade de beneficiar as próprias Potências colonialistas. Em vista disso, os padrões de vida nos territórios coloniais determinam um custo de produção que leva o preço dos produtos a um nível tão baixo que prejudica o poder competitivo de produtores tradicionais. É urgente que por meio de assistência técnica e um mecanismo financeiro adequado nós nos esforcemos pela eliminação de dissabores econômicos e sociais que afetam as relações harmoniosas entre os povos.

Antes de deixar esta tribuna, gostaria de informar a Assembléia Geral que o Governo do Brasil decidiu receber aqueles prisioneiros da Guerra da Coréia ainda sob custódia das autoridades indianas, dependendo apenas do preenchimento dos mínimos requisitos de imigração e de sua vontade de viver no seio de nosso povo.

Muito obrigado.

Nova York, em 20 de setembro de 1955.

1956

Os dois primeiros anos do Governo Kubitschek não ensejariam mudanças sensíveis na política externa do Brasil. Tendo de enfrentar um contexto interno difuso e até certo ponto conflitivo, a Administração Kubitschek dá prioridade à viabilização de projetos mobilizadores para o desenvolvimento do país. Mantém-se a retórica nacionalista. Buscava-se favorecer o capital nacional sem, no entanto, hostilizar o investimento estrangeiro.

Ao criar o Conselho de Desenvolvimento logo ao início do Governo, o Presidente Juscelino sinaliza a ênfase que perseguiria em sua administração. E, na tentativa de apaziguar ânimos nas Forças Armadas após os episódios de Jacareacanga e a prisão do General Juarez Távora, o Presidente anunciaria no final do ano a compra do porta-aviões Minas Gerais.

No plano internacional, produzem-se em 1956 importantes acontecimentos. A repressão soviética esmaga um levantamento anticomunista na Hungria. A crise de Suez e a guerra árabe-israelense crispam o panorama no Oriente Médio. Krushev inicia o processo de “desestalinização”, ao denunciar no XXI Congresso do Partido Comunista da União Soviética os crimes cometidos por seu antecessor. A inevitabilidade do conflito entre o capitalismo e o comunismo é relativizada com a introdução do conceito da “coexistência pacífica”. A compulsão ideológica principia a ceder lugar a acomodações pragmáticas entre os EUA e a URSS. A liderança soviética dá sinais de querer transplantar para o plano social interno as riquezas geradas pelo formidável desenvolvimento econômico-industrial dos anos anteriores.

O Governo dos EUA reagiria inicialmente com cautela às transformações que se delineavam na URSS, atribuindo às anunciadas disposições de Krushev o intuito de iludir o Ocidente.

Na prática, os acontecimentos internacionais continuavam a obedecer à mecânica da guerra fria. E o discurso do Brasil não se afastaria dos postulados da confrontação. O Chefe da Delegação seria novamente o Embaixador Cyro de Freitas-Valle que condena enfaticamente a URSS pela repressão ao levante da Hungria.

Coerente com a linha que se esboçara nos anos anteriores, o discurso brasileiro dedica um significativo parágrafo às injustas divisões entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Contém ademais uma importante tomada de posição sobre as questões ligadas ao conflito árabe-israelense, àquela altura afetadas pela situação criada em Suez. Trata-se de formulação precisa e equilibrada, que serviria de padrão para subseqüentes manifestações da diplomacia brasileira.

XI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas
1956

Embaixador Cyro de Freitas-Valle ¹

Senhor Presidente,

É para mim um grande privilégio poder ser um dos primeiros a lhe parabenizar pela sua eleição unânime para a Presidência da Décima-Primeira Sessão da Assembléia Geral. Seus serviços à causa da paz, e especialmente a sua devoção às Nações Unidas, há muito o qualificam para a alta função a que foi eleito e que, eu tenho certeza, Vossa Excelência desempenhará com imparcialidade e proficiência.

Volto agora as minhas atenções para os últimos acontecimentos no Oriente Médio, quase levando o mundo a uma guerra total, que nunca esteve tão perto desde que as forças do nazismo foram arrasadas pelo poder dos exércitos Aliados. É de conhecimento geral que a aliança que foi possível forjar contra a força destrutiva da agressão fascista não poderia ser mantida nos anos que se seguiram ao estabelecimento de uma paz vacilante. Esta infeliz circunstância está na raiz de todos os problemas que infestam o mundo hoje em dia.

O fato de as Nações Unidas nunca terem conseguido reunir uma força militar suficiente para assegurar paz e segurança onde quer que uma ameaça de agressão ocorresse ou uma violação da paz fosse iminente também contribuiu muito para a situação não satisfatória que põe em perigo a vida de cada ser humano em todo o mundo. Eis porque nos alegramos com a criação da Força de Emergência das Nações Unidas, concebida para fazer cumprir as resoluções adotadas pela Assembléia Geral em recentes ocasiões importantes.

Gostaria de expressar, neste sentido, a profunda admiração de minha delegação pela iniciativa tomada a esse respeito pelo Secretário de Estado para Assuntos Estrangeiros do Canadá. O Senhor Pearson prestou um grande serviço à causa da paz com justiça. Nós também concordamos fervorosamente com as propostas feitas

¹ Cyro de Freitas-Valle, nascido em São Paulo, em 16 de agosto de 1896. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo Secretário em 1918. Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, por merecimento, em 1938. Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, de 4/5/49 a 20/6/49. † Rio de Janeiro, em 1969.

pelo Secretário-Geral - cujo incomparável desempenho em suas missões é motivo de orgulho para todos os Membros das Nações Unidas - no que concerne às missões e funções da Força de Emergência (A/3289, A/3302). E esperamos e oramos para que essa nova experiência na diplomacia mundial venha a provar ser o núcleo de onde emanará a força que dará a esta Organização o poder físico que tanto lhe tem faltado.

Enquanto falo da questão ligada à situação no Oriente Médio, devo enfatizar mais uma vez que nenhuma solução poderá trazer resultados proveitosos e duradouros se aqueles problemas tão delicados e complexos que estão por trás da crise atual não forem abordados corajosamente de uma vez por todas. Duas questões são de suprema importância com relação à paz instável naquela região do globo. A primeira é a situação causada pela violenta captura do Canal de Suez, e a outra é o relacionamento entre o Estado de Israel e os seus vizinhos árabes. Já que os problemas do Oriente Médio serão discutidos durante a Décima-Primeira Sessão da Assembleia Geral, talvez fosse de grande relevância se as Nações Unidas aprovassem certas diretrizes que pudessem servir de base para a discussão desses dois importantes assuntos.

Na questão do Canal, vários princípios gerais já foram aceitos por todas as partes envolvidas. Em nome da delegação do Brasil, quero enfatizar que seremos favoráveis a uma solução que leve em conta os interesses legítimos dos usuários daquele canal internacional, mas que de forma alguma viole a soberania do Egito. Também gostaríamos de mais uma vez enfatizar que não toleraremos em nenhuma circunstância ações, de quem quer que seja, que barrem a qualquer país o direito de passagem livre pelo Canal sob qualquer alegação.

As bases para uma solução duradoura para o estado de beligerância que tem prevalecido desde os dias do Acordo do Armistício Geral entre Israel e os países Árabes são mais difíceis de imaginar e formular. Alguns princípios, contudo, governam as nossas atitudes e, na nossa opinião, deveriam ser geralmente aceitos.

Primeiro, Israel é um Estado soberano, com os mesmos direitos e obrigações de todos os Membros das Nações Unidas. O seu desejo de viver em paz com seus vizinhos nos parece legítimo e propício a uma solução feliz para esta delicada questão. Por outro lado, os agravos sofridos pelas Nações Árabes como resultado do aparecimento de Israel são facilmente compreensíveis. A sua relutância em conversar com Israel sobre paz em pé de igualdade é resultado desses sentimentos, de antagonismos criados como resultado da confusão que tomou conta do Oriente Médio desde a guerra árabe-israelense. O espaço de tempo decorrido desde aqueles trágicos dias não parece ser longo o bastante para que haja a necessária moderação e visão por parte de todas as Potências envolvidas. Contudo, chegamos a uma encruzilhada

no cenário internacional que demanda um esforço imediato e decidido para resolver todos os problemas que possam acender a centelha que desencadeará catástrofes de conseqüências imprevisíveis. É necessária agora uma grande habilidade política dos Estados Árabes e de Israel, e eu tenho confiança que seus Governos vão se provar dignos da tremenda tarefa que se lhes defronta.

Parece à minha delegação que o pior erro possível que poderíamos fazer neste momento difícil seria deixar de analisar as profundas causas ocultas de todos esses fatos perturbadores. Pela sua ação rápida e decisiva, as Nações Unidas podem ter evitado ou adiado os perigos de um conflito militar, mas não se pode dizer que as enormes pressões que criaram os fatores conflitantes foram removidas. É dever de todos nós, nesta Assembléia, colocar a máxima sinceridade a serviço da paz mundial e tentar, por meio dela, apontar as causas dos distúrbios que devem ser eliminados antes que se possa encontrar a base de uma paz justa e duradoura.

Existem vários motivos econômicos óbvios por trás de todo este fenômeno que estamos tentando compreender. Parece bastante claro que a maior parte das pressões políticas e militares que apareceram recentemente no cenário internacional estiveram fundamentalmente a serviço das necessidades econômicas mais básicas dos diferentes participantes. Por um lado, vemos os países menos desenvolvidos, cujos povos não podem mais aceitar o subdesenvolvimento, numa busca desesperada dos meios pelos quais poderão acelerar seu processo de desenvolvimento, envolvendo-se em diferentes sistemas de aliança militar na esperança de assim poder contar com uma ajuda maior dos líderes ou sub-líderes desses sistemas. Por outro lado, vemos os países desenvolvidos tentando perpetuar um sistema de relacionamentos internacionais que vai garantir para eles no futuro, assim como o fez no passado, um suprimento vital de bens essenciais aos quais as suas economias se adaptaram durante muito tempo e cujo desaparecimento iria provocar problemas de readaptação, que os mesmos não estão nem psicológica nem economicamente preparados para enfrentar. Aquelles problemas que surgem da competição entre o grupo de nações de economia livre e as economias com planejamento central devem ser, a longo prazo, solucionados pela capacidade de cada grupo fomentar ou acelerar o desenvolvimento econômico.

Com a permissão do Presidente, farei agora alguns comentários sobre o acontecimento que mexeu com os sentimentos de todo o mundo nas últimas semanas. Estou me referindo à atitude tomada pelas forças armadas soviéticas para sufocar e destruir as legítimas aspirações do nobre povo da Hungria. Durante o debate que houve a esse respeito por ocasião da Segunda Sessão Especial de Emergência desta Assembléia Geral, minha delegação teve a oportunidade de expressar a sua opinião a respeito desse evento trágico (Reunião 569). Eu apenas gostaria de acrescentar que estamos convictos de que aqueles que perderam suas vidas lutando nas ruas de

Budapeste não morreram em vão. A sua causa, a causa da paz, não pode ser destruída pelo mero peso do poder. Entre aqueles países que estão intimamente ligados com a União Soviética foi tomado um rumo irreversível. Quanto mais cedo a poderosa nação Russa reconhecer este fato, mais terá a ganhar a longo prazo, pois a amizade real e leal de nações livres sempre provou ser uma melhor garantia de segurança do que qualquer outra forma de influência ou dominação.

Vou agora falar apenas algumas palavras sobre dois assuntos internacionais importantes, um no cenário Europeu e o outro no Extremo Oriente. A unidade na Europa é um elemento indispensável à paz mundial. A unidade na Europa jamais poderá ser alcançada sem a reunificação da Alemanha. As condições do mundo moderno mudaram tão radicalmente com o advento do poder atômico, que o perigo de termos que lidar novamente com um espírito agressivo alemão não é mais uma ameaça significativa para a segurança dos países vizinhos a essa poderosa nação de outrora. Reconhecemos os interesses especiais da União Soviética na solução da questão alemã, mas não podemos admitir que seria do interesse da União Soviética manter vivo este assunto e, com isso, bloquear o desenvolvimento natural pacífico do progresso na Europa Ocidental. No que concerne ao Extremo Oriente, o Japão deve ter um papel cada vez mais importante nos negócios mundiais. Para tanto, urge que o Japão seja admitido nas Nações Unidas e que as manobras que por tanto tempo impediram essa ação cessem imediatamente.

Já mencionei que a formação da Força de Emergência das Nações Unidas é um progresso bastante louvável com implicações de grande alcance para a futura eficácia das ações das Nações Unidas. Seria sensato se a Assembléia Geral considerasse algumas medidas práticas para assegurar a implementação da Resolução 377 A(V), parágrafo 8, para que as forças armadas de cada Estado Membro tivessem, em base permanente, uma ou mais unidades sempre à disposição das Nações Unidas. Essas unidades, cujo tamanho seria deixado a cargo do Estado Membro interessado, poderia talvez um dia levar a bandeira das Nações Unidas ao lado de sua própria bandeira nacional. O efeito psicológico conseguido, se essa sugestão fosse aceita, talvez criasse, em bases mundiais, um sentimento de maior respeito pela nossa Organização, e a convocação de tropas em obediência às resoluções adotadas tanto pelo Conselho de Segurança quanto pela Assembléia Geral passaria a ser considerada um procedimento normal.

Em toda a sua história, as Nações Unidas jamais foram assediadas por tantos problemas de natureza política e econômica. Gostaria de expressar a esperança de que, no final de nossos trabalhos, o mundo dirá que a Décima-Primeira Sessão da Assembléia Geral fez jus às grandes esperanças que a humanidade depositou nela.

Nova York, em 12 de novembro de 1956.

Com o lançamento do *Sputnik*, em 1957, o desafio soviético à hegemonia científico-militar dos EUA adquire credibilidade. As possibilidades abertas pelas tecnologias de mísseis intercontinentais de longo alcance alteram radicalmente as concepções estratégicas.

Como consequência do processo de descolonização e da aplicação sucessiva das doutrinas do *containment* e da *massive retaliation*, tanto os EUA, quanto a URSS terminariam por se envolver extensamente no Terceiro Mundo. Multiplicavam-se as operações norte-americanas para derrubar, através de operações clandestinas, governos simpáticos à URSS: Irã (1953), Guatemala (1954). Em 1958, seria a vez da Indonésia. A essas tendências, cujas manifestações na década de sessenta iriam incluir Cuba (1961) e São Domingos (1965), somavam-se, no caso do Sudeste Asiático, o estímulo e apoio a regimes não-comunistas ameaçados por movimentos armados revolucionários internos apoiados por Moscou e/ou Pequim. Data de 1954 o início do envolvimento direto dos EUA no Vietnã.

Na Europa, onde se assistia com crescente preocupação à polarização ideológico-estratégica do mundo, seria dado, em 1957, um passo fundamental para a consolidação de um núcleo diferenciado de poder: o Tratado de Roma constitui a Comunidade Econômica Européia. Na África e na Ásia, a independência de Gana e da Malásia impulsionam o processo de descolonização.

O Brasil, superada a instabilidade dos primeiros tempos da Administração Kubitschek, entrava em fase de crescimento. Iniciam-se as obras de Brasília e, apesar dos repetidos movimentos grevistas, a aceleração do processo de industrialização abre perspectivas positivas para o país.

É nesse contexto que, a partir de 1957, a diplomacia brasileira dá sinais de mudança em suas visões e percepções do mundo. Oswaldo Aranha expressa perante a Décima Segunda Assembléia Geral uma nova percepção do Brasil, não mais derivada do enquadramento automático do país no cenário estratégico internacional, mas sim numa avaliação diferenciada de interesses nacionais. Oswaldo Aranha, um dos líderes brasileiros que mais havia se distinguido na formulação da política de aliança com os EUA, critica a falta de cooperação norte-americana ao desenvolvimento da América Latina. Suas palavras revelam frustração diante do rumo tomado pela relação estratégica global e do papel secundário destinado à América Latina.

Notável por sua clareza, por sua candura e pela força de sua argumentação, o discurso de 1957 contém os elementos que determinariam transformações substantivas na “visão do mundo” da diplomacia brasileira. A partir de então, o eixo das preocupações externas do Brasil começaria a se desviar do sentido Leste-Oeste para se concentrar na vertente Norte-Sul. Seriam as desigualdades econômico-sociais, mais do que as polaridades político-ideológicas que o Brasil passaria a identificar como elementos estruturais responsáveis pelas tensões internacionais. Voltando a Nova York, dez anos depois de haver presidido a Assembléia Geral de 1947, Oswaldo Aranha se manifestaria pessimista ao avaliar o estado do mundo e as realizações das Nações Unidas. Existe um limite, afirmaria enfaticamente, a partir do qual as desigualdades podem ameaçar a comunidade internacional.

Já se revelam no discurso de 1957 também os fundamentos conceituais do projeto que viria se constituir nos anos seguintes na “Operação Pan-Americana” (OPA).

Oswaldo Aranha possivelmente terá sido o primeiro representante do Brasil a deixar de singularizar o país como situado no universo europeu-norte-americano, para caracterizá-lo primeiro como latino-americano e, depois, como membro do mundo em desenvolvimento.

XII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1957

Embaixador Oswaldo Aranha ¹

Senhor Presidente,

Tenho especial alegria em ser dos primeiros a aplaudir vossa escolha para a Presidência da Décima-Segunda Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, homenagem a suas qualidades pessoais e sua devoção às Nações Unidas e ao apoio constante e valioso de seu país à nossa Organização.

Faz dez anos exatamente que tive a honra de presidir os vossos trabalhos. Desde então não voltei ao seio das Nações Unidas e imaginareis assim a emoção com que, volvida a década, aqui encontro, em alguns dos operários da primeira hora, e nos que depois chegaram, os mesmos anseios de servir o grande ideal da ONU. Faz dez anos, falava-se aqui em paz quando saíamos da guerra e, agora, quando a necessidade da paz nunca foi maior para a sobrevivência dos povos, ouço falar quase unicamente de guerra. As nações, neste decênio, ao invés de se desarmarem, como era a finalidade desta nossa associação, não só se armaram muito mais, senão que criaram armas tremendas, que algumas grandes potências, por causa de seus recursos científicos e materiais, praticamente monopolizam.

Um novo poder se criou e, por força dele, como que ficaram a paz e a guerra à mercê dos que o detêm ou o vierem a possuir. Seria, pois, de temer-se que, como consequência, se estabelecessem condições que haveriam de permitir a existência de verdadeiras ditaduras mundiais, exatamente à sombra da ONU e, no fundo, em completa oposição ao espírito que a fez nascer.

Uma nova forma de vida está, assim, sendo imposta ao mundo. Ao invés de crescerem a segurança das nações e a igualdade e bem-estar dos povos, preocupação culminante de São Francisco, persistem entraves, controles e dificuldades à plena comunhão jurídica, econômica e social. Corremos, assim, no seio da ONU, o risco

¹ Oswaldo Euclydes de Souza Aranha, nascido em Alegrete, RS, em 15 de fevereiro de 1894. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores de 12/30 a 12/31, quando passou para a Pasta da Fazenda, nela permanecendo até 1934, e de 6/53 a 8/54. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/38 a 23/8/44. † Rio de Janeiro, em 1960.

de nos tornarmos menos livres, menos iguais e, mesmo, menos pacíficos, os povos e as criaturas.

Eu vos peço desculpa, Senhores Delegados, se algum pessimismo me toma quando comparo 1947 com 1957. Mas posso e desejo assegurar-vos que o povo e o Governo do Brasil continuam, como eu, a acreditar que é aqui, na Organização das Nações Unidas, que pode e deve ser encontrada a solução pacífica dos problemas e conflitos regionais e mundiais.

O Brasil representa uma grande parte do território, da população e das riquezas da América. Estamos em pleno desenvolvimento e somos um povo sem aspirações que não caibam, todas, dentro de nossas possibilidades, fronteiras e tradições pacíficas e pacificadoras.

Há mais de um século nos incorporamos aos princípios e aos compromissos Pan-Americanos, que fizeram de nosso continente não apenas um só território, mas um só pensamento e até um só sentimento e uma mesma atitude internacional. O Pan-Americanismo integrou-se na ONU para servir à paz mundial. A ONU teve e terá nele um alicerce para as suas construções humanas e pacíficas.

A organização da família continental procurou sempre servir ao interesse e ao progresso mundiais. A América despendeu, após a fundação da ONU, muitos bilhões de dólares com o mundo e muito poucos com a própria América. Foi com o apoio e até com o aplauso de nossos Governos que uma nação americana concedeu ajuda à Europa, à Ásia e à própria União Soviética, em um ano, mais do que em dez anos de cooperação com suas irmãs do Continente. Essa atitude dos Estados Unidos para com os outros continentes não derogou o Pan-Americanismo, antes o veio reafirmar em suas finalidades mundiais. Não foi nunca propósito dos fundadores do novo sistema regional criar um continente próspero e feliz num mundo pobre e infeliz. O bem que não possa ser de todos só pode ser procurado por governos que não sejam íntima, sincera e convencidamente democráticos.

Por isso mesmo, ainda durante a guerra, os países americanos apoiaram o estabelecimento de entidades internacionais cujo objetivo principal iria ser a recuperação das áreas devastadas e contribuíram, para esse fim, com o máximo de recursos a seu dispor.

A própria agência financeira internacional criada em Bretton Woods, de que participam todos os países americanos, tomou o nome de Banco de Reconstrução e Desenvolvimento. Foram-lhe dadas, portanto, duas missões de igual relevância: uma, de emergência - a reconstrução das áreas assoladas pela guerra; e outra, de longo alcance - o auxílio aos países economicamente menos desenvolvidos.

Passados dez anos, vemos que as nações mais duramente atingidas pelo conflito não só estão inteiramente reconstruídas como ultrapassaram seus níveis anteriores, enquanto quase todas as demais nações, levando em conta seu crescimento demográfico, tiveram reduzidas suas rendas, incluídas as individuais. Não quero dizer que todos os povos possam ser nivelados, mas sim que há um limite abaixo do qual a desigualdade pode comprometer a comunhão mundial. Algumas das nações recuperadas já iniciaram mesmo programas de cooperação que visam ao desenvolvimento econômico de outros países. Não há negar, pois, que a tarefa de reconstrução está virtualmente cumprida.

Chegou, portanto, o momento de empreenderem as Nações Unidas - principalmente através de suas entidades especializadas - uma participação mais ativa no encaminhamento da solução dos problemas de desenvolvimento econômico. No caso do Banco Internacional, é necessário inverter os termos do binômio, dando-se ao desenvolvimento a prioridade até agora concedida à recuperação e, no do Fundo Monetário Internacional, restabelecer os objetivos de dirimir as dificuldades de balanço de pagamento, originadas de desvalorizações monetárias competitivas, de supervalorizações cambiais e de inflações internas.

Estou certo de interpretar, em relação a esse problema, o pensamento não apenas de meu país, mas da América Latina.

Não somos, porém, um bloco e nem queremos ser. As Repúblicas Americanas não se guiam por aspirações unicamente continentais. Somos um pensamento político definido, uma forma de viver e de conviver, testados por um século. Somos uma grande família, com ricos e pobres, mas iguais e livres, uns em relação aos outros e, todos juntos, no afã de trabalhar aqui pela paz e pelo bem-estar mundial.

Volto hoje ao vosso convívio com o mesmo mandato de meu país e com a mesma fé nesta Organização. Os problemas a enfrentar - políticos, sociais, econômicos e jurídicos, tais como o da igualdade das nações, da autodeterminação dos povos, da emancipação dos territórios tutelados, da regulamentação, limitação e redução equilibrada das forças armadas e dos armamentos, do desenvolvimento econômico, da assistência técnica, e tantos outros, nem são grandes, nem pequenos, nem difíceis, nem fáceis e, muito menos, insolúveis. São os mesmos e eternos problemas do homem, que o próprio homem terá de resolver se quiser sobreviver. Foi por imprevidência nossa que se criaram e, agora, precisamos ter capacidade para corrigi-los. O erro não é irreparável. Para o homem, como para os povos de boa vontade, o erro é passageiro e pode servir de estímulo para melhor pensar e agir.

A exacerbação do nacionalismo é um efeito, não é uma causa. A injustiça, a desigualdade, a má distribuição dos recursos financeiros e dos excedentes criaram

essas e outras formas menos desenvolvidas e os que se estão desenvolvendo, como o Brasil, são levados à desconfiança, à descrença em uma justa e racional cooperação mundial. É natural que cada povo queira ser dono de si mesmo, do seu destino e do seu bem estar: não depender de alguns, mas viver de todos e para todos. Não queremos empobrecer os ricos ou enfraquecer os poderosos. Queremos o equilíbrio da força e um mais justo acesso dos povos aos instrumentos de prosperidade e às fontes do bem-estar da humanidade. Sem essa orientação, nosso trabalho será vão e o mundo multiplicará seus problemas, ao invés de resolvê-los, e cada dia mais caminharemos todos, ricos e pobres, poderosos e fracos, para uma paz mais armada, e para agravar a miséria, a fome, o medo e os conflitos, que aqui nos propusemos eliminar para sempre da vida humana e da dos povos.

Senhor Presidente,

Aqui estou para continuar a série de esforços que desenvolveram meus predecessores em outras Assembléias Gerais. Aqui estamos, fiéis à vocação e às finalidades da ONU, para ajudar a resolver, à luz da Carta de São Francisco, as controvérsias internacionais, incluídas em nossa ordem de trabalhos. O maior incentivo para cada um de nós é a certeza de que homens e mulheres de todo o mundo continuam a confiar na ONU. Nem sempre será eficaz nossa ação, mas conta muito o fato de estar a nossa Organização presente quando a Força ameaça dominar e as criaturas humanas começam a desesperar. Não há no mundo, mesmo perturbado como está, quem deseje ver fechadas as portas desta casa, sem achar que as sombras da guerra desceriam sobre a humanidade para obscurecer definitiva e irremediavelmente a esperança dos homens e as relações entre os povos.

Muito obrigado.

Nova York, em 19 de setembro de 1957.

1958

Em 1958, como resultado de sua política de constituição de uma rede mundial de acordos de segurança, os EUA tinham assumido obrigações explícitas pela defesa de mais de quarenta países. Implicitamente, muitos outros se juntavam à trama de segurança externa urdida pelos EUA ao longo dos anos da guerra fria. No Líbano, naquele ano, seria aplicada a “Doutrina Eisenhower”: os EUA defenderiam qualquer país da região ameaçado militarmente por uma nação controlada pelo comunismo internacional. Àquela altura, os EUA haviam-se transformado efetivamente numa superpotência. Capazes de atuar militarmente em qualquer parte do globo, haviam estendido sua área de segurança externa ao mundo todo. Qualquer acontecimento, em qualquer latitude, passara a interessar direta ou indiretamente aos EUA. A Guerra fria assumia contornos ameaçadores.

Data dessa época o que se poderia chamar de início da inserção da América Latina no contexto da confrontação Leste-Oeste, que viria a se caracterizar plenamente a partir do ano seguinte, com a ascensão de Fidel Castro em Cuba. Em maio de 1958, o Vice-Presidente Richard Nixon visita diversos países da região e é hostilizado, chegando a ser fisicamente atacado em Lima e em Caracas. Era perceptível a frustração da região diante da atitude dos EUA, geralmente percebida como de alheamento e desinteresse.

A diplomacia brasileira procuraria tirar partido daquele momento das relações internacionais. O país nutria-se àquela altura de expectativas crescentes de desenvolvimento econômico geradas pelo crescimento da indústria automobilística, pela implantação de uma infraestrutura de comunicações e pela construção de Brasília.

No seu discurso perante a Décima Terceira Assembléia Geral, o Chanceler Francisco Negrão de Lima exalta a

unidade pan-americana, que qualifica como um novo movimento de política internacional destinado a promover a luta contra o subdesenvolvimento em escala global. O discurso de Negrão de Lima se constituiria no batismo internacional da “Operação Pan-Americana” (OPA). A mobilização diplomática então concebida e implementada reeditava uma tendência tradicional da diplomacia brasileira desde os tempos do Barão do Rio Branco de servir de ponte entre os EUA e os demais países do Hemisfério. Oferecia mecanismos de diálogo e cooperação para que os EUA pudessem desempenhar um papel substantivo no processo de desenvolvimento da região e, ao mesmo tempo, contrabalançar a crescente influência do comunismo e da URSS.

Notável no discurso do Ministro Negrão de Lima é a vinculação expressa, possivelmente por primeira vez em foro tão solene e por tão alto representante do Brasil, entre o fenômeno do subdesenvolvimento e as ameaças à paz e a segurança internacional. Formulada em tempos de guerra fria, esta afirmação desvendava uma percepção brasileira significativamente variante dos postulados estratégicos globais dos EUA. Os países latino-americanos, afirma o Chanceler brasileiro, não mais podem aceitar passivamente um estado de coisas injusto e estão decididos a empreender uma ofensiva para valorizar as regiões desperdadas e o bem-estar de suas populações.

XIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1958

Ministro Francisco Negrão de Lima ¹

Senhor Presidente,

Gostaria primeiramente de parabenizá-lo pela honra conferida a Vossa Excelência pelos povos representados aqui ao elegê-lo para a alta posição de Presidente da Décima-Terceira Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Neste importante momento da vida do homem, a sua experiência, a sua ampla visão dos problemas atuais e a confiança que todos nas Nações Unidas depositamos em Vossa Excelência permitem-nos acreditar no sucesso de nossas deliberações futuras.

Ao tomar a palavra neste debate geral com que iniciamos a Décima-Terceira Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, julgo oportuno trazer, aos representantes de quase todos os países do mundo aqui reunidos, maiores informações sobre o novo movimento de política internacional em que está empenhado o Brasil, juntamente com os demais Estados americanos.

O movimento de revitalização da unidade continental, denominado “Operação Pan-Americana”, apesar de constituir originariamente uma iniciativa de caráter regional, a juízo de meu Governo ultrapassa de muito os limites dessa qualificação, para adquirir significado e alcance universal, pois os seus objetivos correspondem às aspirações e às necessidades de todos os povos.

É certo que a melhor maneira de alcançar as finalidades que, ano após ano, vêm congregando os Estados nas reuniões desta Organização é a de se atender, de modo mais consciente e eficaz, a problemas que reclamam angustiosamente solução adequada nas diferentes regiões do mundo.

É também evidente que se torna mais fácil cuidar de problemas dos quais possuímos conhecimento imediato e direto do que tentar resolver com a mesma

¹Francisco Negrão de Lima, nascido em Nepomuceno, MG, em 24 de agosto de 1901. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Ministro da Justiça, interino, em setembro de 1938, março de 1939, agosto de 1939 e de 17/1 a 19/3 de 1941. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 3/7/58 a 10/8/59. † Rio de Janeiro, em 26/10/81.

proficiência aqueles que se situam fora das áreas a que pertencemos.

Pareceu assim, ao meu Governo, em consonância com as aspirações e necessidades dos povos americanos, já manifestadas em tantas ocasiões, que o momento era chegado para que fosse encetada uma ação decisiva e dinâmica no sentido de erradicar o subdesenvolvimento das Américas. Não nos era possível fechar os olhos por mais tempo à situação aflitiva em que se encontram as populações de vastas zonas do nosso continente, atingidas de modo cruel pelos males do subdesenvolvimento. Faltar-nos-ia autoridade moral para o cumprimento efetivo dos deveres de caráter universal que nos impõe a Carta desta Organização, se não pudéssemos, do mesmo passo, dar mostras do nosso propósito de oferecer remédio para aqueles males.

Eis por que a Delegação do Brasil se associou, vigorosa e entusiasticamente, aos Estados que propuseram, durante a Décima-Segunda Sessão da Assembléia Geral, a criação de uma Comissão Econômica para a África. Afigurou-se-nos que deveríamos propiciar aos povos africanos a oportunidade e os meios para uma análise conveniente dos problemas e das soluções que os mesmos estavam a reclamar. Um melhor conhecimento das necessidades daquele Continente contribuirá, por certo, para atenuar as repercussões políticas - cuja gravidade na hora atual não é mister encarecer - de fatores eminentemente econômicos e sociais.

Não é mais lícito duvidar que existe uma correlação evidente entre o subdesenvolvimento de determinadas áreas e as fricções locais que vêm ameaçando a paz da humanidade. Na miséria e no descontentamento é que fermentam e proliferam as manifestações de uma política de desespero que poderá invalidar em definitivo as tentativas de implantação da concórdia universal. A experiência de treze anos de existência desta Organização tornou patente que o subdesenvolvimento é a grande e verdadeira ameaça à segurança coletiva, visto que ele constitui sempre o instrumento das agitações de massa e dos ressentimentos nacionais contra povos mais afortunados. Esse estado de insatisfação vem conduzindo algumas nações a ingressarem no perigoso caminho da adoção de ideologias contrárias à sua própria formação política e cultural, na ilusória esperança de encontrarem nas mesmas uma resposta adequada a seus problemas. Se aqueles que detêm o poder material de remediar essa situação não se apressarem em fazê-lo, testemunharemos, em breve, o colapso de importantes valores de civilização, indispensáveis à plena realização do conceito da universalidade das Nações Unidas, em consequência da ação diluidora do sentimento de desamparo crescente na alma dos povos esquecidos.

O Brasil aderiu com todo o entusiasmo à idéia de um esforço conjunto e cuidadosamente planejado pelo desenvolvimento harmônico das economias do Continente, convicto de que assim se abririam novas perspectivas para a conquista

da paz, e é o fervor que nos animou nos primeiros passos dessa cruzada que nos serve de estímulo, para levantar aqui o problema, em termos universais. E fazêmo-lo certos de que não tem autoridade para agitar a bandeira de uma nova esperança quem não está atento às angústias e necessidades de seu próprio povo; quem, a pretexto de servir a remotos ideais de toda a humanidade, se descuida de remediar os males prementes e imediatos que lhe dizem respeito.

Vale lembrar que aqui se diz e repete, há muito, que o avanço tecnológico acentua e agrava os desníveis econômicos existentes entre certas nações. Foi nesse sentido, e por atentar a essas circunstâncias, que o Presidente Kubitschek dirigiu ao Presidente Eisenhower uma carta que mereceu pronta acolhida e que tantos ecos favoráveis despertou em todo o Continente. Desejo ressaltar que o Governo brasileiro não visou, com essa iniciativa, a colher vantagens políticas, econômicas, ou outras, em benefício exclusivo do Brasil, mas apenas a servir aos interesses de todos os povos do continente, guardando, ao mesmo tempo, fidelidade aos princípios contidos na Carta das Nações Unidas, cujo fundamento mais relevante é a causa do bem-estar geral dos povos.

Creio que ficou bem claro, Senhor Presidente, no que acima disse, que de acordo com o pensamento do Presidente Juscelino Kubitschek, a Operação Pan-Americana, sendo um movimento regional, é também um movimento que se entrosa na luta geral contra o subdesenvolvimento. Os problemas econômicos que a Operação Pan-Americana se propõe solucionar não são novos, nem estranhos à consideração dos diferentes órgãos das Nações Unidas. Ao contrário, de há muito vêm sendo examinados minuciosamente pela nossa Organização, que sobre os mesmos se tem externado através de estudos, resoluções e recomendações, contadas por centenas, mas infelizmente não transportadas ainda para o campo da execução efetiva. É que tem faltado até agora, para a sua concretização, o ânimo criador nascido dos reclamos da opinião pública, convicta da necessidade inadiável de vencer a batalha do subdesenvolvimento.

Diante da receptividade manifestada em pronunciamentos dos círculos governamentais e através da imprensa nos países que integram a grande comunidade americana, acreditamos poder assegurar a esta Assembléia que já existe, em nosso Continente, aquela disposição capaz de superar a aceitação passiva de uma realidade injusta, substituindo-a por uma ofensiva conjunta e irreversível em prol da valorização econômica das áreas abandonadas e do bem-estar de suas populações.

Acreditamos, também, que a melhoria das condições gerais de vida das populações em todo o mundo, resultante da efetivação de iniciativas como a que agora esposamos, acarretará, sem dúvida, a diminuição das tensões políticas existentes, com a conseqüente liberação de fundos, esterilmente empregados na corrida

armamentista, para a aceleração do processo de emancipação econômica e social da humanidade. Teremos passado, assim, a uma era em que as energias imensas, ora desviadas para o aumento do potencial de destruição, encontrariam o seu verdadeiro destino na competição pacífica entre os países altamente industrializados que iriam disputar, entre si, a hegemonia na valorização rápida das zonas economicamente fracas.

Em nossos dias, quando as conquistas da ciência ultrapassam de muito a fantasia dos antepassados, quando as grandes potências se lançam à conquista da imensidão erma dos gelos e das vastidões espaciais, necessário se faz que o Homem não se esqueça de si mesmo e que se reencontre na sua condição verdadeira de origem, centro e finalidade das suas próprias realizações. Valorizar a existência e respeitar a dignidade do homem, permitindo-lhe a plena afirmação da personalidade, eis o benefício supremo que a redenção econômica há de assegurar à criatura humana.

Falando nesta Assembléia, não desejo deixar perder-se uma oportunidade tão especial para, em nome de meu País, proclamar a nossa firme convicção de que o espírito humano há de encontrar uma forma de equilíbrio, de harmonia e entendimento entre os povos. Para isso, é necessário que se reúnam todos os homens de boa vontade em torno dos princípios desta Organização das Nações Unidas, que tem sabido evitar tantos males, que se tem portado impávida em horas graves e serena em horas que pareciam marcar a destruição de nossas esperanças.

Muito obrigado.

Nova York, em 18 de setembro de 1958.

1959

Aproximando-se o fim do mandato do Presidente Kubitschek, os primeiros movimentos do processo sucessório, somados à aceleração da inflação, provocam instabilidade. Em maio, a visita de Fidel Castro ao Brasil gera desconfianças em setores norte-americanos. Dando satisfação aos setores nacionalistas, o Presidente anuncia em junho, em discurso no Clube Militar, o rompimento do Brasil com o Fundo Monetário Internacional. A criação da SUDENE no fim do ano mostraria a determinação do Governo de promover por via do Estado o desenvolvimento do Nordeste. Dias antes produzira-se o levante militar de Aragarças, logo controlado pelas forças legalistas.

No plano internacional, a partir de 1958, começara a ficar evidente a cisão sino-soviética. Os contatos entre os EUA e a URSS se intensificariam. Krushev faz em setembro uma longa viagem pelos EUA. O líder soviético esforçou-se por criar na sociedade norte-americana imagens sedutoras. O panorama, a nível das superpotências, parecia encaminhar-se em clima positivo. O conceito da coexistência pacífica seria proposto pela liderança soviética em outubro de 1959.

Após os acontecimentos de Cuba, no entanto, os países do Hemisfério seriam induzidos a reafirmar suas lealdades no contexto da confrontação Leste-Oeste. Em sintonia com as lideranças militares latino-americanas, os EUA davam indicações de preocupação com o eventual avanço da influência soviética numa região até então marginal no contexto da guerra fria.

A diplomacia brasileira percebeu as oportunidades ensejadas por aquele momento como propícias para a reformulação das relações hemisféricas. Tratava-se essencialmente de incentivar os EUA para que voltassem as suas vistas para o cenário regional. A Operação Pan-

Americana (OPA) foi concebida como instrumento de diálogo e de cooperação destinado a comprometer os EUA com o processo de estabilidade e crescimento da América Latina.

Em seu discurso perante a Décima-Quarta Sessão da Assembléia Geral, o Embaixador Augusto Frederico Schmidt, Conselheiro especial do Presidente Juscelino, expõe vigorosamente as propostas brasileiras. Seu diagnóstico da situação internacional representa um passo adiante na gradual desvinculação do Brasil da confrontação ideológica. A expectativa benevolente que, no discurso tradicional brasileiro, sempre temperava as demandas por cooperação internacional, cede lugar pela voz do Embaixador Schmidt a manifestações de impaciência e mal-estar. Os problemas do subdesenvolvimento não mais podem ser procrastinados enquanto as nações avançadas dão constantes mostras de progresso material e científico.

Não era, porém, intenção da diplomacia brasileira expressar ressentimentos ou recriminações. O Brasil mobilizava seus próprios recursos para superar o subdesenvolvimento. O que não se podia compreender - e o discurso do Embaixador Schmidt coloca a questão em termos contundentes - é que alguns países, só porque dispõem de mais recursos, se julguem capazes de se apropriarem exclusivamente das visões corretas do mundo. Em lugar de se dedicarem a preparar a guerra, os países altamente desenvolvidos deveriam, isto sim, dedicar-se a cooperar para erradicar o subdesenvolvimento.

Veemente e denso, o discurso do Embaixador Schmidt conclui com uma apresentação dos objetivos da Operação Pan-Americana e uma exortação ao combate à pobreza, à doença e à ignorância. A apatia da comunidade internacional diante desses problemas, afirma, constitui crime contra a razão, ataque à civilização, imperdoável ofensa moral e um ato de imprudência política, de incalculáveis conseqüências para a paz mundial.

XIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1959

Embaixador Augusto Frederico Schmidt¹

Senhor Presidente,

Ao orgulho de falar neste momento em nome do Brasil acrescento a satisfação de ser o primeiro a manifestar a Vossa Excelência a comovida alegria com que o vemos elevado à mais alta investidura desta Assembléia Geral. Não quero que esta saudação seja apenas o cumprimento de um dever de cortesia, mas sim que transmita, de maneira calorosa, a admiração e o apreço da Delegação de meu País pela eminente figura de Victor Andrés Balaunde, expoente da cultura humanística e jurídica das Américas, veterano paladino das mais nobres causas, orador insigne, cuja voz eloqüente vem apaixonando e convencendo as Nações Unidas desde as memoráveis jornadas de São Francisco.

A consagração que Vossa Excelência acaba de receber, Senhor Presidente, é a justa medida da confiança que todos depositamos em sua experiência, sua sabedoria, seu talento diplomático, e sua energia. Sob sua segura direção, estamos certos, esta Sessão da Assembléia Geral será levada a bom termo.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Diante da conquista do espaço cósmico, que neste momento vence mais uma etapa, graças à técnica e à vontade do homem, nada mais ofereço neste discurso do que a repetição das advertências sobre os perigos do abandono crescente em que se encontra a própria criatura. Não quero deixar de salientar, desde já, ter bem presente a noção de que defendo uma inaturalidade: a melhoria da condição humana. Chegou sem dúvida a hora de esplendor da técnica, mas o problema do homem, apesar das muitas palavras proferidas aqui e em toda parte, não é tratado em seu justo conceito de urgência. O reino do homem ainda parece distante. Na atualidade, o homem será

¹ **Augusto Frederico Schmidt**, nascido no Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1906. Assessor da Presidência da República no Governo Kubitschek, cabendo-lhe principalmente o comando da OPA (Operação Pan-Americana). Atuou com destaque como Chefe da Delegação do Brasil na Décima-Quarta Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas e como Presidente do Comitê dos 21 na Conferência de Bogotá, na Colômbia. † Rio de Janeiro, em 8/2/65.

o fruto de uma política de espírito que estamos longe de ensaiar e mais ainda de praticar.

As nações aqui reunidas vivem nesta mesma época idades diversas. Encontramos um meio de fazer compreender uns aos outros as palavras e conceitos que aqui trocamos; mas a Babel de idades é algo inédito para a história da humanidade.

Atinge-se a Lua, criam-se satélites e planetas artificiais; e, ao mesmo tempo, vastas comunidades humanas, milhões e milhões de seres vivem na idade da forma insaciada, em atraso igual ao da mais remota antiguidade. Cresceram, magicamente, as possibilidades técnicas, cresceram as populações, cresceu a miséria.

Após a distensão internacional consecutiva à viagem do vice-presidente Nixon à União Soviética, tínhamos a impressão de que se ia inaugurar nova fase, na qual seria possível, enfim, imprimir maior dinamismo à luta contra o reino da miséria, que ocupa tão vastas áreas do mundo; já experimentávamos uma sensação, não digo de tranquilidade, mas de menor apreensão, quando nos surpreenderam graves acontecimentos na Ásia. Em face das mostras de melhor disposição ao entendimento por parte das duas maiores potências, já a Delegação do Brasil se dispunha a reclamar uma nova atitude e, mesmo, um novo rumo para as Nações Unidas, quando aquelas novas ocorrências sobrevieram, para fazer-nos temer não encontrar tão cedo a estabilidade que as nações mais desenvolvidas consideram necessária para que seja finalmente deflagrada - com o emprego de modesta parte dos orçamentos destinados a fins bélicos - a guerra da civilização, a guerra em defesa do homem e não contra o homem, a guerra ao subdesenvolvimento, ou seja, ao cativo que submete dois terços da humanidade.

Ao que parece, serão novamente confrontados com uma dura realidade os povos que dependem da cooperação internacional para solver seus problemas básicos - alguns deles carentes de auxílio somente para acelerar ainda mais o esforço de desenvolvimento que, a duras penas, estão promovendo, como é o caso de meu País; mas, outros, na dependência de um impulso inicial para saírem da estagnação anti-humana em que vivem. Sabem perfeitamente esses povos o quanto terão que esperar e toda paciência que terão que empregar se for mantida a exigência de uma harmonização das duas concepções de vida antagônicas, em duelo no nosso tempo, até que lhes sejam oferecidas soluções válidas e não simples paliativos de ocasião.

Estas palavras da Delegação do Brasil desejam exprimir a impaciência e o cansaço diante dessas ameaças permanentes, que acarretam o adiamento de providências de envergadura, capazes de libertar a maioria dos nossos semelhantes de uma longa servidão; mas essa impaciência e esse cansaço não traduzem nenhum desespero. Temos esperança de que chegue um dia a época da maturidade, obra de

cultura política, e não de avanço técnico, que sejam definitivamente eliminadas as causas da guerra fria, geradora de desânimo e de inércia; guerra fria, mas que não exclui alguns episódios sangrentos habilmente dosados. Mas essa esperança é longínqua e a situação atual não pode ser aceita resignadamente, sem que se faça um apelo à razão e ao interesse, já que os tempos tomaram impraticável apelar-se para mais altos e nobres ideais. Esse apelo à razão consiste na necessidade de que nossos sistemas - sistema a que se filia meu País e que se orgulha de defender a Democracia e a Liberdade - não continuem abrigando em seu seio contradições tão graves. Grave contradição é, sem dúvida, que se proponham soluções para a humanidade e, ao mesmo tempo, admite que persistam condições desumanas de existência em extensas áreas do mundo livre.

Se tivermos que esperar, Senhor Presidente, que se harmonizem os contrários, que deixem de abalar este plenário e as Comissões da Assembléia Geral os ecos dos conflitos, gerações sucessivas continuarão perecendo de fome em muitas partes do mundo, enquanto se continuarão a construir engenhos mortíferos, que logo se transformarão em coisas anacrônicas, nessa vertiginosa aceleração da técnica aplicada à morte e à produção de escombros e ruínas.

Desejo exprimir aqui, com toda a nitidez, o ponto de vista da Delegação de meu País. Assim agindo, estou certo de que prestamos a melhor colaboração possível à causa da Democracia e às Nações Unidas, organização que deve refletir com fidelidade as diversas faces da inquietação de nossa época e saber preservar-se da estratificação, do imobilismo, do formalismo, para sobreviver e continuar prestando os seus serviços.

As Nações Unidas não são uma máquina de discutir ou de rezar. Necessitamos de insistir em certas verdades. Não assume a Delegação do Brasil uma atitude romântica, de reivindicação, ou de ressentimento. Nosso País está fugindo como pode à sujeição da miséria e tem possibilidades, riquezas naturais e vontade suficiente para tornar-se, um dia, nação plenamente desenvolvida. O pronunciamento de minha Delegação baseia-se principalmente no justo temor de que os esforços para manter a paz e a segurança estejam impedindo, entre as nações que arcam com maiores responsabilidades, uma exata e larga visão dos grandes perigos que decorrem dos sofrimentos presentes da Humanidade. O fato de deterem alguns povos recursos poderosos, de viverem na intimidade de certos problemas, ou de possuírem informações valiosas, não lhes confere o dom de apreciar a conjuntura mundial em toda a sua profundidade, ou de alcançar a visão mais ampla do dia de amanhã. Seria infundável lembrarmos aqui a cegueira de civilizações e impérios magníficos, que foram atirados, com as suas riquezas e conhecimentos, com a sua orgulhosa convicção de eternidade, nos abismos da História. A História não aproveita aos povos contudo:

a experiência das nações, como a dos homens, por mais exemplar que seja, parece intransferível.

A maneira de favorecer a Democracia não é a de se prepararem, exclusiva e infatigavelmente, os povos mais desenvolvidos para uma guerra que acabará por não vir - tal como eles a esperam, ou supõem que venha - enquanto a larva do subdesenvolvimento continua a roer e debilitar o nosso mundo. Já ninguém ignora que este planeta está dividido em uma fração, cada vez menor, de humanidade que desfruta vida próspera e confortável, e outra parte, cada vez maior, de flagelados com índices impressionantes de mortalidade precoce, privados de nutrição e de conhecimentos. O fato de que a verdadeira guerra é essa, que se processa nas regiões cada vez mais extensas do subdesenvolvimento, deixou hoje de ser um segredo, para transformar-se nessa coisa perigosa e também terrivelmente desnorteadora: uma verdade proclamada com os lábios, mas que não desperta o desejo da ação corretora.

A Delegação do Brasil não poderia perder esta ocasião de reafirmar o pensamento que orienta a nova política internacional inaugurada pelo Presidente da República de meu País, o Senhor Juscelino Kubitschek. Há mais de um ano que se iniciou entre as 21 Repúblicas americanas um movimento regional que tem como premissa o reconhecimento da imperiosa necessidade e da extrema urgência de uma ação conjugada multilateral dos países do continente para promover o desenvolvimento acelerado e harmonioso das suas economias.

Os pontos principais dessa política - que é conhecida pela denominação de Operação Pan-Americana - foram levados ao conhecimento das Nações Unidas pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao iniciar-se a Décima-Terceira Sessão da Assembléia Geral. A Operação Pan-Americana visa a reforçar o conteúdo econômico do Pan-Americanismo, mediante a adoção de um conjunto de medidas enérgicas e coordenadas, suscetíveis de remover os obstáculos ao desenvolvimento dos países da América Latina, cujas economias necessitam de vigoroso impulso para que ultrapassem o estado de atraso em que se encontram e ingressem numa era de industrialização, aproveitamento máximo dos recursos naturais e ativo intercâmbio.

Somente por tal modo poderá ser elevado o nível de vida das populações latino-americanas, colocando-se dois terços do nosso Continente em melhores condições para a defesa dos valores mais altos da nossa civilização. A idéia política inspiradora da Operação Pan-Americana foi definida pelo Presidente do Brasil nos seguintes termos:

“Sempre estivemos dispostos - como o estão os outros países do

Continente - a trazer nossa colaboração à grande tarefa de preservar a paz e a segurança internacional. Adotamos uma mesma atitude fundamental face os perigos com que se defronta a humanidade nesta hora. Por isso mesmo, e porque está em jogo um patrimônio comum de civilização, não desejamos ser simples elementos secundários. Nossa contribuição só terá valor na medida em que refletir o nosso desejo de analisar com franqueza os grandes problemas de interesse comum, de manifestar livremente os nossos pontos de vista, de buscar de modo ativo as soluções mais adequadas às exigências de cada momento. Queremos levar a cabo um trabalho em conjunto, e não permanecer indefinidamente confinados em passiva adesão. Desejo, porém, reafirmar que nossa iniciativa só terá significado e ganhará movimento, só conseguirá dar os frutos almejados, se compreendida como uma resultante da opinião unânime do Continente.”

Essa opinião do Continente quanto à conveniência e à oportunidade da Operação Pan-Americana não oferece dúvidas. Os princípios do Pan-Americanismo renovado foram elaborados em sucessivas reuniões internacionais americanas: a Reunião Informal dos Ministros das Relações Exteriores e a primeira reunião do Comitê dos 21, no ano passado; a segunda reunião dos 21 e a Conferência de Santiago, no corrente ano. Podemos afirmar com segurança que o continente americano está, todo ele, psicologicamente mobilizado para entrar na batalha contra o subdesenvolvimento. Esta não pode ser mais adiada. Algumas providências concretas já foram aprovadas e se tornam cada vez mais nítidos os pronunciamentos dos estadistas do continente sobre a matéria. Ainda no mês passado, ao partir para sua viagem à Europa, o Presidente Eisenhower declarou que as nações do mundo livre deveriam colaborar num plano geral para a elevação dos padrões de vida nos países subdesenvolvidos ou em processo de evolução, afirmando que “o problema dos dois bilhões de homens que vivem em condições de atraso é um dos mais impressionantes e sérios do mundo”.

O mesmo pensamento, que não é unicamente humanitário, mas decorre de uma clara visão dos acontecimentos e de um prudente realismo político, foi expresso por outro eminente Chefe de Estado, o General Charles De Gaulle, em recente conferência de imprensa, quando manifestou a opinião de que os países altamente industrializados, sem distinção de doutrinas políticas, deveriam unir seus esforços e seus recursos materiais e humanos para um auxílio eficaz às populações das zonas subdesenvolvidas. Ao salientar que tal decisão seria mais importante para resolver os problemas mundiais do que quaisquer fórmulas ou compromissos simplesmente políticos entre as Grandes Potências, o General De Gaulle declarou: *La seule querelle que vaille est celle de l'homme*. Eis uma frase que merece ser longamente meditada.

Não há, pois, divergência de opiniões sobre a necessidade e a urgência da luta contra o subdesenvolvimento. Que estará então faltando para que, num ato de legítima defesa da civilização e da cultura política, de garantia da sinceridade de propósitos da causa democrática, se imprima um maior dinamismo à luta contra o subdesenvolvimento, transplantando-a do plano circunscritamente tático, para o de uma estratégia mais ampla, em que predomine uma justa visão global? Que estará faltando para que zonas potencialmente ricas do mundo sejam redimidadas e valorizadas por uma política criadora? Que estará faltando para que os olhos das nações líderes do mundo, pregados obstinadamente no muro do imediato, se abram a uma visão mais geral e mais correta? Que estará faltando para que se ponha fim a uma situação que constitui o fermento da desordem que se alastra sobre o mundo? Enganavam-se e enganam-se, tragicamente, os que julgam ser a luta contra o subdesenvolvimento puramente um capítulo da Caridade. Ela também é um capítulo da defesa da liberdade no mundo, e, para confusão nossa, só não tem sido assim considerada porque é problema com implicações éticas e isso torna mais difícil a sua solução por parte dos realistas e dos estrategistas. Como explicar, Senhor Presidente, que seja a causa do homem a mais desdenhada de todas? Talvez se encontre a explicação na imaturidade, na extrema juventude da espécie humana sobre a terra. “*Grattez le civilisé, vous trouverez le paleolithique*”, escreveu René Grousset. Será essa a razão da diferença com que certos problemas são encarados pelos que estão em condições de resolvê-los? A falta de solidariedade, a falta de emoção diante do espetáculo do subdesenvolvimento, a ausência de instinto da defesa e de poder de compreensão, da força destruidora desse fenômeno são provas de que o homem paleolítico não se distancia tanto dos que defendem a civilização mais refinada e nela se julgam integrados.

Não tenciona o meu País modificar a sua posição, nem a linha de conduta prudente e firme que tem sempre adotado nos debates de nossa Organização. Membro originário das Nações Unidas, o Brasil sempre foi um dedicado defensor dos princípios e propósitos da Carta. Coerente com a sua formação cristã e ocidental, e com sua condição de país que deseja preservar o seu sistema democrático e o estilo de vida de seu povo, o Brasil se baterá sempre pela harmonia entre as nações, pela solução pacífica das controvérsias, pelo respeito ao Direito das Gentes e aos acordos internacionais. Animado de prudente otimismo em relação à atmosfera de distensão que parece agora prevalecer no quadro das relações diretas entre as Grandes Potências, não deixará de apoiar qualquer iniciativa tomada de boa-fé, venha de onde vier, que lhe pareça tendente a restabelecer um mínimo de confiança nas negociações internacionais e a favorecer a discussão aprofundada, bem como a solução dos grandes problemas de que depende a manutenção da paz e da segurança, no âmbito desta Organização, que fundamos a fim de afastar definitivamente a guerra, e que não desejamos fique à margem dos acontecimentos, mas que os oriente para o bem-estar dos povos. A essa atitude, que é decorrência lógica de sua passagem

e de sua atuação internacional, o Brasil acrescenta hoje, com o caráter prioritário, a política da colaboração internacional para o desenvolvimento, que é a política do futuro, a política da esperança. Estamos profundamente convencidos de que - como afirmou o Chefe da Nação brasileira - a inércia diante do problema da miséria, da doença e da ignorância, num mundo que tem à sua disposição recursos científicos e técnicos nunca antes sonhados, constitui um crime contra o espírito, um atentado aos nossos pretendidos foros de civilização, uma imperdoável ofensa moral e uma imprudência política de incalculáveis conseqüências para a paz do mundo. Que essa advertência seja ouvida, enquanto for tempo.

Muito obrigado.

Nova York, em 18 de setembro de 1959.

A obsessão norte-americana com a questão cubana dominaria completamente a agenda hemisférica a partir de 1960. Reunidos em São José e posteriormente em Bogotá, os Chanceleres latino-americanos reiterariam os postulados democráticos de seus Governos e examinariam com os EUA fórmulas para promover o desenvolvimento regional. O Brasil procuraria ainda desempenhar um papel protagônico no processo, mas as dificuldades no diálogo com os EUA acabariam por frustrar as iniciativas. As tentativas brasileiras de moderar as posições norte-americana e cubana esbarrariam no que foi então percebido como uma decisão cubana irrenunciável de buscar a aliança da URSS, o que, no quadro regional então prevalecente, era considerado uma ameaça à integridade do sistema interamericano.

Os desenvolvimentos positivos do ano anterior no plano da relação EUA-URSS seriam anulados em 1960 com o episódio da derrubada do avião-espia U-2 norte-americano. Em consequência desse episódio, seriam canceladas a cúpula dos Quatro Grandes de Paris e a visita que o Presidente Eisenhower programara à URSS. Krushev, embora reiterasse os propósitos da “coexistência pacífica” com os EUA, assumiria posturas agressivas. Assim seriam interpretadas as suas freqüentes tiradas sobre a capacidade de destruição dos mísseis soviéticos, suas sapatadas no Plenário da Assembléia Geral da ONU e o apoio emprestado pela URSS a Cuba e a diversos movimentos armados de libertação nacional que surgiam na África. Krushev parecia acreditar na intimidação como meio de forçar os EUA a negociar de igual para igual com a URSS.

As vésperas da eleição do Presidente Jânio Quadros, e em meio a uma campanha eleitoral carregada política e ideologicamente, que testava os limites da frágil democracia brasileira, eram reduzidas as possibilidades abertas à

criatividade da diplomacia do Brasil na ONU. O país crescera nos anos JK à taxa média de 7 por cento ao ano. A produção industrial aumentara em 80 por cento. Mas as polaridades ideológicas internas alimentadas pela confrontação estratégica global, conferiam ao quadro brasileiro acentuada dose de instabilidade.

Em seu discurso perante a Décima-Quinta Assembléia Geral, o Ministro Horácio Lafer ainda se esforçaria para manter viva a política pan-americana do Brasil. Não lhe seria possível, porém, disfarçar o desapontamento com que a diplomacia brasileira, em função do desinteresse dos EUA, vira frustradas as suas expectativas de revigorar a cooperação hemisférica. Já o Brasil restabelecera contatos comerciais com a URSS em dezembro de 1959. Na ONU passaria a defender, pela primeira vez, a pluralidade ideológica. Horácio Lafer chega a empregar a expressão “coexistência pacífica” não obstante a sua conotação soviética. O princípio da não intervenção faria também nesse discurso a sua entrada formal no catecismo da política externa brasileira, dando-se por aceitas como inevitáveis as divisões ideológicas que então caracterizavam o mundo.

A notar no discurso do Ministro Lafer, por outra parte, que pela primeira vez o Brasil faria a correlação entre desarmamento e desenvolvimento, propondo a convocação de uma conferência para implantar sistema mediante o qual as economias geradas pela redução de armamentos pudessem constituir um fundo internacional de desenvolvimento.

A par da ênfase econômica e da atenção ao tema do desarmamento, duas constantes do discurso brasileiro na ONU, o Ministro Lafer não deixa de reiterar a adesão do Brasil à Organização, tal como expressa em particular pela participação das Forças Armadas nas operações de paz de Suez e do Congo. A menção ao Congo dá ademais ensejo para que o Ministro Lafer afirme o interesse com que os brasileiros acompanhavam o “despertar de seus irmãos africanos” e se manifeste em termos inequívocos a favor da consideração pela Assembléia Geral do tema da discriminação racial.

XV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1960

Ministro Horácio Lafer ¹

Senhor Presidente,

É um grande prazer para mim e constitui uma honra a de poder saudá-lo, em nome do Brasil, por sua eleição para a presidência da Assembléia Geral. Nossa Reunião de 1960 será, sem dúvida, das mais importantes realizadas por esta Organização; e a direção de seus trabalhos reclama timoncio seguro e de reconhecida competência e imparcialidade, como é o caso de Vossa Excelência, a quem renovo minhas homenagens.

Acabam, há pouco, os países americanos de realizar na Costa Rica uma das suas mais importantes reuniões de chanceleres. A mais expressiva conclusão dessa conferência é a afirmação da solidariedade dos países do Continente em torno de princípios e ideais que têm constituído a base das aspirações supremas de nossos povos. Dezenove nações deste Hemisfério solenemente reafirmaram que o regime que os povos americanos aceitam como compatível com suas tradições e anseios coletivos é aquele que se caracterize pela livre manifestação do pensamento, por eleições livres, pela independência dos poderes, pela temporariedade dos cargos eletivos e pelo respeito às liberdades cívicas e aos direitos humanos. Ao mesmo tempo, as dezenove nações declararam que tão importante quanto aquelas aspirações políticas é a necessidade de desenvolvimento econômico de seus povos. Pressentindo tal preocupação foi que o Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, propôs o movimento que veio a denominar-se Operação Pan-Americana. Seu objetivo fundamental é o de assentar as bases de uma íntima solidariedade econômica entre as nações do Continente para que dentro dos ideais de Paz, Liberdade e Democracia, que caracterizam nossa filosofia política, seja possível promover o progresso econômico e social da América Latina, da forma mais acelerada possível. Terminada a reunião de Costa Rica, os países americanos reuniram-se em Bogotá, onde se repetiu a aceitação coletiva por 19 países do Continente, de um plano de progresso social proposto pelo Presidente Eisenhower e de medidas em prol do desenvolvimento

¹Horácio Lafer, nascido em São Paulo, em 3 de maio de 1900. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Ministro da Fazenda de 31/1/51 a 24/8/53. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 13/8/59 a 31/1/61. + Paris, em 29/6/65.

econômico, que constituem os objetivos da Operação Pan-Americana. Assim, os países latino-americanos reafirmaram o desejo de resolver seus dramáticos problemas de crescimento econômico, sem o sacrifício dos ideais de liberdade e de respeito à pessoa humana. Somente duas abstenções se verificaram e esperamos que brevemente desapareçam.

O que significa, na realidade, esta unanimidade dos países americanos no seio das Nações Unidas? Significa que a América tem sua orientação política-social firmada e adotada, e que convictamente a defende. Mas esta definição não exclui o respeito pelas idéias alheias mesmo porque a intransigência é hoje uma impossibilidade.

Com efeito, a convivência pacífica dos povos constitui um imperativo da nossa época. O desenvolvimento das armas nucleares fez com que a guerra deixasse de ser um instrumento alternativo de política. Face à inadmissibilidade de soluções bélicas, o mundo se acha confrontado com a necessidade de ajustar por negociações as diferenças que separam as nações. O caminho único em busca da solução para os problemas do nosso tempo é a negociação permanente, o propósito de sempre negociar. As Nações Unidas não são um superestado, mas sim a afirmação de que o mundo tem que viver em estado contínuo, paciente, obstinado de negociação. Elas são um mecanismo que oferece as máximas oportunidades para encontros e linhas de compromisso. Se é certo que este processo de negociação envolve o permanente risco do impasse, não é menos verdade ser a única forma pela qual ainda poderão encontrar-se soluções que assegurem a sobrevivência da humanidade.

Para obter esta convivência pacífica que todos procuram, é preciso entretanto ser fixada uma premissa básica, um ponto de partida. Esta premissa é a aceitação por cada um da realidade, justa ou injusta, de nações com regimes, ideologias, organizações, não como desejaríamos, mas como hoje são. Tal aceitação deve ser acompanhada do compromisso de nenhuma interferência, direta ou indireta, de uma ideologia no campo da outra. Como pretender desarmamento, cessação de guerra fria ou de agitação, se há o temor de que uns desejam destruir ou dominar a outros? Enquanto não for accito o princípio do *status quo* da geografia política atual, dentro das organizações político-ideológicas existentes, oscilaremos entre a guerra fria e a perspectiva de uma catástrofe. Neste sentido, é relevante a função que podem exercer, perante os grandes protagonistas do cenário político atual, as potências menores e antibelicistas, as quais podem constituir-se em intérpretes imparciais da vontade mundial de paz. As tentativas de modificar o que hoje existe somente adiarão o estabelecimento de um entendimento, indispensável para o mundo cuidar de desarmamento, convivência pacífica e cessação da guerra fria. O impasse nas tentativas de desarmamento deriva da falta de confiança recíproca. Por que então não negociar, desde logo, este ponto de partida?

Outro aspecto do problema, que o Presidente do Brasil tem constantemente acentuado: somente o desenvolvimento econômico poderá consolidar a paz entre os povos. Por ano, gasta o mundo pelo menos 100 bilhões de dólares em armamentos, ao passo que nestes dez últimos anos em ajuda, assistência, investimentos, etc. os países industrializados movimentaram cerca de 40 bilhões de dólares para o mundo subdesenvolvido. Não se pode pensar em acabar com armamentos, quartéis, exércitos, pois esse quadro virgiliano é quimérico. Mas a corrida armamentista pode ser detida, aplicando-se os recursos poupados no desenvolvimento econômico. Pois bem, por que, em conferência especializada, não adotar um sistema pelo qual as potências recolheriam as economias com redução de armamentos a um fundo internacional de desenvolvimento das Nações Unidas? Seria muito difícil, além das importâncias recolhidas ao fundo, ainda aplicar soma equivalente em armamento. Seria pagar duas vezes. O Brasil apóia os esforços de desarmamento internacional dentro de métodos realistas, por etapas tecnicamente estudadas e efetivamente controladas. A obtenção de somas através da diminuição de despesas armamentistas, aliada a uma percentagem de recursos que países mais adiantados podem emprestar a esse fundo, daria vitalidade ao campo que o Banco Mundial tem deixado abandonado e esquecido. As Nações Unidas conquistarão o coração de todos no dia em que entrarem pelo caminho de amplos e generosos programas de cooperação que promovam o bem-estar social dos povos e o seu progresso econômico.

Em 15 anos de existência das Nações Unidas, não conseguimos criar instrumentos realmente eficazes de cooperação econômica e nem está consolidada a paz internacional. Mas as Nações Unidas são hoje uma grande esperança para a humanidade e constituem, com todas as suas sérias limitações, o melhor instrumento de negociação diplomática e o mais aperfeiçoado mecanismo para a manutenção da paz que até agora conseguimos estabelecer. O vigor, a energia e a rapidez com que o Conselho de Segurança atuou na crise do Congo, que tanto nos aflige e preocupa, são provas das possibilidades reais da Organização. Paralisado o Conselho pelo veto, foi imediatamente convocada, sob a égide da resolução “Unidos para a Paz”, a Assembléia Especial de Emergência, há dois dias encerrada, a qual aprovou, sem nenhum voto negativo, resolução que permitirá o prosseguimento, sem quebra de unidade nem interrupção no tempo, da ação das Nações Unidas no Congo. E cabe aqui uma palavra especial de louvor e encorajamento ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Senhor Hammarskjöld, que, com paciência, coragem, dedicação e imparcialidade, tem sido o intérprete fiel e o executor seguro dos anseios de paz cor que os povos do mundo se voltam para a perigosa e delicada situação do Congo.

O Brasil participa, com oficiais de sua Aeronáutica, no esforço das Nações Unidas para a manutenção da lei e da ordem na República do Congo. Unidos por laços culturais e históricos aos povos da África, conscientes das afinidades geográficas e da herança de sangue que nos ligam às Nações do Continente negro,

os brasileiros acompanham, com extremo interesse, o despertar dos seus irmãos africanos.

Também em Suez, com centenas e centenas de soldados brasileiros, estamos pagando o preço da paz, na esperança de que o Oriente Médio atinja a solução pacífica da convivência, dentro de um espírito de respeito mútuo e autodeterminação.

Se a paz depende de um critério como apontamos, de um entendimento prévio, preliminar e básico, o desenvolvimento econômico ainda está por encontrar os instrumentos para sua realização.

É auspicioso que um dos assuntos que ocuparão a atenção desta Assembléia Geral seja o item intitulado desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, problema que nos preocupa desde a fundação das Nações Unidas. Com a criação do Fundo Especial na Assembléia Geral de 1958 e da Comissão de Industrialização no ano passado, demos alguns passos importantes. Mas continua na Agenda de nossos trabalhos ainda este ano a questão referente à criação de um fundo de desenvolvimento, com recursos para financiamento e expansão da economia dos países subdesenvolvidos, onde mais de um bilhão de seres humanos espera a justiça a que tem direito. Estamos certos de que o fundo de desenvolvimento encontrará nesta Assembléia plena aceitação.

O Governo brasileiro subscreveu este ano, juntamente com vários outros países, o pedido de inclusão na Agenda desta Sessão da Assembléia Geral de item referente à discriminação racial. Tem o Brasil sempre apoiado todas as recomendações que tramitaram nas Nações Unidas contra as políticas de segregação, baseadas em distinções de raça, cor ou religião, que repugnam a consciência do povo brasileiro e são claramente condenadas pela Carta da Organização. O Brasil submeteu um projeto de resolução ao Conselho da Organização dos Estados Americanos para expressar o repúdio a toda e qualquer forma de distinção e segregação racial, projeto que contou com a votação unânime dos países americanos. Neste sentido, quero lembrar que o Brasil assinou e ratificou a convenção internacional contra o genocídio aprovada em 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas. A perseguição racial é contrária ao espírito e aos fins das Nações Unidas e o Brasil, com o mundo civilizado, a condena de forma mais veemente.

Esta Assembléia se inicia sob um clima de inquietações. A opinião pública teme que os homens responsáveis pelos Governos não encontrem as fórmulas que facilitem a paz. Os antagonismos são fortes e extremados. Permitam, meus senhores, que eu termine este discurso com os votos do Presidente e do povo do Brasil e, por que não dizê-lo, de todo o mundo, para que a inteligência dos estadistas aqui presentes encontre o caminho, não para unificar pensamentos e ação, o que é impossível, mas

para que cada um dentro de sua área respeite a do próximo, a fim de que seja possível a convivência dentro da paz.

É esta a Mensagem do Presidente do Brasil, Senhor Juscelino Kubitschek.

Muito obrigado.

Nova York, em 22 de setembro de 1960.

1961

A situação internacional do fim da década dos cinquenta e início dos anos sessenta era particularmente tensa. Vivia-se o período de confrontação que, da Revolução Cubana (1959), passando pela construção do Muro de Berlim (1961), culminaria com a crise dos foguetes de 1962. Hoje, com o benefício da visão retrospectiva, percebe-se esse momento histórico como o ponto máximo de tensão que tornou possível o processo subsequente de distensão. Na época, no entanto, o que se percebia era um inusitado e iminente perigo de guerra. Na lógica da confrontação, os tempos demandavam a coesão dos Blocos: exigia-se solidariedade ideológica, política e econômica.

É nesse contexto que, ao assumir o Poder em janeiro de 1961, o Presidente Jânio Quadros buscaria utilizar a política externa como elemento essencial da transformação do Brasil. Com a “política externa independente”, abre-se um período das relações exteriores do Brasil que se caracterizaria fundamentalmente pelo “des-alinhamento” com os EUA e pela busca de associações com os países do Terceiro Mundo. As linhas gerais da nova política externa do Brasil seriam expostas em artigo assinado pelo Presidente Jânio Quadros na revista “*Foreign Affairs*”. O Presidente deixa claro que o Brasil, sem renunciar à sua inscrição no mundo ocidental, passaria a enfatizar também os componentes que o aproximavam do mundo subdesenvolvido. Como a dramatizar a nova visão que o Brasil passava a fazer de si mesmo e de sua implantação no mundo, o Presidente manifesta que, separado, pela pobreza, da América do Norte e da Europa Ocidental, dificilmente poderia o Brasil compartilhar ideais com as sociedades daquelas regiões desenvolvidas do mundo. E conclui reafirmando que o Brasil, ao não formar parte de qualquer Bloco, preservaria absoluta liberdade para tomar suas decisões. Configurava-se, sem dúvida, um rompimento com a conduta diplomática até então

observada pelo Brasil, que, embora apontasse as desigualdades internacionais e resistisse ao alinhamento apriorístico, identificava-se essencialmente com a causa ocidental e a liderança dos EUA.

A Revolução Cubana havia despertado a ameaça de multiplicação de “focos” de subversão armada em outros países da região. Em resposta, os EUA desenvolveriam, em consonância com a doutrina da *flexible response*, uma intensa ação para prevenir a ocorrência e combater surtos guerrilheiros. Reformular-se-ia, em consequência, o conceito de segurança hemisférica oriundo do Tratado do Rio de Janeiro, de maneira a implantar uma nova “divisão do trabalho”: os EUA assumiriam responsabilidade primária pela defesa regional em caso de agressão externa, enquanto que as Forças Armadas dos países latino-americanos seriam reequipadas e doutrinadas para exercer papel mais ativo na manutenção da paz intra-hemisférica e no desenvolvimento interno. O resultado prático dessa política viria a ser a proliferação de regimes militares em vários países da região, inclusive no Brasil.

Em 1961, no entanto, a política exterior brasileira se movia por outras direções. Coerente com a nova orientação, a delegação do Brasil à Conferência Inter-Americana de Punta del Este recusa-se a participar do bloqueio a Cuba. Paralelamente, iniciam-se os contactos com vistas ao reatamento com a URSS, ao tempo em que se manifesta simpatia pela entrada da República Popular da China na ONU.

Enquanto o Brasil reivindicava uma linha de atuação externa diferenciada, em Washington prevaleciam tendências de endurecimento em relação à América Latina. Abalado pelo episódio da Baía dos Porcos, o Presidente Kennedy assume posições combativas e demanda a solidariedade do Hemisfério na confrontação Leste-Oeste. Ao criar a Força-Tarefa sobre a América Latina, a administração Kennedy vincularia o seu mandato expressamente à confrontação ideológica, instando os seus integrantes a desenvolver políticas que galvanizassem as forças latino-americanas em direções compatíveis com os interesses norte-americanos e impedissem a extensão da

influência sino-soviética sobre a região. Essa força-tarefa seria o embrião da “Aliança para o Progresso”, projeto mediante o qual os EUA retomariam, sem, no entanto, admitir, alguns dos principais propósitos da Operação Pan-Americana (OPA).

À luz do contexto prevalecente nos quadros mundial e hemisférico, a “política externa independente” do Brasil foi recebida negativamente nos EUA. Internamente, também, as forças conservadoras, as mesmas que haviam apoiado a candidatura Jânio Quadros, passaram a ver nos rumos da política externa ameaças concretas aos seus interesses. A grã-cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul imposta ao Ministro da Indústria de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, em visita ao Brasil no mês de agosto, despertaria forte reação. Naquela altura, alimentado pelas graves divisões internas que conduziriam a março de 1964, o processo de elaboração e implementação da política externa do Brasil era ainda obscurecido pelos constrangimentos ideológicos que pretendia superar.

Ao assumir o governo em 7 de setembro, o Presidente João Goulart, embora tivesse tido os seus poderes contidos pela implantação do parlamentarismo que se seguiu à extemporânea renúncia do Presidente Jânio Quadros, era alvo de mal disfarçadas desconfianças em Washington.

A política externa independente, porém, seria reafirmada no discurso que o Chanceler Affonso Arinos de Mello Franco pronunciaria perante a Décima-Sexta Sessão da Assembléia Geral duas semanas após a posse do Presidente Goulart e do Gabinete presidido por Tancredo Neves. Trata-se de discurso de notável clareza e de singular riqueza de conceitos, em que se expressa a determinação do Brasil de suplantar as disjuntivas empobrecedoras da confrontação ideológica e assumir uma posição independente no cenário internacional. O Ministro Affonso Arinos afirma a validade dos direitos humanos e dos direitos sociais; reclama ação solidária em prol do desenvolvimento e do desarmamento; proclama, sem os qualificativos e as ambigüidades anteriores, a adesão do Brasil ao processo de autodeterminação e a orientação anti-colonialista e anti-racista da política externa

brasileira; solicita autodeterminação expressamente para a Argélia e para Angola; pede respeito à soberania de Cuba e ao princípio da não-intervenção; e ressalta o direito do Brasil de manter relações com qualquer país, independentemente de sua ideologia ou regime político.

É de observar-se, porém, que, não obstante todas essas afirmações de independência no plano internacional, o Governo brasileiro declinaria integrar-se ao Movimento Não Alinhado, cuja primeira reunião de cúpula se celebrou em 1961.

XVI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1961

Ministro Affonso Arinos de Mello Franco ¹

Senhor Presidente,

Antes de começar meu discurso, gostaria de estender ao Senhor Slim os mais sinceros parabéns de minha delegação pela sua eleição para a Presidência da Assembléia Geral desta Sessão.

Desejo, também, Senhor Presidente, saudar a memória de Sua Excelência, o Senhor Dag Hammarskjöld, Secretário-Geral das Nações Unidas, que soube elevar extraordinariamente o *status* de seu posto, graças à sua competência, imparcialidade e coragem. Sua morte, que tão profundamente nos afeta, é prova de que levou a consciência de servir até o sacrifício.

O Brasil, que novamente tem a honra de abrir o debate da Assembléia Geral, considera necessário apresentar sua posição diante dos assuntos mais importantes na atual situação internacional.

O problema principal é o da consolidação da paz. As conseqüências imprevisíveis da guerra atômica tornaram-na desastrosa para todos e, por isso mesmo, improvável. Mas a guerra fria compromete o destino dos homens, não só pelas despesas da corrida armamentista, como pela insegurança universal, que liquida a confiança no presente e a esperança no futuro.

O mais inquietante é que, longe de se unirem diante das ameaças, os povos se separam. Nunca o mundo esteve tão profundamente dividido, pela luta de influência e pela oposição ideológica. O equilíbrio das forças destrutivas entre as potências dominantes levou o mundo ao impasse. A intransigência dessas mesmas potências, quanto às posições políticas, poderá transformar o impasse em catástrofe para todos.

Assistentes da ameaça são as nações pacíficas e desarmadas, as quais, embora

¹ Affonso Arinos de Mello Franco, nascido em Belo Horizonte, MG, em 27 de novembro de 1905. Bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Político e Acadêmico. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 1/2/61 a 25/8/61 e de 17/7/62 a 13/9/62.

não admitidas ao escasso grupo das que decidem das guerras, compõem a grande maioria das que sofrerão os seus funestos resultados. É, assim, inevitável que países como o Brasil sejam levados a tomar posição independente no panorama mundial, no justo empenho de influir na atenuação das tensões, na solução das divergências e na conquista gradativa da paz. Esta posição de independência não significa abandono dos valores de nossa formação, nem fuga aos compromissos internacionais. O Brasil não desvirtua os elementos cristãos e democráticos da sua personalidade nacional, nem esquecerá no futuro - como jamais esqueceu no passado - a palavra que empenhou nos atos internacionais. O que ocorre é que países como o nosso podem ser fortes instrumentos de paz, embora desarmados para a guerra. A consciência da maioria política impõe-lhes tomar em mãos o próprio destino. A solidariedade é inseparável da independência; sem ela, chama-se subordinação, a qual elimina a responsabilidade, fator necessário à ação internacional.

No plano nacional, as decisões políticas se tomam por via de autoridade. É esta uma das prerrogativas do poder soberano, inerente à instituição do Estado. Já no plano internacional, as decisões políticas só podem ser alcançadas através do entendimento. A parcela de autoridade existente no plano internacional excede a soberania dos Estados e se localiza nas organizações internacionais.

Consciente disso, o Brasil pratica e favorece as negociações diretas e pacíficas para solução dos litígios entre Estados, e, também, colabora sem restrições na obra dos organismos internacionais. Não temos nenhum compromisso, nenhum interesse, nenhuma aspiração que nos impeça de agir dentro dos mais altos propósitos das Nações Unidas.

A ação internacional deve ser sempre levada a efeito de boa-fé, embora sem exclusão da sua flexibilidade. A relativa homogeneidade ideológica e institucional dos Estados componentes da comunidade internacional é coisa do passado, quando essa comunidade de povos soberanos era muito mais restrita. Hoje os contatos entre os Estados da muito aumentada comunidade internacional se estabelecem através das mais diversas formas de governo.

É claro que, devendo os Governos serem feitos na medida dos homens, e não estes na medida daqueles, o ideal que temos sempre a defender é o de universalizar, em todos os tipos de governo, as leis garantidoras da liberdade e da dignidade humanas.

A crença e a prática desses valores não exige, porém, que façamos uma política rigidamente doutrinária, no plano externo, inclusive porque ela levaria fatalmente ao choque com as nações que não os conhecem, ou os aplicam em escala diferente, situação que impossibilitaria a negociação persuasiva, única capaz de levar ao

reconhecimento gradativo dos direitos humanos. Ainda aqui se conclui que a paz é condição necessária à instauração da justiça.

Por outro lado, os direitos humanos não são apenas individuais. Estes representam o elemento necessário à afirmação da dignidade espiritual do homem. Mas os direitos humanos são também sociais, e, por isso, o Brasil reconhece a necessidade de transpor para o plano social direitos humanos que antigamente nos pareciam inerentes ao âmbito individual. A liberdade humana e a paz mundial dependem necessariamente do progresso social.

O mundo não está somente dividido em Leste e Oeste. Esta separação ideológica faz esquecer a existência de outra divisão, não ideológica mas econômico-social, que distancia o hemisfério Norte do Hemisfério Sul. Se a aproximação entre Leste e Oeste poderia ser atingida em termos de acomodação ideológica, a diminuição da enorme diferença entre Norte e Sul só será alcançada planejadamente, através do auxílio eficaz dos países desenvolvidos do Norte aos povos subdesenvolvidos do Sul.

A afirmação nacional é o mais importante acontecimento político do século XX. Dezenas de velhas nações se transformaram em novos Estados. Por isso, o pacifismo não é mais uma doutrina supernacional, como em outros tempos. O pacifismo, hoje, se confunde com o respeito ao nacionalismo. Ou construímos a paz na base da aceitação da livre determinação dos povos, ou transformamos o nacionalismo em um pretexto de guerras, que só servem ao expansionismo da opressão econômica ou ideológica.

O Brasil sustenta que, nas condições atuais do mundo, a paz será alcançada com o simples respeito dos princípios da verdadeira autodeterminação, em cujo ambiente poderá ser negociada a solução dos dissídios existentes entre Estados, quaisquer que sejam as suas organizações sociais ou políticas.

Sabemos que essa conquista não será fácil, mas confiamos em que seja possível, dado que é a única forma capaz de liquidar a guerra fria e de afastar a guerra total. A autodeterminação significa o fim do colonialismo, quer do colonialismo oceânico, quer do colonialismo contíguo, o termo da opressão política, econômica, ideológica e racial e a vitória da paz. Mas, a autodeterminação, para ser autêntica, pressupõe o livre exercício da manifestação popular, pela única forma que é possível, a da apuração majoritária.

O povo brasileiro, pelas suas demonstrações mais evidentes, continua fiel ao princípio representativo, como o único capaz de garantir a liberdade política. A democracia autoritária ou plebiscitária não nos seduz nem nos convence. Ainda há

pouco, o Brasil venceu uma das mais graves crises institucionais da sua História, sem sacrifício do princípio democrático representativo. O mundo inteiro assistiu a essa experiência.

O Brasil acompanha com especial atenção a evolução do caso cubano, fiel à sua posição de que o respeito à soberania, baseado no princípio da não-intervenção, é uma obrigação indeclinável na convivência internacional e condição indispensável para o restabelecimento da harmonia continental. Nesse sentido, estima o Brasil que somente Cuba poderá dispor do seu próprio destino, e expressa a sua convicção de que por esse meio virão a prevalecer os ideais e princípios democráticos que norteiam o pan-americanismo, e que tão grande contribuição receberam da cultura política do povo cubano.

O movimento da libertação dos antigos povos coloniais não retrocederá. O Brasil, antiga colônia, está construindo uma nova civilização, em território largamente tropical, habitado por homens de todas as raças. Seu destino lhe impõe, assim, uma conduta firmemente anti-colonialista e anti-racista.

Nossas relações fraternais com Portugal e nossa amizade tradicional com a França não nos impedem de tomar posição clara nas dolorosas divergências que, a propósito do colonialismo africano, se têm apresentado entre as Nações Unidas e aqueles países, aos quais tanto devemos e com os quais tanto ainda temos em comum.

Os dois Estados europeus devem, no nosso entender, assegurar a autodeterminação da Argélia e de Angola. Nada deterá a libertação da África. Parece claro que a África não deseja submissão a nenhum dos blocos. Deseja afirmar a sua personalidade, o que é o mesmo que conquistar a sua liberdade. O Brasil auxiliará, sempre, os países africanos nesse justo esforço. O Brasil espera que os novos Estados africanos assegurem total respeito aos direitos de seus cidadãos e aos estrangeiros residentes no seu território, incluindo, é claro, os súditos das antigas potências colonizadoras. Esta foi, sempre, a atitude do Brasil, desde que adquiriu a sua própria independência.

Não devemos esquecer que o nosso tempo assiste à libertação dos povos distantes, mas contempla, penalizado, a opressão de outros povos, no centro mesmo da Europa. O problema de Berlim não se separa da autodeterminação da Alemanha Oriental. A migração de refugiados é prova dessa espécie de neocolonialismo.

A nação alemã tem direito a constituir um Estado uno, por processo democrático que assegure a livre expressão da opinião de seu povo. Outra não pode ser a consequência da aplicação do princípio da autodeterminação. As Nações Unidas não podem aceitar que, baseando-se num *statu quo* resultante de uma situação do

poder, alguma potência pretenda alterar tal situação em seu proveito, definitivamente.

O Brasil confia em que os líderes da União Soviética e dos Estados Unidos, levados pelo empenho de manter a paz, cheguem a um compromisso que permita a solução pacífica do problema de Berlim.

O anti-colonialismo leva ao anti-racismo. O Brasil deplora, assim, as sobrevivências de racismo em vários pontos do mundo, principalmente na África do Sul, onde a questão atinge a dimensões trágicas, do ponto de vista histórico e humano. Apoiaremos todas as iniciativas das Nações Unidas que visem a por cobro à discriminação racial em qualquer parte da Terra.

A luta entre o Ocidente e o Oriente é principalmente ideológica. Não são antagonismos econômicos nem conquistas de mercados que hoje separam os Estados Unidos e a União Soviética. O que estão em choque são duas filosofias políticas, ambas sustentando o primado das duas concepções sobre o destino dos homens.

O Brasil tem uma posição ideológica definida, mas procura sempre, nas suas relações internacionais, inspirar-se no dispositivo do Artigo Primeiro, parágrafo 2, da Carta, que indica como objetivo desta Organização o de “desenvolver entre as nações relações amistosas fundadas no respeito ao princípio de igualdade dos direitos dos povos e de seu direito de autodeterminação, e tomar todas as demais medidas necessárias para consolidar a paz do mundo”. Em consequência, as diferenças ideológicas não impedirão, por si mesmas, que o Brasil mantenha relações com outros Estados.

Acredita o Brasil, por outro lado, que as Nações Unidas não podem furtar-se ao debate franco de questões que lhe dizem respeito e que lhe sejam submetidas por um ou mais de seus membros. Nesse sentido, favorecemos a discussão da questão da representação chinesa que, apesar de sua indiscutível importância, vem sendo evitada há muitas sessões.

A filosofia política do Brasil é a democrática. Não somos neutralistas, no sentido de que não pertencemos a uma terceira posição, embora muitas vezes estejamos de acordo com o grupo de nações assim chamadas.

Por isto defendemos, sempre, o desarmamento mundial, mesmo em momentos, como o atual, em que ele pareça utópico. O Brasil sustenta que as Nações Unidas devem ser o órgão de debate e de controle do desarmamento mundial. As economias feitas com o desarmamento poderão resolver o problema do subdesenvolvimento dos povos atrasados, o que muito contribuirá para a consolidação da paz.

Infelizmente o único progresso que pode ser alcançado nesse domínio, isto é, a suspensão voluntária das experiências nucleares, acaba de ser brutalmente anulado por lamentáveis iniciativas. O fato é tanto mais deplorável quando se tem em mente que a potência que reiniciou as provas atômicas foi justamente aquela que encabeçou o movimento mundial em favor da cessação das experiências com armas nucleares, mesmo que fosse esta em caráter voluntário. O Brasil, como as demais nações pacíficas, só pode elevar-se contra essa nova ameaça e urgir negociações imediatas, com o fim de restaurar a trégua de fato e, se possível, consolidá-la por meio de um tratado.

Nossa preocupação foi sempre a de reforçar a Organização das Nações Unidas, principal instrumento de paz no mundo atual. Combateremos, portanto, todas as propostas susceptíveis de reduzir a sua eficiência e seu poder de ação e, particularmente, desintegrar a unidade do Secretariado.

O Brasil continua fiel à comunidade americana, embora acompanhe os termos da sua evolução.

Nossos países conquistaram, em épocas diferentes e em graus diversos, a independência e a democracia. Mas essas conquistas essenciais não completam o ciclo de nossa evolução. São instrumentos para outras conquistas, principalmente o progresso econômico e a justiça social. Sem pretensões à liderança, sem desejo de formação de blocos, o Brasil não esquece as origens étnicas e culturais comuns que o prendem às nações latinas da América, e estará sempre ao lado delas, na luta pela conquista do progresso de seus povos.

O Brasil confia em que as Nações Unidas, apesar de todas as suas debilidades, são o único organismo capaz de assegurar o equilíbrio entre as forças opostas e garantir a paz. Desvinculado de quaisquer interesses ou preconceitos, o Brasil se empenhará, dentro das Nações Unidas, pela autodeterminação dos povos, contra todos os colonialismos, contra o racismo, pelo progresso social e o desenvolvimento dos países atrasados, principalmente os da América Latina, pela liberdade democrática dentro da verdadeira coexistência e pela paz entre os homens, sob a proteção de Deus.

Muito obrigado.

Nova York, em 22 de setembro de 1961.

Em finais de 1961, o Governo brasileiro havia reatado relações com a URSS. Apesar do evidente sentido político do gesto, justificar-se-ia a decisão em termos de interesse econômico-comercial.

Em visita aos EUA, em abril de 1962, o Presidente João Goulart tentaria recuperar os canais de entendimento e cooperação bilateral. Em discurso perante o Congresso norte-americano, o Presidente reafirmaria a natureza democrática das reformas que estava empreendendo e manifestaria o empenho do Brasil em receber novos investimentos externos. Os contatos presidenciais em Washington foram positivos. Mas não chegaram a alterar a posição da Administração Kennedy.

Ao longo do ano, os desdobramentos no Brasil se encaminhariam por rumos de cunho nacionalista, gerando-se paulatina intensificação das tensões internas e externas a que estava submetido o país. Cria-se a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos; constitui-se a ELETROBRÁS; aprova-se a lei do décimo-terceiro salário; vota-se uma nova lei, mais restritiva, de remessa de lucros; cria-se o Comando Geral dos Trabalhadores; instala-se em Brasília o Conselho Nacional de Reforma Agrária; convoca-se um plebiscito destinado a acabar com o sistema parlamentarista; e aprova-se um Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

Na Décima-Sétima Sessão da Assembléia Geral, o Ministro Affonso Arinos voltaria a falar em nome do Brasil. Seu discurso, desta feita, reveste-se de nítido conteúdo doutrinário. Revela a preocupação do Governo brasileiro de explicar as suas decisões de política externa de maneira lógica e transparente, fundamentando-as numa visão coerente do mundo e desvinculando-as de conotações proselitistas ou de

cunho político-ideológico. É um discurso longo, construído com profissionalismo e elegância, em que Affonso Arinos, tendo exposto no ano anterior as mudanças introduzidas na política externa brasileira, concentra-se em temas mais genéricos como a Reforma da Carta, o desarmamento e o desenvolvimento econômico.

Poucas semanas depois, em outubro, produzir-se-ia a crise dos foguetes de Cuba. O Brasil tomaria o partido dos EUA e, na OEA, votaria a favor do bloqueio da Ilha.

**XVII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas
1962**

Ministro Affonso Arinos de Mello Franco¹

Senhor Presidente,

Antes de dar início ao meu discurso, gostaria de apresentar, em nome da delegação brasileira, nossas mais sinceras felicitações pela sua eleição para a Presidência desta Assembléia. Estamos certos de que, pelo seu passado como jurista e humanista e sua experiência como diplomata e estadista, ocupará brilhantemente esta posição.

Também aproveitarei esta oportunidade para expressar mais uma vez os mais profundos sentimentos da delegação do Brasil neste primeiro aniversário da morte do Secretário-Geral, Senhor Dag Hammarskjold. Não é hora de louvá-lo, mas sua passagem por este mundo foi marcada por uma vida admirável, inteiramente devotada aos assuntos mais elevados da cultura e a um trabalho árduo no auxílio à paz mundial.

Tendo sido mais uma vez incumbida, como de costume, da honrosa tarefa de abrir os trabalhos da Assembléia Geral, a delegação do Brasil deseja reafirmar sua crença nos objetivos altaneiros das Nações Unidas. O Artigo Primeiro da Carta, a despeito de sua concisão, é rico em grandes perspectivas. As suas referências à paz e à segurança internacionais, ao desenvolvimento de relações de amizade entre as nações, baseadas em direitos iguais e na auto-determinação dos povos, à cooperação internacional visando ao progresso econômico, social e cultural da humanidade, e à salvaguarda das liberdades humanas por meio da abolição de todas as discriminações quanto a sexo, raça ou religião, traçam para o futuro um programa de ação e de idéias tão vasto que a sua realização ideal fundir-se-ia nos horizontes do pensamento como uma espécie de Idade Dourada.

É verdade que o realismo que deve caracterizar as atividades de políticos e diplomatas, restritas pelos modestos limites do que é possível, obrigam-nos a reconhecer que os fatos da vida obscurecem os edifícios da razão ou do sentimento.

¹ **Affonso Arinos de Mello Franco**, nascido em Belo Horizonte, MG, em 27 de novembro de 1905. Bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Político e Acadêmico. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 1/2/61 a 25/8/61 e de 17/7/62 a 13/9/62.

É igualmente verdade que este mesmo realismo requer dos governantes um estudo enérgico, paciente e contínuo dos caminhos traçados pela Carta, porque nesses tempos as únicas alternativas são a construção progressiva da paz ou a destruição possivelmente súbita da civilização humana.

Deveríamos, portanto, considerar os objetivos fundamentais das Nações Unidas como o auge do lento esforço do progresso humano, um auge que, por causa das realidades da vida, só poderá acontecer no futuro distante, mas que não é menos real e necessário. Deveríamos também pensar na Carta como se consistisse de duas partes: uma, básica e permanente, cujo propósito é definir e fixar os objetivos e metas principais das Nações Unidas; a outra, circunstancial e transitória, que estabelece os processos e mecanismos necessários para se chegar a essas metas.

Em se tratando de definições, a Carta continua válida e atual, e continuará assim por mais algum tempo. Mas a parte que estabelece os meios de ação está, sem qualquer dúvida, desatualizada, uma vez que foi concebida e formulada para suprir as exigências de uma situação histórica que já desapareceu totalmente. No que concerne à situação política em geral, precisamos apenas relembra que a Carta de São Francisco data de antes da era atômica e espacial e que foi concebida num tempo em que as duas mais poderosas nações do mundo ainda não estavam divididas pelo que passamos a chamar de “guerra fria”. E a respeito das próprias Nações Unidas, é quase desnecessário lembrar que em 1945 se consistia de apenas cinquenta e um Membros fundadores, entre os quais se encontrava o Brasil, enquanto que durante a Décima-Sexta Sessão da Assembléia Geral já havia 104 Membros, ou quase duas vezes aquele total.

Nas várias tentativas de se emendar a Carta feitas desde 1946, objetivos específicos ou parciais foram buscados, com a exceção das propostas baseadas no Artigo 109 de que se deveria realizar uma conferência geral das Nações Unidas com o objetivo de rever todos os estatutos básicos das Nações Unidas.

Em vista do fato de que as Nações Unidas adquiriram um caráter verdadeiramente universal, deveria ser seriamente considerada a necessidade de se revisar a Carta. Deveria ser adaptada à realidade universal, que ela hoje representa melhor do que em 1946, pelo menos no aumento do quadro de seus Conselhos mais importantes, o que permitiu que dezenas de novos Membros, particularmente Membros Afro-Asiáticos, fossem representados. A competência de dois de seus órgãos principais, a Assembléia Geral e o Conselho de Segurança, juntamente com seus métodos de atuação, deveriam também ser examinados com o intuito de serem adotadas emendas que parecem necessárias à luz da teoria e da experiência e do desenvolvimento da situação internacional.

O alcance de uma paz duradoura continua a ser a suprema tarefa das Nações Unidas, e aqui o problema mais importante ainda é o do desarmamento. O Brasil tem a honra de tomar parte na Conferência do Comitê das 18 Nações sobre o Desarmamento que se reunirá em Genebra e que foi criado pela Resolução 1722(XVI) da Assembléia Geral, baseado na proposta dos Estados Unidos e da União Soviética.

Como é do conhecimento de todos, essa Conferência está trabalhando na elaboração de um tratado de desarmamento geral e completo e na preparação de um instrumento especial proibindo testes de armas nucleares. No que concerne a esta última tarefa, além da Conferência plenária, há o Sub-Comitê sobre o Tratado para a Descontinuidade de Testes com Armas Nucleares, que consiste de três membros: os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética. A Conferência de Genebra funciona pela autoridade da Assembléia Geral e portanto representa a expressão do pensamento de toda a comunidade internacional, e não simplesmente os interesses do grupo das grandes Potências que possui os segredos, os recursos e o potencial destrutivo da era nuclear.

Infelizmente, apesar da boa vontade de todos e dos esforços de alguns, a Conferência do Comitê das 18 Nações sobre o Desarmamento só atingiu fracos resultados durante seus recentes trabalhos. Os chamados interesses de segurança das grandes Potências tornaram o progresso real nas negociações práticas e teóricas quase impossível.

O problema central é o do estabelecimento da confiança entre os dois blocos opostos. Esse fator é inseparável da questão do controle efetivo dos meios de desarmamento, que por si só depende de certo modo da confiança. Não foi possível romper esse círculo vicioso, apesar de todas as tentativas dos oito países que não são membros nem da Organização do Tratado do Atlântico Norte nem do Pacto de Varsóvia.

Esses esforços expressaram-se, em particular, na apresentação do Memorando Conjunto das Oito Nações, que representou um esforço para se escapar do impasse das negociações sobre a proibição de testes nucleares. O documento das Oito Nações e o Relatório Conjunto dos Princípios Acordados (A/4879) constituem, a nosso ver, os dois documentos mais construtivos que surgiram durante os últimos doze meses das discussões e negociações sobre o desarmamento. Contudo, embora tenham sido elaborados de modo a formar uma base para entendimento e negociação, os dois blocos usaram-nos de fato como campo de batalha onde construíram suas fortificações opostas, cada um alegando ser seu único senhor. Naturalmente, os oito países não podem escolher entre as duas interpretações opostas de seu Memorando, uma vez que isso acabaria com todo o objetivo do documento, e observam com preocupação o trabalho de construção lógica pelo qual os dois grandes blocos estão tentando

dividir sugestões formuladas com o objetivo claro de união. Eles deveriam ter em mente, entretanto, que o progresso da ciência nuclear é de natureza tal que os obriga a revisar suas posições ideológicas, em virtude do impacto do desenvolvimento da técnica militar em atitudes que estão a cada dia se tornando mais obsoletas.

Na opinião do Brasil, o problema do desarmamento nuclear está fora da estrutura geral do desarmamento, e a questão específica dos testes nucleares deveria ser a primeira a ser considerada na esfera do desarmamento nuclear. Estamos convencidos de que nossas chances de progresso no campo do desarmamento geral e completo serão bastante fracas se nem ao menos tivermos sucesso em chegar a um acordo na questão mais imediata da proibição de testes nucleares.

Em Genebra, o Brasil falou a favor de se concentrarem esforços na questão dos testes atmosféricos, submarinos e espaciais. A proposta conjunta anglo-americana para proibir estes três tipos de testes mostrou que a nossa posição oferecia algumas possibilidades práticas que não podíamos negligenciar. Além disso, a submissão desta proposta trouxe às claras o fato de que as divergências entre os dois campos no presente momento concentram-se exclusivamente na questão dos testes subterrâneos. Gostaríamos de acreditar que, até mesmo nesse setor, possa se esperar um aumento perceptível na área do entendimento.

O Brasil, profundamente preocupado com a ameaça nuclear, que é a maior e na verdade a única a pesar sobre toda a humanidade, reserva-se o direito de considerar a introdução, nesta Sessão da Assembléia, de uma resolução que exprima a sua preocupação e mereça o apoio da vasta maioria das delegações - sem dúvida mais interessadas na proibição imediata de todos os testes nucleares do que na competição pelo poder militar.

O Brasil também pretende pedir à Assembléia Geral que dê o seu apoio ao Memorando Conjunto das Oito Nações, de 16 de abril de 1962, como uma base para urgentes negociações adicionais entre as potências nucleares.

Fiel à sua posição na Convenção de Genebra, o Brasil propõe que seja dada prioridade absoluta às nossas deliberações quanto à questão da proibição de testes nucleares como o item mais urgente de nossa agenda. Devemos fazer propostas tanto na reunião em plenário quanto no Primeiro Comitê, o que parecer mais apropriado. Além disso, minha delegação acha muito importante que os Ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos, da União Soviética, do Reino Unido e da França considerem a possibilidade de manter conversações imediatas em Nova York visando a eliminar as diferenças que ainda nos separam de nosso objetivo último: a proibição de todos os testes nucleares.

O Brasil também é a favor, em princípio, do estabelecimento de zonas desnuclearizadas no mundo, se as propostas para tal não forem feitas meramente para fins de guerra fria, da qual sempre nos mantivemos à distância. A América Latina poderia formar tal zona. Além disso, o Brasil reafirma sua proposta de 12 de junho de 1962 para o estabelecimento de um comitê técnico especial dentro da estrutura da Conferência para estudar os aspectos científicos do controle. Estamos, na verdade, cada dia mais convencidos de que as negociações políticas sobre o desarmamento não podem continuar a se desenvolver em um vácuo técnico. Sem interferir nas negociações políticas, que prosseguiriam simultaneamente, o trabalho do comitê especial permitiria que quaisquer decisões que fossem adotadas se baseassem em fundamentos sólidos e específicos.

Além da importância vital do desarmamento para o fortalecimento da paz, não devemos nos esquecer o que ele representa do ponto de vista do futuro progresso econômico e social para todos os povos. A carga terrível das despesas militares não é somente um obstáculo para se conseguir um melhor nível de vida para os povos das grandes potências, mas também um escoamento dos recursos técnicos e financeiros do mundo inteiro, que poderiam ser canalizados em ajuda para os países subdesenvolvidos e assim permitir que centenas de milhões de seres humanos tivessem uma vida melhor. As pesquisas que têm sido feitas nesse sentido, incluindo algumas feitas pelas Nações Unidas, são básicas e deveriam encorajar os líderes das grandes potências a começar a pensar em suas responsabilidades históricas, não apenas para com seus próprios povos, mas para com toda a humanidade.

O problema do uso do espaço também está ligado à questão do desarmamento. As ciências americana e soviética alcançaram sucessos impressionantes nesse campo, que merecem nossa admiração sem limites. Contudo, as Nações Unidas devem exercer a sua influência para garantir que o progresso no espaço não se torne uma nova fonte de perigos e ameaças, e sim, pelo contrário, seja utilizado a serviço da humanidade. Nesse sentido, a Assembléia Geral adotou a Resolução 1721(XVI), que dita alguns princípios quanto aos usos pacíficos do espaço. Um deles, que foi proposto pelo Brasil, afirma que a exploração espacial deveria beneficiar a todos os países, independentemente do estágio de seu desenvolvimento econômico ou científico. Nesse sentido, consideramos que o uso dos satélites de telecomunicações deveria ser sujeito a um regulamento internacional, para que esse meio poderoso de disseminação possa ser usado somente a serviço da paz e da cultura.

O papel das Nações Unidas no processo histórico da aniquilação do colonialismo está de acordo com o conteúdo e o espírito da Carta. O princípio da auto-determinação dos povos é uma das fundações de todo o edifício. O princípio pelo qual as potências administradoras aceitam como “responsabilidade sagrada” a obrigação de guiar os povos dependentes à auto-determinação, como está escrito no

Capítulo XI da Carta, foi vigorosamente endossado pelas Resoluções 1514(XV), 1541(XV) e 1654(XVI) da Assembléia Geral. Nenhum artifício ou expediente pode obscurecer seu significado. O Brasil, pela sua formação étnica e histórica, bem como por sua tradição política e cultural, é uma nação profundamente impregnada de sentimento anti-colonialista. Nada pode nos desviar dessa linha de ação, e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para assegurar que, sem o prejuízo da paz e da liberdade de qualquer Estado e sem qualquer tipo de violência contra qualquer Governo, as Nações Unidas continuem a usar todos os meios disponíveis para acabar com os últimos vestígios do colonialismo.

Nosso país tem sido, e ainda é, um espectador do grande processo histórico da aniquilação do colonialismo e o despertar para a independência de dezenas de povos que estavam adormecidos na servidão. Esperamos que as últimas décadas do século vinte sejam marcadas por um esforço mundial para o avanço econômico e o progresso social dos antigos povos colonizados e das outras nações subdesenvolvidas, que entre si perfazem a maior parte da humanidade. Há apenas um ano, nesta mesma Assembléia, eu disse:

“O mundo não está somente dividido em Leste e Oeste. Esta separação ideológica faz esquecer a existência de outra divisão, não ideológica mas econômico-social, que distancia o hemisfério Norte do Hemisfério Sul. Se a aproximação entre Leste e Oeste poderia ser atingida em termos de acomodação ideológica, a diminuição da enorme diferença entre Norte e Sul só será alcançada planejadamente, através do auxílio eficaz dos países desenvolvidos do Norte aos povos subdesenvolvidos do Sul.” [110ª Reunião, parágrafo 13]

Apesar dos esforços louváveis das Nações Unidas, dos Governos de alguns países desenvolvidos e das agências internacionais de assistência técnica e financeira, somos forçados a admitir que a situação dos povos subdesenvolvidos está tornando-se pior em vez de melhor, pois na maioria dos casos a taxa de desenvolvimento fica atrás do aumento da população. Além do mais, a própria lógica do processo de desenvolvimento econômico, incluindo o resultado da ação das organizações regionais de comércio agrupando os países desenvolvidos, significa que os países menos avançados, que não participam de tais acordos, não têm escolha senão esperar e testemunhar um declínio gradual no valor das suas mercadorias e produtos básicos no mercado internacional, sendo então forçados a trabalhar mais somente para ganhar menos.

Este fenômeno, que está acontecendo no Brasil, é comum a toda a América Latina, e nós podemos notar com apreensão que o valor da ajuda externa concedida

ao nosso continente nos últimos dez anos foi muito menor do que a perda sofrida pela queda de preços dos seus produtos no mercado internacional. Por todas essas razões, o Brasil é muito a favor da “Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico” proposta pelo Senhor U Thant, nosso eminente Secretário-Geral. Notamos com satisfação que os meios e métodos de ação propostos baseiam-se em conceitos e objetivos que têm sido persistentemente advogados pelos países subdesenvolvidos e constituem como um todo um corpo de doutrinas que não é apenas realista, mas inseparável da observação justa dos princípios gerais da Carta.

A implementação de tal programa não deve, contudo, ser impedida pela dicotomia que ainda subsiste entre as boas intenções expressas por todos e o comportamento real de alguns. Temos também que eliminar a perigosa dualidade da “política de assistência”, anteriormente reconhecida por todos como essencial para um melhor equilíbrio internacional [Resolução 1710(XVI)], e a “política de comércio” adotada por certos países, que, por meio de tarifas preferenciais, já está trazendo resultados opostos aos altos objetivos que estaremos tentando alcançar durante a proposta “Década do Desenvolvimento”. Se continuar tal discrepância, tememos que, contrariamente a todas as nossas esperanças, os países subdesenvolvidos se tornariam na realidade aposentados internacionais. Isto é um resultado que nenhum país poderia aceitar passivamente enquanto existir - e acreditamos que ainda exista - clima e possibilidade de um acordo acima de considerações puramente comerciais. Nesse sentido, somos a favor de realizar, logo que possível, uma conferência de comércio internacional na qual, longe das pressões da guerra fria, os problemas dos países exportadores de matérias-primas pudessem ser colocados nas suas perspectivas adequadas e solucionados definitivamente.

O ideal internacional é assegurar a paz e a prosperidade a todos os povos. A paz baseia-se no desarmamento e a prosperidade depende da assistência técnica e financeira aos países subdesenvolvidos. Nem o desarmamento, nem o desenvolvimento podem ser realmente alcançados com base na guerra fria e na competição entre blocos ideologicamente hostis. O Brasil, que é um país cristão ocidental com uma longa tradição de democracia, não tem a intenção de se separar de seus valores tradicionais. Ao mesmo tempo, precisamente para continuar fiel a esses valores, o Brasil faz o melhor que pode para remover as diferenças existentes entre os blocos mundiais, porque é disso que o desarmamento e o desenvolvimento dependem. Fora as implementações de planos regionais, tal como, por exemplo, a Aliança para o Progresso, gostaríamos de encorajar uma assistência internacional não-partidária para os países subdesenvolvidos para a implementação de planos nacionais de desenvolvimento.

É com essa idéia em mente que pressionamos pelo estabelecimento, na família

das Nações Unidas, de uma agência de desenvolvimento industrial. Também somos a favor de atualizar o sistema de patentes, para permitir uma transferência genuína de conhecimento tecnológico aos países subdesenvolvidos e estabelecer uma maquinária para a estabilização internacional dos preços das mercadorias para evitar as perdas constantes a que estão sujeitas as relações de comércio dos países produtores.

A soberania é uma pré-condição para a liberdade dos Estados dentro da comunidade internacional. A soberania de cada Estado é limitada, portanto, apenas pelo interesse geral da comunidade, dentro da qual todos os Estados são juridicamente iguais. O princípio da não-intervenção origina-se aí. Mas a liberdade dos povos é outro postulado da coexistência internacional. Pode ser assegurada apenas se as nações forem livres para escolher seus próprios destinos, tanto internacional como internamente. Daí o princípio da auto-determinação. O Brasil reconhece e pratica ambos os princípios, e deseja fortemente que constituam os objetivos políticos de todos os Governos. A não-intervenção e a auto-determinação não se excluem mutuamente, mas sim complementam-se. À luz desses conceitos, aplicados corretamente, os problemas mais sérios de nossos dias, tais como os da Alemanha, Cuba e Sudeste Asiático, podem ser todos solucionados. Sabemos muito bem que nesse campo é mais fácil expressar opiniões do que agir. Entretanto, se nossos atos sempre se igualarem a nossas palavras, sem nos determos e tanto quanto as condições o permitirem, deveremos com certeza progredir em direção às soluções desejadas.

Ao concluir, desejo apenas reafirmar a crença do Brasil nas Nações Unidas e a sua lealdade. Gostaria de agradecer ao Secretário-Geral, Senhor U Thant, pela sua recente visita ao meu país e ousar expressar a esperança de que continue no alto posto a que provou ser digno. Também gostaria de aproveitar esta oportunidade para dar as boas-vindas aos novos membros das Nações Unidas. A necessidade da universalidade de nossa Organização está cada dia mais aparente. Fora das Nações Unidas parece não haver uma solução para o futuro da humanidade.

Muito obrigado.

Nova York, em 20 de setembro de 1962.

1963

A crise dos foguetes de 1962 representou um divisor de águas no quadro estratégico global. A partir daquele episódio, áreas de interesses convergentes e de cooperação seriam identificadas progressivamente, de maneira a eliminar o risco de holocausto nuclear. Esse período das relações internacionais ficaria conhecido como da “coexistência” ou da *détente*. Seu marco inicial foi a instalação, em junho de 1963, da linha de comunicação direta entre a Casa Branca e o Kremlin, a chamada *hot line* ou “telefone vermelho”. Em agosto seguinte, seria assinado o Tratado de Moscou para a Proscrição de Testes Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e nos Fundos Marinhos. Era o primeiro de uma série de instrumentos que viriam a ser negociados entre os EUA e a URSS com vistas à administração mais racional e segura da carreira armamentista. O Tratado de Moscou teve ademais o significado simbólico de assinalar o reconhecimento da URSS como uma contraparte de idêntico poderio no terreno nuclear, circunstância que abriria o caminho para a aceitação do conceito de paridade estratégica.

No Brasil, acentuavam-se àquela altura as contradições que iriam conduzir, no ano seguinte, à deposição do Presidente João Goulart. Reintroduzido o sistema presidencialista, o Presidente Goulart tratou desde o início do ano de consolidar a sua liderança e implantar as reformas de base que considerava essenciais para o êxito de seu programa. Sucederam-se os desentendimentos com as forças políticas representadas no Congresso, assim como manifestações envolvendo as Forças Armadas. Multiplicam-se as greves e um levantamento de suboficiais suscitaria temores quanto à manutenção da disciplina e da unidade das Forças Armadas.

À luz dos indícios que apontavam para a repartição do Poder internacional entre as duas superpotências - e certamente preocupado com o agravamento dos conflitos

internos no Brasil - o Ministro João Augusto de Araújo Castro faria perante a Décima-Oitava Sessão da Assembléia Geral, um importante discurso, seguramente a mais extensa, coerente e convincente exposição sobre a política externa independente. Ressaltam do texto uma visão objetiva da realidade internacional e uma avaliação realista do papel que o Brasil poderia desempenhar no mundo. Um cenário internacional dividido por ideologias conflitantes e por arsenais nucleares já então capazes de destruí-lo muitas vezes oferecia reduzidas oportunidades diplomáticas para um país como o Brasil. Desvencilhado das limitações que duas décadas de alinhamento haviam imposto, o Brasil pretendia valorizar no plano externo alternativas de ação diplomática capazes de superar os constrangimentos da disjuntiva bipolar.

O objetivo dessa nova operação diplomática era o mesmo de sempre, na realidade, o elemento mais constante da projeção externa brasileira: obter apoio e ampliar espaços para o desenvolvimento do país. A aliança norte-americana não havia produzido os frutos imaginados e as tentativas de intermediação na América Latina através da OPA haviam sido co-optadas pelos EUA mediante a “Aliança para o Progresso”, de duvidosos benefícios para o Brasil. Passaria então a diplomacia brasileira, acentuando os elementos que vinculavam o país ao Terceiro Mundo, a reivindicar com mais ênfase e vigor mudanças num ordenamento político e econômico internacional que não o contemplava adequadamente e que era percebido como tendente a perpetuar as divisões existentes no mundo.

O Embaixador Araújo Castro parte da premissa de que a confrontação ideológica havia-se tornado o padrão central de aferição do ordenamento internacional. Aquilo que qualifica de uma luta conceitual levada a extremos maniqueístas havia produzido riscos seríssimos para a sobrevivência da Humanidade. Tornava-se necessário identificar afinidades fundamentais que operassem como fatores de coesão entre os países desejosos de superar os constrangimentos da confrontação ideológica. Na formulação original então desenvolvida no discurso brasileiro, estas afinidades seriam resumidas nos conhecidos três D's: Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização.

Cada uma dessas questões é detidamente examinada no discurso, com base na conveniência de atenuar a confrontação ideológica e fertilizar o sistema internacional mediante o acesso dos países médios e pequenos aos centros de decisão (descolonização) e sua emergência econômico-social (desenvolvimento), num contexto de paz e segurança internacional (desarmamento).

O Brasil, assegura o Ministro, estava disposto a cumprir o seu papel. Reafirmando que não aceitava o rótulo de neutralista para sua política externa, que inequivocamente fazia parte do sistema interamericano e que jamais sacrificaria a liberdade, ainda que em nome do progresso e do desenvolvimento econômico, Castro procura desvincular a nova orientação externa do Brasil de qualquer constrangimento ideológico. E não deixa de fazer uma sólida exortação ao fortalecimento das Nações Unidas e, conseqüentemente, da segurança internacional, mencionando a necessidade de reformar a Carta como meio de se alcançar esse objetivo.

O discurso se encerra com uma convincente análise dos elementos necessários à revitalização da Carta: adaptá-la à realidade criada pela ameaça nuclear, na qual o conceito de segurança deixara de ser individual para se situar no plano coletivo; introduzir o conceito de responsabilidade coletiva pelo desenvolvimento; e ajustar os dispositivos referentes à descolonização às realidades criadas com a aceleração do processo.

XVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1963

Ministro João Augusto de Araujo Castro ¹

Senhor Presidente,

Gostaria primeiramente de expressar a minha satisfação pessoal e a da delegação brasileira pela sua eleição para a Presidência da Décima-Oitava Sessão Regular da Assembléia Geral das Nações Unidas e assegurar-vos nossa alegria por esta importante missão ter sido conferida ao vosso país e a Vossa Excelência, que há muito consideramos como a incorporação da inteligência, cultura e integridade e um modelo de experiência em tudo o que se relaciona às Nações Unidas. A sua eleição, honrando a Venezuela, e por meio dela todos os países da América Latina, é uma honra também para o meu país.

Dezoito anos de intensa atividade diplomática parlamentar marcam a existência das Nações Unidas. Hoje, como nos dias de São Francisco, as finalidades programáticas da Carta para a construção de uma comunidade sã, fraternal e pacífica continuam a guiar a todos os Estados coletivamente e a cada um de per si. Mas hoje, como no tempo da fundação da Organização Internacional, os Estados-membros, individualmente ou por grupos, continuam a diferir na concepção dos meios e modos de implementar as finalidades programáticas da Carta.

Essa diferença de concepção é um fato da vida, que tem raízes no desenvolvimento histórico-social específico de cada Estado-membro. Entretanto, a Carta - refletindo a realidade desse fato da vida - reconheceu desde sempre não apenas essa diferença de concepção senão que também acolheu a necessidade de as Nações Unidas operarem eficazmente dentro do clima dessa diferença de concepção. O mundo em que vivemos é rico de idéias, teorias, concepções e sistemas de pensamento, e as Nações Unidas não foram criadas para afirmar a eterna validade ou a proscricção definitiva de nenhuma delas. Nossa unidade de propósito deverá necessariamente assentar sobre a inevitável diversidade de nossas opiniões. Se a

¹ João Augusto de Araújo Castro, nascido no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1919. Bacharel em Direito pela Faculdade de Niterói. Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 1940. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1962. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 21/8/63 a 1/4/64. † Washington, em dezembro de 1975.

ONU vai conservar seu caráter universal, deverá manter-se representativa de todas as idéias e concepções da humanidade.

Não há como silenciar, entretanto, que as diferenças e divergências de concepção e prática dos objetivos da Carta foram, desde os primeiros tempos da Organização, situados em termos de luta ideológica, não apenas contraditórios, mas até antagonísticos. Os anos aqui vividos - e no grande mundo - sob o signo dessa luta conceitual levada a um extremo maniqueísta, não parecem ter sido particularmente fecundos para ninguém. E, o que é mais grave, a política de poder, daí decorrente, levou esse mundo à mais onerosa corrida armamentista da História e à mais catastrófica perspectiva para a espécie toda - a destruição coletiva termonuclear, ironicamente graduada entre os que deverão perecer nos primeiros minutos e os que deverão sucumbir meses ou anos depois, sob as piores formas degenerativas de vida. Será esse um absurdo preço a pagar pela intolerância e pela intransigência? A verdade absoluta não poderá ser proclamada sobre as cinzas da desolação nuclear. Teremos de ser mais humildes, se queremos salvar nossas vidas. A ortodoxia e o fanatismo representam perigo extremo na era atômica.

O mundo de 1963 não é o mundo pré-atômico de 1945, e não é em vão que se vivem dezoito anos de história, em plena era nuclear. A entrada para a Organização Internacional de um numeroso contingente de novos Estados-membros, sobretudo africanos e asiáticos, foi, sob todos os aspectos, profundamente benéfica para a vida internacional toda. É que - objetivamente colocados, por seus problemas, anseios, necessidades e desígnios, fora dos pólos da guerra fria - esses novos Estados-membros, pela força de sua presença, de seu número e de seus argumentos, compeliram a todos os Estados-membros a viver e a interpretar a realidade da arena internacional sob uma visão inteiramente nova. É lícito, por esse motivo, afirmar que, no cenário internacional, como no seio da Organização Internacional que o reflete, se assiste a uma relativa obsolescência da polarização do mundo em duas grandes fatias ideológicas. As idéias são importantes, mas nenhuma idéia sobrevive ao espírito que a anima.

Nem tudo é Este ou Oeste nas Nações Unidas de 1963. O mundo possui outros pontos cardiais. Esses termos, que dominavam toda a política internacional até há pouco tempo, poderão eventualmente ser devolvidos à área da geografia. O esmaecimento do conflito ideológico e a progressiva despolitização dos termos Este e Oeste vieram também trazer algumas conseqüências - tanto políticas quanto semânticas - nos conceitos de neutralismo ou de não-alinhamento. O neutralismo ou o não-alinhamento vão perdendo sua solidez e sua consistência à medida que se tornam menos rígidos os pólos que os sustentavam. Não podemos perder de vista que o mundo mudou do último outubro para cá, e não podemos deixar de explorar

ao máximo as possibilidades de negociação que se abriram com a assinatura do recente Tratado Parcial sobre experiências nucleares.

Oihemos em torno de nós nesta sala e verifiquemos se o mundo aqui representado poderia ser adequadamente descrito por essas generalizações apressadas e por essa rígida catalogação. Três classificações genéricas não poderiam cobrir toda a gama das idéias, concepções e tendências de toda a humanidade. A humanidade é mais rica e mais complexa do que seus catalogadores. Isso talvez complique o problema político e talvez obrigue à revisão de alguns livros e de alguns panfletos de propaganda política, mas temos a esperança de que, com isso, se tornará menos perigoso e menos explosivo o mundo em que vivemos. Os sociólogos e os teóricos políticos terão mais trabalho, mas os estadistas e diplomatas possivelmente trabalharão em clima de maior confiança.

Assistimos no mundo contemporâneo e nas Nações Unidas à emergência não de blocos neutros ou não-alinhados, ou de uma terceira força política ou ideológica, mas de afinidades - afinidades talvez menos estáveis, porém mais atuantes em termos de objetivos táticos, configurados na base de reivindicações comuns. O que estamos aqui presenciando é a emergência de uma articulação parlamentar no seio das Nações Unidas, e uma articulação parlamentar de pequenas e médias potências que se unem, fora ou à margem das ideologias e das polarizações militares, numa luta continuada em torno de três temas fundamentais: Desarmamento, Desenvolvimento Econômico e Descolonização. É fácil precisar o sentido de cada um dos termos desse trinômio. A luta pelo desarmamento é a própria luta pela Paz e pela igualdade jurídica de Estados que desejam colocar-se a salvo do medo e da intimidação. A luta pelo Desenvolvimento é a própria luta pela emancipação econômica e pela justiça social. A luta pela Descolonização, em seu conceito mais amplo, é a própria luta pela emancipação política, pela liberdade e pelos direitos humanos. É esse, Senhores Delegados, o grande movimento que aqui se delineia: movimento de médias e pequenas potências que, considerando superado o velho esquema maniqueísta de apenas há alguns anos, desejam que as Nações Unidas se adaptem ao mundo de 1963, ao mundo em que terão de viver, debaixo de grandes perigos, e no limiar de grandes perspectivas. Esta articulação parlamentar, ainda não perfeitamente caracterizada, transcende os termos da antiga divisão do mundo em Ocidente, Oriente e Mundo não alinhado. Esse movimento, iniciado sob o signo dos três D's mencionados, Desarmamento, Desenvolvimento Econômico e Descolonização, não faz senão exigir o cumprimento das promessas já contidas na Carta de São Francisco.

Cada Nação, grande ou pequena, será sempre o melhor juiz de suas necessidades de segurança e defesa. Meu país, por exemplo, nunca aceitou a designação de neutralismo para a sua política externa independente. O Brasil não pertence a blocos, mas integra um sistema, o sistema interamericano, que concebemos

como um instrumento de paz e de entendimento entre todos os membros da comunidade das nações. O Brasil, como a generalidade das nações latino-americanas e afro-asiáticas, não poderia, entretanto, estar alheio a essa articulação parlamentar, que certamente constitui a ampla maioria dos 111 Membros desta Organização Mundial e impulsiona a sua renovação.

E, contudo, dentro de um espírito de puro realismo político, devemos admitir que esta maioria não consegue, com acentuada freqüência, ver implementadas suas recomendações em cada um dos três grandes temas fundamentais. Prossegue a corrida armamentista, a despeito das Resoluções, sempre reiteradas, da Organização Mundial. Uma imensa parte da humanidade ainda vegeta sob condições humilhantes incompatíveis com a dignidade humana e milhões de criaturas ainda se encontram privadas da liberdade e de direitos humanos, sob formas degradantes de opressão política ou colonial. Isso se deve - tenhamos a coragem de dizê-lo - ao fato da existência e da sobrevivência de um poder de veto, de um veto invisível, nesta Assembléia Geral. Esse veto invisível, do qual muito pouco se fala e muito pouco se ouve, poderá revelar-se, nas grandes questões de Desarmamento, do Desenvolvimento e da Descolonização, ainda mais funesto e mais perigoso do que o lado negativo do princípio de unanimidade, que tem dificultado o funcionamento e impedido a ação eficiente do Conselho de Segurança. É esse veto invisível que impede a passagem de algumas resoluções ou - o que é muito mais freqüente - impede a implementação de resoluções porventura adotadas. E é contra esse veto invisível que devem agora dirigir-se os esforços de nações que têm anseios e reivindicações comuns - anseios de paz, de desenvolvimento e também de liberdade. Porque, na luta pela Paz e pelo Desenvolvimento, o homem não pode comprometer sua liberdade.

No cumprimento do mandato de mediação que lhe foi conferido pela Assembléia Geral, o Brasil, no âmbito do Comitê de 18 Nações sobre o Desarmamento, se tem conduzido dentro do mais estrito realismo. O Desarmamento - dissemos em Genebra - é um tema central e todos os outros problemas políticos se contêm e se refletem nesse problema por assim dizer espectral. Comparada com o Desarmamento, qualquer outra questão política, por mais difícil que nos pareça - e citemos como exemplo a de Berlim - parece relativamente fácil de resolver-se, porque, em qualquer solução eventual, cada lado teria uma idéia aproximada do que estaria a ganhar ou a perder e também porque qualquer solução porventura alcançada poderia não ser final ou definitiva, se se conservassem os meios e a possibilidade de alterá-la. O Desarmamento é um problema de poder e, tradicionalmente, os problemas de poder se têm resolvido pela operação do próprio mecanismo do poder. O desafio de Genebra consiste precisamente em resolver este problema de poder através de negociações e por meio de persuasão. Não é tarefa fácil, e um senso elementar de realismo nos leva a admitir que ainda estamos muito longe da conclusão de um Tratado de Desarmamento Geral e Completo. No que toca ao texto desse Tratado,

fomos muito pouco além de alguns parágrafos do preâmbulo. Enquanto isso, somas e recursos enormes, que deveriam ser promessas e sementes de vida, se apresentam como fatores de ameaças e destruição. A presente corrida armamentista, que prossegue em um ritmo insensato, é a principal responsável pela carência de recursos para as grandes tarefas do Desenvolvimento Econômico. Como se pode seriamente falar no progresso cultural de uma humanidade que não faz senão elaborar e aperfeiçoar os elementos de sua própria destruição? Só é respeitável a técnica que conduz à vida e à liberdade.

Os oito países mediadores de Genebra - Birmânia, Brasil, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia - detêm uma imensa responsabilidade diplomática nesta questão do desarmamento. Não atuaram esses países como um "bloco político", mas como um "grupo diplomático", que, num mandato de mediação, procura tenazmente ampliar as tênues áreas do acordo entre os dois blocos de Potências. Agindo invariavelmente em nome da opinião pública mundial, essas nações contribuíram decisivamente para que a Conferência das 18 Nações sobre o Desarmamento pudesse assegurar seu primeiro grande passo positivo: o Tratado de Proscrição de Ensaios Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e Sob as Águas, concertado recentemente em Moscou. O Brasil sempre defendeu a idéia de que, sem esperar a conclusão de um Tratado sobre Desarmamento Geral e Completo, as Potências Nucleares deveriam ir formalizando os acordos à medida que se verificassem coincidências de pontos-de-vista. Por isso sempre advogamos prioridade para a questão das experiências nucleares, não disseminação de armas nucleares e prevenção da guerra por acidente. Foi neste contexto que verificando perdurarem as dificuldades sobre a detecção e verificação dos ensaios subterrâneos, o Brasil endereçou, no dia 25 de julho de 1962, a seguinte pergunta às Potências Nucleares:

"Tem-se dito que é difícil alcançar um tratado de Proscrição dos testes nucleares, porque as Grandes Potências não podem ou não desejam chegar a um acordo no que se refere ao complicado problema do controle, um problema que se baseia na confiança. Contudo, é bem sabido que as divergências e discrepâncias principais se situam nos problemas de detecção e identificação dos testes subterrâneos, já que o controle internacional necessário aos testes atmosféricos e espaciais não parece apresentar tantas e tão insuperáveis dificuldades. Por que, então, não concentrar nossos esforços nessa questão dos testes atmosféricos e espaciais, que são os mais perigosos, real e potencialmente, e aqueles que têm o efeito mais perturbador sobre o cérebro, o corpo e o sistema nervoso? Por que não explorar, ao longo das linhas sugeridas pelo Memorandum dos 8 Países, a possibilidade de um acordo sobre a questão do controle dos testes atmosféricos e

espaciais e, ao mesmo tempo, iniciar uma discussão sobre os métodos adequados de detecção e identificação dos testes subterrâneos?”

Essa pergunta, formulada em 25 de julho e reiterada em 17 de agosto de 1962, encontrou então o silêncio de cada uma das três Potências que integravam o Subcomitê de Testes Nucleares da Comissão das 18 Nações. Somente no dia 27 de agosto, começaram as Grandes Potências a mover-se com a apresentação da proposta conjunta anglo-americana sobre a interdição parcial dos testes nucleares. Menciono aqui este fato, não para ressaltar a contribuição de meu país à causa do Desarmamento, mas para assinalar que, no cumprimento de seu mandato de mediação, os oito países de Genebra têm o dever de correr o risco das incompreensões e de críticas muitas vezes suscitadas por motivos táticos momentâneos.

Meu país saudou com entusiasmo a assinatura do Tratado Parcial de Moscou, e o Presidente João Goulart, em mensagem dirigida ao Presidente Kennedy e aos Primeiros Ministros Krushchev e MacMillan, exprimiu a alta apreciação do Brasil pelo espírito construtivo com que os Estados Unidos da América, a U.R.S.S. e o Reino Unido conduziram suas negociações e entendimentos. Meu Governo foi dos primeiros a firmar o Tratado e já o submeteu à ratificação do Congresso brasileiro. Para o Brasil, o Tratado Parcial tem não apenas o grande mérito de afastar imediatamente os efeitos nocivos das contaminações radioativas como também o valor simbólico de demonstrar que sempre é possível e viável um esforço comum das grandes potências para comporem suas divergências. Neste sentido, o Brasil acolheu o Tratado Parcial como um dos fatos mais auspiciosos desde 1945 e como ponto de partida para entendimentos ainda mais amplos e criadores. As palavras que acrescentarei não podem, assim, ser interpretadas como indicando falta de entusiasmo em relação ao Tratado.

Sem querer diminuir o impacto e a alta significação deste Tratado Parcial, cuja idéia defendemos desde os primeiros dias da Conferência de Genebra, não podemos deixar de lamentar haver sido a reunião de Moscou conduzida fora do âmbito da Conferência das 18 Nações sobre Desarmamento. Não encontramos razão lógica e plausível para tal fato, já que não podemos admitir a possibilidade de que as Potências Nucleares hajam querido afastar os oito países mediadores da solução de uma questão que eles haviam sido os primeiros a suscitar. Se havia em Genebra um Subcomitê de Testes Nucleares, integrado apenas pelas três Potências Nucleares, Subcomitê que, segundo as regras da Conferência, poderia reunir-se em qualquer lugar e com qualquer nível de representação, por que não quiseram as três Potências que a reunião de Moscou fosse caracterizada como uma reunião do Subcomitê? Isso teria tido o grande mérito de colocar a matéria dentro do contexto do desarmamento geral e completo e de servir de ponto de partida para todo o trabalho que o Comitê há de desenvolver no futuro. A paz e a segurança mundial não podem

mais ser objeto de negociações exclusivas de um Diretório de Grandes Potências, por maiores e mais poderosas que sejam. A um perigo comum - de morte e destruição - há de corresponder uma responsabilidade comum, e é essa a responsabilidade que os países não nucleares desejam assumir.

Assim como formulamos nossa pergunta em 25 de julho de 1962, o Brasil formula hoje desta tribuna as seguintes perguntas às três Potências Nucleares:

Quais as reais dificuldades que nos separam de uma solução definitiva, em relação aos testes subterrâneos?

Por que não reconhecer que, sobre a questão, os pontos-de-vista antagônicos estão tão próximos, que qualquer dos lados poderia aceitar o ponto-de-vista oposto, sem estar na realidade fazendo grandes concessões?

Por que não explorar, de comum acordo, a possibilidade de ampliar, de imediato, a área de acordo alcançada em Moscou, mediante o acréscimo, à área de proibição, de uma faixa de testes subterrâneos acima de um determinado ponto de detectabilidade?

O Subcomitê de Testes Nucleares da Comissão das 18 Nações sobre Desarmamento poderia talvez explorar imediatamente a possibilidade de um tratamento gradual e sucessivo para a questão da proscrição de ensaios subterrâneos. Poder-se-ia, por exemplo, num primeiro estágio, de execução imediata, proscrever aquelas experiências subterrâneas que acima de certo limite possam ser assinaladas pelos sistemas de verificação de cada uma das partes; proscrever, num segundo estágio, de execução a ser iniciada no prazo máximo de um ano, aquelas experiências nucleares subterrâneas acima do limite, digamos, de 4.75, ou daquele mais compatível com os últimos progressos científicos; num terceiro estágio, de execução a ser iniciada no prazo máximo de dois anos, proscrever todas as experiências com armas nucleares e em todos os meios. A matéria envolve evidentemente aspectos técnicos e científicos sujeitos a revisão e alteração nos entendimentos entre as Potências Nucleares, que certamente dispõem de melhores elementos técnicos de avaliação, dada a sua notória familiaridade com esse tipo de experiência.

É claro que, em todos esses casos, é essencial um acordo de vontades entre as Potências Nucleares, que, entretanto, não podem continuar a ignorar as reiteradas manifestações desta Assembléia Geral. E é possível que encontremos agora, mais uma vez, algumas das incompreensões que anteriormente encontramos.

O Brasil - juntamente com a Bolívia, o Chile, o Equador e o México - continuará seus esforços por ver consagrada em acordo unânime a desnuclearização

da América Latina, fazendo, ao mesmo tempo, ardentes votos por que acordos semelhantes venham a ser consagrados, a fim de cobrirem o quanto antes o máximo de superfície do globo. No tocante à desnuclearização da América Latina, minha Delegação, que submeteu um item específico à Assembléia Geral, deseja frisar não estar propondo que a América Latina seja declarada desnuclearizada pela Assembléia Geral. O Brasil está propondo, isso sim, que as nações latino-americanas, como nações soberanas, considerem, através dos meios e canais mais apropriados, a conveniência de concluírem um tratado pelo qual se obriguem a não fabricar, armazenar ou experimentar armas nucleares. É este o sentido da proposta dos cinco países latino-americanos, recentemente reafirmada na Delegação Conjunta de 30 de abril, assinada pelos Præsidentes da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México. Minha delegação manterá, a esse respeito, o mais estreito contato com todas as delegações latino-americanas.

Dentro do mesmo espírito, a Delegação do Brasil à Comissão do Desarmamento lançou recentemente em Genebra a idéia de um tratado multilateral de não-agressão, que criaria um mecanismo recíproco entre o máximo número de Estados que aderissem ao pacto de não se engajarem em agressão contra nenhum outro, qualquer que fosse a situação geográfica relativa dos mesmos. A imprensa internacional deu o relevo justo à iniciativa, que tem a seu favor tantos fundamentos válidos, que esperamos venha a frutificar generosamente. Essa idéia parece extremamente mais razoável e dinâmica do que a idéia, anteriormente aventada, de um simples Pacto de Não-Agressão entre os membros da OTAN e os integrantes do Pacto de Varsóvia. O espírito da Carta é um espírito universal. A paz deve prevalecer entre todos os membros da comunidade das nações e não apenas entre aqueles que se entrincheiram atrás de alianças militares específicas. A idéia de um Pacto limitado vincula-se ao antigo esquema Leste-Oeste, que, como dissemos, tende a esmaecer.

O Brasil continua favorável a que se institua, no âmbito da comissão das 18 Nações, um Comitê Técnico incumbido de estudar os problemas de controle, problema sem cuja solução não se poderá caminhar decisivamente no sentido do Desarmamento Geral e Completo. Continuamos a pensar que as discussões políticas não podem permanentemente mover-se num vácuo técnico. Não concebemos desarmamento sem controle.

O segundo feixe de considerações que a Delegação do Brasil sente indispensável expender relaciona-se com o desenvolvimento econômico e social. O problema do desenvolvimento econômico, pela conjuntura demográfica e econômica mundial, tende a ser aos nossos olhos de igual urgência que o do desarmamento - mas com uma diferença básica: enquanto o desarmamento se esciona como um processo que se arrastará no tempo, mas que diluirá sua própria periculosidade na medida em que os passos pacíficos forem sendo conquistados pela humanidade, o

desenvolvimento econômico se tornará pressão dia a dia mais insuportável pela estrutura das sociedades humanas, se medidas urgentes destinadas a desencadeá-lo e a acelerá-lo não forem tomadas no mais curto lapso de tempo e em ritmo cumulativo. Se somos hoje em dia, inevitavelmente, levados a associar a segurança coletiva à noção de Desarmamento Geral e Completo sob controle internacional, somos, de outro lado, levados a associar iniludivelmente a noção de segurança coletiva a outra segurança: a segurança econômica coletiva.

Nas condições atuais, dois terços da humanidade, atravessando uma conjuntura demográfica explosiva, vivem em níveis de mera subsistência, sofrendo em toda a sua extensão os males sociais e econômicos que caracterizam o estágio de subdesenvolvimento. Ao lado desse imenso contingente humano, uma minoria da população mundial - beneficiada pelo aumento cumulativo da produtividade deflagrado pela industrialização - atinge altos níveis de prosperidade econômica e bem estar social.

O elemento-chave para compreensão do problema com que nos defrontamos - nós, comunidade internacional - não é contudo a mera existência de grandes desníveis de riqueza entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas; é, isto sim, o fato de que esse desequilíbrio vem crescendo e, caso não sejam prontamente corrigidas as tendências hoje prevaletentes, continuará a crescer indefinidamente. É dentro desse quadro de dados e previsões sombrias que devemos procurar compreender os esforços dos países subdesenvolvidos para atender aos reclamos de progresso social e justiça econômica de seus povos. Esses reclamos, que correspondem aos anseios mais legítimos das comunidades humanas, não poderão ser reprimidos, e para seu atendimento no mais curto prazo possível é que devemos conjugar, aos esforços de cada nação subdesenvolvida, os esforços da comunidade internacional como um todo.

Embora a luta pelo desenvolvimento tenha de ser travada em várias frentes, cabe às Nações Unidas, pela universalidade de sua vocação, e coerentes com a letra e espírito da Organização Internacional, desenvolverem um papel de excepcional relevância para obterem a redenção econômica e social da grande maioria da população do globo, que hoje em dia vive em condições infra-humanas. As atividades das Nações Unidas no campo do desenvolvimento devem, no entender do meu Governo, atender a três áreas prioritárias: a industrialização, a mobilização de capital para o desenvolvimento e o comércio internacional.

Existe hoje uma convicção unânime de que, sem prejuízo de importância do desenvolvimento econômico integrado, a indústria representa o setor mais dinâmico da economia dos países subdesenvolvidos e o mais susceptível de assegurar num tempo historicamente curto, a diversificação e a emancipação econômica desses

países. A doutrina clássica da especialização internacional do trabalho, que condenava os chamados países periféricos à posição imutável de fornecedores de produtos primários, já entrou definitivamente em descrédito, e foi substituída por uma teoria econômica mais compatível com as realidades do mundo contemporâneo. Concebida, entretanto, numa época em que essa revolução doutrinária ainda não estava inteiramente cristalizada, a família das Nações Unidas durante muito tempo ocupou-se apenas residualmente do setor industrial, dando ênfase quase exclusiva a setores como a agricultura e a saúde pública. É certo que os recursos destinados à industrialização têm crescido nos últimos anos. O ritmo de crescimento é todavia mínimo, em confronto com as necessidades dos países subdesenvolvidos e as possibilidades dos países desenvolvidos, como foi indicado pelo Comitê de peritos que examinou recentemente as atividades das Nações Unidas no campo da industrialização. Conforme o relatório dos peritos, a atual estrutura institucional nessa matéria é inadequada, devendo ser urgentemente substituída por uma nova reestruturação, mais consentânea com as exigências gerais da humanidade por uma industrialização acelerada. O Governo brasileiro considera que o estabelecimento de uma agência especializada de desenvolvimento industrial contribuiria decisivamente para atender a essas exigências.

A segunda área prioritária é a mobilização de capitais para os países subdesenvolvidos, provenientes dos países desenvolvidos, em que esses capitais são abundantes. Tal mobilização constitui uma das condições essenciais para que aqueles países possam atingir progressivamente níveis de bem estar comparáveis aos dos países desenvolvidos. É indispensável, entretanto, que o fluxo de recursos financeiros seja realmente articulado com as necessidades dos países subdesenvolvidos, tanto do ponto-de-vista quantitativo - no sentido de que o volume total disponível deve ser proporcional às necessidades de capital - como do ponto-de-vista qualitativo, o que significa que as condições dos empréstimos devem levar em conta as dificuldades estruturais do balanço de pagamento que caracterizam as economias dos países subdesenvolvidos. A significação dos empréstimos em condições concessionárias foi convincentemente posta em relevo pelo antigo Presidente do Banco Mundial, o Senhor Eugenio Black, que asseverou que, se os empréstimos desse tipo não aumentarem ponderavelmente, "o mecanismo do desenvolvimento econômico poderia ficar de tal modo sobrecarregado de dívidas externas que se paralizaria, em meio a projetos incompletos e montanhas de planos rejeitados". A insuficiência de recursos financeiros internacionais compatíveis com as características dos países subdesenvolvidos poderia compelir esses países à adoção de soluções de emergência, de natureza quase heterodoxa, a fim de evitar a estagnação ou o retrocesso econômico e a inquietação social generalizada.

É questão que não padece dúvida que a assistência financeira deve ser liberta de quaisquer possíveis conotações políticas condicionantes, idéia que, aliás, vem

sendo alimentada tanto pelos países exportadores quanto pelos países importadores de capitais. É que isso visa a sanear a um tempo grande parte da atmosfera política internacional e as arenas políticas nacionais de matéria passível de controvérsia. Devemos reconhecer que rumar nessa direção é tomar o caminho que atende aos anseios de todas as soberanias. Dentre os esforços atualmente em curso para a multilateralização da assistência financeira, cumpre realçar os de tipo regional, cujo alcance deveria ser, nessa mesma linha de evolução, multiplicado tanto quanto possível. Sem prejuízo de quaisquer canais ora existentes, seria, por conseqüente, da maior importância que as Nações Unidas dispusessem de um organismo próprio de financiamento, capaz de permitir à Organização Internacional ingressar no campo da assistência financeira aos países subdesenvolvidos. Foi dentro deste espírito que a Delegação do Brasil propugnou e continua a propugnar pelo estabelecimento de um Fundo de Capital das Nações Unidas, integrado por todos os países membros da ONU e das Agências Especializadas, equipado para conceder empréstimos suaves e doações diretas, e que fosse administrado de forma a atribuir a todos os países membros igual poder decisório, independentemente de sua capacidade de contribuição. Seria igualmente desejável que uma parcela substancial, se não a totalidade dos recursos liberados com o desarmamento geral e completo, fosse desviada para esse Fundo, e que, enquanto não se concretiza essa medida, desejada ardentemente pela humanidade inteira, uma determinada percentagem das despesas militares atualmente em curso fosse posta à disposição do novo organismo. O simples desvio de um por cento das atuais despesas armamentistas representaria uma soma de nada menos de um bilhão e duzentos milhões de dólares, o que daria ao Fundo de Capital das Nações Unidas condições iniciais de viabilidade acima de qualquer expectativa. A nossa única esperança é de que os cento e vinte bilhões de dólares anualmente investidos em despesas militares nunca venham a ter aplicação bélica. A nossa melhor esperança é que os homens do futuro possam dizer que se tratava de gastos inúteis para fins insensatos. Por que então pareceria hoje ousado pedir o sacrifício - ou a salvação - de um por cento dessa loucura para uma obra de redenção social e de desenvolvimento de toda a humanidade?

Finalmente, para marcar a presença das Nações Unidas no campo do financiamento internacional, e para permitir aos Governos dos Estados-membros manter sob revista contínua e sistemática o fluxo total de capitais para os países subdesenvolvidos, a Assembléia Geral poderia considerar a possibilidade de criar um Comitê Permanente do Conselho Econômico e Social, à semelhança do Comitê para o Desenvolvimento Industrial e outros órgãos subsidiários.

A terceira área de prioridade - certamente, nessa altura, a mais importante - é a do comércio internacional, que deve conseqüentemente receber atenção especial no contexto das atividades econômico-sociais das Nações Unidas. É um lamentável fato da vida que o comércio internacional tenha, apesar de suas imensas

potencialidades, contribuído tão pouco para o desenvolvimento econômico dos países de baixa renda *per capita*, sobretudo nos últimos tempos da história humana. Em certos casos, através de mecanismos de deterioração das relações de troca, o comércio internacional tem atuado até mesmo como fator de empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos e como veículo de agravamento dos desníveis de rendas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, convocada pela Assembléia Geral, vai reunir-se precisamente porque a atual estrutura do comércio internacional não favorece os países subdesenvolvidos e está baseada num conjunto de princípios e regras operacionais que, não raro, atendem preferentemente aos interesses e peculiaridades dos países industrializados. Essa Conferência significa a presença viva das Nações Unidas, com sua ética universalista e sua preocupação com os problemas de desenvolvimento econômico, no campo do comércio internacional, até então quase inteiramente fora de sua alçada. Significa, também, o desejo de modificar as tendências do comércio internacional, que operam num sentido desfavorável aos interesses dos países subdesenvolvidos. Significa, por fim, a decisão política de rever o que precisa ser revisto, de reformular princípios obsoletos, de estabelecer novas regras de comportamento, de criar condições para uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na correlação entre comércio e desenvolvimento, e de estabelecer os mecanismos institucionais indispensáveis para implementar as decisões da Conferência. Essas expectativas, se frustradas, representarão um dos mais dolorosos malogros da família das Nações Unidas. É essencial que a Conferência justifique as legítimas esperanças que nela depositam todos os países subdesenvolvidos, esperanças que não podem deixar de contar com a compreensão daqueles que maior responsabilidade têm no processo de racionalização da vida econômica e social da humanidade, os países desenvolvidos.

Ao cabo dessa Conferência e como cristalização de um longo processo de debates políticos e de intercâmbio de idéias fecundantes, crê o Governo brasileiro que deveria ser proclamada uma Declaração para a Consecução e Manutenção da Segurança Econômica Coletiva. Tal Declaração - já prenunciada em suas grandes linhas na Declaração Conjunta dos países em desenvolvimento, em Genebra - seria um ato político de enorme transcendência, certamente dos mais importantes já realizados sob os auspícios das Nações Unidas, e que poderia ocupar um lugar de relevo ao lado das duas outras Declarações de que tanto podemos orgulhar-nos - a Declaração dos Direitos Humanos e a Declaração de Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais. Não se trataria de documento que viesse a dar, pela rigidez ou fluidez de suas fórmulas, soluções ideais para a segurança econômica coletiva. Tratar-se-ia, ao contrário, de propor, em bases claras e objetivas, uma soma de princípios que, a longo prazo, possam servir de metas a serem atingidas pelas Nações Unidas nesse campo. Tratar-se-ia, por conseguinte, de se achar um terreno de encontro para certas noções fundamentais sobre a vida econômica internacional, noções de

que derivem possibilidades de empreendimentos mais fáceis, quando se venham a discutir problemas práticos relacionados com a organização econômica da comunidade internacional. A analogia que melhor se presta para definir esse desiderato é a Declaração dos Direitos Humanos. Num corpo sintético de enunciações básicas atinentes ao mais complexo tema dos temas - o homem - reduzimos de forma luminosa e perdurável toda uma programação futura para a construção do homem de amanhã pelo homem de hoje. Não seria possível, destarte, chegarmos a essa declaração outra, que trataria do segundo mais controverso tema do mundo social presente - o das relações econômicas entre as Nações?

A Delegação brasileira, ao advogar essa declaração, não ignora as dificuldades que se antepõem à elaboração desse documento. Tanto mais que não temos em mira uma formulação meramente retórica, em que a concordância geral em torno de enunciados fluidos viesse a substituir o registro de uma disposição sincera de cooperação internacional, em prol do atendimento das necessidades dos países subdesenvolvidos. De nada nos serviria - e pelo contrário só poderia prejudicar-nos - um texto grandiloquente que não encontrasse eco no cotidiano das relações econômicas internacionais. Para a elaboração desse documento, a Conferência contará com acervo valiosíssimo de natureza doutrinária e intelectual que a família das Nações Unidas vem acumulando ao longo dos anos, inclusive o anteprojeto de Declaração sobre Cooperação Econômica Internacional, ora em exame por um Comitê *ad hoc* do Conselho Econômico e Social. Desse complexo acervo de estudos, pesquisas e meditações surge naturalmente, em todo o seu alcance e inteireza, o conceito de segurança econômica coletiva. Cumpre-nos codificá-lo em uma Declaração que, como afirmação coletiva de fé na racionalidade do processo econômico global, possa nortear efetivamente as ações internacionais em prol da superação do subdesenvolvimento. O voto mais sincero que a Delegação do Brasil formula neste respeito é o de que possamos, nas festas do Ano Jubilar de 1965 das Nações Unidas, ter já consagrada a Declaração para a Consecução e Manutenção da Segurança Econômica Coletiva.

Nesta digressão sobre as tarefas com que se defrontam as Nações Unidas na promoção do desenvolvimento econômico, um ponto creio que emerge com absoluta clareza: o alto estágio do desenvolvimento atingido por um pequeno número de países do mundo não deve necessariamente implicar a persistência do subdesenvolvimento dos outros países. É óbvio, pelo contrário, que a segurança econômica e social atingida por alguns está em risco, se essa segurança econômica e social não for atingida por todos. Estamos, com efeito, no limiar da construção de uma nova comunidade internacional, em que a sobrevivência de formas econômicas e socialmente subdesenvolvidas será um risco coletivo. Vivemos um sistema de causas e efeitos recíprocos. Assim como a paz é indivisível - pois a paz implica um nexo de interdependência cuja consolidação requer a cooperação das soberanias -

assim também é indivisível o desenvolvimento econômico e social, condição e expressão dessa paz.

Senhor Presidente,

Não estamos no domínio do sonho, da fantasia ou da abstração; estamos lidando com duras realidades que exigem pronta e decisiva ação desta Assembléia.

É possível, sem nenhum exagero, asseverar que a humanidade atingiu a fase final do processo colonial com as cores que o caracterizaram nos cinco últimos séculos. É possível, assim, reconhecer que o processo colonial é um arcaísmo histórico e sociológico, cujos resíduos perdurantes são focos de tensões e atritos políticos no mundo contemporâneo que podem e devem ser, finalmente, erradicados e liquidados.

O que mais sobressai, entretanto, nesse processo global, é que, enquanto não liquidado totalmente, constitui ele em grande parte o principal obstáculo ao desenvolvimento das antigas colônias tornadas Estados soberanos: salvo pouquíssimas exceções, tais Estados soberanos tiveram obstáculos enormes ao seu desenvolvimento, em conseqüência de relações de troca de várias naturezas, que viciaram os meios econômicos de que podiam dispor as antigas colônias: seu estatuto econômico perdurou como semicolonial.

A liquidação e erradicação do arcaísmo histórico e sociológico do colonialismo é, por conseguinte, processo que representa medida de alto interesse defensivo das economias de todas as antigas colônias, quaisquer que sejam as fases de sua libertação política e quaisquer que sejam os continentes em que se localizem.

Pode-se dizer que hoje é ponto pacífico que a descolonização total é, essencialmente, a finalidade por atingir no mundo inteiro em matéria de territórios e povos a quaisquer títulos dependentes. Isso, no contexto das Nações Unidas, deriva não só de um elemento quantitativo - a predominância eleitoral dos novos Estados -, mas também de um fator qualitativo, a saber, as teses anticoloniais têm todos os fundamentos éticos, econômicos, demográficos, sociais, políticos, a seu favor. Somente razões de relações de potência e de poder podem conestar diferimentos e postergações, pois que as chamadas alegações "técnicas" - desenvolvimento cultural, capacidade de autogoverno, viabilidade "nacional", despreparo de quadros dirigentes, e afins - militam, de fato, contra as teses colonialistas: o que não foi feito ao longo dos decênios passados dificilmente o seria em poucos anos por vir, pois o que não foi feito deriva da vocação de não fazer, no que respeita intrinsecamente ao problema colonial.

Desde pelo menos a Oitava Sessão (1953) da Assembléia Geral, e em

movimento cumulativo crescente cuja preparação teórica em grande parte se deveu à ação das delegações latino-americanas, até a Décima-Quinta Sessão (1960) da Assembléia Geral - ano da África nas Nações Unidas -, a descolonização teve passos ponderáveis a cada ano, em consonância com movimento que vinha já do fragor da última grande guerra, em que as populações dos territórios dependentes, na África e na Ásia, desempenharam papel relevantíssimo, ainda hoje insuficientemente ressaltado, adquirindo, destarte, uma vocação de independência nacional que, a ser sofreada, poria em risco muito cedo a precária paz do mundo. No quadro das Nações Unidas, no ano de 1960, quando foi aprovada a Resolução 1514 (XV), com a Declaração de Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais, a Organização entrou a declinar na sua consagração de autodeterminações e independências, pois a liquidação do colonialismo, enquanto verbalmente estipulada como imediata na Declaração em causa, esbarrava com dificuldades já antes pressentidas por certos observadores, mas ainda não “oficialmente” denunciadas nos debates da Organização.

O Brasil reconhece que os elementos residuais de colonialismo oferecem resistência e exigirão por algum tempo ainda esforços e sabedoria coletivos concentrados. A ação descolonizadora poderá, entretanto, no quadro da Carta das Nações Unidas e das resoluções aprovadas pela Assembléia Geral, consumir-se pacificamente. O Comitê dos 24 para a Descolonização tem atuado de maneira que merece o apoio da grande maioria das Nações Unidas. As potências que detiveram, no passado, um império colonial compreenderam todas, quase sem exceção, as vozes dos novos tempos. Os pontos de estrangulamento desse processo, que subsistem, exigem, por isso mesmo, cuidados multiplicados da Organização Internacional, para que possamos conseguir seu desenlace racional e pacífico. É, por conseguinte, momento oportuno para que o Comitê dos 24, ao reencetar seus trabalhos, passe em revista sistemática cada continente de per si, não omitindo o Continente americano e os seus territórios dependentes de potências extracontinentais. Enquanto subsistir um território dependente, aí haverá um foco de desentendimentos internacionais, num tipo de relação internacional superado e anacrônico. Essa é a lição dos tempos.

Para o Brasil, a luta pela descolonização abrange todos os aspectos da luta secular pela liberdade e pelos direitos humanos. O Brasil é contra toda forma de colonialismo: político, econômico ou policial. Por esse motivo, o Brasil vê com extremo cuidado a emergência de formas sucedâneas do colonialismo político, formas já consagradas sob a expressão de neo-colonialismo. Será assim de desejar que os mesmos órgãos das Nações Unidas que ora cuidam da descolonização dentro das Nações Unidas principiemos a voltar as suas vistas para esse novo fenômeno do mundo moderno - cuja periculosidade me dispense de ressaltar.

As Nações Unidas seriam um malogro a mais, e o mais doloroso, na longa História de esperança da raça humana, e trairiam sua razão de ser e sua destinação,

se não enfrentassem com a determinação e a urgência que os tempos presentes requerem esses três feixes de problemas internacionais: o Desarmamento, o Desenvolvimento e a Descolonização.

Entretanto, na medida em que vamos avançando na realização desses objetivos, reconhecemos a necessidade inadiável de fortalecermos, paralelamente, a Organização Internacional, para que esta se adapte aos desafios propostos por suas próprias obrigações e deveres. A essa tarefa de renovação não tem faltado a compreensão, a assistência, o impulso criador de nosso Secretário Geral. É da mais elementar justiça assinalar o quanto esta Organização deve a U Thant, e quão felizes somos de ter na direção do Secretariado um homem eminente, cujas qualidades de pensamento e ação são complementadas por uma compreensão exata do que devem ser as Nações Unidas neste mundo de perigo nuclear e subdesenvolvimento, de grandes desafios e grandes perspectivas.

O saldo positivo da Organização Internacional é incontestável - qualquer que seja a dose de ceticismo usada na sua avaliação. A verificação dessa realidade, entretanto, não basta por si só. É que o processo e o tempo da História se aceleram e, com eles, a urgência das necessidades coletivas. Representativa das pressões dessas necessidades coletivas, é mister que a Organização Internacional, como instrumento próprio para aferi-las, não as deixe atingir o ponto crítico explosivo.

É, assim, urgente vitalizar cada dia mais a Organização Internacional, primeiro indagando sobre o que deveria ter sido feito e não o foi, depois indagando sobre o que parece dever ser feito.

Daí o cabimento de certas questões, à luz do próprio texto da Carta. Por que tantos artigos da Carta jamais receberam aplicação? Por que, por exemplo, não floresceu a implementação do seu Artigo 66? Por que não se institucionalizou o Artigo 43, em conexão com os Artigos 45, 46 e 47? Por que não se avançou na linha preconizada pelos Artigos 57 e 63 e não se reconheceu que, malgrado as despesas que implicasse, teria havido vantagens consideráveis na estrutura orgânica das agências especializadas existentes com as que cumpre serem criadas, na razão dos altos interesses coletivos? Por que, de outro lado, não nos esforçamos pela final caducidade dos Capítulos XI, XII e XIII da Carta, realizando-lhes *in toto* os objetivos explícitos?

Não há por que silenciar as razões por trás desses impedimentos. A Carta - apesar dos enormes méritos que lhe deram a forma do mais alto instrumento diplomático até hoje lavrado pela humanidade -, a Carta guarda os estigmas do impacto sob que nasceu, a saber, a herança da Segunda Grande Guerra. E, por isso, ficou marcada pela conjuntura, como instrumento de paz entre os Grandes, como

saldo das lutas terminadas em 1945. De modo que a sua verdadeira finalidade - que é a da instauração de um mundo de paz desarmada na base da justiça universal -, a sua verdadeira finalidade ficou comprometida por certos vícios de origem, vícios talvez inevitáveis no seu tempo, mas que já hoje merecem ser sanados ou superados. Que dizer, por exemplo, do Artigo 107 da Carta nesta altura dos tempos?

A implementação efetiva da Carta esbarra no Diretório efetivo exercido pelos Grandes. A ação desses, entretanto, seria positiva, se se circunscrevesse aos limites reais e literais da própria Carta. Hoje sentimos todos a urgência da atualização e adaptação da Carta às condições do mundo presente, na linha, aliás, preconizada pelos próprios Artigos 108 e 109 da Carta. Entretanto, reivindicações absolutamente justas como o aumento imediato do número de membros do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social, a criação eventual de novos Conselhos, e o fortalecimento do Conselho de Segurança, a instrumentação da capacidade de operações efetivas de manutenção da paz, objetivos desejados pela larguíssima maioria dos Estados-membros, esbarram no Diretório das Grandes Potências - que insiste em condicionar a ação das Nações Unidas a um jogo maniqueísta de política de poder ou a soluções políticas específicas em uma questão determinada.

Criou-se, assim, o círculo vicioso em que se debate a revisão da Carta e, mesmo, a possibilidade de exercer-se a presença efetiva das Nações Unidas nos mais importantes atos diplomáticos contemporâneos. Pois não é verdade que o Acordo de Proscrição recém-concertado em Moscou o foi fora do quadro das Nações Unidas?

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

Não há dúvida de que, se o círculo vicioso não for superado, e o veto invisível não for vencido, com a boa vontade inclusive das Grandes Potências, a Carta, de vocação dinâmica, tenderá a imobilizar-se. É necessário que todas as Potências, todos os Estados-membros, todos os Estados não-membros mas aspirantes ao ingresso nas Nações Unidas, que todos, em suma, se compenetrem daquilo que alegam sempre ter - realismo político. É necessário que possamos derrubar todas as barreiras que se opõem ao progresso e à liberdade humana. Porque, em nosso caminho para o progresso, não pretendemos abdicar da liberdade.

As coordenadas fundamentais, a nosso ver, para essa tarefa importante de vitalizar a Carta, podem ser esboçadas nos seguintes fatos: primeiro, o conceito de segurança está hoje indissolúvelmente ligado ao conceito de paz: sem paz não haverá segurança para nação alguma, por maior que seja o número de armas nucleares que haja estocado e por maior número de experiências que haja realizado. Por isso, o conceito de segurança é realmente coletivo e condicionado ao da paz desarmada coletiva. A Carta, que se baseou numa concepção de segurança absoluta de cada

país de per si, tem de refletir a nova realidade termonuclear. Em segundo lugar, os conceitos econômicos - que quase não apareciam no Pacto da Liga das Nações, pois este tinha só uma alínea (a Alínea e do Artigo 23) que se referia à “liberdade de comunicação e trânsito e tratamento eqüitativo para o comércio internacional” - aparecem na Carta num nível ainda assim de extrema generalidade, mas já representam um passo à frente no sentido do reconhecimento de responsabilidade internacional na promoção do desenvolvimento econômico. O mundo de hoje, com suas urgências, necessita, porém, muito mais do que essas generalizações extremas. Os esforços nos últimos anos feitos para objetivar a responsabilidade internacional têm de ser concretizados nesta Organização Internacional, que necessita de uma Carta e de suas Nações Unidas que exprimam decididamente as exigências de um mundo que, para sobreviver, tem de dinamizar-se. Em terceiro lugar, o conceito de libertação colonial e autodeterminação dos povos, inscrito na Carta, é uma realidade hoje de tal modo indisputável, que sua implementação prática tem de ser precipitada. O processo de implementação criou a realidade da Organização Internacional de hoje em dia, cuja Carta, aceita pelos 51 Estados-membros fundadores, é a que se impõe a 60 novos membros, os quais ainda não puderam dar-lhe os novos lineamentos exigidos pelas realidades do mundo presente. Não é possível protelar por mais tempo o pronunciamento dos 60 Estados admitidos desde 1945 sobre a natureza e o objetivo da Organização que hoje integram com grande força criadora. Esta é a consideração que torna imperativa a revisão da Carta, de maneira a adaptá-la às realidades da era nuclear.

Na Conferência de São Francisco, quando se estruturou esta Organização, foi o Brasil um dos primeiros e mais ardentes defensores do princípio da flexibilidade da Carta, sustentando a tese de que suas provisões deviam ser permanentemente sujeitas a um processo orgânico de revisão. Nesse sentido, a Delegação do Brasil apresentou emenda, segundo a qual a Assembléia Geral devia necessariamente examinar o Estatuto básico da Organização, a cada cinco anos, para introduzir-lhe as modificações que a experiência aconselhasse. Depois de citar uma opinião segundo a qual a revisão em direito constitucional é antes questão de experiência que de lógica, minha Delegação dizia, então:

“As instituições legais uma vez criadas, adquirem vida própria. Com o tempo, a Organização revelará as virtudes e os defeitos de sua estrutura, e indicará os ajustamentos necessários à sua sobrevivência, e à consecução da paz e da justiça.”

Como se vê, nada existe de novo ou de revolucionário na idéia da revisão da Carta das Nações Unidas. O conceito da necessidade da revisão, como o seu processo, estão previstos na própria Carta. Em última análise, o que exigimos é a aplicação de dispositivos da Carta.

Minha Delegação, Senhor Presidente, na forma das idéias ora expendidas sobre várias questões de nossa vida orgânica coletiva, procurará, no correr dos trabalhos que ora encetamos, estar em estreito diálogo com todas as outras Delegações dos Estados-membros. Na base dessas consultas e diálogos, a Delegação do Brasil reserva-se o direito de conjunta ou individualmente apresentar alguns projetos de resolução que possam dar corpo a essas idéias, ligadas a uma nova conceituação das Nações Unidas - as Nações Unidas de 1963. Não é em vão, repito, que se vivem dezoito anos de História. E de História na era nuclear. Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização são as únicas alternativas à morte, à fome e à escravidão. Porque, em tudo e acima de tudo, o essencial é assegurar a liberdade humana. O homem nada terá obtido de definitivo, se tiver perdido sua liberdade: liberdade de viver, de pensar e de agir. Pelo progresso e pelo desenvolvimento econômico meu país fará todos os sacrifícios, mas não fará sacrifícios de liberdade. Nenhuma idéia será aceitável para nós se trouxer consigo a supressão da liberdade humana. Como a segurança está hoje vinculada à paz, o conceito de liberdade passa a estar vinculado ao conceito de progresso social e desenvolvimento econômico. O que queremos é dar alguns passos à frente no caminho da liberdade. E devemos caminhar rápido. Porque o tempo se está tornando curto, tanto para as Nações Unidas quanto para a Humanidade.

Muito obrigado.

Nova York, em 19 de setembro de 1963.

1964

As transformações políticas ocorridas em março de 1964 acarretariam importantes conseqüências para a política externa do Brasil. Na visão então prevalecente, os acontecimentos no Brasil constituíam um sério golpe no movimento comunista internacional e alterariam a correlação de forças da guerra fria. Novamente o Brasil abrigava expectativas de crescente envolvimento norte-americano no seu projeto de desenvolvimento. As lideranças de 1964 buscariam cooperação, entendimento e assistência, de maneira a constituir o Brasil, nas palavras de então, em baluarte da causa da liberdade no mundo.

Recupera-se na formulação da política externa brasileira uma visão do mundo fundamentalmente diferente da que orientara o período Quadros-Goulart. A premissa em que se baseara a política externa independente era a de que a multiplicidade de centros de poder que se vislumbrava no panorama internacional constituía fator positivo e enriquecedor das oportunidades diplomáticas para o Brasil. Para os setores que haviam assumido as responsabilidades de Governo em 1964, porém, o panorama internacional ainda estava dominado pelo bipolarismo, residindo, portanto, na política de alinhamento as melhores oportunidades de ação externa a que poderia aspirar o Brasil.

Em discurso pronunciado no Itamaraty em julho de 1964, o Presidente Castello Branco expôs pormenorizadamente a nova doutrina externa do Brasil. A política externa não deveria mais ser qualificada de “independente”, sentenciou o Presidente, pois o conceito de independência adquirira valor terminal e perdera a sua utilidade descritiva num mundo dominado pela confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros. Nesse contexto, concluiu, tornava-se inevitável a aceitação de um certo grau de

interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político. O nacionalismo, comentaria o Presidente, havia-se transformado em opção disfarçada em favor dos sistemas socialistas. A posição do Brasil doravante decorreria da fidelidade básica da sociedade ao sistema democrático ocidental. Essas concepções, afirmaria o Presidente, não levariam, porém, o Brasil a garantir adesões prévias às atitudes de qualquer das grandes potências. Cada questão seria examinada à luz do interesse nacional e em cada caso far-se-ia a distinção entre políticas destinadas a salvaguardar interesses básicos do sistema ocidental e políticas destinadas a satisfazer interesses individuais das potências guardiãs do mundo ocidental.

Estavam, assim, lançados os pressupostos que passariam a orientar a relação do Brasil com os EUA: permitir-se-iam divergências decorrentes de interesses nacionais específicos ou exclusivamente bilaterais, mas subordinar-se-ia o Brasil à liderança norte-americana em tudo que fosse definido como parte do contexto global da confrontação ideológica.

Ficaria desta forma o Brasil anacronicamente re-inscrito no cenário internacional da guerra fria quando esta, na realidade, à luz dos primeiros movimentos do processo de *détente*, dava claros sinais de mudança. A explosão da primeira bomba atômica chinesa e o crescente envolvimento dos EUA no Vietnã seriam dois dos elementos que dramatizariam a conveniência de uma acomodação entre os EUA e a URSS. A emergência da liderança de Leonid Brezhnev viria eventualmente possibilitar esse entendimento, embora o caminho estivesse constantemente pontilhado de sinais ambivalentes.

Em seu discurso perante a Décima-Nona Assembléia Geral, o Ministro Vasco Leitão da Cunha expressa de maneira sóbria e objetiva as transformações ocorridas na política externa do Brasil. Declara superados alguns princípios e algumas posições assumidas anteriormente e torna a privilegiar a adesão irrestrita do Brasil ao campo ocidental num contexto internacional de confrontação. Citando extensamente o discurso do Presidente Castello Branco no

Itamaraty, o Ministro Leitão da Cunha, após situar doutrinariamente os novos postulados da política externa, se refere a algumas das principais questões da agenda. Não deixa de dar ênfase aos temas do desenvolvimento e da descolonização. Em ambos assume tom conciliador e, enfatizando o caráter pacífico que deveria assumir o processo de independência das antigas colônias, manifesta, ecoando a retórica da guerra fria, que o princípio da autodeterminação deveria ser igualmente aplicado à Alemanha Oriental.

É de notar, por outro lado, a ênfase dedicada no discurso do Embaixador Leitão da Cunha à questão das Operações de Paz e, em particular, à proposta de que as mesmas passassem a ser previstas num capítulo especial da Carta, a se situar entre o Capítulo VI (Solução Pacífica de Controvérsias) e o Capítulo VII (Ameaças à Paz, Rururas da Paz e Atos de Agressão). Essa proposta, que ficaria conhecida como “Capítulo VI e meio”, tornar-se-ia freqüente nos discursos brasileiros. À luz das pretensões latentes do Brasil em relação ao Conselho de Segurança, tinha a vantagem adicional de chamar atenção para o tema da Reforma da Carta.

XIX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1964

Ministro Vasco Leitão da Cunha ¹

Senhor Presidente,

Permita-me oferecer a Vossa Excelência os calorosos parabéns do Brasil pela sua eleição para a presidência da Assembléia Geral. A unanimidade da escolha feita pelos membros da Organização ao seleccioná-lo para este alto posto é de particular importância. É testemunho da enorme fama que seu nome goza nas Nações Unidas e da certeza que suas qualidades como político o capacitarão a guiar a Assembléia o melhor possível nessa hora.

Não é coincidência que um ilustre representante da África seja o Presidente dessa Sessão. Na sua pessoa, a Assembléia Geral olha com esperança e confiança para as contribuições que os Estados jovens da África trazem aos assuntos importantes que atormentam o mundo.

Ouvi com grande admiração as palavras inspiradoras de Vosso discurso de posse, que refletiram como Vossa Excelência compreende bem seus deveres e os deveres diante de todos nós. Vossa Excelência mencionou as vozes da África. Em meu país, este som é realmente muito familiar. Um dos clássicos da literatura brasileira é um poema intitulado “Vozes da África”, composto por Antônio de Castro Alves, um campeão na causa pela liberdade africana. É a prova da marca deixada pelo seu povo no sangue e na alma de nosso povo.

Reunimo-nos aqui, como cada ano, para examinar o vasto campo de ação das Nações Unidas e para tentar encaminhar a soluções favoráveis os grandes problemas suscetíveis de serem resolvidos pela cooperação internacional. Sou tanto mais sensível à honra que me é dada de abrir este debate, quanto posso recordar os dias já distantes em que participei dos trabalhos do Comitê Preparatório das Nações Unidas e da Primeira Sessão da Assembléia Geral desta Organização, em Londres,

¹ Vasco Tristão Leitão da Cunha, nascido no Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1903. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro. Terceiro Oficial, por concurso, em 1/7/27. Designado para exercer o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores cumulativamente com o de Ministro de Estado da Saúde de 6/4/64 a 20/4/64. Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 20/4/64 a 7/12/65. † Rio de Janeiro, em junho de 1984.

em 1945/46. Posso assim ter bem presente o quanto se alterou nesses quase vinte anos o panorama internacional e o quanto fizeram as Nações Unidas durante esse período.

Uma coisa entretanto não mudou: os grandes princípios que nos inspiram e que se acham inscritos em nossa Carta. Tampouco mudou a fidelidade do Brasil a esses princípios, que se acham incorporados à filosofia política da Nação brasileira. Essa permanente fidelidade de meu país aos propósitos e princípios da ONU, posso hoje reiterá-la aqui com firmeza e renovada confiança.

O Brasil retomou o caminho largo de suas mais legítimas tradições, de que se pretendeu um momento afastá-lo. Num grande movimento de renovação nacional, meu País recobrou todas as suas possibilidades de progresso e de ordem, que lhe permitem, uma vez mais, sem renegar o passado, encarar com confiança o futuro.

Na base de nossa política, no campo interno como no internacional, encontramos o mais completo exercício de nosso direito de autodeterminação, pela qual o povo brasileiro fez uma opção básica, que mantém, de fidelidade espiritual e política ao sistema de democracia representativa.

O Presidente da República do Brasil assim definia, em discurso recente, as linhas mestras de nossa política exterior:

“Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências - nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental - pois que na política externa destas é necessário fazer a distinção entre os interesses básicos da preservação do sistema ocidental e os interesses específicos de uma grande potência.

Em resumo, a política exterior é independente, no sentido de que assim deve ser, por força, a política de um país soberano. Política exterior independente, num mundo que se caracteriza cada vez mais pela interdependência dos problemas e dos interesses, significa que o Brasil deve ter seu próprio pensamento e sua própria ação, sem nenhuma subordinação a nenhum interesse estranho ao Brasil. O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o da América Latina, do Continente americano, da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários. Dentro dessa independência e dessa solidariedade, a política exterior será ativa, atual e adaptada às condições de nosso tempo, bem como aos problemas de nossos dias.”

E mais adiante:

“Com a África e a Ásia não desejamos apenas comerciar, pois existem todos os elementos para uma cooperação fraternal e um entendimento amplo entre o Brasil e os povos que emergiram recentemente para a liberdade e estão dispostos a mantê-la.

Cooperação, entendimento, harmonia de interesses, eis o que buscamos com todos os países e com todos os povos, respeitadas as hierarquias que o interesse nacional aconselha. Esses mesmos princípios servem de base à Organização das Nações Unidas, onde participamos ativamente. Apesar das deficiências que apresentam, são as Nações Unidas, no mundo de hoje, o instrumento essencial para a manutenção da paz, sem a qual nada é possível.”

A definição é clara: os laços que nos unem às repúblicas irmãs da América são nossa primeira linha de solidariedade internacional. Temos com essas Repúblicas elos profundos, de geografia, de história, de tradições, de aspirações, e tudo faremos para unir cada vez mais nosso continente. Em segundo lugar não podemos negar as raízes ocidentais de nossa cultura e de nossas instituições, que nos levam a manifestar nosso permanente interesse na manutenção do modo de vida democrático que o Ocidente busca preservar. Não podemos tampouco deixar de sentir-nos ligados a tantos outros povos, na África, que tanto contribuiu para a formação do povo brasileiro, como na Ásia, cujas necessidades de desenvolvimento são também as nossas, e com os quais temos em comum ideais de liberdade, de progresso e de justiça. Todos esses países novos, e considero novos todos os países em via de desenvolvimento, sentem a necessidade de não se deixar prender por idéias e sistemas de puro conservadorismo, anseiam pela evolução social e política. Organizam-se eles, como nós no Continente americano, em comunidades regionais, que muito podem contribuir para harmonizar e fortalecer os esforços de cada nação, e que são, igualmente, um fator de paz mundial.

Levado por sua vocação pan-americana, ocidental, universalista, o Brasil deseja a paz, com segurança e liberdade. Para que seja afastada de nossa geração e das gerações futuras a ameaça do flagelo da guerra, que o terror atômico torna ainda mais terrível, empresta todo o seu apoio à idéia de um desarmamento, racional e controlado, que nos possa dar a segurança que os armamentos não nos podem dar.

Deseja que a dignidade do homem seja respeitada e garantida em todos os domínios. Queremos que as Nações Unidas contribuam para o respeito universal dos direitos fundamentais do homem, eliminando de uma vez por todas as discriminações raciais que envergonham ainda algumas áreas do mundo.

Por esse mesmo respeito à dignidade humana, desejamos para toda a humanidade condições mínimas de conforto material e bem-estar social e consideramos para isso indispensável que as nações mais desenvolvidas, no interesse de todos, como no delas próprias, se associem às medidas que visam a fazer com que prevaleçam condições mais justas no plano econômico internacional.

Existe hoje clara consciência de que urge promover um ordenamento mais equitativo do comércio internacional, para atender às necessidades dos países em fase de desenvolvimento. O Brasil tem colaborado ativamente com os países da América Latina e com os demais países cujas aspirações comuns nos uniram no Grupo dos 75 e tudo fará para buscar seja assegurada a continuidade do programa de ação delineado na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. A presente Assembléia Geral já tem a meu ver perspectiva suficiente para o reexame da Ata Final de Genebra. O Brasil entende, todavia, que o aperfeiçoamento das decisões da Ata Final deve começar pelo seu cumprimento. Há imperiosa necessidade de que não se repita em relação à CNUCD o malogro histórico da Conferência de Comércio e Emprego de 1948 e devemos absolutamente evitar que a Ata Final de Genebra se transforme em simples manifestação de boas intenções, como ocorreu com a Carta de Havana.

Outras importantes questões econômicas merecerão igualmente a atenção desta Assembléia e dentre as que à minha Delegação parecem mais importantes, e sobre as quais teremos sugestões a fazer na Segunda Comissão, citarei a criação de um Fundo de Capital das Nações Unidas e de uma Agência para o Desenvolvimento Industrial. Ambos esses organismos virão atender necessidades vitais dos países em vias de desenvolvimento.

Ouso todavia dizer que a solução do problema das relações de troca desfavoráveis que afetam aqueles países é questão tão importante quanto a da paz mundial. Ela diz respeito ao progresso social de cerca de dois terços da humanidade; ela diz respeito a uma questão de justiça nas relações internacionais, o que é um dos propósitos mesmos da Carta da Organização mundial. Não estaríamos sabendo viver à altura das grandes expectativas mundiais contemporâneas, se não encarássemos aqui neste foro, e de maneira vigorosa, esta séria questão que é a luta por melhores e mais justos termos nas relações comerciais internacionais.

Queremos que se assegure a todos os povos o exercício de seu direito de autodeterminação, eliminando-se os últimos remanescentes de um colonialismo que chega historicamente ao seu fim.

Já se chamou a Carta de São Francisco de “Carta da Descolonização”. O epíteto é justo, mas seria mais exato - e mais rico de sentido - se qualificado pelo

adjetivo pacífico. Os homens do futuro seguramente se referirão ao Capítulo XI da Carta como ao instrumento político de libertação, por meios pacíficos, dos povos coloniais, e prestarão homenagem à sabedoria, à prudência e à visão dos estadistas que redigiram aquele documento. Através da aplicação paulatina, ordeira e pacífica da Carta e das resoluções pertinentes desta organização, mais da metade da humanidade acedeu à independência, mediante a prática do princípio da autodeterminação. A Organização, na sua sabedoria, transformou-se não só no instrumento acelerador da marcha dos povos coloniais para a independência, como tem servido de quadro legal e político para as negociações e os entendimentos necessários para que a evolução se realize por meios pacíficos. As exceções só realçam a previsão e a sabedoria da Carta. Devemos preservar e aperfeiçoar a experiência adquirida pelas Nações Unidas em matéria de descolonização. Essa experiência permitiu à organização e aos Estados-membros cumprirem as suas obrigações sem aumentar as tensões internacionais. Ao contrário, o método pacífico de descolonização tem sido, em geral, instrumento de paz, de conservação da paz e de reforço da paz.

Por esses motivos, minha Delegação encara com apreensão e com reserva severa as iniciativas tomadas no sentido de injetar violência na aplicação do método de descolonização revisto pela Carta.

O exercício do direito de autodeterminação é para nós um conceito amplo, que vai além dos problemas do colonialismo. Esse direito devem poder exercê-lo todos os povos, e penso particularmente no povo alemão, até hoje dividido por uma fronteira que não tem razão de ser, sujeito a restrições que não se coadunam com o espírito de nossa Carta.

Todas essas são matérias de substância, que figuram em tantos itens da agenda desta Décima-Nona Sessão da Assembléia Geral, e, todavia, tenho a impressão de que temos todos neste momento também uma preocupação básica, que é de natureza instrumental. Diz ela respeito ao futuro mesmo de nossa Organização, à sua existência, aos meios de que ela deve necessariamente dispor para alcançar seus objetivos. Refiro-me à verdadeira crise institucional com que nos defrontamos, face à oposição de alguns Estados-membros em reconhecer a validade de suas obrigações financeiras na questão das operações de paz.

A Delegação do Brasil tem plena consciência das implicações do problema. Sabe que ele pode ameaçar mesmo o futuro das Nações Unidas como instituição universal e está plenamente disposta a dar seu apoio a fórmulas conciliatórias que nos permitam resolver esta crise, que poderia ser fatal.

Minha Delegação não pode, entretanto, aceitar soluções que impliquem o

abandono de princípios que são básicos à Organização, pois isso significaria, de modo diferente, mas igualmente certo, o fim da ONU como nós a conhecemos e desejamos que permaneça, isto é, como uma instituição democrática, em que direitos e obrigações são os mesmos para todos. Nas dificuldades que enfrentamos vemos porém mais que um simples problema financeiro, mais que contribuições que devem ser pagas.

As operações de paz, que deram origem a esta crise, constituem uma das mais eficazes formas de ação da ONU. Não previstas na Carta, as realidades da vida internacional vieram mostrar sua necessidade e elas se foram tornando, pouco a pouco, um poderoso instrumento na realização dos objetivos de nossa Organização.

Foi em 1956 que pela primeira vez esse tipo de operação foi empreendido, ao ser criada uma Força Internacional para atuar na faixa de Gaza, e a experiência se desenvolveu com as ações da ONU no Congo e em Chipre. Em todos esses casos, o objetivo das tropas, que agiam sob a égide da ONU, não era punir ou repelir agressores, mas, por sua presença, impedir o desencadeamento de luta armada e assegurar respeito à cessação de hostilidades. Muito mais do que um simples corpo de observadores, muito menos do que um exército internacional em campanha, a Força não tinha a missão de empregar ofensivamente suas armas, nem para ela se transferia o controle da região em que operava. Esse controle permanecia em mãos da autoridade local soberana, cujo consentimento fora buscado e obtido para a presença das tropas. Os objetivos da Força não eram os objetivos militares comuns, mas tão somente os de assegurar a manutenção de condições de paz, que facilitassem o encaminhamento das soluções pacíficas necessárias, mediante implementação de recomendações dos órgãos competentes da ONU.

É possível reconhecer que as operações de paz emergiram como um conceito novo e vigoroso, perfeitamente distinto das medidas coercitivas de que trata o Capítulo VII da Carta. Esta, como instrumento vivo, não se opunha à evolução registrada, mas as dificuldades até agora verificadas, e das quais a questão do financiamento é apenas um dos aspectos, parecem indicar a conveniência de que esse novo conceito seja o mais cedo possível incorporado à Carta.

Isso poderia ser feito mediante a inclusão de um novo capítulo, que se chamaria “Operações de Manutenção da Paz” e que encontraria seu lugar entre os atuais capítulos VI e VII. Haveria assim, numa gradação crescente, “Solução Pacífica de Controvérsias”, “Operações de Manutenção da Paz” e “Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão”.

As operações de manutenção da paz seriam conduzidas no território de um ou mais Estados, membros ou não da ONU, a seu pedido ou com o seu consentimento.

Seriam empreendidas por Forças militares, de preferência para isso predesignadas sobretudo pelas potências médias e pequenas, mas seu objetivo seria a manutenção de condições pacíficas, em contraposição às operações previstas no Capítulo VII, que devem materializar-se em sua efetivação contra a vontade de um ou mais Estados, transgressores da ordem internacional, para a imposição da vontade da comunidade, representada pelas Nações Unidas. Não se excluiria, por certo, que no decurso das operações de paz houvesse que recorrer, em determinadas circunstâncias e por período limitado, a ações coercitivas. Nessa modificação da Carta poder-se-ia prever de modo mais preciso o método de financiamento seja das operações coercitivas, seja das operações de paz.

Bem sei, Senhor Presidente, que as idéias aqui expostas não serão de fácil aplicação. Conhecemos bem as dificuldades até agora encontradas para adaptar a Carta às novas necessidades do mundo. Mas a gravidade dos problemas está a indicar a absoluta necessidade de cogitarmos de soluções globais no terreno político-constitucional. Talvez seja mesmo mais fácil chegarmos por essa via a resolver os problemas imediatos com que nos defrontamos e que, como disse, parecem ameaçar a própria vida de nossa Organização.

E a esse respeito, a posição de meu País não poderia ser mais clara nem mais categórica: o povo e o Governo do Brasil vêem nas Nações Unidas uma forma de relações internacionais essencial ao mundo contemporâneo. Não podemos sequer pensar em alternativas para o sistema de convivência e negociação que elas representam. O que desejamos é que suas estruturas e seus mecanismos se consolidem e se aperfeiçoem, pois é através das Nações Unidas que poderemos realizar nossos ideais de paz, de progresso e de desenvolvimento.

É esse o pensamento do Brasil e não posso imaginar que outras potências, notadamente aquelas que por sua importância econômica e política têm entre nós um lugar privilegiado, possam insistir em cursos de ação que nos podem levar ao desastre.

Que as gerações futuras não venham a dizer que fomos imediatistas, quando devíamos ser homens de visão, que nos faltou coragem e sabedoria para construir o mundo mais feliz que estava ao nosso alcance.

Muito obrigado.

Nova York, em 3 de dezembro de 1964.

1965

O processo político aberto com o movimento militar de 1964 polarizava o Brasil. Sucedem-se greves e manifestações contra a censura e contra outras práticas que conduziam as instituições brasileiras pela via do autoritarismo. Em outubro, o Ato Institucional nº 2 extinguiria os Partidos Políticos existentes no país. Em dezembro, Ato Complementar instituiria o bipartidarismo, criando a ARENA, de apoio ao Governo, e o MBD, de oposição. Importantes segmentos liberais que haviam apoiado o movimento militar começariam a se distanciar do Governo que, no entanto, sob a presidência do Marechal Castello Branco, mantém uma retórica liberal e democrática.

Tendo rompido relações com Cuba em 1964, o Brasil sinaliza a sua sintonia com os EUA no plano regional ao participar, em 1965, da Força Inter-Americana de Paz auspiciada pelo Governo norte-americano para assegurar a ordem na República Dominicana após a invasão ocorrida em abril.

O discurso do Ministro Vasco Leitão da Cunha perante a Assembléia em que se comemorava o vigésimo aniversário da ONU não diverge do que pronunciara em 1964. Já não seriam, porém, necessárias tantas explicações sobre as mudanças ocorridas no Brasil. Leitão da Cunha poderia concentrar-se em temas mais diretamente ligados à agenda da Assembléia. Pronuncia um discurso profissional, de acentuado conteúdo técnico, em que aborda extensamente a problemática do desarmamento e da revisão da Carta. Não faltariam, contudo, passagens em que ficaria evidente o realinhamento do Brasil no campo ocidental. O Ministro defende a intervenção na República Dominicana como necessária para guiar o povo daquele país caribenho no caminho da normalidade democrática e do progresso social; reclama a autodeterminação e a reunificação do povo alemão;

adverte contra o uso da força ou a intervenção de terceiros países no processo de descolonização; e, referindo-se ao agravamento da guerra no Vietnã, talvez para compensar o fato de o Brasil ter resistido às pressões de Washington para que enviasse tropas ao Sudeste Asiático, insta o Governo de Hanói a aceitar o que qualifica de propostas construtivas formuladas pelos EUA.

É nesse discurso do Ministro Leitão da Cunha, por outro lado, que se expressam as reservas levantadas pelo Brasil ao conteúdo do Tratado de Proscrição das Armas Nucleares na América Latina, então em negociação. Originalmente avançada pelo Brasil, a tese da desnuclearização da América Latina viria a ser objectada pelas lideranças militares, o que ensejaria a apropriação da iniciativa pela diplomacia mexicana. A posterior decisão brasileira de assinar e ratificar, mas não colocar em vigor o Tratado que viria a ser assinado em 1967 e que ficaria conhecido como Tratado de Tlatelolco, nasce da política então traçada de reter a possibilidade de desenvolver artefatos nucleares e está na origem da posição que o Governo brasileiro assumiria mais adiante em relação ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).

XX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1965

Ministro Vasco Leitão da Cunha¹

Senhor Presidente,

Permita-me felicitá-lo, em nome de minha Delegação e em nome do Governo e do povo brasileiro, pela distinção de que acaba de ser objeto. Merecer a honra de ser eleito Presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas será quiçá no mundo contemporâneo a maior consagração a que possa fazer jus um Estadista, pela sua atuação em prol da paz e da segurança internacionais. Vossa Excelência faz jus a esse galardão, não pelos seus incansáveis esforços naquele terreno, desempenhados com talento e tenacidade como professor, parlamentar, Ministro e Primeiro-Ministro, mas também por ser dirigente e filho notável da grande Pátria italiana, berço da latinidade, sucessora e continuadora da civilização mediterrânea. Nós, brasileiros, guardamos com afeto a lembrança de sua recente visita ao nosso país, acompanhando o Presidente Saragat, quando pode novamente perceber a íntima coesão dos nossos povos, pois que vários milhões de italianos integram o povo brasileiro.

Seja-me permitido, também, saudar desta tribuna a incorporação às Nações Unidas de três novos países, Gâmbia, Maldivas e Singapura, fazendo votos pela sua prosperidade e completo êxito da sua trajetória de nações independentes.

Uma vez mais a Delegação do Brasil abre o debate geral. Essa prática não traduz apenas um hábito e não decorre de motivações vaidosas. Representa uma tradição de interesse pelo grande debate em que, a cada ano, as Nações de todo o mundo se encontram para procurar, na divergência de seus pontos de vista, um mínimo de comunidade de posições e de entendimento fecundo que possa servir de base às esperanças de harmonia e concórdia que inspiram a Carta das Nações Unidas e que, infelizmente, de maneira tão repetida, têm sido frustradas pelos acontecimentos internacionais. É com os mesmos sentimentos de fê nos destinos das Nações Unidas,

¹ Vasco Tristão Leitão da Cunha, nascido no Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1903. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro. Terceiro Oficial, por concurso, em 1/7/27. Designado para exercer o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores cumulativamente com o de Ministro de Estado da Saúde de 6/4/64 a 20/4/64. Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 20/4/64 a 7/12/65. † Rio de Janeiro, em junho de 1984.

de que sempre tivemos imbuidos, que o Brasil se apresenta hoje nesta tribuna universal, cômico da especial significação dos trabalhos que ora se iniciam, quando nossa Organização completa vinte anos de existência e procura superar a mais grave crise de sua história.

Ao cabo de vinte anos de atividades, as Nações Unidas se encontram diante de um mundo talvez pelo menos tão conturbado e incerto quanto nos dias de São Francisco, quando sua Carta foi elaborada. Em todas as partes da terra, pensadores, filósofos, estadistas e cientistas proclamam que a civilização está em perigo; que os valores morais, espirituais e materiais criados através da História estão ameaçados e que a própria sobrevivência do homem se encontra em jogo. Quiçá pela primeira vez na História o homem se sinta mortalmente ferido. Não faltam alguns mais pessimistas que acreditam assistirmos nós, neste momento, à agonia da nossa civilização, causada não por um processo histórico ou cataclismo de ordem natural, mas pela frustração política do homem diante da tecnologia por ele mesmo criada. Teria a revolução científica - aplicada à arte da guerra num mundo traumatizado por conflito ideológico sem par e atônito diante de problemas econômicos e sociais sem precedentes - imposto aos seres humanos poder maior que sua estrutura ética poderia suportar? Teria o alegado descompasso entre os progressos tecnológico e moral despojado o homem de sua substância espiritual e o transformado no frágil instrumento de sua autodestruição?

O progresso tecnológico - que criou as armas termonucleares e que está incorporando à terra o espaço cósmico - aumentou a insegurança entre os povos e não melhorou as condições de vida da grande maioria da humanidade. A revolução científica está contribuindo dramaticamente para multiplicar a ameaça à paz e à própria sobrevivência da espécie. Qual a razão que impede os Estados de fazerem bom uso da ciência? No meu país - onde os valores éticos e espirituais estão profundamente arraigados na nossa cultura e na nossa história - excluimos, como explicação, um desencanto ou falta de fé nos preceitos éticos da vida e do homem, tal como criados e consagrados pela nossa tradição cristã e ocidental, herança de nossa formação portuguesa. Trata-se, a nosso ver, de uma crise política, de uma crise constitucional de proporções gigantescas: a incapacidade revelada pelo homem de resolver o problema da organização internacional em hora crucial da História. Eis o problema fundamental do nosso tempo, o grande desafio aos estadistas da época.

Sem criarmos uma comunidade de nações que trabalhe efetivamente pela igualdade política e econômica dos Estados, pela sua liberdade e pelo império do direito nas suas relações mútuas; sem uma comunidade internacional apta a assegurar, a um tempo, as liberdades fundamentais dos cidadãos de cada Estado e, a cada nação, a igualdade de oportunidade de desenvolvimento econômico e social; sem

encaminharmos - por meios democráticos e, portanto, exclusivamente pacíficos - o processo de descolonização iniciado em São Francisco; sem forjarmos instrumentos de prevenção e punição das agressões internacionais; sem colocarmos o armamento sob controle internacional efetivo; sem, numa palavra, resolvermos os problemas fundamentais da organização internacional, teríamos edificado esta Casa sobre areia. E estaríamos - nós, esta Casa, os nossos povos e até o nosso futuro como civilização - à mercê da destruição total.

Sempre devemos recordar que a Carta das Nações Unidas - por mais flexível que seja - representa um estilo de arquitetura política que - como certas armas modernas - já não corresponde mais à realidade na própria hora em que se completa o seu desenho. A Carta precedeu a guerra fria e precedeu mesmo a irrupção de uma nova revolução científica, com importantes efeitos no plano político mundial, da qual decorrem fenômenos fundamentais do nosso tempo: a era termonuclear, a idade espacial e o pleno desenvolvimento das nações industrializadas. Agravam o quadro da crise ainda dois elementos: primeiro, a aplicação da Carta, que acelerou - num ritmo surpreendente - o processo pacífico da descolonização; segundo, a revolução científica, que multiplica a riqueza e a explosão demográfica, que multiplica a pobreza num grande número de países não industrializados. De um lado, o homem transforma o espaço cósmico na mais jovem província da humanidade e, de outro lado, toma consciência de sua pobreza terrena e vê com angústia as incertezas de um futuro melhor para seus filhos.

Nessa conjuntura de problemas já de si tão graves, surgem ainda sérias fricções e conflitos, felizmente não generalizados, para tornar mais ominosas as ameaças à paz universal. Duas grandes Nações, destacados Membros dessa Organização, estão hoje mergulhadas numa luta de conseqüências imprevisíveis. No mesmo continente sofrido e conturbado, a situação do Vietnã continua a representar um dos maiores perigos para a preservação da paz. O Brasil espera que a Índia e o Paquistão encontrem uma fórmula pacífica para a solução definitiva de suas controvérsias. Do mesmo modo, ousamos ainda esperar que o Governo de Hanói aceite as construtivas propostas feitas pelos Estados Unidos da América, bem como as do Reino Unido, dos países não alinhados e do Secretário-Geral U Thant, para debater na mesa das negociações os problemas do Vietnã, à procura de uma solução que permita eliminar do sudeste asiático a guerra que, por tantos anos, vem inflingindo amargos sofrimentos ao povo daquela região.

Não é intenção da Delegação do Brasil esboçar os lineamentos de uma reforma da Carta que daria às Nações Unidas os instrumentos de que necessita para criar a comunidade internacional a que se aludiu. A tarefa não é de um; é de todos.

Mas se poderia tentar analisar, à luz daquelas idéias, os problemas mais

importantes com que nos deparamos e indicar as tentativas de solução que talvez pudessem contribuir para a reformulação da nossa estrutura política.

Um dos indícios mais graves da necessidade de uma revisão da Carta encontramos-lo na crise que praticamente impediu a realização da Décima-Nona Sessão da Assembléia Geral. A meu ver, ainda não se superou a crise de maneira definitiva. O consenso constrangido a que se chegou constituiu apenas um esquema de ação interino, uma simples trégua. As Nações Unidas não tocaram no fundo do problema - a crise constitucional. O problema do pagamento das quotas relativas aos custos das operações de paz nasce de interpretações diametralmente opostas da Carta. Em matéria de princípio, qualquer solução conciliatória é precária, porque não altera a substância das posições divergentes. Na última sessão da Assembléia Geral, a Delegação do Brasil sugeriu - como solução adequada para a crise - a reforma da Carta, mediante a inclusão de novo capítulo relativo às operações de manutenção da paz. Os trabalhos e as discussões no Comitê dos 33 e a solução provisória a que ali se chegou apenas reforçaram nossa convicção da necessidade e da urgência daquela reforma.

O Brasil considera essencial preservar as operações de paz das Nações Unidas como um dos mais úteis e eficazes remédios para a solução de conflitos que ameacem a tranquilidade do mundo. Deu o meu país sua entusiástica adesão à Força de Suez, em que participamos, desde o começo, com um batalhão de soldados brasileiros, Força ora comandada por um oficial brasileiro. Contribuiu igualmente para as operações da ONU no Congo e desenvolveu os esforços para que fosse aprovada a resolução do Conselho de Segurança que deu origem à operação de Chipre. Nunca hesitou em cumprir com os encargos financeiros decorrentes das mesmas. No âmbito regional, prestou meu país efetiva contribuição para o estabelecimento de uma outra operação de paz, através da força interamericana em São Domingos, que foi de tantas controvérsias. Os fatos vieram, entretanto, provar ter sido uma acertada providência, que contribuiu para que o povo dominicano, resguardado de lutas fratricidas, constituísse um Governo provisório destinado a orientar a Nação no caminho da normalidade democrática e do progresso social.

A propósito, desejo assinalar que os sistemas regionais, dentro da estrutura das Nações Unidas, devem ser interpretados como um esforço consciente das Nações que os integram de manifestarem sua firme convicção na solidariedade e no recurso à consulta toda vez em que sobre elas pairar a ameaça de controvérsias. Através da colaboração e consulta diante das emergências da vida internacional, as organizações regionais representam um imperativo de nossa era. Em um mundo que se torna dia a dia mais homogêneo, como resultado de uma integração gradativa de interesses que visam à preservação da paz e segurança internacionais, os sistemas regionais

propiciam a formação de um espírito de unidade que desempenha uma influência estabilizadora nas relações multilaterais.

Não se compreende como as Nações Unidas poderiam deixar de institucionalizar seu instrumento político mais eficiente, destinado a estabilizar situações que poderiam degenerar em conflito e a criar condições capazes de preparar o caminho para a solução de conflitos já declarados. A demora na institucionalização das operações de paz constitui motivo de grave apreensão.

Vemos outro motivo de preocupação no impasse surgido nas negociações realizadas no Comitê das 18 Nações em Genebra. A constante insistência em trazer à tona problemas inteiramente alheios a recomendações feitas pela Comissão do Desarmamento ao Comitê - em verdade, um triste retorno aos temas da guerra fria - impediu que, durante as recentes discussões de Genebra, fosse ampliada a área de acordos suscetíveis de reduzir a tensão internacional. Não se caminhou no sentido da extensão do Tratado de Moscou às experiências nucleares subterrâneas, conforme os países mediadores (entre os quais o Brasil) propuseram em Genebra e, mais recentemente, na Comissão de Desarmamento. Nada foi conseguido ainda no sentido da solução do problema da proliferação das armas nucleares. O clube atômico ganhou novo membro e aumentará em futuro próximo com o accleramento - em vários países - da realização dos programas de pesquisa e de produção nuclear para fins bélicos. E em Genebra nada se pode fazer no sentido de evitá-lo. Essa tarefa requer o melhor dos esforços de todos aqueles que, sem perderem de vista a meta última de desarmamento sob efetivo controle internacional, temem os riscos de uma comunidade internacional cuja sobrevivência depende de frágil correlação de forças baseada exclusivamente no equilíbrio nuclear. Esperamos que as extensas trocas de pontos de vista que tiveram lugar nos debates do Comitê dos Dezoito sejam de utilidade às potências interessadas, a fim de que, tão logo voltem a examinar a questão do desarmamento, possam reduzir suas divergências e superar o atual impasse.

No âmbito regional, contudo, há que registrar os esforços dos países latino-americanos com o objetivo de transformar o continente em zona desnuclearizada. A Resolução 1911 (XVIII) da Assembléia Geral serviu de ponto de partida para o exame de um programa de desnuclearização da América Latina. Nas reuniões da Comissão Preparatória para Desnuclearização da América Latina, os países latino-americanos têm trabalhado com afinco no sentido de vencer certas dificuldades que, pela sua natureza, tornam vagarosa a elaboração de um tratado de tão grande importância científica, militar e política e sem nenhum precedente. Tanto a delimitação geográfica da área sujeita ao futuro estatuto, como a obtenção de garantias formais de respeito ao mesmo por parte das potências nucleares representam, na opinião do meu Governo, requisitos essenciais à elaboração de um instrumento de desnuclearização que, a um tempo, impeça a proliferação de armas nucleares e não

ofereça nenhum risco presente ou futuro para a segurança e desenvolvimento científico e tecnológico dos países signatários do Tratado.

Vale hoje recordar que não foi pacífica, em São Francisco, a inclusão na Carta das Nações Unidas daquilo que constitui hoje seu Capítulo XI. Algumas potências coloniais então se opunham ao Capítulo XI, propondo que seus princípios constituíssem apenas um anexo da Carta. O tempo comprovou que foi sábia a decisão adotada, pois o problema da descolonização iria apresentar-se logo e seria uma lástima se a Carta da ONU não o tivesse previsto. Estaríamos hoje diante de mais uma crise constitucional da Organização. Mas, infelizmente, o fato de a descolonização ter sido prevista na Carta da ONU não impediu que muitos e graves conflitos tivessem surgido nestas duas últimas décadas, por causa da descolonização. Cabe aqui assinalar que a única forma de descolonização prevista na Carta é aquela que se faz por via pacífica e democrática. O recurso à violência, à luta armada e - sobretudo - a ingerência de Estado ou grupo de Estados em processo de descolonização confiado à responsabilidade de outro Estado não só viola os princípios da Carta como poderá retardar aquele processo. Se de ordem militar, essa ingerência forasteira não só produz o retardamento mencionado, mas certamente gera tensões e conflitos que poderão generalizar-se, pondo em risco a paz e a segurança internacionais.

Fiel aos compromissos que assumiu ao assinar a Carta de São Francisco e, ainda, fiel ao seu próprio destino, o Brasil sustenta firmemente o princípio de autodeterminação de todos os povos, desde que essa autodeterminação seja o resultado de sua vontade livremente expressa, sem interferências externas. É ainda em obediência a esse princípio que desejamos ver concedida ao povo alemão a liberdade de determinar - através de eleições livremente realizadas - a sua vontade de se reconstituir em uma nação unificada.

Senhor Presidente,

Para se compreender as raízes da crise política que abala grande parte do mundo subdesenvolvido, talvez fosse útil procurar paralelo na história. O princípio da igualdade do indivíduo perante a lei mostrou a sua insuficiência durante os séculos XVIII e XIX. Verificou-se que não era bastante reconhecer ao homem unicamente os seus direitos de cidadão. Somente no século XX - através da extensão do mesmo princípio ao plano econômico e social - os ideais de igualdade política começaram a ser plenamente realizados. Sem igualdade econômica e social as sociedades ocidentais industrializadas teriam fatalmente sido presa - por longo tempo - de regimes totalitários que, em última análise, tornariam impossível aquela igualdade sonhada pelas massas.

Atualmente, com os novos meios de informação e divulgação, seria impossível convencer os países em desenvolvimento de que a sua pobreza e o seu atraso não podem ser rapidamente eliminados. É preciso criar, no plano internacional, um mecanismo capaz de facilitar a transferência para os países em desenvolvimento dos instrumentos e das técnicas criadas pela revolução científica e os capitais necessários para o seu pleno desenvolvimento.

As considerações que precedem derivam da observação do quadro econômico de grande parte do mundo subdesenvolvido. Com efeito, se examinarmos com objetividade a atual situação econômica mundial, verificamos que os progressos concretos, se bem que consideráveis em termos absolutos, foram relativamente pequenos. Apesar dos propósitos da “Década do Desenvolvimento”, a verdade é que a diferença entre as rendas *per capita* dos países industrializados e a dos países pobres continua a aumentar. Os países pobres estão hoje - relativamente - ainda mais pobres.

Todos sabemos que o processo de desenvolvimento constitui, sobretudo, uma responsabilidade interna de cada país, o resultado de uma decisão nacional de se afirmar e se realizar, mesmo mediante sacrifícios. Qualquer que seja a contribuição possível de ordem internacional, nada substitui a vontade de alcançar os objetivos ditados pelas necessidades especiais de cada nação. Os países em desenvolvimento têm consciência plena de que essa verdade se aplica tanto no plano político, onde alcançaram a independência por um processo de reivindicação legítima e resoluta, quanto no econômico, onde a prosperidade resulta de coragem e trabalho persistente. Exemplo disso foi o esforço brasileiro, levado a cabo com tenacidade e sem desfalecimento pelo atual Governo, reduzindo a espiral inflacionária, incentivando o processo de desenvolvimento, promovendo reformas nos setores agrário, fiscal, bancário, habitacional e outros - tirando, em suma, o país do despenhadeiro do caos e retomando, dentro da ordem, o caminho do progresso. O Governo de meu país está firmemente empenhado em preparar as condições básicas e indispensáveis à continuação da marcha de desenvolvimento econômico nacional, convencido está de ser o único caminho possível para garantir a prosperidade e a melhor distribuição das riquezas e dos benefícios sociais.

Há, contudo, problemas que continuam a escapar ao âmbito interno dos países em desenvolvimento. Entre eles, poderíamos citar o grau de instabilidade nos mercados internacionais de matérias-primas e produtos de base.

No esforço internacional para resolver tais problemas, não podemos deixar de referir com satisfação ao estabelecimento, a título permanente, da Conferência de Comércio e Desenvolvimento, com a sua Junta e o Secretariado próprio, prova de descortino oferecida pela última sessão da Assembléia Geral.

No quadro geral das instituições da família das Nações Unidas, um organismo especializado de grande envergadura aguarda ação internacional para seu estabelecimento - a Agência para o Desenvolvimento Industrial. A confirmação, na última sessão do ECOSOC, da Resolução proposta na V Sessão do Comitê de Desenvolvimento Industrial, revela que a idéia amadureceu suficientemente e tem firme apoio dos maiores interessados, isto é, os países insuficientemente industrializados. O fato de os gastos com assistência técnica para o desenvolvimento industrial terem baixado de proporção nos últimos três anos (representam hoje apenas 11 por cento das despesas totais de assistência) constitui uma indicação inegável de que, com a estrutura presente, não se pode realizar o que se requer para o crescimento do setor industrial das nações em desenvolvimento.

Ainda no quadro da cooperação multilateral para o desenvolvimento econômico, cabe menção especial às atividades de assistência técnica promovidas pelas Nações Unidas, notadamente no contexto dos programas de pré-investimento do Fundo Especial. De acordo com os dados submetidos à Vigésima Sessão da Assembléia Geral, após seis anos de operações, nesse âmbito estão em execução 485 projetos que abrangem cerca de 130 países em desenvolvimento. Esses projetos, alguns dos quais já concluídos, propiciaram o treinamento especializado de mais de 70.000 nacionais dos países em desenvolvimento e, por outro lado, contribuíram para atrair investimentos, em diferentes setores da economia que atingem a mais de um bilhão de dólares.

Os dados acima configuram dimensões e resultados - modestos mas encorajadores - no tocante à cooperação técnico-econômica, diante dos quais se reforça a nossa convicção de que urge redobrar o esforço para atender às necessidades dos países subdesenvolvidos e ajudá-los a superar a sub-utilização de seus recursos naturais. Mas para que essas iniciativas das Nações Unidas produzam o efeito desejado na economia e tecnologia dos países subdesenvolvidos é necessário que a cooperação multilateral não se limite apenas às atividades de pré-investimento.

Nesse contexto, duas outras iniciativas complementares das Nações Unidas, já em andamento, merecem a atenção da Assembléia Geral no sentido de que possam em breve ser implementadas com benefícios gerais. A primeira delas se relaciona com a estruturação do novo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, decorrente da fusão dos dois principais órgãos de cooperação técnica, inclusive o Fundo Especial. A segunda iniciativa, nessa ordem de idéias, se refere à participação gradual do novo programa no setor do investimento direto, de acordo com a proposta relativa à criação de um Fundo de Capital para Desenvolvimento, de forma a completar-se o quadro da cooperação econômica das Nações Unidas por meio da mobilização de capitais para projetos de desenvolvimento.

Dentre as organizações regionais, o Brasil deposita fundadas esperanças no êxito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio que, em seus primeiros anos de existência, já apresenta resultados encorajadores não apenas no fortalecimento do comércio inter-regional, mas também na preparação das demais bases do movimento de integração econômica da América Latina. Este ideal já há algum tempo vem ocupando a atenção de vários governos, notadamente do Governo chileno, que o reviveu com entusiasmo, merecendo aplauso geral.

Eis, Senhor Presidente, as observações da Delegação do Brasil na abertura do debate geral. Nascem elas do desejo de procurar contribuir para a solução dos problemas que conturbam a vida internacional. Para realizarmos a tarefa que nos cabe, não podemos permanecer divididos entre *fear and trembling hope*. Precisamos de grande coragem e esperança inquebrantável.

Esta coragem e esta esperança ora recebem novo alento com a próxima visita do Soberano Pontífice Romano, que adotou o nome do Apóstolo das Gentes e cujas palavras de sabedoria e paz nos inspirarão para levar a bom termo nossa tarefa. A Nação brasileira, a mais populosa Nação católica do mundo, saúda, por meu intermédio, esta iniciativa do Pai Comum da Cristandade, sem precedentes e de imenso significado, nela enxergando penhor para a criação de clima de serena fraternidade, tão necessário à construção de um mundo melhor.

Muito obrigado.

Nova York, em 23 de setembro de 1965.

1966

O cenário internacional em 1966 foi assinalado pelo início da Revolução Cultural na China e pelo crescente envolvimento dos EUA no Vietnã. Paralelamente, na Europa, a esquerda obtinha ganhos na Itália e a França do General De Gaulle, superados os episódios da independência da Argélia, tomava medidas tendentes a se dissociar da liderança estratégica dos EUA.

No Brasil, o autoritarismo parecia consolidar-se com o lançamento da candidatura do Marechal Costa e Silva à Presidência da República e a promulgação do Ato Institucional nº 3, que estabeleceu eleições indiretas para os governos estaduais. À eleição de Costa e Silva pelo Congresso, em outubro, seguem-se a cassação do mandato de vários deputados federais e a decretação do recesso temporário do Congresso. As lideranças civis tradicionais do Brasil unem-se sob a Frente Ampla para combater a militarização do sistema político.

Em seu discurso na Vigésima-Primeira Assembléia Geral, o Chanceler Juracy Magalhães retomaria a temática desenvolvida nas intervenções dos anos anteriores pelo Ministro Leitão da Cunha. O discurso abre-se com uma exaltação do papel desempenhado pelo Brasil na Força Interamericana de Paz na República Dominicana. A reimplantação da lei e da ordem naquele país caribenho, graças à ação multilateral, é contrastada com a persistência do conflito no Vietnã.

A ênfase do texto é econômica. Afirma-se a satisfação do Brasil com a constituição da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e da Organização da ONU para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). Sublinhando que o Brasil não encarava os novos foros como cenário para confrontações estéreis entre países ricos e pobres,

o Ministro buscava alentar a operação dos novos mecanismos de cooperação para o desenvolvimento que então se implantavam.

Não se menciona expressamente o tema da descolonização. Limita-se o discurso a exaltar a democracia racial existente no país e a assinalar a circunstância de o Brasil ter sido o primeiro a assinar a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Não deixa, por outro lado, o Ministro de valorizar a contribuição de Portugal para a civilização mundial. Numa alusão encoberta ao colonialismo português na África, vaticina-se que Portugal ainda teria muito que contribuir para os interesses de outros povos aos quais se achava ligado por laços políticos e sentimentais.

A ressaltar finalmente no discurso do Ministro Juracy Magalhães os trechos em que se expressam as dúvidas do Brasil em relação às negociações sobre Não Proliferação de Armas Nucleares. A redação é cautelosa, de maneira a não hostilizar os EUA, mas são perceptíveis as resistências que o Brasil opunha ao processo que conduziria ao Tratado de Não Proliferação (TNP).

XXI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1966

Ministro Juracy Magalhães ¹

Senhor Presidente,

Seguindo um antigo costume, que se tornou uma tradição de honra e orgulho do povo brasileiro, tenho agora o privilégio de abrir o debate geral desta Vigésima-Primeira Sessão da Assembléia Geral.

Que minhas primeiras palavras sejam para felicitá-lo, Senhor Presidente, pela sua eleição, uma escolha que tão bem expressa o respeito e a amizade deste grande encontro de nações para com o nobre povo afgão e o seu Representante Permanente nas Nações Unidas. Estou certo de que falo por todas as delegações hoje aqui presentes, quando digo que todos nós depositamos a maior confiança na vossa conhecida capacidade de negociar com uma visão imparcial, cortesia tranqüila e serena, e autoridade firme e irredutível, os graves assuntos que se apresentarão agora diante de nós.

No desempenho de suas funções, Senhor Presidente, Vossa Excelência poderá contar com a assistência e o conselho seguro do ilustre Secretário-Geral da Organização, Senhor Thant, a quem, em nome de minha delegação e de meu Governo, faço um apelo veemente para que permaneça em sua atual posição, como é o desejo de todos. Espero que supere sua hesitação natural e suas objeções pessoais e continue a dar à humanidade a valiosa contribuição de sua ação eficiente e inspiração constante.

Ao nos prepararmos para tratar da agenda da Vigésima-Primeira Sessão, somos necessariamente levados a examinar os resultados dos trabalhos da Vigésima, tão habilmente presidida pelo grande estadista Amintore Fanfani, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália; e ao fazermos isso, podemos recordar com orgulho algumas realizações tangíveis e encorajadoras.

Em primeiro lugar, grande crédito deve ser dado à Vigésima Sessão por ter

¹Juracy Montenegro Magalhães, nascido em Fortaleza, CE, em 4 de agosto de 1905. Primeiro Presidente da Petrobrás, em 1954. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, de 19/10/65 a 14/1/66. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 17/1/66 a 15/3/67.

conseguido contornar a mais grave crise da história da Organização, e por ter encontrado uma saída para o impasse que paralisou a Décima-Nona Sessão.

Por outro lado, é verdade que não foi encontrado um remédio para terminar com a luta cruel no Vietnã, onde milhares sofrem diariamente as provações e misérias da guerra e onde tantas jovens vidas se perdem todos os dias, tanto para o Vietnã, quanto para seus aliados na causa da democracia. Não é menos verdade, contudo, que em outras partes do mundo foi possível evitar o conflito e o derramamento de sangue, e dissipar graves ameaças à paz mundial.

Na República Dominicana, por exemplo, a oportuna e eficiente intervenção da Organização regional deu um fim imediato ao conflito civil e preparou o caminho para que fosse restabelecida a democracia por meio de eleições justas e pacíficas. Na Ásia, duas grandes nações, a Índia e o Paquistão, já às portas de uma guerra em larga escala, deram ouvidos à voz das Nações Unidas e depuseram suas armas em resposta a uma resolução do Conselho de Segurança. Agora mesmo, esses dois países, que estão entre os mais influentes e antigos Membros desta Organização, empenham-se em tentar achar uma solução para suas diferenças nos moldes da Carta e com o devido respeito aos princípios defendidos pelas Nações Unidas.

Na Faixa de Gaza e em Chipre, embora não se tenha feito avanços mensuráveis em direção a uma solução duradoura, ainda assim a presença das forças das Nações Unidas manteve a paz, assegurou a segurança da população em ambas as áreas e evitou o desencadeamento da violência. O Brasil orgulha-se de ter contribuído com um batalhão para as Nações Unidas; e por sinal, orgulha-se também de ter contribuído substancialmente para a Força de Paz Interamericana na República Dominicana, onde soldados e fuzileiros navais brasileiros dividiram com seus companheiros norte-americanos, centro-americanos e paraguaios a tarefa de manter a lei e a ordem e de salvar uma nação irmã, já duramente fustigada em passado recente, de sucumbir ao conflito interno e a uma agressão política estrangeira.

Ao revermos os eventos do último ano, somos levados a notar com pesar que em um campo não se conseguiu um sucesso perceptível. Refiro-me ao problema do desarmamento, que ainda encontramos mergulhado no marasmo desencorajador das conversações de Genebra. Alguns raios de esperança pareciam ser discerníveis durante a última Sessão da Assembléia Geral, onde, pela primeira vez em muitos anos, uma boa quantidade de resoluções construtivas foram aprovadas. Contudo, nada adveio delas, apesar da crescente consciência, da parte de todas as nações, a respeito dos perigos da proliferação nuclear. O Brasil gostaria de insistir em que seja dada prioridade máxima à tentativa de se encontrar uma solução que leve à concentração, e não o inverso, do poder de decisão no que concerne ao uso de armas nucleares.

Esta última, claro, é apenas uma solução imediata, pois não pode haver dúvidas que o objetivo final é, e tem que continuar sendo, o desarmamento total. Parecemos estar tão distantes como nunca de alcançar esse objetivo; mas também temos que reconhecer que certos passos intermediários têm necessariamente que ser dados. É a esse respeito que a Resolução 2028 da Vigésima Assembléia Geral deve ser encarada como um passo substancial adiante, pois definiu a não-proliferação como um meio em direção a um fim, e definiu também claramente o equilíbrio de responsabilidades e obrigações tanto das Potências nucleares como das não-nucleares.

Hoje em dia é óbvio que a não-proliferação não pode ser assegurada por um veto das Potências nucleares. A não-proliferação depende na realidade da vontade das Potências não-nucleares de renunciarem voluntariamente à possibilidade de fazerem parte do “*Atomic Club*” pelos seus próprios meios. Na ausência de um sistema realmente confiável de segurança coletiva, tal renúncia envolveria obviamente uma decisão singularmente importante e decisiva, uma vez que seria o equivalente a renunciar ao meio mais poderoso de garantir a segurança nacional contra uma possível agressão, contando para sempre com a benevolência e boa-fé de terceiros para este tão importante objetivo que é a proteção da vida de uma nação. Isto seria realmente pedir demais ou esperar demais de qualquer país, a menos que conseguíssemos uma estrutura de garantias legais e materiais totalmente digna de confiança, trazendo a marca da mais total infalibilidade alcançável pelo esforço humano.

Tal sistema traria obviamente grandes responsabilidades tanto para as Potências nucleares quanto para as não-nucleares e exigiria que aceitassem limitações consideráveis no exercício de seus direitos soberanos. Eu reafirmo, contudo, que os interesses, senão a própria sobrevivência, da humanidade exigem tais sacrifícios de até mesmo as maiores Potências, e eu acredito que nenhum Estado-membro recuará no seu dever para com esta Organização e para com a raça humana, esquivando-se de pequenos ou mesmo grandes sacrifícios em seu orgulho ou na sua liberdade de ação, quando tanto está em jogo. É o dever manifesto de todos nós, porém mais especialmente daquelas nações que já detêm ou estão perto de obter o terrível poder de destruição das armas atômicas, remover da humanidade o medo da aniquilação, limpar dos horizontes mais longínquos aquela nuvem ameaçadora de forma tão conhecida, dar boas e suficientes garantias de nossa determinação de utilizar apenas para o bem, e jamais para o mal, as forças terríveis escondidas bem no âmago da questão.

Outro assunto em que, infelizmente, parece que se chegou a um impasse é o do pagamento dos custos das operações de manutenção da paz. O Comitê Especial para as Operações de Manutenção da Paz, designado para tentar solucionar esse problema, não obteve sucesso até agora, apesar de trabalhar com afinco. Chegou a hora, portanto, de reconhecer abertamente o fato de que há pouca ou nenhuma

esperança de se chegar a uma conclusão satisfatória a esse respeito, e que continuar com esse assunto seria simplesmente uma perda de tempo e de esforços.

Nenhum outro país está mais convencido do que o Brasil da utilidade, da necessidade mesmo, de serem executadas operações de manutenção da paz por meio de forças de emergência todas as vezes que surgir uma situação ameaçando a paz mundial. Além disso, achamos que nenhuma organização internacional pode ser realmente eficiente se não tiver ao seu alcance os meios materiais para lidar com tais situações; contudo, somos os primeiros a advogar uma abordagem realista ao problema da divisão das despesas advindas de operações dessa natureza. Ficou evidente que alguns Estados-membros não irão recuar na sua posição de recusa em aceitar sua parte nas despesas feitas para o bem comum, e honrar o que nos parece ser sua óbvia obrigação. A única abordagem realista, portanto, é executar uma reforma na Carta das Nações Unidas, delineando-se regras explícitas sobre a condução e financiamento das operações de manutenção da paz.

É mais do que provável que futuras operações de manutenção da paz sejam necessárias. O Brasil as apoiou ativamente no passado, enviando, como mencionei anteriormente, um batalhão de infantaria para a Força de Emergência das Nações Unidas na Faixa de Gaza - força que ficou por um espaço de tempo considerável sob o comando de um general brasileiro -, enviando pessoal da Força Aérea para a Força das Nações Unidas no Congo, e mantendo observadores, tanto militares como civis, na Grécia, Chipre, Camboja, Vietnã e Kashmir, como foi solicitado pelos órgãos apropriados das Nações Unidas. O Brasil se acha justificado, portanto, ao reivindicar que chegou a hora de se resolver, pelo único método efetivo, isto é, por uma revisão da Carta, as questões inquietantes a respeito da divisão dos custos de tais operações.

Um novo campo foi recentemente aberto para a ação produtiva das Nações Unidas, aquele em que se delinham regras para acelerar o desenvolvimento dos Estados-membros subdesenvolvidos e melhorar as relações econômicas entre esses países e os mais desenvolvidos. Refiro-me à criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, órgão ao qual o Brasil sinceramente deseja muito sucesso.

Longe de nós advogar qualquer forma de “luta de classes” entre nações, opondo aqueles que “têm” aos que “não têm”. Tal confrontação seria não apenas estéril, como também definitivamente prejudicial à causa da unidade e amizade entre nações e ao interesse da humanidade. Contudo, preciso enfatizar com igual firmeza que não seria menos desastroso rejeitar a verdade evidente de que é necessária uma cooperação estreita e inteligente entre os Estados desenvolvidos e os menos desenvolvidos, no interesse de todos. Eu falo em cooperação “inteligente”, por que já está bem tarde

para se propor fórmulas inadequadas ou se aplicar táticas evasivas a um problema que não pode ser negado e que não tolera adiamentos. Seria mesmo uma loucura, e uma loucura perigosa, rejeitar o postulado de que a conquista de uma taxa adequada de desenvolvimento econômico e de um grau adequado de bem estar social e segurança é a preocupação comum de toda a humanidade. Há muito tempo o homem conquistou os confins da terra; agora ele está conquistando o espaço e os corpos celestes distantes da órbita de nosso planeta. Agora mesmo objetos feitos pelo homem já se encontram na superfície da lua, e outros objetos, também de fabricação humana, voam silenciosamente pelo espaço interestelar. Em uma época em que recursos quase inimagináveis são devotados a essas conquistas impressionantes, quando essas mesmas conquistas parecem provar que não há limites para o talento e a engenhosidade empreendedora do homem, é uma zombaria cruel aos nossos irmãos, e uma blasfêmia contra a Providência Divina, deixar que a pobreza, a fome, a doença e o medo ameacem a terra.

Estou bem consciente de que a prosperidade é o resultado de um esforço, e que aqueles que necessitam de ajuda têm que estar dispostos a se ajudarem. Contudo, também é muito evidente que dádivas da natureza não foram igualmente divididas entre todos os países; e é igualmente evidente que os países subdesenvolvidos, qualquer que tenha sido a razão para a sua desvantagem inicial, têm sérias dificuldades na luta para diminuir o abismo que os separa dos Estados mais desenvolvidos. O grande desafio de nossos tempos é a canalização de recursos aonde eles são necessários, recursos em dinheiro, em homens, e em conhecimento técnico e científico. Melhorar as condições de comércio, fazer com que o acesso a velhos e novos mercados seja livre, abrir perspectivas econômicas, acabar com as barreiras impostas por interesses próprios mesquinhos - tudo isso eu creio ser consistente com as mais altas aspirações, e, mais ainda, com os interesses primordiais dos próprios países altamente desenvolvidos.

Em vista das imensas possibilidades a serem exploradas para o futuro bem-estar do mundo, em vista das imensas tarefas que desafiam os nossos dias e amadurecem o espírito criativo do homem e nos impõem tão altos padrões de solidariedade mútua, é imensamente deplorável que a Conferência das Nações Unidas sobre o Cacau, convocada para preparar um acordo internacional para salvaguardar o mercado de cacau contra influências demolidoras, tenha fracassado tão melancolicamente.

Alguns países aparentemente ainda não conseguem entender que alguma medida de proteção é imperativa para aquelas mercadorias básicas indispensáveis ao armazenamento de capital de um dado país. Os países subdesenvolvidos têm que contar com a sua capacidade de conseguir capital estrangeiro para obter os bens essenciais ao seu esforço de desenvolvimento. No que concerne aos produtos básicos,

quase sempre a principal ou única origem deste seu rendimento, a proteção contra uma flutuação de preços danosa é uma condição para a sobrevivência, economicamente falando, de tais países. Os interesses dos países desenvolvidos são certamente mais consistentes com a expansão da prosperidade e o aumento da capacidade de ganho das novas áreas e novos mercados potenciais, do que com o empobrecimento de países que lutam para sobreviver e o declínio de suas respectivas economias nacionais a um mero nível de subsistência.

O fracasso da Conferência sobre o Cacau precisa ser remediado; as Nações Unidas têm que se lançar resolutamente à tarefa de assegurar a todos os seus Membros um acesso justo aos mercados mundiais, e também acesso justo aos recursos tecnológicos e científicos que hoje em dia prometem mudar a própria face da terra. No que concerne a este último, parabenizo particularmente os passos que foram dados para se estabelecer a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. Será um complemento à altura da Comissão das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, como também para o Fundo Especial das Nações Unidas. Assistência financeira para projetos de desenvolvimento, orientação técnica para a operação de projetos industriais, proteção adequada para preços de exportações essenciais dos países subdesenvolvidos: essas três linhas de ataque paralelas podem e deverão levar à vitória na luta pelo total desenvolvimento econômico - uma luta decisiva e vital no ponto de vista da imensa maioria de todos os homens e mulheres que habitam esta Terra. Deseja-se muito, então, que a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial chegue logo a um estado operacional, que uma Conferência das Nações Unidas possa logo ser convocada para se decidir sobre este assunto, e que o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, do qual faz parte agora o Fundo Especial, chegue logo ao nível de 200 milhões de dólares especificado para ele na Vigésima Sessão da Assembléia Geral. Também espera-se muito que as novas formas de associação econômica, agora prevalecendo no mundo, não operem como blocos entrincheirados por trás de barreiras de altas tarifas, nem sirvam para impor restrições discriminatórias contra produtos de outras áreas. A América Latina está preocupada com a rede complicada de regras e regulamentações que atrapalham o seu comércio com a Europa Ocidental, e sua preocupação e seu descontentamento não são de forma alguma apaziguados pelo tratamento diferenciado, em detrimento da América Latina, conferido pelo Mercado Comum Europeu a outros países não-europeus.

No campo dos problemas sociais e das relações humanas, o Brasil orgulha-se de ter sido o primeiro país a assinar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, aprovada pela última Sessão da Assembléia Geral. Dentro das fronteiras do Brasil, na realidade, tal documento não seria tão necessário, uma vez que o Brasil é há muito tempo um exemplo proeminente, e eu diria até o primeiro, de uma verdadeira democracia racial, onde muitas raças

vivem e trabalham juntas e se mesclam livremente, sem medo ou favores, sem ódio ou discriminação. Nossa terra hospitaleira há muito tem estado aberta aos homens de todas as raças e religiões; ninguém questiona qual possa ter sido o lugar de nascimento de um homem, ou de seus antepassados, e nem se preocupa com isso; todos possuem os mesmos direitos, e todos estão igualmente orgulhosos de serem parte de uma grande nação. Embora a nova Convenção seja, portanto, supérflua no que concerne ao Brasil, nós a recebemos com alegria para servir de exemplo a ser seguido por outros países que se encontram em circunstâncias menos favoráveis. E eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para sugerir que a tolerância racial fosse exercitada por todas as raças em relação a outras raças: ter sido vítima de uma agressão não é motivo válido para se agredir outros. Que o exemplo do Brasil, e a moderação sem esforços, tolerância serena e respeito mútuo em nossas relações raciais sejam seguidas por todas as nações multirraciais.

Nesse sentido, o que eu tive a oportunidade de notar durante a viagem que fiz antes de chegar a esta metrópole dá uma força maior às minhas esperanças. Na verdade, vim de Portugal, Itália e do Vaticano. Em Portugal e na Itália, senti de perto o espírito latino que inspira o Brasil e o conduz no seu caminho de tolerância e entendimento. Esses dois países, que tanto já contribuíram para a civilização mundial, ainda são chamados a realizar grandes atos, tanto para o benefício de suas populações quanto no interesse de outros povos ligados a eles por laços políticos ou sentimentais. E a Santa Sé, graças às ações e à nobreza de espírito do Papa Paulo VI - cuja visita a esta Assembléia foi certamente o principal momento de sua Sessão no ano passado -, sobeja em capacidade, interesse e dedicação às tarefas de conciliação internacional e da perfeição espiritual e social da raça humana, baseadas nos ensinamentos da Sagrada Escritura.

A satisfação de abrir este debate torna-se mais profunda, porque me dá a oportunidade de estender as boas-vindas à Guiana, país que tenho prazer especial em cumprimentar, não apenas como vizinho, mas também como um amigo do Brasil, que pela primeira vez senta-se aqui conosco. Ser Membro deste encontro das Potências soberanas do mundo é um alto privilégio e, graças aos trabalhos de Sessões anteriores, é privilégio que concede grandes vantagens materiais. Contudo, não apenas direitos, mas também deveres fazem parte da porção dos Estados-membros. Primeiro de todos, sem dúvida, é o dever de aceitar a Carta das Nações Unidas, observando fielmente não apenas seus mandamentos, mas também seu espírito. Isto implica em respeitar a regra da lei nas relações internacionais, aceitar as decisões tomadas pela maioria na Assembléia Geral ou nos seus Comitês, abster-se de qualquer forma de agressão contra outros países, e observar a regra de cortesia internacional em todas as relações com os outros Estados. Se todos os Estados possuem direitos iguais nesta augusta Organização, então eles também estão ligados por iguais obrigações e por regras recíprocas de respeito mútuo. Muitas vezes no passado esta Assembléia

presenciou recriminações cortantes, com acusações amargas geralmente disfarçadas por linguagem inocente. Eu realmente creio que devemos poder evitar isso no futuro. A Assembléia Geral é na verdade uma corte apropriada para se expor queixas legítimas, para se ouvir a respeito de diferenças ocasionais, um lugar próprio para aqueles que procuram alívio e justiça; mas jamais devemos esquecer que a concórdia é a nossa meta, que um espírito de tolerância mútua deveria ser a regra que nos guia, que a razão, o direito e a imparcialidade deveriam reinar supremos entre nós. Os erros não deveriam apenas ser apontados, mas pacientemente corrigidos, como o resultado de esforços sinceros de todos nós. Esta Organização manter-se-á, aos nossos olhos, aos olhos do mundo e aos olhos da posteridade, tão alta quanto nossos esforços a colocarem; não por causa da quantidade de esforços que exigimos dela, mas pela quantidade de esforços que dedicamos a ela. Muitos Membros desta grande comunidade de nações têm contribuído livremente para a Organização com suas riquezas, seus esforços, sua lealdade, com o sangue de seus filhos. Grande honra a essas nações; que sejam exemplo e inspiração para todos nós. Lealdade, boa-fé, devoção ao bem comum, paciência e respeito mútuo são as condições necessárias para o sucesso em nossa tarefa. Se fracassarmos, teremos perdido a maior, e possivelmente a última esperança da humanidade para uma coexistência pacífica entre os filhos de Adão, e saberemos que a maldição de Caim ainda pesa sobre nós. Se tivermos sucesso, e sucesso devemos ter, será por meio de um progresso lento e doloroso, mas saberemos que um dia nossos filhos, e os filhos de nossos filhos, viverão seus dias em paz e conforto sob céus que não mais se encontram sob a ameaça diária de aniquilação súbita, sobre uma terra abundante para o seu trabalho e da qual, se Deus quiser, serão gradualmente banidas a pobreza, a dor e a violência.

Muito obrigado.

Nova York, em 22 de setembro de 1966.

1967

A indicação do Presidente Costa e Silva revelou a decisão das Forças Armadas de prolongar indefinidamente o processo aberto em 1964. O movimento militar que havia deposto o Presidente João Goulart em nome da preservação da democracia representativa e do alinhamento do Brasil com os valores do mundo ocidental, evoluía num contexto autoritário, de cunho nacionalista e estatizante. Institucionalizava-se um regime de exceção que, mobilizado em torno da ameaça ideológica das esquerdas, passaria a erigir a segurança interna em elemento fundamental da ação política do Estado, combinando-o com um modelo de desenvolvimento ancorado na participação ativa do Estado na economia.

Ao tempo em que se fortaleciam essas tendências no Brasil, externamente o panorama internacional parecia mudar. A confrontação bipolar cedia lugar a impulsos de acomodação e entendimento entre as superpotências. Recuperada economicamente, a Europa Ocidental busca reafirmar-se política e estrategicamente. A França havia-se retirado dos arranjos militares da OTAN em 1966. A China romperia com a orientação da União Soviética, abrindo a primeira grande cisão no mundo comunista. No Terceiro Mundo, fortaleciam-se as tendências ao não-alinhamento como maneira de conter a crescente competição entre os EUA e a URSS por esferas de influência.

Se, de um lado, os entendimentos entre as superpotências introduziam elementos nocivos no sistema internacional, de outro, o desenrijecimento das alianças e a multiplicação dos centros de Poder abria novas oportunidades de ação diplomática. Diante desse quadro, o objetivo central da política externa brasileira em termos estratégicos passaria a ser o de evitar a cristalização de uma superestrutura internacional predicada na divisão do mundo entre as

superpotências; ou seja o congelamento do Poder Mundial, tal como simbolizado pela *co-chairmanship*, expressão que, numa alusão à presidência dual EUA-URSS da Conferência do Desarmamento de Genebra, a diplomacia brasileira passaria a utilizar para descrever as novas tendências de organização da política internacional.

A decisão de política externa que se tornou emblemática da nova orientação do Brasil foi a de não aderir ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que viria a ser concluído em julho de 1968. Com essa decisão, o Brasil sinalizou a sua desconformidade com o ordenamento internacional de que o texto do TNP era reflexo. Sem deixar de manifestar a determinação de somente utilizar a energia nuclear para fins pacíficos, a diplomacia brasileira justificaria o repúdio ao TNP em função de sua natureza desigual. A posição do Brasil foi reiteradamente explicada na ONU e em outros foros. Acreditava-se que o Brasil havia àquela altura atingido um tal estado de desenvolvimento interno que passara a poder - sem resvalar para o terreno ideológico - discordar dos EUA em matéria fundamental para os seus interesses de segurança.

Somada à decisão de não abrir mão dos requisitos de universalidade previstos no artigo 28 para a entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco, concluído na cidade do México em fevereiro de 1967, a atitude de reserva adiantada em relação ao TNP viria a se constituir em ponto de inflexão na trajetória da política externa brasileira.

Os discursos pronunciados na ONU a partir de então refletem essa transformação. As superpotências passam a ser tratadas em plano de igualdade. Embora ligado aos EUA por afinidades eletivas, o Brasil identificaria, tanto na política norte-americana, quanto na soviética, conotações igualmente nocivas aos seus interesses. A partir de 1967, cessariam de figurar nos discursos brasileiros na ONU os até então litúrgicos protestos de “ocidentalismo”.

Em 1967, o Ministro José de Magalhães Pinto pronuncia um discurso de acentuado conteúdo programático. Analisa detidamente a questão do TNP e antecipa as reservas

do Brasil ao texto em função do desequilíbrio existente entre as responsabilidades e obrigações das Partes Contratantes. Trata longamente da questão do desenvolvimento econômico (seu lema no Itamaraty era o da “diplomacia da prosperidade”), qualificada como responsabilidade a ser compartilhada por todas as nações. Os temas de comércio internacional também merecem no discurso de 1967 particular cuidado: nota-se preocupação em assegurar normas que permitam aos países em desenvolvimento participar crescentemente do comércio internacional de produtos manufaturados. E já surge no discurso brasileiro a preocupação com o tema da ciência e da tecnologia e com o fenômeno da evasão de cérebros.

No parágrafo sobre o conflito árabe-israelense, sobressai a preocupação da diplomacia brasileira em assumir postura equilibrada e equidistante. A chamada “Guerra dos Seis Dias” eclodiria em junho, e o Brasil, na sua qualidade de membro não permanente do Conselho de Segurança, achava-se empenhado nas negociações que conduziriam em novembro à Resolução 242, documento que, por muitos anos, se afiguraria, não obstante as suas ambiguidades, no principal elemento normativo para o encaminhamento da questão do Oriente Médio.

**XXII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas
1967**

Ministro José de Magalhães Pinto ¹

Senhor Presidente,

Uma vez que é de costume o Brasil abrir o debate geral, terei a honra e o privilégio de ser o primeiro a felicitá-lo pela sua eleição. Ao fazê-lo, permita-me expressar meus mais sinceros votos de que seu período na Presidência seja de muito sucesso e bastante proveitoso. Estou certo de que isto será garantido pelas suas qualificações sem par e sua enorme experiência.

Por mais de vinte anos aqui nos reunimos, os representantes dos Estados-membros das Nações Unidas, para examinar os acontecimentos internacionais e, juntos, procurarmos as maneiras mais adequadas de consolidar a paz, fortalecer a segurança internacional e promover o bem-estar dos povos.

Os últimos meses evidenciaram sucessivas manifestações de melhor entendimento entre os Estados Unidos da América e a União Soviética - motivo de satisfação e esperança para todas as nações. Somos porém levados a reconhecer que, apesar dos esforços empregados, continua a corrida armamentista nuclear e não foi possível ainda encontrar o caminho para a solução de conflitos que perduram, e mesmo se intensificam, em zonas de alta sensibilidade para a segurança internacional.

Ao mesmo tempo, vemos, com alarme, como grave risco para a paz e como frustração de nosso objetivo do bem-estar universal, o fato de agravar-se cada vez mais, em vez de atenuar-se, o desnível entre os países altamente industrializados e aqueles que se encontram em processo de desenvolvimento.

Cumpre-nos, assim, apoiar os esforços conducentes à distensão internacional que hoje se prenuncia, empenhar-nos na busca de soluções efetivas e duradouras para os conflitos com que nos defrontamos e procurar fórmulas capazes de eliminar as condições de penúria em que vivem dois terços da humanidade.

¹ José de Magalhães Pinto, nascido em Santo Antonio do Monte, MG, em 28 de junho de 1909. Governador do Estado de Minas Gerais de 1/61 a 1/66. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/67 a 30/10/69.

A tarefa de preservação da paz, Senhor Presidente, não pode ser abordada isoladamente nos campos político e militar. Ela é, necessariamente, a resultante de um processo complexo, dinamizado pelos fatores econômicos e sociais. A paz não pode ser, assim, dissociada do desenvolvimento. Mesmo o entendimento entre as nações mais poderosas não faria sentido se refletisse apenas as possíveis identidades de seus interesses específicos. Isto porque não há hoje civilizações autônomas e isoladas. A prosperidade - e talvez a própria sobrevivência - de cada país está ligada à de todos.

Se assim é, a prosperidade e a paz são responsabilidade de todas as nações, que se devem lançar a essa tarefa com todos os meios ao seu dispor. Nessa obra de imensa magnitude, as nações industrializadas têm deveres especiais.

É forçoso constatar, no entanto, que os recursos de que dispõe a comunidade internacional não foram ainda mobilizados da maneira eficaz e urgente requerida pela gravidade dos tempos. Proclamamos a Década do Desenvolvimento e, agora, fluindo já seu último quartel, verificamos que a ação não tem correspondido à consciência que todos aparentemente tínhamos, ao proclamá-la, de que era essencial para a paz a redução das discrepâncias econômicas e sociais que assolam o mundo. Os resultados são mesmo opostos aos pretendidos: nunca foi tão profundo o fosso entre os países desenvolvidos e aqueles que se costuma chamar de em vias de desenvolvimento; os primeiros crescem aceleradamente e os últimos mal se livram da estagnação. Estes não terão feito tudo o que deviam, mas a cooperação dos prósperos ficou em todos os domínios aquém do esperado. O fluxo da assistência financeira, por exemplo, longe está do coeficiente de um por cento do Produto Nacional Bruto, previsto por esta Assembléia. Negociações como o “*Kennedy Round*” reforçam o comércio entre os países altamente industrializados e só remotamente se refletem em favor dos demais. No próprio foro da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), a frustração não é menos significativa.

Produtos de base, exportações de manufaturas, preferências gerais e não discriminatórias, maior participação em serviços internacionais - todas as pretensões dos países menos desenvolvidos vêm sendo tratadas topicamente, sem que a atitude dos países ricos se inspire no interesse autêntico e de longo prazo, que é a criação da prosperidade geral.

Os 31 países em desenvolvimento membros da Junta de Comércio e Desenvolvimento abordaram lucidamente, em memorando, a série de problemas específicos que exigem solução imediata. O Brasil espera que esse documento fundamental venha a servir de base para decisões efetivas e que a UNCTAD, em Nova Délhi, assinala o início de sua implementação.

É urgente que se encontrem soluções adequadas para os problemas do comércio internacional de produtos básicos, do qual dependem substancialmente os países em desenvolvimento. É urgente que se adotem medidas de cooperação internacional que possibilitem àqueles países aumentar as suas exportações de produtos manufaturados, condição indispensável ao seu crescimento econômico. E é não menos urgente que o financiamento internacional se efetue em volume e condições adequadas para promover o progresso e não apenas cobrir o serviço de empréstimos anteriores.

Em 1964, cento e vinte Estados reunidos em Genebra concordaram em que os problemas dos países em desenvolvimento são conhecidos, faltando, para solucioná-los, apenas a decisão de agir. Mais de três anos depois, essa decisão ainda não se efetivou no plano internacional. Se queremos preservar a fé na solidariedade entre as nações, não podemos submetê-la a novas provas. É indispensável, assim, que a vontade política de agir se traduza em medidas concretas e não apenas na reiteração de boas intenções.

A ação conjunta, na UNCTAD, não pode ser movida de motivação ideológica, que lhe desvirtuaria o sentido. O grupo dos 77, unido por interesses coincidentes, constitui um agrupamento para fins específicos, claramente definidos e exclusivamente relacionados com a promoção do desenvolvimento econômico. É somente nesse espírito, e consciente de suas responsabilidades, que o Brasil dele participa.

O aumento de riquezas nos países mais industrializados vem sendo desviado, em parte, para o acúmulo e aperfeiçoamento de equipamento militar. Muitos dos melhores cérebros da humanidade são recrutados para criar e aprimorar a técnica desses armamentos ou a arte de seu emprego. Cada vez mais distante parece o dia em que esses imensos recursos humanos e materiais possam ser liberados e utilizados para atender às necessidades do progresso e bem-estar dos países em desenvolvimento e das populações menos favorecidas das próprias potências empenhadas na competição armamentista.

Senhor Presidente,

A recente apresentação ao Comitê das 18 Nações para o Desarmamento de dois projetos de Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, idênticos, um pelos Estados Unidos da América e outro pela União Soviética, é um reflexo da distensão internacional. O Brasil se congratula por esse passo importante, na esperança de que o maior entendimento entre as duas Potências possa conduzir a iniciativas concretas no caminho do desarmamento geral e completo sob efetivo controle internacional. É em tal contexto que esse acordo encontrará expressão e validade.

Notamos, com satisfação, que as duas Potências, ao contrário do que aconteceu com o Tratado de Moscou, procuraram o foro do Comitê do Desarmamento para a apresentação de seus projetos e, desse modo, reconheceram que a medida proposta se enquadra no esforço global de desarmamento, que é um dos objetivos das Nações Unidas.

Imbuídos de espírito de cooperação e objetividade, não podemos deixar de verificar, entretanto, que os projetos não implicam qualquer redução dos armamentos nucleares existentes, nem sequer desestimulam o incremento e aperfeiçoamento dos mesmos por aqueles que já os possuem. Nenhum recurso é liberado para fins econômicos e pacíficos. As limitações propostas se aplicam, praticamente, apenas aos países que não dispõem de armas nucleares e incluem restrições não essenciais aos objetivos de não proliferação.

A adesão a esses propósitos não deve acarretar renúncia ao direito de desenvolver tecnologia própria. Pelo contrário, o Brasil, ao apoiar, como sempre, a não-proliferação de armas nucleares, entende que as medidas endereçadas a esse fim devem propiciar a nuclearização pacífica, inclusive no que se refere à tecnologia de explosivos nucleares, para fins civis, que podem vir a ser indispensáveis para grandes obras de engenharia importantes para o desenvolvimento econômico.

Na verdade, o Brasil já se dispôs, sobretudo, a renunciar ao armamento nuclear, ao assinar o Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, concluído na Cidade do México. A maneira como a questão foi considerada nesse tratado, distinguindo entre o armamento nuclear, que se proscreeve, e a nuclearização pacífica ilimitada, que se autoriza, parece-nos perfeitamente adequada também ao âmbito mundial.

Os projetos apresentados em Genebra podem e devem ser enriquecidos por emendas que os aperfeiçoem e que reflitam um justo equilíbrio entre as obrigações e as responsabilidades das Partes contratantes, com vista a torná-los universalmente aceitáveis.

Senhor Presidente,

O desnível científico e tecnológico entre os Estados-membros desta Organização aumenta aceleradamente, o que terá efeitos nocivos cada vez maiores para os próprios objetivos das Nações Unidas. Conforme assinalou, recentemente, o Presidente de meu País, "devemos ter consciência de que o programa do nosso desenvolvimento tem de ser feito no quadro da Revolução Científica e Tecnológica que abriu para o mundo a Idade Nuclear e Espacial. Nessa nova era que começamos

a viver, a ciência e a tecnologia condicionarão, cada vez mais, não apenas o progresso e o bem-estar das nações, mas a sua própria independência.”

A concentração, nos países já desenvolvidos, dos recursos humanos de melhor qualidade na ciência e tecnologia originários de todas as partes do mundo constitui grave problema. Alguns aspectos dessa situação são examinados pelo Secretário-Geral U Thant em relatório apresentado ao Conselho Econômico e Social sobre a formação e utilização dos recursos humanos nos países em desenvolvimento.

Creio que deveríamos considerar a conveniência de coligir, coordenar e completar os estudos efetuados, sob a égide das Nações Unidas e de suas Agências Especializadas, a respeito dos diversos aspectos do problema do crescente desequilíbrio científico e tecnológico que hoje se verifica. Um Comitê de alto nível poderia para este fim ser designado pelo Secretário-Geral, com a recomendação expressa de atentar especialmente para as causas, efeitos e possíveis métodos de solução da constante emigração de técnicos e cientistas para países de maior desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Este rápido esboço da posição internacional de meu país não ficaria completo sem uma referência a certos problemas que preocupam as Nações Unidas e que merecem, da parte de meu Governo, a mais cuidadosa atenção.

As manifestações recentes do conflito entre árabes e israelenses, com conseqüentes sacrifícios humanos e materiais, nos impõem o dever de encontrar o caminho para negociações realistas e objetivas que levem a uma solução conciliatória entre os Estados em causa. Já tive a oportunidade, durante a Quinta Sessão Especial de Emergência, de definir a posição de meu país sobre a questão. De um lado, reconhecemos a existência do Estado de Israel, com todos os direitos e prerrogativas de uma nação soberana; por outro lado, reconhecemos a validade, conforme acentuei naquela ocasião, de muitas e importantes reivindicações dos países árabes. O que é de se evitar é a permanência de um estado de beligerância entre membros da Organização, com episódios militares e prejuízos substanciais para a economia, tanto de Israel quanto dos Estados árabes, e riscos constantes para a paz mundial.

Continuaremos a cooperar, dentro do clima de amizade que nos une a ambas as Partes, para que uma solução justa e duradoura venha a permitir aos povos do Oriente Médio concentrar os seus esforços nas tarefas profícuas de seu desenvolvimento e prosperidade.

O Brasil reafirma sua adesão ao princípio de auto-determinação dos povos e

seu firme apoio à obra de descolonização que a ONU vem empreendendo desde os seus primeiros anos. Grandes foram os resultados atingidos, mas longo ainda é o caminho a percorrer. A consolidação da obra descolonizadora só se realizará efetivamente no contexto global do desenvolvimento econômico e social dos países menos desenvolvidos. Essa premissa é essencial para que o processo de descolonização se efetue por meios pacíficos e ordenados.

Senhor Presidente,

Estamos convencidos de que as desigualdades extremas, tanto no plano internacional quanto no plano interno, são fonte de insegurança, de insatisfação, de inquietudes, constituindo, tanto quanto a corrida armamentista nuclear, grave ameaça à paz. Meu país está empenhado em cumprir seu destino, dinamizando riquezas e procurando aperfeiçoar sua distribuição. Nossa sociedade multirracial mantém-se unida por profundas tradições cristãs e não-discriminatórias.

Temos vencido dificuldades econômicas e enfrentado sérios problemas financeiros. Vamos atendendo às necessidades de nosso desenvolvimento econômico e social com os nossos próprios recursos e com a limitada cooperação que recebemos do exterior. Não duvidamos um só momento do êxito dos nossos esforços. Este êxito estará, porém, tanto mais próximo quanto mais rapidamente for traduzido na prática o reconhecimento de que a paz, como o desenvolvimento, indissolavelmente ligados, pressupõem condições e requerem um esboço coletivo internacional.

É por isso que agiremos através de todos os órgãos das Nações Unidas para que os princípios de cooperação internacional no campo econômico não fiquem em simples formulações, mas orientem de fato a ação dos Estados.

É por isso ainda que insistimos em que esta Organização encare, frontalmente e com o maior empenho, o problema do crescente desnível científico e tecnológico que separa as potências altamente industrializadas dos países em vias de desenvolvimento.

E é por isso, finalmente, que haveremos de lutar para que o desarmamento se traduza em medidas que garantam efetivamente a segurança e o desenvolvimento de todas as nações.

Muito Obrigado.

Nova York, em 21 de setembro de 1967.

O quadro interno brasileiro experimentaria sensível agravamento em 1968. Ao longo do ano, suceder-se-iam manifestações estudantis e passeatas contra o regime. Em dezembro, o Congresso Nacional seria posto em recesso como consequência da rejeição do pedido de autorização para processar um Deputado por discurso considerado ofensivo às Forças Armadas.

No plano internacional, a invasão da Tchecoslováquia pelas forças russas em junho de 1968 revelaria a determinação da União Soviética de não admitir desvios na ortodoxia comunista. Tratou-se da demonstração mais evidente do princípio das esferas de influência e do emprego da chamada Doutrina Brezhnev de soberania limitada.

A visão brasileira do mundo seria influenciada negativamente por essa conjugação de fatores. Confirmavam-se os temores anteriormente manifestados no sentido de que o mundo estava sendo administrado por um condomínio de poder entre as duas superpotências, num contexto em que os interesses de segurança e de desenvolvimento dos países emergentes viam-se postergados. No entendimento dos setores ligados ao desenvolvimentismo estatal então prevalecente no Brasil, tornava-se necessário romper com a rigidez do sistema internacional. Dadas as características do regime em vigor, no entanto, a diplomacia brasileira enfrentaria dificuldades crescentes para concertar coalizões de interesses que permitissem viabilizar no plano multilateral as postulações do país.

O Ministro Magalhães Pinto inicia o seu discurso perante a Vigésima-Tercceira Assembléia Geral com uma eloqüente condenação da invasão da Tchecoslováquia (o Brasil, na qualidade de membro não permanente do Conselho de Segurança havia tomado parte ativa nas deliberações

havidas sobre o assunto), da falta de resultados nas negociações sobre proliferação vertical e do fracasso da UNCTAD. Todos estes elementos, afirma o Ministro, indicavam que o sistema internacional havia voltado a ser dominado pela mais primitiva das lógicas: a lógica da força.

Novamente dá-se ênfase no discurso à posição assumida pelo Brasil em relação ao TNP. Os acontecimentos na Tchecoslováquia, diria o Ministro, davam razão às críticas do Brasil quanto à insuficiência das garantias dadas aos países não-nucleares.

Outros temas tratados são: o conflito árabe-israelense (reafirma-se o apoio à recém aprovada Resolução 242 do Conselho de Segurança); os fundos marinhos (manifesta-se a esperança de que as negociações então iniciadas conduzam a um regime satisfatório tanto para os países desenvolvidos, quanto para os países em desenvolvimento); África do Sul (condena-se o regime de Pretória) e Rodésia (apoiam-se as sanções contra o regime de Ian Smith).

**XXIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas
1968**

Ministro José de Magalhães Pinto¹

Senhor Presidente,

Gostaria de começar meu discurso hoje expressando a satisfação do Governo brasileiro por vê-lo presidindo os trabalhos da Vigésima-Terceira Sessão da Assembléia Geral. Para o meu Governo, a sua presença na Presidência representa não somente a eleição de um representante de uma nação irmã do hemisfério, mas também a escolha de um Estadista experiente, antigo representante permanente da Guatemala nas Nações Unidas e seu atual Ministro das Relações Exteriores, cujo conhecimento de assuntos legais e experiência política são a garantia do sucesso da Vigésima-Terceira Sessão da Assembléia Geral. Permita-me também, nesta hora, expressar nossos agradecimentos ao Senhor Manescu, Ministro do Exterior da Romênia, por presidir os trabalhos da Vigésima-Segunda Sessão com tanto tato, imparcialidade e objetividade.

Em nome do Governo do Brasil, gostaria de expressar nossa profunda satisfação por ver hoje entre nós os representantes da Suazilândia, que acaba de ser admitida em nossa Organização. Durante os importantes trabalhos do Conselho de Segurança, o Brasil teve a ocasião de apoiar e recomendar a sua admissão, que é de especial significado para o Brasil por causa dos seus laços históricos e culturais com as nações do continente Africano.

Estamos reunidos nesta Vigésima-Terceira Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, em momento inseguro para a paz internacional e para a causa do Direito e da Justiça entre os povos. O ano de 1968 está sendo marcado por tensões que põem em causa propósitos e princípios que deram vida, feição e conteúdo à Carta de São Francisco. Os acontecimentos na Tchecoslováquia, a ausência de qualquer progresso em matéria de controle da proliferação nuclear vertical, o malogro da última UNCTAD são apenas de uma condenável tendência de reversão à mais primitiva das lógicas: a lógica da força. O paciente trabalho das Nações Unidas em

¹ José de Magalhães Pinto, nascido em Santo Antonio do Monte, MG, em 28 de junho de 1909. Governador do Estado de Minas Gerais de 1/61 a 1/66. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/67 a 30/10/69.

prol da paz e da segurança internacionais, do desenvolvimento econômico e social, dos direitos humanos e da emancipação dos povos se encontra ameaçado de retrocesso.

Não são apenas os países pequenos e médios a sofrer o impacto de acontecimentos que ameaçam devolver-nos a uma atmosfera de guerra-fria, que consideramos ultrapassada. Em risco também se encontram as perspectivas de um entendimento permanente entre as grandes potências. Estranha segurança aquela que faz depender a segurança dos povos da existência de arsenais cada vez mais sofisticados! O mundo carece da confiança necessária para o desenvolvimento da cooperação política entre os povos.

Para onde caminhamos? Para um novo ciclo de guerra fria? Para a perda pura e simples de uma experiência política e de uma experiência cultural que pareciam colocar a humanidade no limiar de novos destinos?

As Nações Unidas se construíram sobre a idéia da manutenção da paz através da preservação da aliança vitoriosa de 1945. Em nome do realismo político, fomos levados a aceitar situações e fórmulas operacionais que, de certo modo, não se conciliavam com nossa consciência jurídica e com os princípios que orientavam nossos sistemas legais. Mas essas concessões foram feitas para serem usadas segundo os princípios da Carta e para alcançar seus altos objetivos. Esses princípios e objetivos é que tornam as Nações Unidas muito mais do que um simples mecanismo de conferências.

Tão inaceitáveis quanto a invasão da Tchecoslováquia são os argumentos apresentados para justificá-la e para coonestá-la. Afirmou-se, no Conselho de Segurança, que os acontecimentos naquele país constituíam assunto interno, de único e exclusivo interesse dos membros do Pacto de Varsóvia, e houve mesmo quem invocasse o Artigo Segundo, Parágrafo 7, da Carta das Nações Unidas. Curiosa invocação esta, que tenderia a ver na ação do Conselho de Segurança e das Nações Unidas uma violação daquele preceito, o qual, entretanto, perfeitamente se conciliaria com a movimentação de tropas e de canhões através de fronteiras nacionais. Os direitos da força foram assim enunciados de maneira peremptória e crua. Como o Brasil já teve ocasião de afirmar, não podemos construir a paz e a segurança internacionais sobre a base precária de áreas de influência ou delimitação de poder ao longo de certas linhas geográficas arbitrárias.

Ninguém nega a Estado algum o direito de prover à sua segurança e de subscrever os pactos militares que julgue convenientes, adequados ou necessários à sua legítima defesa. Cada Estado é o único árbitro dessas necessidades e desses interesses. Enquanto não vinguem os princípios de desarmamento geral e completo

e de segurança coletiva internacional, a existência de alianças militares continuará a caracterizar a realidade mundial. Não é um estado de coisas perfeito ou ideal, nem, muito menos, tranquilizador; mas é aceito pelo realismo político que tantas vezes se invoca no âmbito de nossa Organização. De qualquer maneira, é inadmissível a tese de que a adesão a um determinado pacto militar implica renúncia à soberania, à integridade territorial e à igualdade jurídica. Estamos diante de concepções e de idéias que, se não forem combatidas e repudiadas, tornarão impossível a coexistência de Estados livres e soberanos, conscientes de seus direitos e de suas obrigações recíprocas.

Parecem confirmados alguns dos pontos-de-vista manifestados pelo Brasil no momento em que nos batíamos por um tratado de não-proliferação nuclear justo e equitativo, o qual contivesse renúncia a armamentos atômicos que jamais desejamos, mas não renúncia aos benefícios da ciência e da tecnologia. Tanto no Comitê das 18 Nações para o Desarmamento, quanto por ocasião da segunda parte da Vigésima-Segunda Sessão Ordinária da Assembléia Geral, insistimos na necessidade de um equilíbrio de obrigações entre os países militarmente nucleares e as demais nações. E, ainda mais recentemente, na Conferência dos Estados Não-Nucleares, em Genebra, tivemos a oportunidade de reiterar nossos argumentos e sugestões. Os acontecimentos recentes vêm confirmar a precariedade e insuficiência das garantias oferecidas aos países não-nucleares pela Resolução 255 do Conselho de Segurança.

O Brasil aceita plenamente uma política geral de não-proliferação de armas nucleares. O êxito dessa política, porém, depende de efetivas condições de segurança e estímulos maiores à utilização pacífica do átomo. Esperamos que as potências militarmente nucleares ponderem as últimas recomendações de Genebra e nelas vejam não apenas aspirações particulares dos Estados não-nucleares, mas elementos fundamentais para a preservação da paz e da segurança de todos.

Chegamos a um ponto na evolução da conjuntura histórica em que não se poderá avançar no sentido da paz sem que as garantias contra agressão, ou ameaça de agressão, por armas nucleares se tornem politicamente mais eficazes e juridicamente mais aperfeiçoadas. Apoiamos uma Convenção mundial nesse sentido, que significará um passo além da Carta de São Francisco, da mesma forma acentuamos a urgência da elaboração de Convenções que visem ao desarmamento nuclear, sob eficaz controle internacional.

Para ser válida, uma política de não-proliferação de armas nucleares deve necessariamente salvaguardar acesso irrestrito e não discriminatório à ciência e à tecnologia e aos materiais nucleares para fins pacíficos. Igualmente deve contemplar medidas concretas de assistência técnica e financiamento. A paz mundial não deve ser resultante de um puro e simples paralelogramo de forças adversas. A verdadeira

paz requer que se assegure cooperação para fins construtivos, para o aceleração do progresso econômico e social dos povos num quadro de respeito pela liberdade e segurança de todos.

No ano de 1968 tampouco houve progresso no encaminhamento de soluções para graves problemas de comércio e de desenvolvimento. Na Segunda Sessão da UNCTAD, em Nova Délhi, os países desenvolvidos mantiveram métodos e táticas evasivos e dilatórios. Em 26 de março, assim se manifestou o Brasil:

“O balanço desta Segunda Conferência da UNCTAD é bastante triste e desencorajador. Ela poderia ter sido um momento decisivo na história da cooperação econômica internacional. Na verdade, foi apenas uma fonte de frustração e desencanto. Em Nova Délhi, os países desenvolvidos poderiam ter aberto o caminho para uma nova era no campo das relações econômicas internacionais. Ao invés disso, sufocando todas as importantes iniciativas dos países em processo de desenvolvimento, preferiram alargar o fosso entre o Norte e o Sul, com todas as conseqüências sociais e econômicas que daí decorrem.”

Depois da experiência de Nova Délhi e dos debates do tratado de não-proliferação nuclear em Nova York, expressamos agora nossa esperança de que, ao formularmos um regime para o fundo do mar além das jurisdições nacionais, os interesses de todos, desenvolvidos ou não, sejam plenamente atendidos na exploração e aproveitamento dessa imensa área, patrimônio comum da humanidade. O resultado dos trabalhos do comitê especial, que o Governo Brasileiro teve a honra de hospedar recentemente no Rio de Janeiro, pode servir de base a medidas efetivas desta Assembléia.

Senhor Presidente,

É para lutar por um mundo melhor que hoje aqui nos reunimos, no âmbito desta Organização, que constitui a esperança maior para a implantação de uma ordem internacional justa e duradoura. Novamente, somos chamados a exprimir nossas idéias e a dar o nosso voto nos grandes temas da paz e da guerra, da segurança coletiva, dos direitos humanos, do desenvolvimento econômico e da emancipação dos povos. Teremos de considerar problemas complexos, dentro e fora da agenda da Vigésima-Terceira Assembléia Geral. Deveremos dar nossa contribuição, direta ou indireta, para que as negociações de Paris conduzam, no mais breve prazo, ao fim do conflito no Vietnã.

No tocante ao problema do Oriente Médio, o Brasil tem manifestado apreensão diante da corrida armamentista em que atualmente se empenham os países da área.

Desejamos reiterar nosso apelo, para que se suspenda, limite ou regule o fornecimento de armas e material bélico às partes em conflito. Essa corrida armamentista poderá, se não for coibida, provocar nova deflagração de conseqüências imprevisíveis. Pensamos que a Resolução 242, do Conselho de Segurança, ainda constitui justa e segura base para o estabelecimento da paz no Oriente Médio. Não devemos poupar esforços para criar condições de êxito para a missão que o Embaixador Gunnar Jarring, Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas, vem desempenhando com tanta paciência e tenacidade.

Finalmente, o Governo de meu país observa, com preocupação, que continuam a ser violados os direitos humanos consagrados pelas Nações Unidas e pela comunidade internacional. Neste ano, declarado pelas Nações Unidas o “Ano da Eliminação da Discriminação Racial”, foi com pesar que acompanhamos uma série de medidas tomadas pelo Governo de Pretória com relação ao Sudoeste Africano, em desrespeito flagrante às resoluções do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral. Mais uma vez, concitamos aquele Governo a acatar as decisões das Nações Unidas. O Governo brasileiro deu pronta execução, através de medidas concretas, específicas e obrigatórias, à decisão do Conselho de Segurança que visa ao estabelecimento, na Rodésia, de um Governo plenamente representativo de sua população e à extirpação de uma odiosa política de discriminação racial.

Se são grandes os perigos e graves os riscos que nos cercam, nunca, por outro lado, teve a humanidade tantos instrumentos eficazes para a solução de seus problemas e dificuldades. A ciência e a tecnologia permitem, pela primeira vez na História, responder plenamente às necessidades de bem-estar social e progresso de todos os povos. Mas, ao mesmo tempo, em nenhum período da História houve um encadeamento tão célere de problemas fundamentais. A necessidade de freqüentes reajustes, se não justifica, explica em grande parte os recuos que periodicamente assinalam nossa árdua caminhada em busca da verdadeira paz.

O Brasil acredita que os ideais desta Organização acabarão por prevalecer sobre concepções políticas estreitas, sobre posições econômicas de curto prazo, sobre métodos de ação inadequados à complexidade e à unidade do mundo de hoje. Em meio às crises que se sucedem, afirma-se um sentimento de solidariedade que transcende fronteiras e as ocasionais divisões da humanidade. Essas circunstâncias, e o simples fato de estarmos aqui reunidas 125 nações, autorizam nossas esperanças.

Muito obrigado.

Nova York, em 2 de outubro de 1968.

1969

Em julho de 1969, incapacitado por doença, o Marechal Costa e Silva seria substituído por uma Junta Militar. Em setembro, o seqüestro do Embaixador dos EUA, Burke Elbrick, precipitaria um ciclo de ações e reações caracterizadas como de guerra revolucionária, que incluiriam episódios de guerrilha e seqüestros de aeronaves. Em outubro, o Congresso seria reaberto para formalizar a eleição do General Emilio Garrastazu Médici para a Presidência da República. O Presidente Medici assumiria em 30 de outubro.

Ao tempo em que estes acontecimentos crispavam o quadro interno brasileiro, tornavam-se evidentes as transformações ocorridas na macro-estrutura internacional. A paridade estratégica passaria a ser aceita pelos EUA, circunstância que permitiria uma série de negociações concretas entre as superpotências. Ao assumir o Poder, o Presidente Richard Nixon anunciaria que, após um período em que a confrontação havia predominado, os EUA e a URSS entravam numa era de negociação.

Começariam, em 1969, as conversações SALT sobre limitação de armamento estratégico. Na Europa, os novos tempos de entendimento são dramatizados pela subida ao Poder da social democracia alemã. Willy Brandt, com a *Ostpolitik*, abriria o caminho para o diálogo com a URSS e os países do Leste Europeu. Cobram influência as idéias do Doutor Henry Kissinger, então assessor de segurança nacional do Presidente Nixon. Partidário de concepções realistas de relações internacionais, Kissinger preconizava a divisão do mundo em esferas de influência e o eventual esmaecimento das tendências autárquicas da URSS mediante o reconhecimento de seus interesses de segurança e seu progressivo envolvimento nas grandes correntes internacionais de comércio e investimento.

Os acontecimentos, portanto, continuavam a dar razão às críticas brasileiras ao condomínio de poder. Ao se dirigir à Vigésima-Quarta Assembléia Geral, o Ministro Magalhães Pinto volta a criticar a tendência de reduzir a problemática internacional ao mínimo denominador comum dos interesses das Grandes Potências. A realidade internacional é descrita de maneira negativa; um ciclo de política de poder, que se expressa na força militar e através de uma série de pressões políticas, econômicas, financeiras, comerciais e tecnológicas. Critica-se o fato de que as negociações de desarmamento haviam cedido lugar às de controle de armamentos. E as superpotências são responsabilizadas pela tendência a ignorar os mecanismos multilaterais de negociação em favor de entendimentos circunscritos a círculos decisórios restritos.

Trata-se de texto extenso, de particular riqueza conceitual, em que estão expressas as bases de muitas postulações que figurariam na plataforma externa do Brasil por longos anos: não proliferação, fundos marinhos e oceânicos, comércio internacional, e outros. A passagem referente à questão do Oriente Médio é favorável à aplicação de boa-fé da Resolução 242. E os parágrafos dedicados ao tema da discriminação racial e da descolonização contêm formulações mais positivas em relação ao grupo africano.

O discurso se encerra com uma referência ao tema da Reforma da Carta.

**XXIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas
1969**

Ministro José de Magalhães Pinto ¹

Senhora Presidente,

Desejo em primeiro lugar apresentar a Vossa Excelência minhas felicitações mais cordiais por sua escolha unânime para presidir os trabalhos da Vigésima-Quarta Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Essa inspiradora escolha é o reconhecimento das grandes qualidades pessoais e profissionais de Vossa Excelência, como é também testemunho de apreço e admiração por seu país, colocado desde sua fundação sob a égide da liberdade. A escolha de Vossa Excelência para a Presidência é ainda, finalmente, homenagem às nações africanas, que neste foro tantas vezes se unem às Delegações latino-americanas na defesa dos princípios da Carta das Nações Unidas, na afirmação da liberdade do Homem, na promoção das grandes causas do desenvolvimento econômico e social. Seja esta Assembléia Geral, sob a presidência de Vossa Excelência, um passo à frente, no sentido da liberdade, da justiça e da igualdade soberana de todas as Nações.

Ao formular esses votos, minha Delegação não pode deixar de render tributo à memória de Emilio Arenales Catalán, que com alto espírito político e diplomático presidiu os trabalhos da Vigésima-Terceira Sessão desta Assembléia, em circunstâncias que lhe exigiram o maior dos sacrifícios. À Delegação da República irmã da Guatemala, queremos expressar nosso grande pesar por esse desaparecimento prematuro, que priva a América Latina de uma de suas grandes vozes e de um de seus grandes espíritos.

Permito-me, por outro lado, recordar um companheiro que por 23 anos emprestou o seu talento aos trabalhos desta Organização, servindo à causa do direito, e que hoje tamanha falta faz à delegação do Brasil. Aqui, ante amigos que tanto prezou, está presente em meu espírito a personalidade excepcional de Gilberto Amado.

¹ José de Magalhães Pinto, nascido em Santo Antonio do Monte, MG, em 28 de junho de 1909. Governador do Estado de Minas Gerais de 1/61 a 1/66. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 15/3/67 a 30/10/69.

Desejo ainda, neste momento, agradecer a homenagem que se prestou ao meu país, ao se eleger um dos membros de minha Delegação para o honroso cargo de Presidente de uma das Comissões desta Assembléia.

Senhora Presidente,

Quando, todos os anos, na terceira terça-feira de setembro, aqui nos reunimos para a retomada de um grande diálogo, é de praxe, e também da maior conveniência, que lancemos um olhar para o mundo que nos circunda, a fim de verificar se caminhamos no sentido da paz ou no sentido da guerra.

Ao fazê-lo nesta oportunidade, teremos de concluir que não estamos vivendo um momento de paz, pois ainda assistimos ao emprego da força para a solução de controvérsias. Ao invés de estar construindo uma paz e uma segurança sólidas e duradouras, somos obrigados a nos contentar com acordos de cessação de fogo, tréguas e armistícios.

Atravessamos uma fase nítida e declarada de “política de poder”, que se manifesta não apenas pela força militar, mas se traduz em toda uma gama de pressões políticas, econômicas, financeiras, comerciais e tecnológicas.

Esta lamentável tendência a recorrer unilateralmente à força vem submetendo a dura prova os princípios arrolados no Artigo Segundo da Carta de São Francisco, ostensiva ou disfarçadamente desrespeitados.

Por outro lado, não obstante alguns progressos setoriais e a procura conjunta de alguns entendimentos que, à falta de melhor nome, poderíamos denominar “acordos de sobrevivência”, a confrontação entre as duas Super-Potências ainda não foi superada pela anunciada fase de negociação. Prossegue desimpedida, e cada vez mais ameaçadora, a corrida armamentista. A proliferação vertical de armamentos nucleares tende a complicar-se com o advento de armas cada vez mais sofisticadas. O poder de destruição de tais armas já agora coincide com o próprio âmbito da vida humana, e talvez da vida animal e vegetal sobre o planeta.

Enquanto isso, o termo “desarmamento” começa a ser superado, no léxico das grandes potências, pelo conceito “controle de armamentos”. É digno de nota que em Genebra o Comitê do Desarmamento pareça ter abandonado qualquer esforço no terreno das negociações de um Tratado de Desarmamento Geral e Completo, objetivo final que lhe foi fixado, há oito anos, por esta Assembléia e pelos próprios termos do acordo Zorin-Stevenson. Dir-se-ia que a matéria entrou para o rol dos assuntos utópicos ou dos objetivos irrealizáveis. A mudança de ênfase, do conceito de “desarmamento” para o de “limitação de armamentos”, tem o sentido de um

retrocesso político, que transcende os termos de mera variação semântica.

Ainda neste terreno, há um elemento que não é possível ignorar: as armas químicas e bacteriológicas. Bastará ler as conclusões do Relatório do Secretário Geral, datado de 1º de julho último. Relatório impressionante, que nos mostra um mundo estranho e irracional, em que ainda se chega a admitir que a mobilização de germes, bactérias e vírus pode ajudar a resolver fricções e dissensões entre seres humanos.

Não será demais lembrar, a esse propósito, que enquanto assim se multiplica e refina um terrível arsenal, alguns cientistas, estimulados por alguns Governos e algumas agências internacionais, insistem em querer demonstrar-nos os perigos da explosão populacional, deduzindo alarmantes generalizações, desligadas da situação específica de cada país ou região. Quanto a mim, creio muito mais preocupante o problema, mais grave e mais sombrio, da possibilidade do desaparecimento do homem de sobre a terra. O Brasil está decidido a resistir a quaisquer pressões dirigidas contra seu crescimento demográfico. Para nós, a vida deve continuar a ter prioridade sobre a morte.

Tem-se às vezes a impressão de que as Nações Unidas, às vésperas de seu vigésimo-quinto aniversário, parecem postas à margem da realidade política, como se seus princípios e objetivos fossem um estorvo e seus mecanismos e processos se tivessem mostrado inadequados.

Nota-se uma perda de confiança na ação organizada da comunidade internacional e um abusivo retorno à ação unilateral, às intervenções, abertas ou indiretas. Ainda mais grave: tentam-se justificar algumas intervenções pela invocação de conceitos diametralmente opostos aos que inspiraram as Nações Unidas. Não há como esquecer o que ocorreu na Tchecoslováquia, no ano passado. Com efeito, se foram muitos os que profligaram a invasão e a ocupação daquele país, foram poucos - e não necessariamente os mais poderosos - os que impugnaram a rebarbativa e esdrúxula doutrina da soberania limitada em que se apoiou o ato de agressão. Tenta-se como que uma volta à situação anterior ao surgimento desta Organização. E em condições ainda piores para a paz e a segurança, pois são negados os princípios tradicionais do Direito Internacional, baseado na soberania e na igualdade dos Estados.

Nossa agenda é vasta e abrange um grande número de questões, mas nela em vão procuraremos referências a alguns dos mais graves problemas que nos preocupam. Prevalece mesmo um estranho entendimento tácito para acreditar que um debate nas Nações Unidas sobre certos assuntos poderia envenenar a atmosfera

ao ponto de tornar a questão insolúvel. Custa-nos aceitar esse conceito, que condenaria a ONU ao silêncio, à inoperância e à impotência.

A mesma motivação de desconfiança no debate amplo e franco das questões parece igualmente explicar a tendência, que minha Delegação deplora, de tratar as questões em círculos minguantes, de participação cada vez mais restrita. Favorece-se muitas vezes, sem motivo plausível, a transferência de foro de uma Assembléia de 126 membros para um Conselho de 15 membros, com o argumento de que seria irrealista tentar alcançar ou encaminhar a solução do assunto em órgão tão amplo e tão numeroso. Uma vez no nível do Conselho, surge a idéia de que talvez fosse mais prático e mais conveniente evitar a discussão num corpo de 15 membros, que a essa altura já parece demasiado numeroso. Recorre-se então aos cinco membros permanentes e em pouco tempo os cinco se reduzem a quatro. Prevalece então o pensamento de que, em última análise, pesadas e sopesadas as realidades do poder, seria aconselhável e realista deixar o assunto à apreciação e decisão de dois, como se se houvesse implantado um novo Diretório mundial. Isso aconteceu e está acontecendo em relação ao problema do Oriente Médio e em relação a outros problemas mundiais, como o do Desarmamento e o da Não-Proliferação de Armas Nucleares. Esse último estágio, em verdade, pouco ou nada tem a ver com as Nações Unidas. Parece inspirar-se, com efeito, em “noções de esfera de influência e equilíbrio de poderes”, o que é a negação mesma dos princípios de nossa Carta.

Antes ouvíamos dizer que as Nações Unidas, conquanto pudessem representar um papel na solução de conflitos entre pequenos países, não poderiam intervir de maneira eficaz nos conflitos que envolvessem uma das grandes potências. Agora, a teoria como que se aperfeiçoa e pretende estender-se também aos conflitos entre pequenos países, uma vez que, ao que parece, tais conflitos envolvem sempre os interesses das grandes potências. Na verdade, é extremamente precária e ilusória a linha de divisão entre os “grandes conflitos” e os “pequenos conflitos”. Num mundo solicitado pelas forças antagônicas do policentrismo e da bipolarização, os chamados pequenos conflitos tendem a inserir-se no contexto de problemas mais vastos e mais complexos, de âmbito universal. Focalizou a Delegação do Brasil este ponto no Conselho de Segurança, quando assinalou que o problema do Oriente Médio, já difícil de resolver em seus próprios termos, poderia tornar-se praticamente insolúvel, se caminhasse, como está caminhando, para transformar-se em um capítulo na longa história da confrontação entre as grandes potências.

Se deixarmos de aplicar a Carta e de utilizar a Organização para o tratamento das grandes questões mundiais, para as questões da paz e da guerra, do desarmamento e da segurança coletiva, acabaremos por verificar que uma e outra se tornaram inúteis e inoperantes para a solução de quaisquer conflitos. Mais ainda, o abandono dos princípios e métodos que são a razão de ser desta Organização acabará levando,

logicamente, à convicção de que o diálogo, mesmo a dois, é excessivo e, conseqüentemente, à busca de supressão de todos os interlocutores.

Devemos aqui precisar um ponto: ninguém, é óbvio, terá objeções a que as duas Super-Potências realizem um esforço contínuo e permanente no sentido da harmonização pacífica de seus interesses e responsabilidades. As esperanças de paz mundial assentam sobre a premissa de uma *détente* no antagonismo e na rivalidade entre as duas Super-Potências. Repetidas vezes, em foros diferentes, vem o Brasil insistindo na necessidade de um entendimento permanente entre os Estados Unidos e a União Soviética no sentido de assentarem as bases do desarmamento nuclear ou, ao menos, as bases de um processo diplomático que diminua os riscos da proliferação vertical de armamentos nucleares. E, por mais de uma vez, nos debates do Conselho de Segurança sobre o Oriente Médio, teve o Brasil oportunidade de acentuar as responsabilidades especiais das Grandes Potências, às quais formulamos um apelo, até agora não atendido, em favor de uma redução ou balanceamento no fornecimento de armamentos e petrechos de guerra às Partes em litígio. Em todos esses assuntos, o acordo entre as Super-Potências é essencial e indispensável.

Mas tal acordo só contribuirá para a paz duradoura e o progresso da humanidade se for ordenado em função dos princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas. E isso implica necessariamente o atendimento dos legítimos direitos e aspirações do mundo não-nuclear e não-desenvolvido. Infelizmente é possível citar exemplos em que isso não tem acontecido.

Assim foi quando das conversações bilaterais que conduziram à formalização do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Assim foi quando na Vigésima-Terceira Sessão da Assembléia Geral as potências nucleares se opuseram ao estabelecimento de um Comitê *ad hoc*, que seria incumbido de acompanhar e coordenar a implementação dos resultados e conclusões da Conferência dos Estados Militarmente Não-Nucleares, realizada em Genebra, em agosto e setembro de 1968. Assim foi, ainda, quando as Super-Potências não concordaram com que se fixasse a data de uma próxima reunião da Comissão de Desarmamento para considerar, *inter alia*, a questão da colaboração entre os Estados no que se refere a dois aspectos inseparáveis do mesmo assunto: a não proliferação de armas nucleares e o uso pacífico da energia nuclear. No particular, aliás, superados que estão os argumentos invocados, esperamos venha a questão a ser encaminhada satisfatoriamente.

Ainda em relação aos problemas do desarmamento, não seria fora de propósito mencionar a decisão dos dois co-Presidentes do Comitê de Desarmamento de Genebra para ampliar a composição política do mesmo. Não discutiremos a legalidade da decisão, nem temos qualquer objeção aos novos membros escolhidos. Pelo contrário, saudamos o ingresso dos oito novos membros, em particular o de mais um membro

latino-americano, a Argentina, que dará ao Comitê, estou certo, uma contribuição valiosa. Entendemos, no entanto, politicamente mal avisado o método utilizado pelos co-Presidentes, já que seria normal ouvir-se previamente esta Assembléia, que no devido tempo endossou o acordo Zorin-Stevenson e desde 1961 vem anualmente conferindo mandatos específicos ao referido Comitê.

Em outro assunto importante, a atitude das grandes potências parece não atender as aspirações mais legítimas da comunidade internacional. Refiro-me ao problema da utilização dos fundos marinhos e oceânicos. Para os países em desenvolvimento, esses fundos constituem herança ou patrimônio comum da humanidade. Em consequência, não podem ser objeto de reivindicações de soberania ou de apropriação privada. Devem ser regulamentados e administrados pelos membros da comunidade internacional, aos quais se deve reconhecer o direito de participar dos benefícios que se obtenham da exploração e utilização dos recursos dessa área. É igualmente indispensável que os fundos marinhos e oceânicos sejam reservados exclusivamente a atividades pacíficas e que se evite seja levada até eles a carreira armamentista, que comprometeria não só os usos civis do leito do mar, mas também as atividades tradicionais do alto mar, como a navegação e a pesca. É difícil compreender as posições dos grandes Estados tecnologicamente desenvolvidos, em favor de um regime *de laissez faire* e de liberdade inqualificada e indiscriminada. Tal regime seria potencialmente anárquico e perigoso, e resultaria, além de tudo, em acentuar os desníveis já existentes entre os possuidores de técnicas avançadas e os que lutam por desenvolver-se.

Veríamos então um pequeno número de nações com pleno acesso às riquezas do meio marinho, auferindo todas as vantagens, e uma maioria de países assistindo, impotente, à utilização, em proveito minoritário, de bens que a todos pertencem.

Essas posições contrastam vivamente com os compromissos assumidos em outros órgãos das Nações Unidas, e com toda a filosofia de nossa organização no sentido de reduzir as disparidades econômicas entre as nações. Esperamos que um exame objetivo do problema permita alcançar soluções justas e razoáveis.

Referi-me a disparidades econômicas; nenhum exame da presente conjuntura internacional poderia deixar de incluir as questões relativas ao desenvolvimento econômico e a um dos seus possíveis veículos, o comércio internacional.

Os resultados da última década - a Década do Desenvolvimento - são concludentes: aumentou o subdesenvolvimento relativo do conjunto dos países que almejam ao desenvolvimento. É diante desse pano de fundo que se terá de examinar o programa para a nova Década, tirando da primeira os ensinamentos que se fazem necessários. Aprendemos muito nestes últimos dez anos e graças a isso poderemos,

se o quisermos, evitar numerosos erros do passado. Esses erros estão ligados a uma série de fatos que convém recordar.

Com efeito, temos cerca de três quartas partes da humanidade fazendo, simultaneamente, grandes esforços para acelerar seu desenvolvimento. Em boa medida esse esforço é interno, e se traduz em aumento de produção e redução de consumo a fim de liberar recursos para investir. No entanto, parcela substancial dos recursos criados e não consumidos tem sido canalizada para os países desenvolvidos - um quarto da humanidade - a fim de servir como moeda para pagamento de bens essenciais ao desenvolvimento. Esse processo, quando envolvendo bens primários, tem levado a uma constante deterioração das relações de troca dos países subdesenvolvidos; quando abrangendo a exportação de bens industriais tem conduzido ao estabelecimento de restrições quantitativas, mais ou menos disfarçadas, resultando tudo em impedir o indispensável aumento no valor das exportações dos países subdesenvolvidos.

Os esforços dos países em desenvolvimento no sentido de melhorar as regras do jogo comercial têm sido frustrados pela incompreensão dos países desenvolvidos. Nas condições atuais, boa parte das exportações dos países subdesenvolvidos ou esbarra em quotas de importação ou tem parte de seu valor transferido para os países desenvolvidos, sob a forma de preços pouco equitativos.

Se não for corrigido esse estado de coisas, o desenvolvimento pouco terá que esperar de esforços no setor externo e terá de interiorizar-se. Alguns países terão de recorrer pura e simplesmente a uma política de pleno emprego e protecionismo, outros terão que fazer o mesmo em agrupamentos regionais, que lhes facilitem dimensões econômicas viáveis. Mas então será preciso concluir que a cooperação internacional neste terreno não tem sentido prático e que sua utilidade é duvidosa.

É indispensável que na segunda Década o planejamento da ONU seja condicionado pela necessidade de aceleração de desenvolvimento predominantemente com os recursos próprios dos países subdesenvolvidos; que se preveja o máximo de assistência compatível com os balanços de pagamento dos recebedores; e, sobretudo, que se reduzam ao mínimo as restrições às exportações dos países subdesenvolvidos. É inútil tentar desenvolvimento com recursos que de fato não existem. As metas devem ser realistas e devem poder ser atingidas por processos ligados às realidades sócio-político-econômicas dos candidatos ao desenvolvimento.

A dominação econômica, o monopólio tecnológico, não conduzem à paz, como a ela não conduz o simples equilíbrio das armas. O que devemos buscar é a participação conjunta de todos os membros da comunidade internacional no progresso e no desenvolvimento.

Essa participação conjunta, em que todos façam ouvir sua voz, é também necessária em relação a problemas como o do Oriente Médio. A Resolução 242, de 1967, ainda fornece a nosso ver as melhores bases para uma solução política construtiva e duradoura. É de lamentar que uma ação mais efetiva do Conselho de Segurança se veja prejudicada pela circunstância de os respectivos membros, inclusive os permanentes, darem interpretações individuais e não coincidentes a um texto que foi unanimemente acordado. Urge um renovado esforço para obter na interpretação a mesma unanimidade que se logrou na enunciação dos conceitos. Urge chegar a uma solução política permanente, sem a qual caminharemos inexoravelmente para um novo ciclo de guerra aberta, segundo a expressão usada pelo Secretário-Geral U Thant. O Brasil continua a depositar grandes esperanças na atuação do Embaixador Gunnar Jarring e apela ainda uma vez às partes diretamente envolvidas para que não permitam que incidentes ou ações isoladas, por deploráveis que sejam, venham tornar ainda mais grave questão já tão difícil.

Sendo o Brasil uma das maiores comunidades católicas do mundo, a questão dos Lugares Santos é de particular importância para nós. Continuamos a sustentar a necessidade de implementar a Resolução 267 do Conselho de Segurança, unanimemente aprovada em 3 de julho de 1969, e não podemos ser indiferentes a medidas que pretendam alterar unilateralmente o *status* da Cidade de Jerusalém.

Senhora Presidente,

Está na base dos textos constitucionais de nossa Organização uma preocupação primordial com a condição do Homem e com o progresso social. A premissa de nossas atividades, a idéia central de nossos esforços em todos os campos, a razão mesma das decisões que tomamos, é o desejo de Justiça, de Liberdade, de Bem-Estar Social e de Aperfeiçoamento Humano de todos os povos. Em várias ocasiões reafirmamos expressamente tal conceito e adotamos muitas vezes declarações, convenções e resoluções para implementá-lo. É mister no entanto reconhecer que o progresso conseguido em certas áreas, como a afirmação dos direitos da mulher, a proteção aos direitos da infância e a erradicação da escravidão, não teve contrapartida nos esforços para anular o insolente desafio do odioso problema da discriminação racial.

País que desconhece a desigualdade e o ódio entre as raças, o Brasil seria infiel a si mesmo se não estivesse sempre na vanguarda da luta contra a discriminação. Intérprete e representante de um povo que vê com igual respeito todos os povos, o Governo brasileiro não pode no entanto deixar de combater, onde quer que se apresentem, as políticas e práticas discriminatórias que culminam no *apartheid*, objeto de nossa formal condenação e repulsa.

Senhora Presidente,

Estamos reunidos na perspectiva do Décimo aniversário da Declaração de Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais. Ao correremos os olhos por esta Sala, podemos dar-nos conta de quanto as Nações Unidas têm contribuído para a construção de um mundo novo. A contrabalançar as inegáveis dificuldades que a Organização atravessa, e a minorar o pessimismo que nos poderia inspirar o exercício da Política de Poder, temos a magnífica realidade da presença em nossos debates de cerca de meia centena de Estados despertos para a vida soberana após a criação das Nações Unidas, em muitos casos com o estímulo e o apoio da Organização. Essa contribuição de nossa entidade ao processo de descolonização inscreve-se com especial relevo entre nossas realizações mais positivas. É particularmente grato para mim ressaltar a participação coerente do Brasil em todas as fases diplomáticas e parlamentares da ação moral e política das Nações Unidas em favor da autodeterminação dos povos. A valiosa contribuição dos novos Estados, africanos, asiáticos e americanos, aos nossos trabalhos testemunha sua maturidade política e seu elevado espírito de paz e de cooperação internacional.

Daqui a um ano vamos festejar o vigésimo-quinto aniversário das Nações Unidas, o que nos dará uma boa oportunidade para inventariarmos nossas realizações e planejarmos nosso futuro. O mundo de hoje, em que a audácia da técnica e do espírito leva o homem para além dos limites do planeta, é bem diferente do mundo de há um quarto de século. A Carta da ONU é um documento de 1945. No entanto, os propósitos e princípios nela inscritos não perderam sua validade e continuam a representar um enunciado claro dos ideais que devem reger a vida internacional.

A igualdade soberana dos Estados, a boa fê nas relações internacionais, o uso dos meios pacíficos para a solução das controvérsias, o abandono do uso da força, o respeito escrupuloso às obrigações decorrentes de tratados e outros atos internacionais, a cooperação para manter a paz, como para conseguir o progresso econômico, social e cultural, a não-discriminação, o respeito à autodeterminação dos povos, a não-intervenção - eis um admirável catálogo, ao qual podemos dar hoje, como há vinte e cinco anos, nosso apoio mais consciente e mais firme.

Essa continuada adesão aos princípios básicos não nos impedirá de reconhecer que é possível melhorar nossas estruturas e nossos mecanismos de cooperação. Convirá, logo que possível, reformar nossa Carta, para que nela se consolidem e reforcem as idéias cristalizadas ao longo desse quarto de século, notadamente na defesa contra as formas novas e insidiosas de pressão e de intervenção, na cooperação organizada para a paz e no enunciado da obrigação universal da solidariedade para o desenvolvimento.

A Carta foi um documento de fim de guerra. Fazendo-a mais atual e, como quer que seja, aplicando-a fielmente, cabe-nos fazer dela um documento que seja o início de uma paz.

Muito obrigado.

Nova York, em 18 de setembro de 1969.

À medida que se consolidava o modelo nacional-desenvolvimentista de inspiração militar, alterava-se a dinâmica da inserção internacional do Brasil. Com o Governo Médici, inaugurou-se período de acelerado crescimento econômico. Ampliar-se-ia a base industrial do país, ao mesmo tempo em que se expandiriam as correntes de comércio internacional e se modernizaria a infra-estrutura energética e de comunicações. No plano externo, a expectativa do desenvolvimento econômico levaria o Brasil a se qualificar como uma “potência emergente” e a buscar oportunidades constantes de projeção internacional.

As contradições internas e as hipotecas não resgatadas de política externa determinariam, porém, certas dificuldades à fluência multilateral do Brasil. Já inibida de exercer influência no foro político dos países não-alinhados por persistir no apoio à política colonial de Portugal e por favorecer Israel no conflito do Oriente Médio, a diplomacia brasileira começaria também a encontrar algumas dificuldades nos foros econômicos ao diferenciar-se, no plano de suas postulações e reivindicações, dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

A retórica diplomática do Brasil reflete as ambigüidades do momento. Os discursos pronunciados na Assembléia Geral da ONU ganhariam em veemência a cada ano. Criticar-se-ia a política de poder e seus instrumentos. A ONU seria sempre louvada como a única alternativa viável às portas fechadas dos círculos decisórios das grandes potências. À medida que se encurtavam na prática os espaços diplomáticos do país, aumentava inversamente o componente utópico das formulações. Em substituição ao realismo das políticas de poder, propunha-se o irrealismo de formulações teóricas desvinculadas de efetiva capacidade de sustentação.

Em seu discurso perante a Vigésima-Quinta Assembléia Geral, em 1970, o Ministro Mário Gibson Barboza evita menções expressas seja à URSS, seja aos EUA, concentrando-se na caracterização das Nações Unidas como alternativa à política de poder e criticando paralelamente a redução das perspectivas de paz à acomodação da *détente*, em que a paz universal se transformaria num simples relaxamento de tensões, o desarmamento geral e completo seria suprido por controle de armamentos, e o conceito de segurança coletiva cederia lugar a simples garantias de segurança. Essa tendência reducionista do processo internacional era percebida pelo Brasil como ameaçadora de sua emergência. E o Ministro Gibson Barboza não deixa de chamar atenção para o perigo de que ganhassem passo “conceitos perigosos de realismo político, de esferas de influência, balanças de poder e, sobretudo, de uma esdrúxula doutrina de soberania limitada”. Faz, a esse propósito, pormenorizada crítica da atuação do Conselho de Segurança, acompanhada de propostas de recuperação de sua eficácia, em particular o recurso aos chamados comitês *ad hoc* para a consideração de disputas específicas.

O discurso reflete adequadamente as circunstâncias do Brasil e da América Latina (1970 é o ano da eleição de Salvador Allende no Chile). Logo ao início do texto, o Ministro se refere com ênfase à necessidade de medidas no âmbito da OEA e da ONU com vistas a combater os métodos de luta armada empregados para desestabilizar os regimes militares no poder em vários países da região: seqüestros de aeronaves, assaltos, atentados e aprisionamento de reféns.

Não deixa de refletir-se também no texto a prioridade atribuída aos temas econômicos e comerciais. O Ministro Gibson analisa a estratégia negociadora das chamadas “décadas de desenvolvimento” e alerta quanto à possibilidade de que ao fracasso da primeira se sucedesse o da segunda, que então se iniciava. E propõe uma estratégia dinâmica composta por três elementos principais: objetivos globais e setoriais que possibilitassem o aumento do PNB dos países em desenvolvimento; medidas de cooperação eficazes nos campos do comércio, do financiamento e da tecnologia; e o estabelecimento de datas-limite para a implementação destas